

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
Maria Beatriz Afflalo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.7731925011	
CAPÍTULO 2	16
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
Sílvia Rachi	
DOI 10.22533/at.ed.7731925012	
CAPÍTULO 3	28
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
Ana Paula Felix Arantes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925013	
CAPÍTULO 4	36
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
Carla Cristina Rosa de Almeida	
João Policarpo Rodrigues Lima	
Maria Fernanda Gatto	
DOI 10.22533/at.ed.7731925014	
CAPÍTULO 5	52
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Marlise Buchweitz	
DOI 10.22533/at.ed.7731925015	
CAPÍTULO 6	63
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
Jessica Rani Ferreira de Sousa	
Henrique César Muzzio	
Jackeline Amantino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925016	
CAPÍTULO 7	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.7731925017	

CAPÍTULO 8	87
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
CAPÍTULO 9	100
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
CAPÍTULO 10	116
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
CAPÍTULO 11	128
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
CAPÍTULO 12	134
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
CAPÍTULO 13	143
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
CAPÍTULO 14	161
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
CAPÍTULO 15	180
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

CAPÍTULO 16 194

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

CAPÍTULO 17 214

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

CAPÍTULO 18 226

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

CAPÍTULO 19 232

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

CAPÍTULO 20 246

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

CAPÍTULO 21 259

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

CAPÍTULO 22 272

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 287

CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS

Maria Beatriz Afflalo Brandão

Professora da Escola de Belas Artes |
Universidade Federal do Rio de Janeiro/ UFRJ
e Mestre e Doutora pelo Programa de Pós
Graduação em Urbanismo, FAU | UFRJ

RESUMO: O pensamento complexo se desenvolveu, numa contraposição a simplificação, já na primeira metade do século XX. A cidade contemporânea passou a ser referenciada através de palavras que revelavam a sua heterogeneidade, dentre elas, o fragmento, o vazio, a descontinuidade, a desordem, o caos. Tornou-se complexa. Examinar a relação entre a cidade contemporânea e a cultura, no sentido de refletir sobre a complexidade atual dos enfrentamentos dos projetos culturais e seus valores é nosso objetivo. Edgar Morin, Carlos Fortuna, Augusto Santos Silva, Marilena Chauí e Otília Arantes nos ajudam a percorrer este caminho.

PALAVRAS-CHAVE: modernidade/complexidade, cidade contemporânea, projetos culturais, interações.

ABSTRACT: Complex thinking has developed, in contrast to simplification, in the first half of the twentieth century. The contemporary city began to be referenced through words that revealed

its heterogeneity, among them fragment, emptiness, discontinuity, disorder, chaos. It has become complex. Examining the relationship between contemporary city and culture, in order to reflect on the current complexity of the confrontations of cultural projects and their values is our goal. Edgar Morin, Carlos Fortuna, Augusto Santos Silva, Marilena Chauí, Otília Arantes and Mike Raco help us to follow this path.

KEYWORDS: modernity/complexity, contemporary city, cultural projects, interactions.

1 | INTRODUÇÃO: COM QUAL O CONCEITO DE CULTURA TRABALHAR?

O objetivo principal deste texto é estudar a relação entre a cultura e a cidade, observando os movimentos de culturalização da recuperação urbana. Na pesquisa das referências, percebeu-se a interação dos conceitos de análise definidos e aqueles estabelecidos na teoria da complexidade, desenvolvida por Edgar Morin.

O objetivo se transformou então na possibilidade de, através destas interações conceituais, estudar algumas relações entre a cultura e a cidade na complexidade da cidade contemporânea.

De início, o exame conceitual de cultura. Segundo a definição da UNESCO, conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998). a cultura deve ser considerada como o conjunto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintas de uma sociedade ou de um grupo social, e que abrange, além da arte e literatura, estilos de vida, maneiras de vida em comum, sistemas de valores, tradições e crenças. Em princípio, entendemos que esta é a versão do senso comum.

Contudo, a abrangência da definição estabelecida abarca conflitos e contradições que devem ser examinados. Segundo Chauí, [2008:55], a origem da palavra cultura está relacionada a colheita e significava, de início, uma ação que conduz a 'realização de potencialidades', ou seja, brotar, florescer, frutificar. Essa significação dá ao termo a dimensão ideal da produção cultural de uma comunidade.

No Iluminismo, o conceito transformado, passa a ser referência de estado de civilização, ou seja, o critério ou padrão que estabelece diferenças entre as sociedades, um conjunto de práticas que permitia avaliar a evolução dos regimes políticos. Passa a definir comparações. Já com valor de hierarquia, passa a ser sinônimo de progresso, ressurgindo no século XIX, na Antropologia, para avaliar sociedades evoluídas ou primitivas; a partir de parâmetros de ausência ou presença de elementos constituintes da sociedade da Europa. Ganha um conceito de valor, de medida.

Ainda a mesma autora, cita a filosofia alemã definindo cultura a partir da 'ruptura da adesão imediata à natureza', ou seja, a ordem humana tratada como a ordem simbólica, capaz de uma relação com o ausente, criando uma relação de transcendência. Pela linguagem e pelo trabalho o homem deixa de aderir ao meio ambiente em contraposição ao animal, "criando um sentido imanente, que vincula meios e fins para o desenvolvimento da ação, que provoca novas ações e faz do homem um agente histórico". Sob este aspecto, Morin vai destacar que, embora essa visão da cultura nos tenha trazido 'a democracia representativa, os direitos humanos, os direitos da mulher, as autonomias individuais", também possui 'carências profundas concentradas no poder e nos desenvolvimentos materiais', o que vai provocar 'suas cegueiras, suas ilusões, expressas até uma época recente, na ocultação da relação vital entre o ser humano e o mundo natural ou no mito de um progresso concebido como lei inelutável da história humana.' [2011:21]

Por outro lado, Chauí atenta para a diferença entre comunidade e sociedade. A comunidade é coesa, vive sob os mesmos valores e atribui os mesmos sentidos à vida e à morte. Possuem um sentimento de unidade e vigilância de valores. Na sociedade diversificada, os indivíduos separam-se uns dos outros por interesses específicos. E essa divisão, inevitável na sociedade contemporânea capitalista, vai dificultar que o conceito de cultura da UNESCO, seja aquele percebido plenamente, no âmbito das sociedades atuais. Surgem: a cultura dominante e a dominada, a popular, a clássica,

a da elite, a opressora e a oprimida. Cada uma dessas classificações vai ser estudada sob abordagens diferentes, conseqüentemente, gerando vários posicionamentos que redundam em diversas políticas públicas que se pretendem a solução dos desníveis.

Se analisarmos sob a perspectiva da complexidade, podemos perceber que o conceito de cultura estabelecido pelo Iluminismo, a partir da oposição dialética de ausência e presença, tem o mesmo raciocínio de contraposição entre a adesão animal ao meio ambiente e a transcendência do homem. A pluralidade de classificações culturais, surgidas a partir das divisões internas da sociedade, demonstram a fragilidade dos limites destas oposições.

Para uma visão aberta de cultura, é preciso, antes de tudo, perceber o problema da organização do conhecimento, que se atrela a paradigmas anteriores, descontextualizados da contemporaneidade. Pode-se observar que tanto a dimensão como a transcendência criam a mesma organização do pensamento, a mesma lógica de afirmação/negação, num sistema fechado que não permite outras combinações e que, por isso mesmo, acaba gerando uma série de subclassificações dessa mesma dicotomia. A definição de cultura, estabelecida pela UNESCO, abarca as relações que regem a vida das sociedades que, como tal, compreende as oposições, complementaridades, relações e interações que geram valores e que se modificam, a partir de novas ações, relações, oposições e interações.

Para trabalhar este conceito de cultura multifacetado é preciso compreendê-lo num sistema aberto. Segundo Morin, um sistema fechado pode ser exemplificado por uma pedra, uma mesa, ambas em estado de equilíbrio, se considerarmos a troca de matéria/energia com o exterior. Já uma vela acesa ou uma célula estabelece uma relação de desequilíbrio com a troca pelo fluxo energético que as alimenta. Sem ele, as duas se definhariam. Se observarmos o organismo humano, percebemos que nossas células se renovam sem cessar, enquanto nossa estrutura se mantém equilibrada, exatamente como um sistema aberto, onde sua estrutura se mantém em equilíbrio, mas seus constituintes são mutantes. Disso deduzimos algumas observações interessantes:

- as leis de organização da vida não são de equilíbrio, mas de desequilíbrio em constante recuperação;

- a inteligibilidade do sistema não está ligada somente à ele mesmo, mas também ao meio ambiente;

- e essa relação não é somente de dependência, mas constitutiva do sistema.

Se fizermos uma analogia com a cultura, podemos perceber que, para não definir, ela precisa se manter como um sistema aberto! Para tal, é importante observar que:

“Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa [distingue ou disjunta] e une [associa, identifica]; hierarquiza [o principal, o secundário] e centraliza [em função de um

núcleo de noções chaves]; estas operações que se utilizam da lógica, são de fato comandadas por princípios 'supralógicos' de organização do pensamento ou paradigmas: princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso.[Morin, 2011:10]”.

Do ponto de vista da teoria da complexidade, a noção de cultura adotada pela antropologia social, a partir de meados do século XX, não se adequa ao real pela negação da relação do homem com meio ambiente. Perde-se um elo importante.

Ainda trabalhando no conceito estabelecido pela UNESCO, podemos perceber que 'características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais distintas de uma sociedade ou de um grupo social, englobam tanto o conhecimento científico, como o genérico [concernente ao gênero humano]', que inclui o campo das ciências humanas. E é nesse ponto que se situa um '*desafio cultural*' [Morin, 2002:17], que ocultamente ainda nos dirige definindo caminhos e processos no desenvolvimento da inteligência, a partir do século XIX, ou seja a divisão entre cultura de humanidades e cultura científicas.

Essa divisão que proporciona a disjunção cada vez mais intensa do saber, ainda que tenha promovido admiráveis descobertas e um avanço tecnológico a se considerar, circunscreve a reflexão sobre o desenvolvimento humano, tornando cada vez mais difícil o pensamento questionador dos problemas sociais e humanos que estabelece no seu desenvolvimento; tornando-se impossível de abranger, 'além da arte e literatura, estilos de vida, maneiras de vida em comum, sistemas de valores, tradições e crenças' [Morin, 2002:19]. Subdivide a vida, enfraquecendo uma percepção global, e conseqüentemente o sentido de responsabilidade: progressivamente, cada um tende apenas a ser responsável pela sua tarefa específica.

Quando os valores e crenças de um grupo perdem suas interações, o tecido cultural se esgarça, enfraquecendo a cultura como um todo. Conhecer a cultura é conhecer o humano. É preciso, então, trabalhar a ligação entre os conhecimentos, para daí fazer surgir o novo, que ultrapasse os problemas atuais. Todo o conhecimento deve ser orientado para e sobre a condição humana em toda a sua complexidade.

A cidade retrata a complexidade humana, analisá-la nos leva ao conhecimento da condição humana, que nos atenta para a vida com seres e situações complexas. A cidade contemporânea é a vida, que se desenrola no social, no unitário e no diverso. Assim, ao observarmos as relações entre a cultura e a cidade, não se pode ter uma visão unidimensional, que enfraquece a percepção do complexo e o sentido de responsabilidade [Morin, 2002:14].

Ao contrário, é preciso atentar para a complexidade do mundo real e para tal, é preciso definir, a priori, algumas condições referentes ao futuro:

- Preparar-se para o futuro incerto, ou seja, para a existência da incerteza; contextualizando, observando possibilidades e conseqüências;
- Esforçar-se para compreender e conceber estratégias, com cenários de ação que possam conter a possibilidade do acaso, possibilidades de futuro;

— Efetuar conscientemente nossas apostas, acreditando nas possibilidades e possíveis alternativas, mas jogando com a incerteza.

Em resumo, é preciso observar que ‘a realidade está tanto no elo quanto na distinção entre o sistema aberto e o seu meio ambiente... o sistema só pode ser compreendido se nele incluímos o meio ambiente, que lhe é ao mesmo tempo íntimo e estranho e o integra sendo ao mesmo tempo exterior a ele’ [Morin,2010:22]. Religar o que está disjunto é a proposta. A divisão da organização política em setores muito específicos que não se conversam tem sido um problema bastante evidenciado nas administrações públicas, principalmente aqui neste país.

Chauí [2008:65] nos dá, através da descrição do que seja a pintura, a essência do olhar cultural: a descrição de Chauí sobre a pintura é uma excelente metáfora sobre as contraposições complementares que a complexidade cultural comporta.

“Que é a pintura? A expressão do enigma da visão e do visível: enigma de um corpo vidente e visível, que realiza uma reflexão corporal por que se vê vendo; o enigma das coisas visíveis, que estão simultaneamente lá fora, no mundo, e aqui dentro em nossos olhos; enigma da profundidade, que não é uma terceira dimensão ao lado, da altura e da largura, mas aquilo que não vemos e, no entanto, nos permite ver; o enigma da cor, pois uma cor é apenas a diferença entre cores; o enigma da linha, pois ao oferecer os limites de uma coisa, não a fecha sobre si, mas a coloca em relação com todas as outras”.

Segundo Morin [2011:36], uma das conclusões dos estudos sobre o cérebro humano é sua capacidade de trabalhar com o insuficiente, com o vago, com aquilo que não é exato. No texto de Chauí, o vidente que é visível, o que está lá fora, mas também dentro, o que não vemos, mas percebemos e o limite que não se fecha são ingredientes da complexa visão do mundo, que comporta um conceito de cultura e suas interações.

A cultura, vista a partir dos conceitos da complexidade, incorpora interações, contradições, complementaridades, acasos, conflitos, incapacidade de uma ordem absoluta; tendo em conta que a “aceitação da complexidade é a aceitação de uma contradição, é a ideia de que não se pode escamotear as contradições numa visão eufórica do mundo” [Morin, 2011:64].

2 | O ELO ENTRE CULTURA E CIDADE

Um bom início para avaliar cidade e cultura está no exame do conceito de autonomia do homem, complexa por sua dependência das condições culturais e sociais. Entendemos que para conquistar a autonomia é preciso uma linguagem, uma cultura, um saber. É preciso um processo de escolha e decisão, e acreditamos que tanto mais variadas sejam as ideias melhor a capacidade de decidir, maior reflexão e maior a autonomia. Mas, na verdade, com frequência pensamos gozar de uma liberdade de escolha, que não é verdadeira.

“Somos uma mistura de autonomia, de liberdade, de heteronímia, e eu diria

mesmo, de possessão de forças ocultas que não são simplesmente do inconsciente trazidas à luz pela psicanálise” [Morin, 2011:67], mas que estão relacionadas ao nosso cérebro e que passam pela razão, racionalidade e racionalização. Considerando-se razão como a busca da coerência; racionalidade como o jogo de estruturas lógicas que nos permitem dialogar com o real e a racionalização como a tentativa de enquadrar a realidade num sistema coerente; percebemos que é nossa tendência descartar o que não entendemos, selecionar o que favorece a nossa ideia e menosprezar o que desfavorece. E neste processo cerebral, produzimos.

Um dos postulados da teoria da complexidade reside na compreensão de que a parte faz parte do todo e que o todo não é a soma das partes, devido as interações. Como sujeitos integrantes de culturas, somos “produtores de um processo que é anterior a nós mesmos”, assim somos produtos e produtores simultaneamente: “indivíduos produzem a sociedade que produz os indivíduos” [Morin, 2011:74].

Numa analogia com o espaço, vamos encontrar em Milton Santos uma correspondência quando ele define que “sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” [2008:63]. A partir desta constatação, Santos propõe considerar o espaço um conjunto indissociável, tratado como processo e como resultado, analisado através de sua multiplicidade e da diversidade de situações e processos e que, por isso, não é uno, mas complexo, contraposto à racionalização cartesiana da disjunção entre o homem e o objeto. Esta ideia é ratificada por Fortuna e Silva [2002:420], na proposta de analisar as relações entre cultura e cidade, definindo que a cultura, na sua diversidade de ações, tem uma espacialidade própria, que se caracteriza como contextos sociais e que vão ser utilizados nos planos e políticas de revalorização das cidades. Ainda, segundo eles, “a cidade e a cultura urbana são realidades incoerentes, recheadas de subcidades e subculturas. São estes fragmentos, no entanto, que constituem a cidade e a cultura urbana no seu todo, e lhes dão vigor”. Espaços homogeneizados contribuem para subtrair a complexidade, diminuindo a vitalidade local e como tal, carecentes de oposições, complementaridades, relações e interações que geram valores diversificadores.

Chauí, ainda em seu artigo de análise sobre cultura e democracia, chama atenção para a democracia como forma política na qual, “ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho sobre os conflitos” [2008:67]. Defende ainda que a democracia como uma forma de vida social, a cada solução que encontra, reabre seu próprio problema.

Ora, esse é sem dúvida, um dos conceitos mais pertinentes da teoria da complexidade moriniana, que defende o não fechamento de soluções definitivas, “... a realidade é mutante, não se esqueça (sic) que o novo pode surgir, e de todo modo,

vai surgir” [Morin, 2011:83]. Isto não implica em desprezar a ordem, o determinismo, mas considerar a possibilidade de renovação, de incerteza, do acaso; da possibilidade de uma nova ideia. A complexidade se situa num processo mais rico, no qual a ação é “a estratégia que permite, a partir de uma decisão inicial, prever certo número de cenários para a ação, cenários que poderão ser modificados segundo as informações que vão chegar no curso da ação e segundo os acasos que vão se suceder e perturbar a ação” [Morin, 2011:79]. Temos então a cidade, como o espaço no qual cada nova ação retroage sobre si mesmo e sobre o ambiente, estabelecendo um elo indissociável entre cultura e cidade.

3 | A CIDADE CONSUMIDA COMO MERCADORIA

É Otília Arantes [2000], quem nos aponta a terceira etapa do urbanismo, no qual a cidade, até então plena de valor de uso, passa a ser examinada e gerenciada a partir de conceitos que estabelecem valores de troca, valores de mercado.

O ‘tudo é cultura’, da segunda metade do século XX, se transformou numa cultura de mercado onde o ‘poder da identidade impera’. Diz-se, então que a cidade não ‘se vende’, ou seja, não se torna importante no cenário global, se não estiver enquadrada numa política dita culturalista, mas cuja base de conceitos gira em torno de ideias mercadológicas do tipo *image-making* [consolidando a imagem], políticas *business-oriented* [relacionadas aos negócios] e ações ‘*market-friendly*’ [adequadas ao mercado]. Os conceitos básicos desta teoria marqueteira, pela sua ligação direta com o consumo diário na organização capitalista atual, são teorias de fácil aceitação acrítica. Fazem parte da racionalização da decisão cotidiana de compra num mercado de consumo altamente competitivo, e por isso mesmo, pleno de estratégias de venda, exacerbadas diariamente, nos meios de informação e comunicação.

Como diz Morin, são forças ocultas que nos impelem a uma racionalização estreita, com foco parcial, muitas vezes nos fazendo acreditar num processo racional de escolha, que na verdade nos é apresentado sob uma ótica específica.

É interessante destacar, que no correr da história humana, a cultura tenha sido vista, muitas vezes, como um movimento de expressão contrário à opressão, mas que nos dias de hoje, ganhe um lugar em estratégias urbanas que geram a gentrificação, a homogeneização de espaços e a cada vez mais clara partição da sociedade em camadas mais favorecidas e outras desfavorecidas, que contudo expressam-se em manifestações culturais de todos os tipos através da cultura popular, ainda pouco considerada nas estratégias de política cultural.

Otília afirma que para o sucesso dessa política, que transforma a cidade em mercadoria, não é possível perder de vista a dimensão cultural, usada aqui, exatamente neste valor literal de medida, de valor de troca das cidades no cenário global. Uma das características dessa estratégia de implantação de ações urbanas é o uso das palavras

chaves, muitas vezes de forma a dirigir a percepção da ação, com adaptações sutis, que lhes conferem um valor de importância.

O que tem resultado essa política cultural, aplicada em todo mundo em ‘pacotes estratégicos’? Ganham novas conceituações tais como “revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, mal encobrendo, pelo contrário explicitando o sentido inicial de reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades”.

As cidades ganham também uma ‘organização’ em algumas áreas, definida a partir da exclusão da contraposição de quem entra e quem sai legitimada pela dimensão cultural. São muitos os exemplos, do *Soho* de Nova York a *Docklands* de Londres, o processo de recuperação urbana expulsou moradores locais, que viram destruídos anos de vivência social. Como será o Porto do Rio? Diferente? Tendo sido criadas modificações na legislação urbanística e empresa para gerenciar a implantação de construções no local, hoje em 2018, ainda não se tem uma análise completa do que foi realizado e o que deixou de ser. “A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) iniciou o terceiro trimestre de 2017 com o comunicado da Concessionária Porto Novo, em 3 de julho informando que suspenderia suas atividades da operação urbana em 48 horas após seis meses sem remuneração pelos serviços prestados. (relatório trimestral da CDURP)”. No relatório de fechamento existe a parte, não o todo. E a parte indica uma priorização da economia em relação ao social, principalmente aquele referente a possibilidade de moradia no centro.

Segundo Morin [2011(2)], o pensamento fundado na noção do *homo economicus*, determinado pelo interesse pessoal não vê o que escapa deste interesse e destrói as relações que precisa para obter o que objetiva. É uma ‘visão produtivista/quantitativista’ que ignora a essência da qualidade de vida. Ele acredita ainda, que uma forma fechada de racionalização está se espalhando por todo o planeta, produzindo uma irracionalidade total. Alerta para o perigo da crise.

“A crise se manifesta não somente como uma fratura no interior de um *continuum*, perturbação num sistema aparente estável, mas também como crescimento das eventualidades, isto é, das incertezas. Ela se manifesta pela transformação das complementaridades em antagonismos, pelo aumento rápido das transgressões em tendências, pela aceleração do processo desestruturante/desintegrante (feedback positivo), pela ruptura das regulações, pela deflagração de processos incontrolados tendendo a autoamplificar-se por si mesmos ou chocar-se violentamente com outros processos igualmente antagônicos e incontrolados. Examinando o mundo atual, a crise aparece não como um acidente, em nossas sociedades, mas como um modo de ser” [Morin, 2010:23].

A cultura, como elemento da produção humana, sofre as mesmas consequências. No entanto, a crise tem aspectos divergentes e antagônicos, mas necessariamente complementares. É na crise que se percebe as maiores necessidades. É a crise que nos traz a evolução através de rupturas e transformações radicais.

Otília atenta para um aspecto crítico: a estetização do medo, com exemplos desde as habitações expulsas ou bloqueadas, até a impossibilidade de permanência

nos parques requalificados e guardados por seguranças. Chama atenção, também, para o significado conflitante de cultura, que de ações socialmente espontâneas, deixa de ser “o outro ou mesmo a contrapartida, para tornar-se parte decisiva dos negócios... um grande negócio” [2000:48].

O grande negócio gera então Grandes Projetos por várias grandes cidades do mundo. Modelos e planos são reinventados. Novas articulações entre atores públicos e privados. Um conceito de progresso e desenvolvimento que, a cada tempo, se torna mais perigoso e catastrófico, ratificando a ideia dessa política cultural como uma estratégia fatal, título do texto de Otilia Arantes.

Há, ainda, nesse movimento, o dogma universal de “que o progresso é uma lei implacável da história humana” [Morin, 2011(2):23]. É preciso estar sempre em desenvolvimento, em competição, agora relativa às cidades em um mundo globalizado. Mas o certo é que há muito descobrimos que o futuro é incerto. A ideia de um progresso, que a partir do crescimento econômico gerava os desenvolvimentos econômico, social e individual não considerava pontos importantes:

- Estamos num universo onde atua um princípio de agitação, dispersão e desordem;

- Todo trabalho comporta desperdício e degradação de energia;

- Todo organismo vive, não somente da vida, mas também da morte.

Assim, todo progresso corre o risco de se degradar e comporta o duplo sentido de progressão e regressão. O progresso como necessidade humana influiu na concepção do mito tecnoburocrático. Mas o futuro incerto nos faz olhar o passado e reconstruir a história, agora com o olhar do presente, percebendo a interdependência entre passado, presente e futuro.

É preciso substituir a concepção simplista da causalidade linear para um futuro previsível, por uma visão complexa, já que o passado forma seu sentido de história a partir do olhar posterior. Efeitos e contrafeitos se entrelaçam: é um novo enfoque a cada novo presente, que modifica o passado. “O conhecimento do presente requer o conhecimento do passado, que requer o conhecimento do presente” [Morin 2010:14].

E as inovações, criações e invenções futuras dependem do presente. Parte do futuro já existe e vai operar as ações, interações e retroações que constituem o presente, mas de maneira incerta. Considerando o tempo como fator de referência cultural, é preciso, de acordo com o pensamento complexo desenvolvido por Morin, atentar que o instrumento de ligação que nos faz deslocar entre presente, passado e futuro é o conhecimento, e ele não é linear, é multidimensional, sem fator dominante. É importante ainda, perceber que também a realidade é multidimensional, comportando fatores geográficos, técnicos, políticos, econômicos, ideológicos e que existe uma rotatividade de evidência desses fatores na evolução humana.

É fato que a evolução segue um princípio multicausal, tanto intrínseco ao processo, como exterior a ele. E são as invenções, inovações e criações que modificam a evolução, podendo ampliar-se e potencializar-se em tendências, infiltrar-

se modificando a tendência dominante: “a evolução é deriva, transgressão, criação, é feita de rupturas, perturbações e crises” [Morin, 2010:17].

A teoria do modernismo para as cidades foi direcionada para a pretensão do equilíbrio da vida urbana organizada, dentro da perspectiva do progresso contínuo, do desenvolvimento linear. O pós-modernismo elaborou a crítica na superficialidade da meia solução de retomada de parâmetros culturais anteriores, mesclados a soluções intrinsecamente modernas.

A evolução tecnológica e informacional reconfigurou as necessidades sociais humanas. Ainda não se tem clareza das profundas modificações que afetam os grupos sociais no presente, mas já se percebem modificações que estabelecem duas formas de ‘olhar o mundo’, analisadas por diversos autores: a global e a local. Contrapostos e complementares essas duas vertentes provocaram algumas modificações na organização dos contextos sociais. A cidade, desde os meados do Século XX, passa a exercer um elemento de destaque no jogo global do poder, criando as bases para que, como foi dito antes, adquira valores de mercadoria, inserida nos fluxos da economia global.

Centros globais também passam por políticas, econômicas, culturais, sociais que se distanciam dos interesses dos cidadãos, deslocados pelos objetivos das companhias contratadas nos projetos de parcerias público-privadas. Raco (2015-27-47) analisa este processo no cenário inglês da política de sustentabilidade de Londres, uma cidade global. Conclui que:

“Onde o controle do governo foi enfraquecido, são as empresas privadas que entraram para preencher a lacuna de governança, em vez de cidadãos ativos e capacitados. A este respeito, a experiência de Londres tem implicações muito mais amplas... As demandas democráticas disruptivas são vistas como um “problema”, para serem gerenciadas e controladas através do processo de contratualização orientada por resultados. Discursos oficiais de política pública e estratégias formais estão se tornando menos significativos. O poder reside cada vez mais na capacidade de moldar os contratos em termos de formulação, conteúdo e enquadramento legal. Qualquer interrupção nesse modelo de governança requer um entendimento dos processos judiciais e regulatórios muitas vezes complexos e exige um novo tipo de engajamento que é muito diferente dos sonhos utópicos dos pensadores da sustentabilidade do final do século XX.”

A cidade, que passa por este projeto de revalorização da imagem, vai ter os seus espaços fragmentados, em relação aos dois aspectos importantes: o global e o local. De acordo com Santos [2008:284], há espaços que se agregam, sem descontinuidade, constituindo a versão tradicional de região; e há aqueles que, embora separados uns dos outros, “asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”. Os primeiros, as horizontalidades correspondem ao local e tem uma função básica de produção. Os outros, as verticalidades, controlam o poder, e estão ligadas através da circulação, do intercâmbio e do controle, relacionados à perspectiva Global, numa perspectiva dos resultados dos negócios.

Fortuna e Santos [2002:433], citando Doreen Massey, indicam os espaços da

“geometria do poder”, traduzidos pelo sucesso de aproximação ao centro [global] contraposto a localização, que vai significar “incapacidade e sujeição à condição de marginalidade social, política e cultural”. Essa marginalidade, caracterizada como “laterização social” é muitas vezes inserida numa estratégia de reconhecimento dos direitos, dentro das perspectivas de “promoção transnacional da imagem da cidade”, resultando em “fragmentações sociais, políticas espaciais ou mesmo estéticas”. Essas fronteiras construídas e imaginadas socialmente, sem delimitação específica no espaço das cidades, terminam por sofrer as interações e retroações consequentes de um sistema complexo: “... temos assistido à desterritorialização dos fluxos econômicos, culturais, simbólicos e informativos.” [Fortuna e Silva, 2002:432]

É neste contexto espacial incerto, que a recuperação urbana culturalista vai ser implantada, de acordo com as exigências da verticalidade, ligada ao poder econômica, mas num contexto complexo, que compreende também as horizontalidades, incluindo em várias perspectivas as ações, interações e retroações, que se mesclam na vida das cidades.

4 | REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E CULTURA

A primeira questão que se coloca é relativa à ideia da cidade como espetáculo. A outra se relaciona aos centros das cidades. Fortuna e Silva, citando Mumford, consideram que a cidade é “a teatralização da ação social e a estética simbólica da unidade coletiva” [2002:423]. Os centros citadinos da pré-industrialização eram o palco principal das ações culturais ritualizadas, específicas de cada cultura. Hoje, já não traduzem mais a heterogeneidade e a diversidade urbana, e tornaram-se locais de passagem ou espaços homogêneos segregadores ou foram convertidos em locais de visitação.

Algumas indagações importantes se colocam neste ponto: será possível que os “palcos” do espetáculo urbano, ou seja, seus espaços públicos centrais ou não, possam ser resgatados como espaços de ação social, através de planos e projetos de recuperação urbana baseados em atividades culturais? Quais são os desvios que este tipo de estratégia pode sofrer? Na cidade contemporânea, o que tem acontecido com a cultura urbana?

Arantes [2000:23] aponta o nascimento desta etapa urbanística numa conjunção de ações tanto na Europa, como nos Estados Unidos e cita a crítica de David Harvey para o porto de Baltimore, que ele denomina “a utopia dos incorporadores: a renovação do Inner Harbor de Baltimore”. Em sua análise [Harvey, 2009:182, 189], apresenta dados de pesquisas que fundamentaram os processos do projeto, demonstrando os equívocos dos investimentos públicos num processo de gentrificação sem escalas. Hotéis, arenas, centros de ciências, edifícios de escritórios e de apartamentos, que só conseguiram comercialização depois de alguns descontos, foram empreendimentos, na sua maioria, financiados por uma parceria público/privada, cuja parcela financiada

com dinheiro da população era muito maior do que os investimentos privados. No caso do Hyatt Regency Hotel, avaliado em 35 milhões de dólares, o investimento da empresa foram “meros 500 mil dólares”.

Depois de iniciado esse processo de recuperação as perdas públicas só tendem a aumentar, na medida em que surgem os acasos e incertezas, os quais o setor que lucra, não está disposto a assumir, requisitando para sua continuidade mais investimentos públicos.

“Para tornar compensadora cada leva de investimentos públicos, faz-se necessária mais uma leva. A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros” [Harvey, 2009:190]. Sob esta perspectiva, trabalhar com os acasos e incertezas, vistos como parte do processo, pode ter consequências até mesmo nos níveis contratuais das parcerias público-privadas.

Ainda no campo dos investimentos, Fortuna e Santos, em análise do processo do desenvolvimento português nos chama à atenção para a incapacidade das administrações locais de arcar com os custos dos grandes projetos, característica mais dominante nos processos atuais de recuperação urbana culturalista. Considera legítima “a suspeita acerca da sobrequalificação” de espaços específicos, “bem como a sua privatização e sujeição às regras do mercado” [2002:429]. Essa sobrequalificação, aliada à obediência mercantil, destrói as características de complexidade cultural das localidades, para atender à verticalidade mencionada por Milton Santos. Um dos pressupostos da teoria da complexidade para mudar as características da evolução do mundo atual seria “dar autonomia as coletividades” [Morin, 2010:49]. Mas a política de desenvolvimento e recuperação das cidades baseadas num culturalismo global deteriora cada vez mais essa possibilidade de autonomia, conforme definida neste trabalho.

Ainda citando Fortuna e Santos que, em referência a outros autores, indicam que, pode-se perceber nos projetos de renovação cultural bem-sucedidos, uma importante participação dos agentes culturais locais. Em contraposição, outros projetos, cuja assimilação é demorada, muitas vezes, dependentes de novos investimentos públicos, como no caso de Baltimore, percebe-se a ocorrência de “exclusão social, fechamento e atomização dos sujeitos no espaço privado, com prejuízo da consolidação da participação na vida pública de um conjunto de agentes de idade, sexo, classe, estilos e vida e etnias diferentes” [2002:430].

Outra tendência que se destaca no processo de globalização é a hegemonização dos campos de produção e consumo cultural, que pode ser analisada de outro ponto de vista. Considerando-se as retroações, conceito do pensamento complexo, podemos avaliar uma complementaridade importante neste processo: “o impulso de homogeneização da oferta contrapõe-se a um impulso de heterogeneização na procura”, que pode ser uma possível interpelação que a cultura local pode fazer e já o faz à globalização. Para tal é importante “complexificar essa dicotomia” [Fortuna e

Santos, 2002:237].

Uma análise do Professor Carlos Lessa, em sua palestra no evento de comemoração dos 40 anos da Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ, ao descrever a capacidade criativa brasileira, no sentido de absorver o que lhe é externo e transformá-lo em outra coisa, com significado local, nos fez atentar para um exemplo peculiar: o XTUDO. Nos fez perceber o caráter antropofágico inerente à nossa cultura, demonstrando que desde sua chegada ao Brasil, como *cheeseburger*, esse sanduíche transformou-se em outro, com novas características e outros ingredientes, e acima de tudo, com outra identidade.

De hambúrguer, queijo e pão, passou a um sistema combinatório com diversos elementos adicionados aos originais, como milho, ervilha, queijo parmesão, maionese, batata frita, salada e outros, que permitem ao comprador estabelecer suas preferências, montando a combinação que lhe convier. Foi absorvido e devolvido em transformação. É fato que apesar desse processo culturalista globalizado intensificar a uniformização cultural, o XTUDO comprova que o poder de retrabalho dessa cultura autoritária pelas sociedades locais não deve ser subvalorizado.

Ainda sobre a complexificação das relações que articulam o sistema mundial, nessa vertente de recuperação urbana culturalista, existe o fator de localização do global ou seja, “fica cada vez menos possível tratar indiferencialmente (sic) os públicos sem cuidar da diversidade das maneiras de ser e agir e das referências simbólicas [tradições, linguagens e ícones, etc..] que os caracterizam” [Fortuna e Santos, 2002:442]. Este é um dado, o aumento da interdependência, que pode e deve ser explorado na contramão dos processos de homogeneização.

Se examinarmos a história, a partir da perspectiva dos valores do presente, podemos “perceber que as cidades coloniais foram arenas multiculturais muito antes de se tornarem metrópoles urbanas do século XX”, e que o processo de globalização não é novo na história da humanidade, variando somente a escala, na contextualização das tecnologias existentes.

Mas é exatamente esta tecnologia que vai permitir o acirramento do que Mike Featherstone, citado por Fortuna e Santos [2002:448], denominou de terceira cultura, referindo-se a agentes “detentores de competências técnicas e profissionais específicas, que lhes permitem viver entre culturas e estabelecer comunicação entre si, através da retradução dos seus sentidos e significados”. Têm em geral um descolamento em relação ao local, contraposto ao sentido antropológico que o espaço adquire para os cidadãos locais.

Ora, uma das premissas do pensamento complexo, definido por Morin, é a disjunção do saber em especialistas, desconectados do contexto e direcionados para relações específicas que lhes subtrai, primeiro a possibilidade de interação com o todo; no caso da cultura, com o contexto; e segundo, a responsabilidade sobre as consequências da sua ação em relação a este contexto. Este monopólio de expertise, defendem Fortuna e Santos, interfere no relacionamento dos sujeitos na sociedade:

“O grau de maior ou menor resistência, visibilidade e reconhecimento do local encontra-se cada vez mais desligado daquilo que seus representantes conhecem, e mesmo de quem conhecem e com quem se relacionam, e, em contraposição surge crescentemente condicionado por circunstâncias e ambientes sociais e técnicos alheios à vontade destes” [Fortuna e Santos, 2002: 450]

O movimento de resistência deste sentido autoritário do conhecimento nos é dado pelo resultado criado pela superespecialização que permitiu um avanço científico e tecnológico considerável que nos aponta em duas direções. Segundo Morin, há a necessidade de religar esse conhecimento, e o devemos fazer trabalhando a relação entre a parte e o todo, entre o todo e a parte. Defende que a patologia da razão está na hipersimplificação que não deixa ver a complexidade do real.

Fortuna e Santos defendem o uso das modernas tecnologias de informação, como recursos decisivos, a partir dos quais os mapas cognitivos do local e do global podem ser reelaborados, ou seja, efetuada uma religação entre essas duas perspectivas que evite que o local fique cada vez mais a margem do global.

Muito ainda se pode explorar, na relação entre cultura, espaço e a teoria da complexidade. Mas trabalhar com a complexidade é compreender que a ação é estratégia, e entender que devem ser previstos os acasos que vão se suceder e perturbar a ação. A estratégia luta contra os acasos e busca a informação, mas o acaso não é apenas o fator negativo a ser reduzido. “É também a chance que se deve aproveitar” [Morin, 2011:79], principalmente para trabalhar com a cultura e o espaço da cidade. Para tal, é fundamental pensar o projeto em toda a sua complexidade de decisões, em função das relações local/global, parte/todo, específico/genérico, certeza/incerteza, definições/acasos e principalmente exclusão/ inclusão.

A partir do pensamento de Morin, e juntamente com ele, considerar que, estamos num mundo que nos parece simultaneamente em evolução, em revolução, em progressão, em regressão, em crise, em perigo. Vivemos tudo isso ao mesmo tempo.

Precisamos considerar que, a eficácia política, assim como a eficácia da sexualidade precisa de incontáveis esforços infrutíferos, de desperdício de energia e de substância vital para chegar a uma fecundação. Que semear a vida, para nós, é dispender esforços inumeráveis, é produzir embriões sem número. Semear pode coincidir com se amar, isto é, com o amor que transfigura dois seres e encontra sua finalidade em seu êxtase de comunhão [Morin, 2010:35]. E eis o símbolo que cada qual pôde e pode viver....

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.**

In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

CHAUÍ, M. Cultura e Democracia. In: **Crítica y Emancipación Nº 1:** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales. *Emir Sader. Pablo Gentili. [Directores]* ISSN 1999-8104 53-76 Buenos Aires: Clacso, p. 53-76, jun. 2008.

FORTUNA, C. e SILVA, A. S. A cidade do lado da cultura: Espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural, In: Sousa Santos, B. **A Globalização e as Ciências sociais**. São Paulo, Cortez. 2002

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola. 2009

MORIN, Edgar. **Reformar o pensamento**: a cabeça bem feita. Lisboa: Instituto Piaget. 2002
_____, **Para onde vai o mundo?** Petrópolis: Editora Vozes. 2010.

_____, **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina. 2011.

_____, Para um pensamento do sul, In: **Anais do Encontro Internacional para um pensamento do Sul**, Rio de Janeiro: SESC - Departamento Nacional. 2011(2).

RACO, M. (2015). The post-politics of sustainability planning: Privatisation and the demise of democratic government. In: Wilson, Japhy; Swyngedouw, Erik (Org.) **The Post-Political and its Discontents**: Spaces of Depoliticisation, Spectres of Radical Politics p. 25-47. London, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

Relatório Trimestral de Atividades. CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro. jul, ago e set, 2017.

Este texto, um pouco modificado, foi apresentado no VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa em maio de 2016.

A pesquisa base deste trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL

Sílvia Rachi

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Belo Horizonte, Minas Gerais

RESUMO: A proposta diz respeito à pesquisa desenvolvida no âmbito do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica de uma universidade particular. Trata-se do recolhimento e inventariação de documentação textual, imagética e audiovisual, além de objetos utilizados ao longo da trajetória da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Parte-se da compreensão de que políticas culturais de preservação da memória histórica não devem se restringir às iniciativas do Poder Público, mas precisam ser realizadas por quaisquer instituições comprometidas com o exercício da cidadania. A PUC Minas busca estreitar, assim, o diálogo com órgãos públicos do Estado dedicados à preservação da memória, como o Arquivo Público Mineiro. Parcerias que têm possibilitado melhor formação dos profissionais no que concerne ao tratamento das fontes e, do mesmo modo, sensibilizado a sociedade para a importância do patrimônio histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas culturais; Patrimônio documental-material, Centros de documentação.

ABSTRACT: The proposal concerns research developed within the framework of the Center for Memory and Historical Research of a private university. It is the collection and inventory of textual, imagery and audiovisual documentation, as well as objects used throughout the course of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais. It is based on the understanding that cultural policies for the preservation of historical memory should not be restricted to the initiatives of the Public Power, but must be carried out by any institutions committed to the exercise of citizenship. PUC Minas seeks to strengthen the dialogue with public agencies of the State dedicated to the preservation of memory, such as the Arquivo Público Mineiro. Partnerships that have enabled a better training of professionals in the treatment of sources and, likewise, sensitized society to the importance of historical heritage.

KEYWORDS: Cultural policies; Documentary heritage Material, Documentation centers.

1 | INTRODUÇÃO

A presente proposta diz respeito à pesquisa desenvolvida no âmbito do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica (mormente reconhecido como centro de documentação) de uma universidade particular. Trata-se do

recolhimento, inventariação e exposição de documentação textual, imagética e audiovisual, além de objetos/instrumentos utilizados ao longo da trajetória da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Parte-se da compreensão de que políticas culturais de preservação da memória histórica não devem se restringir às iniciativas do Poder Público, mas precisam ser abraçadas por qualquer instituição comprometida com a construção do saber e a formação de cidadãos. Sendo que,

As políticas de identidade e patrimônio aparecem muito antes das políticas contemporâneas de produção e difusão cultural, sendo originárias dos esforços de consolidação dos estados modernos por meio da construção da identidade nacional e da preservação do seu patrimônio cultural. (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 5).

A partir de tal premissa, o Centro de Memória da PUC Minas vem buscando estreitar o diálogo com órgãos públicos do Estado de Minas Gerais dedicados à preservação da memória, como o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Essas parcerias têm possibilitado melhor formação/orientação dos profissionais no que concerne ao tratamento das fontes históricas e, do mesmo modo, a sensibilização de docentes e discentes para questões relativas ao patrimônio documental e material da Universidade e da sociedade como um todo.

2 | O ACERVO HISTÓRICO

O acervo histórico da PUC Minas é composto por registros textuais, imagéticos e sonoros/audiovisuais que se encontram sob custódia do CMPH. São escriturações administrativas (correspondências, atas de reunião, relatórios, boletins informativos, mapas, etc.), dos órgãos institucionais, de material (oral e fotográfico) advindos de escolas e órgãos administrativos e de pesquisa da Universidade, além de arquivos referentes às inúmeras atividades realizadas nas unidades que compõem os 9 *campi* da PUC Minas. Nessa perspectiva, pretende-se aprimorar e ampliar as ações de recolha, tratamento e divulgação de documentos no sentido de se preservar e conferir maior visibilidade à trajetória da Instituição, tendo-se em vista sua importância para a memória da sociedade mineira.

Em um mundo globalizado - caracterizado pelo intenso uso de novas tecnologias de comunicação - o contínuo e acelerado acesso às notícias, a acirrada competitividade, a efervescência de mudanças políticas e econômicas acabaram por levar a uma sobrecarga informacional, gerando a superficialidade, a pulverização e o rápido esquecimento das informações. Nesse contexto, como forma de combate ao imediatismo, à efemeridade, ao individualismo e à possível desagregação de coletividades, tornou-se premente a necessidade de valorização da memória social como parte indispensável das políticas culturais. Demanda essa associada à recuperação de valores, à preservação das tradições e à primordialidade de definição de marcos de identificação ligados à etnia, ao gênero, à condição socioeconômica,

isto é, a elementos constitutivos das identidades sociais.

3 | REFERENCIAIS TEÓRICOS

Para Michel Pollak (1992), a construção das identidades de sujeitos e grupos se faz sempre na convivência, na interação. Quer-se dizer: a memória social somente pode ser construída na alteridade. Significa afirmar que nos formamos homens e mulheres na relação com o outro. Assim, a noção de pertencimento vincula-se à memória individual e coletiva, as quais se retroalimentam, proporcionando-nos o resgate de sentimentos e lembranças e a comunhão de ideais. Como havia explicado Maurice Halbwachs, ainda nos anos de 1920 e 1930, a memória deve ser entendida como fenômeno pessoal e coletivo.

Ao se ter em conta o caráter social da memória, é essencial se destacar a importância de dimensões, sítios, símbolos e rituais que propiciam sua manutenção e reelaboração. A esse respeito, orienta-nos Pierre Nora (1993) que alguns espaços figuram como *lugares de memória*, reveladores de diferentes versões de acontecimentos compartilhados. Ou seja, para além de fatos e de personagens, as recordações e tradições seriam sustentadas e nutridas por lugares referenciais, os quais, cabe ressaltar, não são apenas físicos. Estes *lugares de memória* transformam-se em emblemas, favorecendo a manutenção e a reformulação de parte de nossas lembranças. Por meio deles, tomamos contato com informações, narrativas e vestígios que, invariavelmente, carregam intencionalidades, interesses e visões de mundo.

Arquivos, museus, centros de memória (de instituições públicas e/ou privadas), ruas, praças, monumentos e celebrações configurar-se-iam, dessa maneira, como ambientes de propagação da memória social de uma coletividade. Daquilo que foi eleito como digno de ser lembrado e/ou conhecido, seja por meio da expressão de costumes, de exposições da mais diversa natureza, de publicações documentais ou do desenvolvimento de pesquisas históricas.

Muitas vezes, acredita-se que nesses locais/rituais estaria sendo preservada/contada a própria história da sociedade, remetendo os indivíduos às experiências coletivas, desencadeando identificações e a sensação de reconhecimento entre sujeitos e eventos. É sabido, no entanto, que a memória não é a história. Ambas “são processos de introspecção; uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são [...] diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável.” (LOWENTHAL, 1998, p. 66). Memórias são reelaborações, interpretações, narrativas baseadas em pontos de referência. Têm sua gênese no real, porém, dele se distanciam, reconstruem-no. Já a história problematiza as versões. Utilizando-se de metodologias, confronta e questiona representações e relatos, contextualiza-os, historiciza-os, e, sem prescindir da subjetividade do pesquisador, evoca, para si, caráter científico.

Nesse quadro, aflora nas últimas décadas - como um dos caminhos para a construção, preservação e problematização da memória coletiva - a exigência de recuperação das histórias institucionais, seja em âmbito local, regional ou nacional. As instituições assumem o status de espaços significativos relativamente às experiências de formação e de desempenho intelectual e profissional em contexto específico. Daí decorre a importância de seus registros, de suas memórias, em particular quando marcam a história das localidades nas quais se inserem.

Esta pesquisa alinha-se à tal realidade. Tem por objetivo aperfeiçoar e incrementar as ações de recolha, organização e disponibilização de documentação histórica da PUC Minas, dada a relevância desta Universidade para a história de gerações.

No Brasil, as discussões afetas ao tema da história institucional ganharam corpo a partir dos anos 70 do século XX, quando iniciativa privada, academia e Poder Público passaram a inserir em suas agendas debates relativos à necessidade de conservação de documentos escritos e de diferentes registros que possam contribuir para a compreensão do processo histórico dessas entidades e, por extensão, da coletividade a que atendem. Empreendimentos reforçados pela utilização das novas tecnologias, que revolucionaram os modos de arquivamento e de acesso aos acervos históricos. Cumpre realçar que quanto mais duradouro e verticalizado for o desempenho de determinada organização, tanto maior será a indispensabilidade de se resguardar seus arquivos.

Enquanto *lugar de memória*, o CMPH preserva massa documental constituída por registros advindos das unidades e secretarias referentes à fundação e à dinâmica da instituição. Abriga, ademais de acervos bibliográficos e arquivos de origem privada, materiais recolhidos e produzidos por pesquisas institucionais relativas à cidade de Belo Horizonte e ao Estado de Minas Gerais e, de forma mais ampla, documentos pertencentes a arquivos permanentes, fundamentais para a história nacional. Parte considerável desses registros encontra-se organizada e disponibilizada (em *fundos*) para pesquisa, sendo facultada consulta à comunidade externa. Com equipe composta por professores e alunos, técnicos especializados e funcionários administrativos, o CMPH vem desenvolvendo, também, desde o início de seu funcionamento, investigações sobre temáticas diversas, com destaque para a história da Universidade.

O órgão caracteriza-se, igualmente, por buscar contínua profissionalização, com vistas à sua afirmação enquanto centro aglutinador e produtor de conhecimentos; referência em Centro de Memória e de Pesquisa no Estado. Para tanto, tem se dedicado à formação profissional (discente e docente), por meio da efetuação de visitas técnicas, da promoção de palestras - de reconhecidos especialistas ligados à arquivística e à pesquisa histórica - da realização de estágios, debates e seminários internos.

Em vista disso, constata-se a necessidade do desenvolvimento de estratégias de refinamento e apuro de tarefas, somando esforços para contínuo recebimento, organização e divulgação de acervo institucional, ressaltando-se a valia da permanente

reflexão acerca das atividades executadas, assim como para a delimitação e alcance de suas propostas.

Como exposto, o cuidado com a memória, em suas diferentes modalidades, tem sido temática de destaque nas últimas décadas. A preocupação com a conservação de informações, por meio de variados suportes, justifica a reflexão sobre a necessidade de se preservar a memória de eventos, processos e entidades tidos como relevantes para a construção das identidades sociais. “O fato do passado não estar mais presente, toda de incerteza o seu conhecimento. Visto que lhe são atribuídas durações variáveis [...] o passado com frequência parece desconcertantemente tênue.” (LOWENTHAL, 1998, p. 66). O apagamento dos acontecimentos e de seus vestígios aflora, pois, como ameaça à compreensão dos fenômenos cotidianos pelos atores e grupos sociais. Logo, parte-se da premissa de que a memória e a história de uma coletividade, suas narrativas e registros são basilares para a compreensão das permanências, rupturas e antagonismos sociais.

A memória nasce das experiências individuais e coletivas marcadas pela heterogeneidade, pluralismo e fluidez, e corresponde aos significados atribuídos às ocorrências do dia a dia por distintos segmentos da sociedade. Evidenciam-se, assim, como apropriações e reelaborações permanentes, envoltas por intenções políticas e ideológicas. Jacques Le Goff (1984) ressalta que passado e memória não são a história, mas sim objetos dela. A memória seria uma forma “elementar” e indispensável para a construção histórica, isto é, para o processo de classificação, interpretação e legitimação dos fatos. Além de uma conquista, é objeto de poder e de embates. Na visão do autor, as sociedades cuja memória social é destacadamente oral ou aquelas na iminência de formar uma memória coletiva escrita são as que melhor possibilitam a compreensão das disputas pela dominação da recordação e da tradição.

Por conseguinte, os centros de memória, enquanto espaços de salvaguarda dos vestígios do passado e, ao mesmo tempo, de confrontação crítica das leituras que ele permite, revelam toda sua expressividade. Esses *lugares de memória*, nos diferentes sentidos que o termo possa comportar (material, simbólico e funcional), investem-se de aragem simbólica, sendo sustentados e alimentados pelas práticas sociais. Proporcionam o compartilhamento e a recuperação das reminiscências que se cristalizam e se (re)significam por meio das celebrações, dos cultos, das tradições, enfim, dos rituais de cada cultura e sociedade.

Nesse amplo espectro de discussões, a memória institucional/organizacional é entendida como parte fundante do processo de conservação/construção da memória coletiva. Nos anos de 1980, na França, aparecem os *Centros de Arquivos do Mundo do Trabalho* e “na mesma época, no Brasil, a memória institucional vinha sendo tratada de forma mais acentuada em centros de memória, mais comumente nos órgãos públicos, em algumas instituições privadas e com maior prevalência em instituições acadêmicas”. (RUEDA, FREITAS, VALL, 2011, p. 85). Há de se diferenciar, todavia, a memória organizacional da institucional. Aquela, ligada à ideia de eficiência, comporta

transformações e adequações no seu percurso, já a institucional harmoniza-se aos conceitos de validação/autenticidade, construção das identidades e, em última análise, de responsabilidade social.

Logo, as intenções de conservação da memória institucional prendem-se à necessidade de problematização do passado e à construção de visão crítica relativamente ao espaço em que se vive. Seus objetivos estão, invariavelmente, atrelados ao tempo presente e, em simultâneo, remetem ao futuro, na medida em que contribuem para a compreensão do social. Restos, rastros e sombras do passado somente adquirem razão de ser enquanto substâncias para a reflexão de agentes e grupos sobre o mundo em que vivem, evidenciando-se, por decorrência, o caráter “vivo” dos vestígios.

A memória institucional desempenha, portanto, papel empático e consubstancia-se em patrimônio da sociedade. Independentemente de dizerem respeito aos espaços públicos ou privados, as ações que visam sua preservação são políticas culturais que alcançam a sociedade em geral. Ao delinear-se como testemunho do legado cultural possibilita a construção de referenciais coletivos para gerações. Essa ligação estreita entre memória e identidade propicia a sensação de pertencimento aos sujeitos. Desse modo, a construção das identidades é fenômeno que envolve “fronteiras físicas”, “continuidade no tempo” e “sentimento de coerência”, além de passar pelos preceitos de “aceitabilidade”, de “admissibilidade” e de “credibilidade”. Critérios definidos na convivência/negociação entre os indivíduos, tendo-se sempre em mente a existência de disputas sociais. Para Pollak, a memória apresenta, inclusive, caráter hereditário, contribuindo para o desenvolvimento dos sentimentos de continuidade e de coerência - visando a construção das identidades sociais – acaba por ser compromisso e principal finalidade dos centros de memória. Recuperar documentos/instrumentos institucionais para tratá-los e disponibilizá-los não são encargos essencialmente espontâneos. Demandam a delimitação de parâmetros e contínuas revisão e reflexão do processo.

Apesar da importância atribuída à história das instituições - certo culto à memória de entidades privadas e/ou públicas -, pouco se tem discutido sobre as diferenciações substantivas entre “espaços memoriais” (que simplesmente guardam documentos e objetos, muitas vezes, numa sacralização acrítica da memória) e aqueles que buscam eleger de maneira reflexiva as matérias a serem organizadas e os meios de sua divulgação. Assim, os documentos históricos institucionais não podem ser designados e interpretados como meros “registros memorialísticos”. Fazem parte do patrimônio social e cultural, contribuem para a afirmação das identidades coletivas. Devido à sua relevância social, torna-se imperativo que se lance mão de metodologias próprias para a sistematização dessas fontes, respeitando-se a natureza e a tipologia documental.

No que tange particularmente, ao tratamento de objetos, devemos considerar que Cultura Material é expressão polissêmica, que, de forma geral, corresponde à interação do Homem com a concretude ou materialidade circundante de sua vida. Seria toda produção humana, como moradias ou objetos duráveis e não-duráveis de

uso cotidiano. A data de meados do século XX, discussões sobre o conceito - que tem suas origens na arqueologia, antropologia e paleontologia - ganharam destaque. Desde então, os esforços investigativos têm buscado conjugar três dimensões da vivência humana: espaço, tempo e forma. A principal intenção é a de explicar as mudanças culturais e sociais que se manifestam ao longo do tempo. Nessa linha de pensamento, a cultura material deixa de ser concebida como mero reflexo da cultura e os objetos de serem vistos como peças inertes. Os artefatos carregariam significados, cabendo ao investigador mais do que lhes retirar a poeira do tempo, acima de tudo, interpretá-los. Daí se depreende que a História da Cultura Material traz à tona a vida material das coletividades, aquilo que foi construído e utilizado socialmente.

Assim sendo, a preservação da memória institucional nasce e depende da seleção, classificação e arquivamento de toda a documentação disponível a respeito da trajetória da entidade em questão, destacando-se, aqui, a diversidade dos registros produzidos. Para além de escrituras, diferentes modalidades documentais têm sido constituídas e consideradas. Dentre as quais, fotos, plantas, mapas, pinturas, desenhos, produções audiovisuais, as quais requerem instrumentos e métodos específicos de recolha, acondicionamento e propagação.

4 | PROCEDIMENTOS / METODOLOGIA

4.1 Ações em andamento

Em conformidade aos objetivos desta pesquisa, o CMPH planejou e vem implementando ações sistematizadas que se dividem em 4 vertentes de trabalho, além da constante disponibilização do acervo:

1. recolhimento, higienização, organização e acesso à documentação textual;
2. recolhimento, higienização, organização e acesso aos registros imagéticos;
3. criação, sistematização e acesso ao acervo audiovisual;
4. recolhimento, tratamento e exposição de acervo material.

É crucial que se conheça a natureza dos materiais componentes dos acervos e sua suscetibilidade aos fatores externos (agentes ambientais e biológicos), como luz, calor, umidade e fungos, para que seja possível diagnosticar elementos nocivos à inteireza documental e, a partir daí, estabelecer os procedimentos de conservação.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito à proveniência do documento, pois, não é a natureza, o suporte ou mesmo o conteúdo que o definirão em termos de arquivística, mas sim o seu surgimento, a maneira como foi constituído. É a partir da identificação da origem da documentação que serão estruturados e organizados os *fundos*, os quais se referem ao “conjunto de documentos de uma mesma proveniência” e que guardam entre si relações orgânicas. Nesse sentido, os arranjos documentais, isto é, seu processo de classificação deve respeitar a estruturação primária, conferida por sua entidade produtora, seja ela individual ou

coletiva, pública ou privada.

4.2 Acervo textual

A recolha da documentação escrita é realizada primordialmente por meio do atendimento às demandas dos órgãos institucionais para a aceitação e guarda de material que comporá o arquivo permanente. A exceção dos livros de registros de atas, normalmente, os textos (relatórios, correspondências, pareceres e boletins informativos) se encontram depositados em envelopes e caixas plásticas e/ou de papelão, e contam com identificação prévia.

O primeiro passo para o tratamento da documentação é o seu mapeamento: contagem do número de caixas ou pastas e triagem, isto é, separação do que será higienizado, com base na especificação original.

O processo de higienização refere-se à limpeza dos documentos: retirada de clips, grampos, fitas plásticas e adesivas ou quaisquer componentes que possam comprometer a integridade física do papel. Em seguida, retira-se a poeira com escovas e trinchas adequadas. Todo manuseio é feito com proteção pessoal: luvas de látex, máscaras, aventais, toucas descartáveis e óculos de proteção (nos casos de sensibilidade alérgica).

Daí decorre a necessidade de aportar material peculiar para o trabalho, além de pessoal qualificado para sua execução. A higienização bem feita acarreta em maior facilidade para a organização dos documentos, haja vista o descarte de tudo que dificulta seu acondicionamento, além, é claro, de proporcionar durabilidade aos registros.

Após a higienização, as escriturações são acondicionadas em *folders* de papel alcalino, por ser o mais adequado para a conservação das fibras de celulose, evitando-se sua degradação por acidez e oxidação. Posteriormente, são acomodadas em pastas, momento em que se processa a identificação mais precisa do material. Os *fundos* são divididos em *subfundos* ou *séries* de acordo com a tipologia documental (correspondências, atas, relatórios, balancetes, etc.), e dos critérios arquivísticos adotados. Em alguns casos, são criadas *subséries*, a exemplo de correspondências expedidas e recebidas. Na sequência, são colocadas/identificadas, nas caixas, as datas limite da documentação, isto é, o primeiro e o último mês/ano a que se refere. Por fim, elabora-se o inventário/catálogo do fundo, o qual é disponibilizado para consulta.

4.3 Acervo imagético

De forma análoga aos documentos escritos, fotografias, mapas, desenhos e plantas também são recolhidos a partir das solicitações dos órgãos institucionais. Em seguida, passam pelo processo de higienização, quando são retirados os elementos que podem danificar ou interferir em sua integridade física. As fotografias - que compõem a

maior parte desse tipo de acervo do CMPH- normalmente são recebidas em pastas e a limpeza (com trinchas e escovas especiais) é realizada apenas no verso do documento para que não se comprometa a qualidade da imagem. A maioria das peças não possui qualquer notação, fator que dificulta enormemente sua sistematização. Nestes casos, o CMPH tem buscado o auxílio de professores, ex-funcionários e de funcionários para identificação do material fotográfico.

Cabe destacar que, de forma oposta ao que se passa com os documentos escritos, a discussão e o trabalho com fotografias no Brasil - tanto no campo da história quanto no da arquivística – apesar de notáveis avanços, ainda encontram-se tímidos, enfrentando resistências relativamente à sua utilização, interpretação e processamento técnico.

Esse quadro vem sendo, gradativamente, alterado. Na década de 1990 e no atual século, historiadores e arquivistas somaram esforços no sentido de compreenderem de que forma os registros fotográficos extrapolam a função de meras ilustrações e podem significar a exibição de um instante temporal que contribua para a interpretação e análise de uma totalidade histórica. Em algumas situações, esses registros possibilitam ao consulente retorno visual no tempo, *flashes* do passado. Longe de se defender a ideia da fotografia enquanto transposição literal e fidedigna da realidade. Antes, parte-se do entendimento de que o objeto capturado e eternizado pela imagem é um fragmento, um vestígio e uma construção reveladora de representações e práticas sociais. Destarte, enquanto fonte histórica, as fotografias devem ser problematizadas e analisadas à luz de aportes teórico-metodológicos singulares.

Isso posto, defende-se que a sistematização dessas fontes é de importância vital para a história da instituição. Dada a sua natureza, fragilidade e tipo de suporte requerem cuidados particulares, diferentes daqueles destinados aos textos. É preciso atentar, igualmente, para a organicidade dos documentos, a gênese de sua constituição, ou seja, o princípio da proveniência. Tal aspecto, por vezes, tem sido desprezado em alguns estabelecimentos, em função da abordagem individualizada da fotografia, gerando a descrição documental da imagem de maneira isolada. Assim, além do caráter informacional, a abordagem desses documentos deve levar em conta formas de tratamento físico e temático, entendendo-os, invariavelmente, como fontes primárias.

Uma das intenções da equipe do CMPH da PUC Minas é a de aprimorar-se no manear de imagens. Para tanto, têm buscado conhecer e debater acerca das singularidades do trabalho com esses registros.

4.4 Acervo audiovisual

Outro objetivo da equipe do CMPH é o de incremento do acervo audiovisual/sonoro. Nos anos 50 do século XX, a história oral nasceu com o compromisso de

“dar voz aos excluídos e marginalizados”, finalidade ampliada ao longo do tempo. Atualmente, firma-se no cenário acadêmico como metodologia de pesquisa que possibilita aos investigadores conhecer visões e versões de eventos e processos. Enseja, portanto, rigor científico tanto no que respeita à coleta de dados quanto à sua análise. Especificamente no Brasil, as primeiras experiências com história oral aconteceram em meados dos anos de 1970.

Desde fins do século XX, um sem número de investigações acadêmicas, monografias, dissertações e teses vêm sendo desenvolvidas utilizando-se da metodologia da história oral. Entrevistas e transcrições fazem parte da rotina de diferentes centros universitários, assim como as oficinas e arquivos sonoros e/ou audiovisuais. Vale frisar que o emprego de tecnologias digitais ampliou e transformou a noção de arquivo sonoro, que hoje engloba registros audiovisuais (filmagens).

Ademais de modificações em sua natureza, as novas tecnologias têm proporcionado formas inovadoras, mais eficientes e seguras de preservação dos materiais dessa natureza.

O trabalho com a História Oral define-se, dentre outros fatores, por ser executado através de temas (História Oral Temática), produzindo arquivos exclusivos sobre determinado assunto. Caracteriza-se, ainda, pelas mesmas preocupações de guarda e acesso às fontes escritas, embora acervos sonoros/audiográficos sejam metodologicamente criados de maneira distinta.

Nessa linha, seria necessário, em primeiro lugar, promover a formação dos profissionais no sentido de conhecerem as normas de arquivística exclusivas dessa tipologia documental. Etapas como a elaboração de roteiros, coleta de depoimentos, transcrição, armazenamento e catalogação precisam ser desenvolvidas a partir de diretrizes particulares.

A coleta de depoimentos, atualmente realizada por meio de entrevistas filmadas, depende da elaboração de roteiro prévio, o qual poderá ser modificado durante o processo, mas que não deve ser dispensado, pois “guiará” a conversa entre entrevistador e entrevistado. Apesar de exercícios de ruptura durante a narrativa de um entrevistado, é preciso que o depoimento contenha certa linearidade e busque atender aspectos contemplados pelos objetivos da investigação. Daí a relevância do roteiro de perguntas, em que as questões são formuladas de maneira justaposta, conferindo contiguidade e coerência ao diálogo.

A partir das relações estabelecidas com o entrevistado, poder-se-á criar uma rede comunicacional com pessoas fulcrais para a pesquisa em causa, uma teia de contatos viabilizadora de outros encontros. Após as entrevistas, nova visita será feita ao depoente para que possa ler a transcrição do próprio depoimento e somente depois de sua assinatura no termo de cessão suas declarações comporão o acervo e serão disponibilizadas para consulta.

As entrevistas têm sido realizadas em estúdio da Faculdade de Comunicação e Artes desta instituição, e contam com a participação de um professor e de estagiários.

A atividade agrega, portanto, os alunos, na intenção de contribuir para a formação acadêmica. Busca-se, do mesmo modo, criar espaço próprio para armazenamento e organização do acervo, preferencialmente em suporte digital.

4.5 Acervo material

Neste momento, está sendo realizada a exposição “A poesia dos objetos: a memória da PUC Minas e sua materialidade”, sediada no prédio 7, “Espaço Cultura e Fé” *campus* Coração Eucarístico, em Belo Horizonte. O empreendimento visa divulgar a importância de objetos utilizados ao longo da trajetória institucional em seus diferentes ambientes. Para tanto, processou-se a recolha dos artefatos, tanto nas escolas e nos departamentos do *campus* Coração Eucarístico, quanto no galpão existente na Unidade São Gabriel, espaço destinado ao depósito de utensílios que, de algum modo, tornaram-se obsoletos, como computadores, telefones, câmeras, etc., mas que apresentam grande valor histórico. Alguns destes instrumentos foram restaurados e todos eles estão sendo inventariados.

Na sequência, com a aprovação desta proposta e com a parceria da Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários da PUC Minas (SECAC), a referida exposição tornou-se itinerante. Isto é, foi levada para os demais *campi* da Universidade. Além dessa medida, estabeleceu-se contato com outros *campi* de Belo Horizonte, para a identificação e catalogação dos objetos existentes. Num segundo momento, foi processada a recolha desses instrumentos, com vistas ao restauro dos mesmos, para sua posterior exposição. A iniciativa tem por objetivo dar a conhecer aspectos da cultura material da PUC Minas, reforçando a importância da preservação da memória institucional em suas diversas dimensões.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro, Edit. FGV, 2004.

ALBUQUERQUE. Marli Brito; KLEIN. Lisabel Espellet. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 297-303, jul/set, 1987. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v3n3/v3n3a08>. Acesso em 18/02/2015.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARBOSA, Andréia Arruda. Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional. 9º Encontro Internacional de História da Mídia. - UFOP- Ouro Preto Minas Gerais. **Anais**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos>. Acesso em 17/02/2015.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. Disponível em www.scielo.br. Vol. 15, nº 2. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CAMARGO, Ana Maria; BELLOTO, Heloísa Liberalli. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000. (Projeto Como Fazer, v. 5).

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA-USP. n. 23, p. 71-84. 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **Revista de História Oral**, São Paulo, nº 1, p.19-30, jun. 1998. (Conferência pronunciada na abertura da IX International Oral History Conference, realizada na Suécia, em junho de 1996).

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **Memória-História**. Trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 11-50. (Enciclopédia Einaudi, 1).

_____, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **Memória– História**. Trad. port. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. p. 94-105. (Enciclopédia Einaudi, 1).

LIMA, Luciana P. Barbosa; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Walmir de. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. In: IV Seminário Internacional Políticas Culturais. **Anais**. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, p. 1-7. 2013.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documentos imagéticos de arquivo: uma tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky. **Sinopses**. São Paulo, n.31, p. 49-55, 1999.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 63-118, nov. 1998.

Mulcahy, K. **Cultural policy**: definitions and theoretical approaches. *Journal of Arts Management, Law and Society*. v. 35, n. 4, 2006.p?

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

Rubim, A. A. C.; e Barbalho, A. (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/62/64>>. Acesso em 11/02/2015.

UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study**. Paris: UNESCO, 1969.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO

Ana Paula Felix Arantes

Secretaria Municipal de Saúde

Rio Verde - GO

RESUMO: A cidade de Rio Verde é considerada a capital do agronegócio goiano devido a fatores como o favorecimento geográfico à atividade agroindustrial, ao envolvimento e articulação dos agentes locais bem como a elaboração e implantação de políticas de incentivos fiscais. Esta revisão bibliográfica foi feita a partir de uma pesquisa nos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) sobre as políticas públicas e sua correlação com o agronegócio de Rio Verde – GO. A partir dos dados observados, percebeu-se que a referida cidade passou por um crescimento acelerado nos últimos vinte anos, porém seu desenvolvimento não aumentou nas devidas proporções. São inúmeros problemas sociais e ambientais decorrentes do rápido crescimento populacional e dos programas e políticas públicas promovidas para ocupação do cerrado que praticamente ignoraram o meio ambiente. Assim, a criação de programas de desenvolvimento sustentável é imprescindível e urgente para a coexistência tanto dos benefícios da agroindústria como da integridade do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Política social.

Agroindústria. Desenvolvimento econômico.

ABSTRACT: The city of Rio Verde is considered the capital of the agribusiness of Goiás, due to factors such as the geographic favoring of agroindustrial activity, the involvement and articulation of local agents, as well as the elaboration and implementation of fiscal incentives policies. This bibliographic review was made from a research in the Scientific Electronic Library Online on public policies and its correlation with the agribusiness of Rio Verde - GO. Based on the observed data, it was noticed that the city had accelerated growth in the last twenty years, but its development did not increase in due proportions. There are numerous social and environmental problems arising from the rapid population growth and the programs and public policies promoted for occupation of the savannah that practically ignored the environment. Thus, the creation of sustainable development programs is essential and urgent for the coexistence of both the benefits of agribusiness and the integrity of the environment.

KEYWORDS: Social policy. Agribusiness. Economic development.

INTRODUÇÃO

O município de Rio Verde tem grande

importância econômica para o estado de Goiás, uma vez que além de ser a quarta cidade mais populosa do estado, também possui um de seus maiores Produtos Internos Brutos.

A cidade de Rio Verde é considerada a capital do agronegócio goiano, com destaque principalmente nas áreas de pecuária, agricultura, indústria e comércio. Esta atividade impulsionou diversas áreas da economia rio-verdense, originando riqueza e repercutindo em outros setores, como a oferta de empregos, a infra-estrutura, o transporte e a educação (GUIMARÃES, 2010).

Mesmo sendo um dos municípios mais antigos do estado de Goiás, percebe-se que Rio Verde sempre possuiu características de relevo, solo e clima que favoreciam o desenvolvimento da agropecuária e mais recentemente da agroindústria (GUIMARÃES, 2010).

Além do favorecimento geográfico à atividade agroindustrial, houve também o envolvimento e articulação dos agentes locais bem como a elaboração e implantação de políticas de incentivos fiscais (PEDROSO & SILVA, 2005).

Este texto tem como objetivo apresentar as características geohistóricas e as principais políticas públicas que propiciaram o desenvolvimento do agronegócio em Rio Verde – GO.

METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica foi feita a partir de uma pesquisa nos bancos de dados do Google Acadêmico e Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) sobre as políticas públicas e sua correlação com o agronegócio de Rio Verde – GO.

Para a identificação dos estudos foram utilizados os termos “políticas públicas”, “agronegócios”, “agribusiness” e “Rio Verde” nos campos de busca dos bancos de dados utilizados. Foram ainda consultados livros sobre os referidos temas.

Os resultados foram apresentados em três partes: aspectos geo-históricos de Rio Verde, expansão e ocupação da região centro-oeste do Brasil, e redução dos impactos causados pelo agronegócio em Rio Verde.

Resultados e Discussões

- Aspectos Geo-Históricos de Rio Verde

O município de Rio Verde está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, na bacia do Rio Paranaíba, mesorregião Sul goiana e compreende um dos dezoito municípios da microrregião do Sudoeste de Goiás (IBGE, 2010c; ARRAIS, 2013).

A topografia rio-verdense compreende terrenos da bacia sedimentar do Paraná, sendo considerada plana levemente ondulada com 5% de declividade, rica em chapadões. Ocorrem no vale dos rios afloramentos de rochas basálticas decorrentes

dos derrames ocorridos no período mesozóico. A cidade possui rede hidrográfica pertencente à bacia do Paraná e orientada predominantemente nos sentidos leste e sul, formada por afluentes do Rio Paranaíba (CUNHA NETO, 1988).

A altitude da cidade é de 698 metros sendo que o restante do município varia entre 600 a 800 metros de altitude. O solo predominante é do tipo latossolo vermelho escuro/roxo. Há solos profundos, argilosos ou de textura média, bem drenados e sujeitos a problemas de erosão, ácidos a muito ácidos, com fertilidade natural média a baixa bem como, mesmo que isoladamente, solos muito profundos, argilosos, bem drenados e permeáveis com razoável fertilidade (FERREIRA, 2010).

A vegetação do município é constituída majoritariamente por cerrado, porém nos vales é registrada a presença de floresta do tipo ciliar. As atividades relacionadas à pecuária e agricultura causaram alterações nesta vegetação primitiva deste município (CUNHA NETO, 1988).

O clima de Rio Verde é mesotérmico úmido com duas estações bem definidas: uma seca (de maio a outubro) e outra chuvosa (novembro a abril) e temperatura média anual entre 20 °C e 35 °C. As temperaturas são amenas durante o inverno e faz calor no verão e principalmente na primavera. Nas estações outono-inverno são registradas as menores temperaturas, gerando grande amplitude térmica (FERREIRA, 2010).

A história desta cidade se inicia no ano de 1838, com medidas de incentivo para a colonização do interior do Brasil pelo governo Imperial. Neste ano, em 5 de setembro, foi assinada a Lei nº 11 que beneficiava criadores de gado bovino e equinos da região sul do estado com a isenção do pagamento de impostos por dez anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, 2013).

Assim, incentivada por esta Lei, a família de José Rodrigues de Mendonça e sua esposa Florentina Cláudia de São Bernardo, originária do município de Casa Branca, no estado de São Paulo, mudou-se para a região de Rio Verde (CUNHA NETO, 1988).

A família Rodrigues de Mendonça era formada por colonos de origem açoreana que estavam em Casa Branca mandados pelo governo Imperial para povoar esta região. O governo ofereceu transporte, instrumentos de trabalho e a terra para ser trabalhada. Porém esta região era rica em árvores muito grandes que deveriam ser retiradas para possibilitar seu cultivo, o que desanimou os sertanejos e causou o êxodo de Casa Branca (LIMA, 2007).

Outras famílias foram ocupando a região adjacente, fazendo surgir o Arraial de Nossa Senhora das Dores de Rio Verde, que em 05 de agosto de 1848 torna-se freguesia. Oito anos depois, alcança a categoria de vila e somente através da Lei Provincial nº 670, de 31 de julho de 1882, é que Rio Verde foi finalmente emancipado (CUNHA NETO, 1988; LIMA, 2007).

- Expansão e ocupação da região centro-oeste do Brasil

A ocupação da região central do Brasil foi intensificada no início do século XIX

com a construção de ferrovias que ligavam São Paulo ao Triângulo Mineiro, viabilizando o comércio da produção agrícola do sul de Goiás com estas regiões (CARMO et al, 2002).

Neste momento, as terras da região sudoeste sofrem um processo de mercantilização com um caráter latifundiário (ESTEVAM, 1998 apud CARMO et al 2002). A partir da década de 1930, com a penetração das ferrovias em Goiás, o desenvolvimento agrícola da região cresce ainda mais (PEDROSO & SILVA, 2005).

A consolidação econômica do processo de ocupação ocorre entre as décadas de 1940 e 1960 devido a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, a criação de Brasília, a concretização de obras de infra-estrutura e o PRODOESTE (Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) desenvolvido durante a execução do I PND (Plano de Desenvolvimento Nacional) que promoveu a construção de uma rodovia ligando Jataí a Rondonópolis – MT (CARMO et al, 2002; PEDROSO e SILVA, 2005).

Até a década de 1970, a atividade agrícola na região Centro-Oeste ocorreu de maneira espontânea, devido a limitação oferecida pela falta de técnicas de cultivo apropriadas ao cerrado e a falta de políticas governamentais que estimulassem estas atividades (PEDROSO, 2005).

A partir deste período, como as políticas de ocupação e transformação da Amazônia em região agrícola não obtiveram o êxito esperado, o governo atentou-se para a região dos cerrados, marcando este período como o início do desenvolvimento agrícola no Centro-Oeste do Brasil (PEDROSO & SILVA, 2005).

Houveram dois programas específicos para o desenvolvimento agrícola da região Centro-Oeste que podem ser considerados como os maiores responsáveis pela incorporação dos cerrados a estas atividades: o PRODECER e o POLOCENTRO (PEDROSO, 2005).

O PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados) foi criado em 1975 dentro do I Plano Nacional de Desenvolvimento, com o objetivo de incorporar num período de quatro anos cerca de 3,7 milhões de hectares de cerrados para produção agrícola (GUIMARÃES, 2010).

O POLOCENTRO, desenvolvido entre os anos de 1975 e 1979 integrando o II Plano Nacional de Desenvolvimento (BARREIRO & RIBEIRO, 2008). O programa consistia em concessão de crédito subsidiado por períodos de até doze anos em juros fixos, e com as taxas mensais da inflação variando entre 75 e 100% na época, vários produtores, especialmente do sul do país foram atraídos ao sudoeste goiano (CARMO et al, 2002).

Este programa, inicialmente voltado para o aumento da fronteira agrícola, acabou por beneficiar os grandes e médios produtores, que acabaram por desvirtuar os objetivos básicos do POLOCENTRO ao seu favor (MULLER, 1990 apud PEDROSO, 2005). Neste contexto, cerca de 42% da área dos cerrados goianos foram incorporados ao processo produtivo (PEDROSO, 2005).

Além do POLOCENTRO, iniciativas como subsídio de crédito rural pelo Sistema

Nacional de Crédito, políticas de redução fiscal de impostos como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), os programas estaduais FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização no Estado de Goiás) e PRODUIR e a política federal do FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) também contribuíram para incremento da produção agrícola e instalação das agroindústrias em Rio Verde (BARRETO & RIBEIRO, 2008).

Nos anos seguintes, o país atravessou uma forte crise fiscal, o que provocou a adoção de políticas governamentais de cunho neoliberal tais como privatizações, diminuição dos subsídios e abertura comercial ao mercado estrangeiro e exportações (CASTILLO, 2007).

Ao final dos anos noventa foi criado o Parque Industrial em Rio Verde, local onde ao longo dos anos seguintes, grandes empresas de capital nacional e multinacional, como a Perdigão, atual Brasil Foods, foram se implantando (VALARIE et al, 2008).

Assim a região sudoeste de Goiás e o município de Rio Verde passaram por intensas e rápidas modificações em menos de uma década, fazendo com que essa cidade se transformasse num pólo nacional do agronegócio (GUIMARÃES, 2010).

- Impactos causados pelo agronegócio em Rio Verde

A atividade agroindustrial propiciou indubitavelmente um notável crescimento econômico na cidade de Rio Verde, uma vez que o desenvolvimento tecnológico originado pela modernização da agricultura ocasionou o aumento da produtividade agrícola e a consequente valorização do preço da terra (PEDROSO, 2005).

A instalação das grandes agroindústrias também foi responsável por melhorias para o município e pela geração de empregos diretos e indiretos. Por outro lado, juntamente a este crescimento, surgem diversos problemas sociais como a concentração fundiária, a exclusão social, o aumento da marginalidade e do custo de vida e a falta de infra-estrutura e serviços públicos para comportar a demanda do aumento demográfico da região (PEDROSO & SILVA, 2005).

Em Rio Verde ainda podem ser observadas algumas questões de origem ambiental, dentre os quais serão pontuados nesta ocasião: a expansão desordenada da cana-de-açúcar e seus derivados, o aumento de geração de resíduos após a implantação do complexo agroindustrial, o desmatamento da vegetação nativa, poluição das águas e intoxicação por agrotóxicos (FIOCRUZ, 2013; BARRETO & RIBEIRO, 2008)

A exploração da cana-de-açúcar experimentou um crescimento de seu setor, que culminou na expansão intensiva dos empreendimentos agroindustriais voltadas para a produção de açúcar e etanol (FIOCRUZ, 2013).

Outro grande problema ambiental surgiu com a implantação da maior agroindústria do município, a Perdigão. Esta empresa trabalha com a terceirização de granjas de suínos e aves, que são responsáveis pelo aumento da geração de resíduos e requerem tratamento e destinação adequados. A Perdigão refere destinar recursos

para recuperar e preservar mananciais aquáticos e programas de redução de impacto ambiental de suas atividades em parcerias com empresas como EMBRAPA, UFG, FEMAGO e FESURV (CARMO et al, 2002).

A perda da vegetação nativa de Rio Verde através do desmatamento pode ser comprovada através da observação do uso do solo da região e das infrações por desmatamento ilegal autuadas pelos órgãos de fiscalização ambiental da região (BARRETO & RIBEIRO, 2008).

Além disso, a retirada da cobertura vegetal causada pelo desmatamento, dificulta a infiltração da água das chuvas, diminuindo o abastecimento dos lençóis freáticos e propiciando o desaparecimento de pequenos rios (PEDROSO, 2005).

As águas da região também sofrem com a poluição ocasionada por produtos químicos utilizados no cultivo das monoculturas, como fertilizantes e agrotóxicos. Análises da água da região realizadas em 2004 e 2005 revelaram que a água utilizada para o abastecimento de Rio Verde esteve em valores máximos permitidos em 90,9% dos casos (BARRETO & RIBEIRO, 2008).

Além de poluir as águas da cidade, os agrotóxicos utilizados na agricultura da região de Rio Verde causam intoxicação entre os trabalhadores que realizam seu manuseio, constituindo um grande problema de saúde pública deste município (BARRETO & RIBEIRO, 2008).

- Políticas públicas para redução dos impactos gerados pelo agronegócio em Rio Verde - GO

Os problemas sociais apontados não foram objeto de programas públicos específicos. Porém, a exploração do trabalhador rural em razão da concentração fundiária reflete na questão do agronegócio.

Relacionados a esta questão agrária, surgiram diversos programas, projetos e políticas para minimizar os problemas rurais, como por exemplo o Programa de Acesso à Terra, Procera, Pronera, e Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATES, elaborado em 2004, em consonância com o II PLANO NACIONAL de REFORMAAGRÁRIA, este já reconhecendo a existência no Brasil de alta concentração fundiária (GÓS & COELHO, 2013).

O bioma cerrado já perdeu 47,84% de sua cobertura vegetal até 2008, de acordo com o Projeto de Monitoramento de Desmatamento nos Biomas Brasileiros por Satélite do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em 15 de setembro de 2010, foi instituído o Plano de Ação para Prevenção e Desmatamento e das Queimadas do Cerrado, o PPCerrado, que possui como principal objetivo a redução das emissões de gases de efeito estufa gerados em grande parte durante o desmatamento do cerrado em pelo menos 40% até 2020 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013b).

Em relação à agropecuária, o PPCerrado propõe ainda ações destinadas a recuperação de pastagens degradadas, adoção do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, ampliação do plantio direto e uso da fixação biológica do nitrogênio e do aumento das florestas plantadas.

A lei municipal nº 5200 de 20 de setembro de 2006 estabelece limites de 10% de cada propriedade rural agricultável, por safra, para o plantio da cana-de-açúcar em Rio Verde e ainda a manutenção obrigatória de uma distância mínima de 50 metros dos mananciais entre outras disposições.

O uso dos agrotóxicos possui significativa importância, tanto em relação à sua toxicidade quando à escala de uso no Brasil. O referencial legal mais importante é a Lei nº 7802/89, que rege o processo de registro de um produto agrotóxico, regulamentada pelo Decreto nº 4074/02 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2013a).

Atualmente, o Brasil passa por uma fase importante no que diz respeito às ações regulatórias destinadas à produção e ao uso dos agrotóxicos com a elaboração de uma proposta de um Programa Nacional de Racionalização do Uso de Agrotóxicos (PNRUA). Dentre suas principais diretrizes estão: a criação de um mecanismo de compensação por perdas na produção que normalmente ocorrem no momento de transição para alternativas ecologicamente sustentáveis; a criação de um seguro para cobertura do risco a ser pago pelo produtor; a elevação do imposto sobre os produtos em função do nível de periculosidade, ao mesmo tempo isentando a produção de produtos alternativos; e a redução de custos de capital para investimentos ligados a expansão de tecnologias conservacionistas (SOARES & PORTO, 2013).

CONCLUSÕES

A cidade de Rio Verde passou por um crescimento acelerado nos últimos vinte anos, porém seu desenvolvimento não aumentou nas devidas proporções. São inúmeros problemas sociais e ambientais decorrentes do rápido crescimento populacional e dos programas e políticas públicas promovidas para ocupação do cerrado que praticamente ignoraram o meio ambiente.

A criação de programas de desenvolvimento sustentável é imprescindível e urgente, uma vez que apesar da aparente pobreza biológica do cerrado e monotonia de suas paisagens, este bioma apresenta uma riqueza no que se refere a ecossistemas, espécies, recursos genéticos e hídricos.

Os danos e prejuízos estão ocorrendo desde que o primeiro hectare foi substituído por monoculturas e pastagens. É necessário o investimento e incentivo a elaboração de políticas públicas que permitam a coexistência dos benefícios da agroindústria e a integridade do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. **Goiás: novas regiões ou novas formas de olhar velhas regiões.** Observatório Geográfico de Goiás. Publicado originalmente em: ALMEIDA, M.G. (Org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade.* Goiânia: UFG, 2002. Disponível em: <http://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/uploads/215/original_arrais_tadeu_alencar_goi_s_novas_regi_es.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- BARRETO, Clarissa de Araújo, RIBEIRO, Helena. **Agricultura e meio ambiente em Rio Verde – GO.** INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v.3, n.1, artigo 5, jan./abr., 2008.
- CARMO, Roberto Luiz et al. *Agroindústria, população e meio ambiente no sudoeste de Goiás.* In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Ouro Preto, nov.2002.
- CUNHA NETO, Oscar. **Rio Verde: apontamentos para sua história.** Goiânia: Gráfica e Editora O Popular, 1988. (448 p.).
- FERREIRA, Rildo Mourão. **Transporte urbano de passageiros: o caso do município de Rio Verde – GO.** (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FIOCRUZ. **Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil:** populações tradicionais e bóias-frias sofrem em trabalho degradante nas monoculturas de cana. Disponível em: <<http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=134>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- IBGE. **Rio Verde (GO):** mapa municipal estatístico. 2010.
- LIMA, Filadelfo Borges de. **Câmara Municipal de Rio Verde.** Disponível em: <<http://www.camararioverde.com.br/site/?pagina=camara&area=historia>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agrotóxicos.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/securanca-quimica/agrotoxicos>>. Acesso em: 21 jun.2013.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-cerrado-%E2%80%93-ppcerrado>>. Acesso em: 21 jun.2013.
- PEDROSO, Izuilu Luiza Pires Bacci. **Meio ambiente, agroindústria e ocupação dos cerrados: o caso do município de Rio Verde no sudoeste de Goiás.** Revista Urutágua, n.6, abr./mai./jun./jul., 2005.
- PEDROSO, Izuilu Luiza Pires Bacci, SILVA, Antenor Roberto Pedroso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde – GO.** Caminhos de Geografia, n.3, v.15, p.20-27, jun. 2005.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE. **Site oficial da Prefeitura Municipal de Rio Verde – GO.** Disponível em: <<http://www.rioverdegoias.com.br>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- SOARES, Wagner Lopes, PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Impactos econômicos e implicações políticas do uso de agrotóxicos do ponto de vista da saúde pública.** Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT4-747-800-20100903123825.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- VALARIE, Pierre et al. *Expansão do setor sucroalcooleiro e conflitos sócio-políticos no município de Rio Verde – Brasil.* In: **Anais IV Encontro Nacional da ANPPAS.** Brasília – DF, 2008.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?

Carla Cristina Rosa de Almeida

Faculdade de Economia - Universidade Federal
de Mato Grosso – UFMT
Cuiabá - MT – Brasil

João Policarpo Rodrigues Lima

Programa de Pós-Graduação em Economia
PIMES - Universidade Federal de Pernambuco
UFPE
Recife (PE) -Brasil

Maria Fernanda Gatto

Programa de Pós-Graduação em Economia
PIMES - Universidade Federal de Pernambuco
UFPE
Recife (PE) -Brasil

RESUMO: O consumo cultural é dotado de especificidades decorrentes tanto de seus significados simbólicos, como das características econômicas dos bens culturais. Por sua vez, a participação cultural é fator de transmissão de desigualdades sociais e educacionais, sobretudo, considerando a inércia das divisões sociais. Nesse contexto, a questão dos subsídios às artes e da influência do setor cultural no desenvolvimento econômico divide opiniões nas diversas áreas de conhecimento. Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir a relação entre cultura e desenvolvimento das cidades, bem como os diferentes desencadeamentos acerca da implementação

de políticas culturais. O debate traz evidências de que as políticas culturais têm privilegiado as classes mais altas de renda, fato agravado pelas trajetórias da urbanização das grandes cidades, caracterizadas pela alta segregação social. Conseqüentemente, as ações culturais não serão capazes de reverter o quadro atual se não forem articuladas com outras áreas da gestão pública, tais como educação e planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVES: Amenidades culturais, planejamento urbano, desenvolvimento urbano.

ABSTRACT: Cultural consumption is characterized by specificities stemming both from its symbolic meanings and from the economic particularities of cultural goods. In turn, cultural participation is a factor of transmission of social and educational inequalities, especially because of the inertia of social divisions. In this context, the issue of subsidies to the arts and the influence of the cultural sector on economic development divide opinions in the various areas of knowledge. This paper discusses the relationship between culture and development of cities, as well as the different point of view about the implementation of cultural policies. The discussion demonstrates that cultural public policies have privileged the highest income classes and this condition was aggravated by the urbanization trajectories of large cities,

characterized by high social segregation. Consequently, cultural actions will not be able to reverse the current situation if they are not articulated with other areas of public management, such as education and urban policy.

KEYWORDS: Cultural amenities, urban planning, urban development.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é caracterizado pela disparidade de consumo cultural entre os diferentes níveis de renda e educação, que se agrava em nível espacial, em virtude da desigualdade da oferta de equipamentos culturais entre cidades/regiões e dentro das próprias cidades. De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares, a grande maioria das famílias brasileiras não realizou nenhum tipo de gasto com cultura (ALMEIDA, LIMA, GATTO, 2017). Além disso, nos anos 2000, o percentual de domicílios que realizaram gastos extradomiciliares caiu, em parte, devido a um deslocamento da demanda para consumo no domicílio, relacionado ao significativo aumento do consumo das novas tecnologias de comunicação.

A não viabilidade econômica de grande parte dos serviços culturais, juntamente com a visão que consagra a importância da preservação de identidade nacional e do direito à cultura, faz com que os subsídios às artes sejam praticados em diversos países. Nesse contexto, são diversas as abordagens sobre o papel do Estado como propulsor do setor cultural. Afinal, por que a oferta cultural institucional importa? Por um lado, tem-se que o consumo cultural é dotado de especificidades decorrentes tanto de seus significados simbólicos, como das características econômicas dos bens culturais (MANTECÓN, 2009; STIGLER, BECKER, 1977). Por outro lado, “a dimensão cultural da existência é (ou pode vir a ser) importante ferramenta, veículo e processo para a inclusão das classes populares no espaço urbano e ampliação do real acesso à cidade” (LIBÂNIO, 2014, p. 2).

Dessa forma, consistindo a cultura em direito constitucional, as políticas culturais devem ser avaliadas não somente em termos de renda gerada à classe cultural, mas também em termos de amplitude do acesso tanto às artes eruditas, quanto a outras formas de manifestações culturais e informações. Também é preciso considerar que a participação cultural é fator de transmissão de desigualdades sociais e educacionais, sobretudo, considerando a inércia das divisões sociais (MANTECÓN, 2009). Dessa forma, nesse artigo discute-se a relação entre cultura e desenvolvimento das cidades, bem como os diferentes desencadeamentos acerca da implementação de políticas culturais. Em especial, como facilitam ou dificultam a inclusão de pessoas de baixa renda no consumo cultural.

No campo da teoria econômica, em geral, a discussão perpassa pela análise das falhas de mercado intrínsecas ao setor, sobretudo as externalidades positivas dos investimentos públicos em cultura e a sua capacidade (ou não) de exceder os custos de intervenção. No campo que relaciona oferta cultural e desenvolvimento local, alguns

autores colocam a questão sob o ponto de vista da importância das amenidades culturais e de consumo para atração de capital humano e, conseqüentemente, das decorrentes externalidades que contribuem para o crescimento econômico das cidades, como apresentado na seção 2.

Cabe também enfatizar a importância da cultura para além do seu âmbito estético e/ou econômico, sobretudo o entendimento do seu papel para o pleno desenvolvimento de capacidades e expressões que ele faculta aos diferentes grupos. Sob a ótica do direito à cultura e acesso à cidade, as políticas culturais são importantes no processo de fortalecimento da cidadania. Nesse sentido, a discussão engloba a inclusão da cultura nos projetos urbanos de revitalização e dinamização de regiões e municípios, enfocando para além da sua função econômica, seu papel no âmbito social. Tais visões são abordadas na seção 3.

Na seção 4, traz-se uma análise do desenvolvimento cultural atual de cidades brasileiras, mediante a apresentação de dados sobre a oferta de equipamentos culturais e de uma revisão bibliográfica sobre a distribuição dos mesmos nas principais cidades do país. Por fim, na seção 5, tem-se as considerações finais.

2 | AMENIDADES CULTURAIS E CRESCIMENTO DAS CIDADES

Diversos autores da área de Economia Regional e Urbana vêm procurando demonstrar a relação entre amenidades culturais e desenvolvimento das cidades, cujas teses mais conhecidas são as de Edward Glaeser e Richard Florida.

Glaeser enfoca a importância das amenidades de consumo em geral em detrimento da produção como indutor de crescimento econômico, as chamadas cidades consumidoras (GLAESER, 2011; 2005; GLAESER et al., 2001; GLAESER, MARÉ, 1994). O argumento baseia-se na tese de que, devido à aglomeração de indivíduos com alto nível de capital humano, em geral, a renda média da população nessas localidades tem crescido mais que a média dos salários, bem como tem apresentado taxas mais altas de crescimento populacional em comparação ao crescimento do emprego. Englobam-se os casos de São Francisco e Londres, como cidades para consumo, e o caso de Paris, cujo fator de atração de pessoas consiste nas amenidades estéticas.

Os autores apresentam que nas grandes cidades modernas são observadas quatro amenidades: (i) diversidade de bens de consumo e serviços, com os últimos particularmente importantes para o município – restaurantes, teatros, etc. – já que são não comercializáveis fora do local; (ii) conjunto de atributos estéticos e físicos, que podem estar relacionados a aspectos naturais ou arquitetônicos; (iii) serviços públicos essenciais, tais como escolas públicas de qualidade e baixa taxa de criminalidade; e (iv) velocidade, que consiste em uma ‘amenidade virtual’ relacionada ao tempo de deslocamento dentro do município (*commuting costs*).

Richard Florida (2002; 2003), por sua vez, relaciona o sucesso das cidades com a presença da classe criativa, que “é um conjunto de pessoas que se engajam em funções profissionais cuja criação tem papel central e pode assumir formas diversas. (FLORIDA, 2002, p. 4). Sua hipótese consiste em dois argumentos principais: (i) que pessoas talentosas e criativas têm maior capacidade de contribuir para inovação e, conseqüentemente, crescimento econômico; (ii) que tais tipos de indivíduos – muitos ligados as atividades intensivas em tecnologia - buscam locais ricos em amenidades naturais e culturais.

Dado que o espaço não é neutro e exerce influência na decisão locacional, já que as diferentes classes de indivíduos não estão distribuídas uniformemente (e nem aleatoriamente) e que as pessoas não buscam apenas empregos na escolha da habitação, o que faz com que alguns lugares se tornem destino da classe criativa? Florida (2003) afirma que os centros criativos são regiões que apresentam características específicas, cujos atributos são de interesse de indivíduos pertencentes à classe criativa. Dentre esses atributos, tem-se as amenidades relacionadas ao estilo de vida, que incluem possibilidades de atividades esportivas e culturais, além de relações sociais. Nesta última, a tolerância tem papel fundamental e pode ser observada através da identificação de lugares com baixas barreiras à entrada de pessoas.

Em termos de implicações de políticas, para o autor, cidades cujos governos investem milhões em estádios e em medidas de atração de grandes lojas varejistas estão “presas ao passado”. Ao não realizar investimentos em amenidades de estilo de vida, as ações serão ineficientes para atrair jovens talentosos, sobretudo para as pequenas e médias cidades que dependem de fluxos migratórios para seu desenvolvimento.

Em oposição ao papel central dos consumidores culturais no desenvolvimento atribuída pelos autores mencionados, Markusen e King (2003) e Markusen (2013), enfatizam a importância da própria classe cultural. Comparam a função dos artistas para o desenvolvimento regional ao dos bens públicos, uma vez que contribuem não somente a partir dos fluxos de renda atuais, mas também através dos retornos para a região em virtude de investimentos passados, sobretudo em infraestrutura.

Por sua vez, uma das principais críticas ao modelo de Glaeser é apresentada em Stoper e Scott (2009) e está vinculada ao problema para identificar as preferências dos indivíduos que vivem nas grandes cidades, atribuindo às amenidades de consumo como fator central de atração de habilitados, sem mensurar se essas preferências são reais. Também se contrapõem as conclusões sobre mudança nas preferências dos indivíduos mais talentosos, que teriam passado a valorizar mais as amenidades de consumo.

Dentre as principais críticas ao modelo de Florida, podem-se citar os textos de Glaeser (2005) e de Stoper e Scott (2009). Ambos os trabalhos apontam que não foram encontradas evidências empíricas da relação entre os índices de diversidade e tolerância e crescimento urbano, o que fragiliza a tese de Florida sobre cidades com

baixas barreiras à entrada de pessoas, atração de classe criativa e sua contribuição no desenvolvimento local. Glaeser (2005) concorda sobre a crescente importância da classe criativa na economia, porém, discorda sobre o ineditismo da 'teoria da classe criativa' em relação ao *mainstream* da Economia Urbana, já que não avança teoricamente do consenso de que capital humano precede o sucesso das cidades. Por sua vez, Stoper e Scott (2009) apontam que, ao contrário da maioria das teorias sobre inovação, Florida não discute os canais que estimulam e possibilitam a interação entre os agentes.

Stoper e Scott (2009) ainda acrescentam que Glaeser e Florida subestimam a importância do trabalho de baixa qualificação para manter o sistema urbano em operação, sobretudo que trabalhadores de alto e de baixos salários são complementares para a emergência da nova economia nas maiores cidades. Consequentemente, tais teses, sobretudo a de Florida, induzem a sugestões de políticas que aumentariam hiato entre as classes sociais, levando a uma segmentação do mercado de trabalho e afetando a qualidade da cidadania.

Por fim, Stoper e Scott (2009) afirmam que ambas as teses deixam em aberto a maior questão sobre o progresso das cidades: a identificação das forças que levam ao processo de crescimento e desenvolvimento urbano na sua origem, ou seja, o que levou ao agrupamento de indivíduos habilidosos em determinadas regiões. Consideram, então, que são a produção e os postos de trabalho que dirigem a prosperidade urbana e, somente a partir daí é que surgem as amenidades sociais, culturais, materiais e econômicas. Tais amenidades são endógenas ao crescimento urbano e não causadoras desse processo, logo, possuem relevância marginal como fatores de atração de capital humano.

Um forte argumento para tal afirmação baseia-se no entendimento de que as escolhas locacionais individuais estão inseridas em um conjunto de possibilidades, que incluem as preferências, mas que também (e principalmente) estão fortemente ligadas à restrição orçamentária definidas pelas oportunidades de trabalho.

Por sua vez, criticando as teses que enfocam o papel da cultura para regeneração de cidades pós-industriais, Andy Pratt (2008; 2009) evidencia o risco de gentrificação dos espaços culturais, isto é, da valorização de uma determinada região que prejudica a permanência de antigos moradores e a própria classe cultural, devido ao aumento dos custos (PRATT, 2008; 2009). Além disso, aponta que o fator de desenvolvimento local e a criatividade estão nos produtores culturais e 'artistas reais' e não nos consumidores que realizam gastos na localidade em virtude das amenidades culturais existentes.

Defende, portanto, políticas de desenvolvimento da indústria cultural e não apenas políticas de promoção de consumo. As ações públicas devem, ainda, considerar que a valorização imobiliária dos espaços culturais pode forçar o deslocamento para espaços mais baratos, o que, em última instância, pode contribuir para o próprio declínio da localidade. Ademais, ressalta que 'vender cidades' com recursos públicos é uma forma de taxaço socialmente regressiva.

3 | CULTURA COMO POLÍTICA URBANA E SOCIAL

No âmbito das relações entre planejamento urbano, cidade e cultura, o debate tem sido embasado pelo entendimento da cidade como um espaço construído e disputado a partir das relações sociais. Em linhas gerais, os direitos culturais reúnem o “direito à identidade e à diversidade cultural, direito à participação na vida cultural, direito autoral e direito/dever de cooperação cultural internacional” (MINC, 2011, p. 30). Assim, não devem limitar-se “a proteção do território, da língua e da educação [tradução nossa]” (CANCLINI, 2005, p. 12), pois o processo de construção de cidade perpassa pelos ‘direitos conectivos, o acesso as indústrias culturais e as comunicações’. De acordo com Canclini (2005, p. 13)

Formar públicos y formar ciudadanos: (...) ambas tareas se combinan. No se justifica separar el entretenimiento de la información, ni el negocio industrial de los servicios a la sociedad. Las nuevas destrezas necesarias para obtener un trabajo calificado se entrelazan con los consumos culturales de formato digital, y ambos con el uso de redes tecnológicas avanzadas para comunicar masivamente las demandas sociales.

Na estreita relação entre direitos culturais, direito a cidade e cidadania, para Mantecón (2009), as ofertas culturais não são somente meios de entretenimento, mas também oportunidades de formar concepções do mundo. Então, ‘os setores excluídos contam com uma menor quantidade de recursos através dos quais se explica o mundo em que vivem e de atuação nele, o que limita, afinal de contas, seu caráter de cidadãos [tradução nossa]’ (MANTECÓN, 2009, p. 94).

No contexto das práticas das ações públicas que influenciam os hábitos extradomiciliares de consumo, especificamente aquelas que pautam cidade e cultura, são comuns intervenções para revitalização urbana, através da regeneração de áreas urbanas degradadas ou ‘vazias’, preservação de patrimônio ou ambientes históricos, construção de equipamentos culturais, entre outras (VAZ, 2004). Nas últimas décadas, a inclusão da cultura e outros tipos de bens não materiais têm sido presente nos projetos urbanos das cidades pós-industriais como instrumento de desenvolvimento econômico e reversão de danos causados pelos processos de industrialização. Além disso, constitui “elemento diferencial na disputa entre as cidades por apresentar as melhores condições para atrair capitais, investimentos, empresas, moradores e turistas” (VAZ, 2004, p.2).

São muitos os exemplos de cidades onde investimentos em projetos que alavancam a cultura, turismo e/ou atividades esportivas foram bem-sucedidos quanto ao aumento da renda e a redução da taxa de criminalidade. No Brasil, a maior parte das políticas tem englobado ações pontuais de revitalização urbana, embora tenham aumentado as iniciativas de promover segmentos da economia criativa como estratégias de desenvolvimento local.

Atualmente, oito cidades brasileiras integram a Rede Internacional de Cidades Criativas da UNESCO: Belém (PA), Florianópolis (SC) e Paraty (RJ), no campo da

gastronomia, Curitiba (PR) e Brasília (DF), na área de design, Salvador (BA), no segmento de música, Santos (SP), no setor de cinema e João Pessoa (PB), no segmento de artesanato e artes folclóricas (UNESCO, 2017). Sobre instalações de equipamentos culturais ou de revitalização de espaços urbanos degradados, Machado (20-, p. 29-30) menciona os casos do

(...) Pelourinho, em Salvador; a criação do Porto Digital no Recife Antigo, em Recife; a construção do espaço cultural Dragão do Mar, em Fortaleza; a recuperação da área portuária, em Belém; a revitalização da área da Praça da Estação, em Belo Horizonte e da região da Lapa, no Rio de Janeiro; a construção da Ópera do Arame, em Curitiba; a requalificação da região da Estação da Luz (Pinacoteca, Museu da Língua Portuguesa, Sala São Paulo), em São Paulo”.

São diversas as críticas ao estrito ‘sucesso econômico’ das intervenções, que fogem ao escopo desse trabalho, que se atem ao resultado das políticas em termos de melhoria de renda e, principalmente, de acesso ao consumo cultural por parte dos residentes. Nesse contexto, ainda que seja difícil avaliar o custo-benefício de tais ações, historicamente, as intervenções urbanas têm-se concentrado nas áreas mais centrais e valorizadas das cidades, inclusive gerando gentrificação (VAZ, 2004). Conforme Vaz (2004, p.3),

Não se trata, portanto, do planejamento cultural enquanto provisão e distribuição de equipamentos e atividades culturais no território da cidade (..), mas “de projetos para intervenções urbanísticas nas quais se faz uso estratégico de recursos culturais tendo por objetivo o desenvolvimento local, e que podem ou não estar associadas a planos e políticas culturais.

Dessa forma, a construção de equipamentos culturais não é capaz, por si só, de mudar a realidade local quanto ao desenvolvimento, como muitas vezes também não promove a democratização cultural aos residentes. Nesse sentido, Canclini (1999, p. 135) ressalta que

As políticas culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que cheguem à maioria, mas as que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população. Nem as elites nem os setores, como revela a fragmentação de seus comportamentos, constituem uma massa homogênea.

Percebe-se avanços principalmente no que tange as ações direcionadas à democracia cultural e ao rompimento das ‘tristes tradições’ – ausência, autoritarismo e instabilidade - apontadas por Rubim (2013). As políticas públicas de cultura avançaram sobretudo nos seguintes pontos: (i) abrangência: ampliação do conceito de cultura para além dos tópicos típicos de elites – altas artes – incluindo “outras modalidades de culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das mídias; das redes informáticas; das periferias etc.” (RUBIM, 2013, p. 233), assim como em termos de debate das políticas com a sociedade; (ii) sistematização das informações na cultura, cujo marco foi a parceria firmada, em 2004, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para compilação de estatísticas culturais, que passaram a ser publicadas periodicamente no Sistema de Informações e Indicadores Culturais

(SIIC); e (iii) “a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC)” (RUBIM, 2013, p. 234).

Contudo, dentre as principais críticas as políticas públicas, Botelho destaca que

Tais políticas levam em conta fundamentalmente os obstáculos materiais às práticas culturais, como a má distribuição ou a ausência de espaços culturais ou os preços elevados dos ingressos. Elas não atentam, no entanto, para outros fatores, tão decisivos quanto os citados e que não se reduzem à dimensão econômica ou “de oferta”. Há distinções de formação e de hábitos no tecido da vida cotidiana que têm grande incidência sobre as práticas culturais (2007, p. 172)

Assim, para que tais avanços tenham efetivo impacto nos padrões de consumo da sociedade, as propostas atuais em linha com o conceito amplo de cultura deverão diferenciar a facilitação de acesso às manifestações artísticas tradicionais de democratização cultural, pois “democratização cultural não é induzir a totalidade da população a fazer determinadas coisas, mas sim oferecer a todos a possibilidade de escolher entre gostar ou não de algumas delas” (BOTELHO; FIORE, 2004, p. 3).

Sobre a recente expansão da oferta institucional de equipamentos culturais, contrapondo-se a baixa utilização dos mesmos pelas classes sociais com menores renda e nível de escolaridade, Libânio (2014, p. 6) afirma que há “obstáculos materiais ao consumo e fruição cultural, (...) mas que as barreiras simbólicas eram as predominantes.” Dentre as barreiras simbólicas, Mantecón (2009) destaca a impressão que as camadas populares têm sobre a vinculação entre ‘alta cultura’ e setores de maior renda, expressado no sentimento de não pertencimento a espaços culturais de construção luxuosas; os diversos tipos de medos, desde mostrarem-se ignorante perante os demais pelo desconhecimento da linguagem, ao receio de empreenderem-se em práticas cujas utilidades e qualidades não estão bem definidas anteriormente.

A persistência da inércia dos acessos, a despeito das políticas de ampliação de oferta cultural, ligadas ou não a revitalização de áreas urbanas degradadas, vinculase as persistentes as desigualdades econômicas e sociais. Tais desigualdades são refletidas nas trajetórias de urbanização, com predominância dos espaços privados de interação, enquanto “a mobilidade territorial e o uso de equipamentos culturais se convertem, cada vez mais, em direito e privilégio das classes com maior poder aquisitivo” (BOTELHO, 2003, p. 4). Se as cidades têm perdido sua função de promover convívio social ao longo do tempo, a política cultural pode contribuir para reversão desse processo, pois é “resultado de uma outra visão sobre a ocupação das ruas e dos espaços públicos, (...) voltada a superar modelos excludentes” (FERREIRA, 2016).

Estas reflexões indicam que as políticas culturais devem ser pensadas de forma transversal, caso contrário, não têm efeito, nem como política urbana, nem para promover o setor cultural. Logo, devem ser avaliadas no que tange aos seus resultados, não somente em termos de renda gerada à classe cultural e ao entorno de onde está sendo realizada, mas também em termos de democratização do acesso às artes e à participação política em relação a cidade, legitimando o direito constitucional

à cultura e ao exercício de cidadania.

4 | NOTAS SOBRE A OFERTA INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE CIDADES BRASILEIRAS

O desenvolvimento cultural das cidades pode ser analisado por diferentes óticas, perpassando pela oferta e distribuição de equipamentos culturais, pela eficácia da gestão cultural, pela análise do mercado de trabalho, dentre outras. Dessa forma, muitos estudos têm procurado encontrar evidências empíricas entre grau de desenvolvimento cultural das cidades e padrão dos hábitos culturais das famílias. Dentre as variáveis importantes para desenvolvimento cultural de uma localidade, tem-se a oferta institucional. Nesse sentido, entende-se que

[...] “equipamentos culturais” são “tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.)” (COELHO, 1997, p. 546 apud GRAEFF, WAISMANN, BERG, 2014, p. 208-209).

A análise quantitativa dos equipamentos culturais de uma determinada cidade ou região metropolitana (RM) é limitada e evidencia somente “o estoque fixo ligado à cultura existente no momento da pesquisa no município, aberto ao público, podendo ou não ser mantido pelo poder público em qualquer esfera, seja ela federal, estadual ou municipal” (IBGE, 2010, p. 55). Ignora, portanto, aspectos como eficiência da gestão cultural, tamanho do público atendido nos espaços culturais, preço/gratuidade dos ingressos, existência e abrangência das atividades ao “ar livre” em praças ou parques, qualidade da mobilidade urbana, entre outros. Porém, a importância da oferta institucional não pode ser menosprezada, tendo em vista que determinadas programações exigem infraestrutura física.

Com base nessa percepção, têm sido realizados esforços para mapeamentos da oferta institucional pelo Estado, bem como inclusão de metas de ampliação dessa oferta no âmbito da política cultural, a exemplo da Meta 31 do PNC. Nesse contexto, com exceção das livrarias, o percentual de municípios brasileiros com presença de equipamentos culturais tem aumentado ou vem mantendo-se constante nos últimos anos. As bibliotecas públicas e os ginásios poliesportivos mantêm a tradição como os equipamentos mais bem distribuídos, enquanto shopping centers e cinemas são os mais concentrados espacialmente, como apresentado na Figura 1.

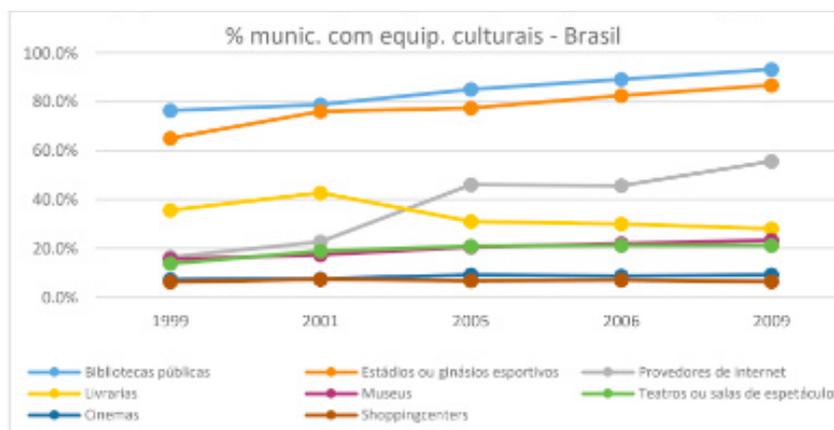


Figura 1: Percentual de municípios com presença de equipamento cultural por tipo de equipamento – Brasil, 1999, 2001, 2005, 2006 e 2009 (%)

Fonte: IBGE/MUNIC (2010).

Em termos de distribuição espacial entre as grandes regiões, no que tange a quantidade de museus, o relatório do Ibram (2011) aponta que Sudeste e Sul concentram 67% dos museus do país, seguido do Nordeste, com 21%, enquanto Norte e Centro-Oeste, juntos, concentram 12%. A Tabela 1 evidencia disparidades regionais, com as regiões Sudeste e Sul do país apresentando percentual de municípios com presença de equipamentos acima da média nacional. Já no caso da existência de grupos artísticos, a desigualdade territorial é menor.

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
Número total de municípios	5565	449	1794	1668	1188	466
Percentual de municípios com existência de						
Equipamentos culturais	Bibliotecas públicas	93,21%	85,52%	89,58%	97,78%	94,42%
	Estádios ou ginásios esportivos	86,68%	76,39%	75,08%	94,30%	93,94%
	Provedores de internet	55,62%	46,10%	57,92%	59,05%	48,57%
	Livrarias	27,98%	20,27%	21,07%	26,86%	41,92%
	Museus	23,34%	10,69%	14,77%	28,12%	37,37%
	Teatros ou salas de espetáculos	21,06%	11,14%	16,67%	30,28%	21,46%
	Cinemas	9,13%	5,12%	4,46%	16,19%	8,59%
	Shopping Centers	6,33%	2,45%	3,40%	10,13%	7,24%
Grupos artísticos	Teatro	32,97%	24,72%	35,73%	37,17%	28,70%
	Tradicional/popular	55,11%	49,22%	66,61%	57,13%	38,38%
	Dança	53,91%	47,22%	55,63%	51,92%	62,04%
	Musical	43,07%	35,41%	44,48%	46,40%	43,60%
	Orquestra	13,46%	8,46%	17,00%	14,81%	10,86%
	Circo	2,73%	0,89%	2,17%	4,26%	2,44%
Gestão	Artes plásticas	23,59%	16,26%	20,96%	30,10%	22,05%
	Secretaria de Cultura Exclusiva	9,36%	13,81%	9,98%	12,29%	4,12%
	Legislação de patrimônio cultural	29,07%	14,48%	13,32%	55,16%	20,88%
	Conselho Municipal	24,65%	8,24%	10,76%	44,48%	18,10%

Tabela 1: Percentual de municípios com presença de equipamentos culturais, grupos artísticos e órgão gestor de cultura por Grande Região - 2009

Fonte: IBGE/MUNIC (2010).

Cabe ressaltar que, dentre as diversas limitações da análise quantitativa, tem-se a exclusão da possibilidade de avaliar um fator de muita relevância: a qualidade do acesso aos equipamentos. Isso inclui o aspecto físico – se a oferta existe e, em caso afirmativo, quais as condições de infraestrutura, posicionamento espacial dentro da cidade e capacidade de público.

De qualquer forma, recorrendo-se a estudos acerca das principais cidades e RMs do país, discutidos adiante, observa-se que é comum a todas as RMs a concentração dos espaços culturais e de lazer nas áreas centrais e nos bairros nobres. Os principais estudos sobre o Brasil que enfocaram especificamente a problemática dos equipamentos culturais foram realizados a partir de estudos de casos das grandes cidades. Em geral, a distribuição dos equipamentos culturais nas principais metrópoles do país reflete a segregação da oferta de serviços públicos e privados. Observa-se, portanto, um ‘vazio’ nas periferias, que na sua maior parte são áreas de baixa renda, como é o caso da RM de São Paulo (BOTELHO, 2003; BÓGUS, PASTERNAK, 2011), Rio de Janeiro (MELO, PERES, 2005), Salvador (NUSSBAUMER et al., 2006), Belo Horizonte (SILVEIRA, SILVA, 2010) e Curitiba (FERREIRA, FERNANDES, HUÇULAK, 2011).

As investigações sobre o uso dos diversos equipamentos encontraram conclusões semelhantes: mesmo se o uso é gratuito, a maior parte do público que frequenta os espaços ligados a museus e/ou espetáculos possui nível superior e, conseqüentemente, maior renda. Esse é o caso da Estação das Docas em Belém (BARBALHO, FREITAS, 2011) e Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza (GONDIM, 2011).

Com finalidade de comparar as diferentes localidades do país, um dos estudos pioneiros e, até o momento, um dos mais abrangentes, é a pesquisa realizada pelo Ipea (SILVA, 2010). Elaborou-se um indicador de desenvolvimento da economia da cultura (IDECULT), em nível municipal e para as mesorregiões, a partir do consumo cultural das famílias, mercado de trabalho cultural e da oferta de equipamentos culturais.

Apesar das diversas limitações impostas pelo uso de um indicador que não é capaz de registrar “as interações sociais que engendram as dinâmicas de produção da diversidade cultural”, apreendendo apenas “aspectos materiais e quantificáveis”, o estudo é inédito ao trazer uma radiografia do país em nível municipal (SILVA, 2010, p. 37). Os dados reportam uma forte desigualdade dentro do território brasileiro, sendo as bibliotecas os equipamentos mais bem distribuídos, “os museus aparentemente mais frequentes no extremo Sul e os teatros em São Paulo e Rio de Janeiro”, enquanto há uma “ausência quase completa de orquestras e cinemas nos municípios brasileiros” (SILVA, 2010, p. 64).

Mais recentemente, os esforços dos pesquisadores têm consistido em agrupar as cidades, no intuito de classificá-las conforme tipologias específicas ou conforme seus graus de desenvolvimento cultural. Machado (20-), em estudo sobre cidades criativas, traz informações acerca do desenvolvimento cultural dos municípios brasileiros. As cidades foram agrupadas em cinco categorias: mista, não criativa, pouco criativa, algo

criativa e criativa, sendo que o aspecto que mais diferenciou as cidades foi o gasto per capita com cultura. A maioria dos municípios enquadrados no cluster criativo estão no Sul e Sudeste, enquanto a maioria dos não criativos localizam-se no Nordeste e Norte.

Machado (20-) ainda traz dados sobre as 10 principais RMs brasileiras referentes ao mercado de trabalho – proporção ocupada na classe criativa, grau de informalidade e rendimento médio da classe criativa e outras ocupações – e gastos privados com consumo dos 25% mais ricos – recorte para avaliar barreiras ao consumo não monetárias. Em consonância com outros estudos, verificou-se que cidades com maior proporção de famílias que não realizam gastos culturais também apresentam maior proporção de chefes com menor grau de escolaridade, ao mesmo tempo em que a participação relativa dos domicílios chefiados por mulheres nos gastos positivos é maior.

Machado, Simões e Diniz (2013) apresentam uma tipologia da relação entre amenidades urbanas e potenciais clusters criativos. As variáveis são compostas de informações sobre a população, tais como nível educacional, estado civil, condições da residência e outras (Censo Demográfico/IBGE); sobre o desenvolvimento cultural (MUNIC) e gastos municipais (FINBRA) de 5570 cidades brasileiras. Conciliando duas técnicas de análise multivariada – análise de cluster e análise discriminante – novamente, os resultados confirmam que os clusters com maiores potenciais, apesar de dispersos, estão, em sua maioria, localizados nas regiões Sul e Sudeste.

Por fim, têm-se escassas pesquisas empíricas acerca da relação entre desenvolvimento econômico e cultural das cidades no Brasil. Especificamente mencionando as hipóteses de Florida, tem-se os estudos de Golgher (2008) e Cavalcanti e Silveira Neto (2014). O primeiro discute a relação entre a distribuição de trabalhadores qualificados e trabalhadores na economia criativa com dados municipais e análise de cluster. O autor agrupa os municípios conforme índices de qualificação, tecnologia e entretenimento em oito categorias. Confirmam-se as disparidades regionais, visto que as capitais e os municípios das regiões Sul e Sudeste apresentam os valores mais elevados para diversos indicadores, com destaque para São Caetano do Sul (SP), Niterói (RJ) e Florianópolis (SC).

Cavalcanti e Silveira Neto (2014, p. 17-18) construíram indicadores para criatividade e nível educacional (capital humano) e, através de painéis espaciais para três anos (Censos 1991, 2000 e 2010), auferiram o impacto dessas variáveis no dinamismo das 293 maiores cidades brasileiras. Concluíram que crescimento do emprego tem associações mais significativas com as medidas de capital humano em comparação às medidas da classe criativa e, sugerem, portanto, políticas voltadas a educação, ao invés de focar a atração de profissionais criativos, contradizendo a hipótese de Florida (2002, 2003).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na área de Economia Urbana, procurou-se demonstrar visões acerca do setor cultural vinculadas ao crescimento e/ou desenvolvimento econômico local ou regional, sobretudo com base nas teses de Glaeser (2001) e Florida (2002; 2003). A defesa das políticas de promoção de amenidades culturais é observada em ambas as teses e tem sido fortemente criticada. Destacam-se Stoper e Scott (2009), que apontam que tais ações podem contribuir para o aumento do hiato entre as classes sociais, enquanto Pratt (2008; 2009) enfatiza problema da gentrificação como decorrência das intervenções urbanas que têm sido praticadas.

Os debates que vinculam cultura e urbanismo direcionam-se, principalmente, a estudos de casos do impacto das políticas de promoção de cidades criativas e de revitalização de áreas degradadas. Também tem sido enfatizado a legitimidade do direito à cultura, a luz da sua importância como fator de distinção social e como facilitadora de acesso à cidade e a cidadania.

Apesar de pontos de vistas diferentes, há consenso sobre a relevância das ações públicas em prol do desenvolvimento cultural das cidades e, no caso brasileiro, de um ‘vazio’ espacial da oferta cultural institucional, tanto nas cidades menores, quanto nas áreas periféricas das grandes cidades. Há uma tendência de concentração da oferta de serviços culturais em grandes cidades, visto que as amenidades de consumo, entre elas, as culturais, são resultado das externalidades de aglomeração. Contudo, a inexistência de oferta cultural em determinada localidade, complementada de outros aspectos sócio demográficos que dificultam o acesso, impossibilita aos que ali residem a formação de hábitos de consumo extradomiciliar. Cabe ressaltar que os bens culturais são bens de experiência e, portanto, a demanda depende de exposição prévia (STIGLER, BECKER, 1977).

Os estudos mostram que, no caso dos equipamentos, houve um aumento da oferta no período analisado em linha com as metas do Plano Nacional de Cultura, mas permanece ausente a preocupação da distribuição dos equipamentos dentro da RM. Como agravante, a estreita relação entre renda, educação e consumo cultural expõe que a formação de público perpassa tanto pela necessidade de mediação entre ‘consumidores’ e ‘manifestação cultural’ ou informacional, quanto as barreiras geográficas, socioeconômicas e simbólicas.

Além disso, a maioria das cidades brasileiras apresentam alta concentração do consumo, baixo grau de desenvolvimento cultural, agravadas pelas fortes disparidades regionais, alta segregação urbana e desigualdade de renda, restringindo o acesso cultural as camadas de maior poder aquisitivo e nível de escolaridade. Como a oferta cultural também se concentra nas áreas urbanas de maior renda das grandes cidades, reforça-se as trajetórias de urbanização das cidades, já marcadas pela segregação e pela perda da função da urbe como meio de interação social.

Então, a despeito da facilitação do acesso a bens culturais e a informação após

a expansão da internet e dos aparelhos eletrônicos, entende-se que as práticas domiciliares de consumo deveriam relacionar-se às preferências e não como ‘única opção’ dos indivíduos. Dentre outras razões, tem-se que as práticas coletivas de consumo a partir do uso do espaço público da cidade têm potencial de aumentar a interação social, o respeito às diferenças e o exercício da cidadania. Considerando que os diversos tipos de participação cultural extrapolam o uso do tempo livre para mero entretenimento, a restrição do acesso à determinadas ofertas culturais restringem também as “oportunidades de formar concepções do mundo, erigir consensos, construir cultura política e exercer cidadania [tradução nossa]” (MANTECÓN, 2009, p. 94).

Dessa forma, considerando que esse setor é marcado pela presença de subsídios, pode-se afirmar que os avanços recentes em termos de democratização das políticas não têm sido suficientes para reversão da inércia das desigualdades. Então, as ações culturais não serão capazes de reverter o quadro atual se não forem articuladas com outras áreas da gestão pública, tais como educação, segurança e planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. R.; LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. Gastos com Saídas Culturais nas Regiões Metropolitanas: a Localização Importa? Análise das Pesquisas de Orçamentos Familiares 2002-03 e 2008-09. **Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos-ENABER**. São Paulo, 2017.
- BARBALHO, A.; FREITAS, A. P. N. Política cultural e consumo na região amazônica: um estudo dos públicos da Estação das Docas em Belém do Pará. **ALCEU**. v. 12, n.23, p. 130-142, 2011.
- BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. A distribuição dos equipamentos culturais e os processos de segregação na cidade de São Paulo: O acesso à cultura na urbe metropolitana. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciência Sociais. Salvador-BA. **Anais**. Salvador: UFBA, 2011.
- BOTELHO, I. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Espaço & Debates – Revista de Estudos regionais e urbanos**. n. 43/44, 2003.
- BOTELHO, I. Políticas culturais: discutindo pressupostos. In: NUSSBAUMER, G. (Org.) **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. 257 p. — (Coleção Cult).
- BOTELHO, I.; FIORE, M. O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. In: XVIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A questão social no novo milênio. Coimbra, Portugal. **Anais**. Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra: 2004.
- CANCLINI, N. Todos tienen cultura: ¿quiénes pueden desarrollarla? In: Conferencia para el Seminario sobre Cultura y Desarrollo. Washington. **Anais**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CAVALCANTI, F. L.; SILVEIRA NETO, R. M. Creative Class, Human Capital and Urban Dynamism: Empirical Evidence for the Brazilian Cities. In: XLI Encontro Nacional de Economia. Natal-RN. **Anais**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2014.

FERREIRA, A. G.; FERNANDES, F. A.; HUÇULAK, J. A internacionalização de Curitiba: uma análise a partir de equipamentos urbanos de consumo e lazer. **Revista Geomae**. v.1, n. 1, p. 17-35, 2011.

FERREIRA, J. A reversão de equívocos históricos para novos imaginários urbanos. **Folha de São Paulo**. 03/01/2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/01/1723759-a-reversao-de-equivocos-historicos-para-melhorar-as-cidades.shtml>>

FLORIDA, R. Cities and the creative class. **City & Community**, v. 2, n. 1, p. 3-19, 2003.

FLORIDA, R. The rise of the Creative Class. Why cities without gays and rock bands are losing the economic development race. **Washington Monthly**. v. 34, n. 5. 2002.

GLAESER, E. J. **The Triumph of the City**: how our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier. New York: The Penguin Press, 2011.

GLAESER, E. L. Review of Richard Florida's The Rise of the Creative Class. **Regional Science and Urban Economics**. v. 35, n. 5, 2005.

GLAESER, E. L.; KOLKO, J.; SAIZ, A. Consumer City. **Journal of Economic Geography**. v.1, n.1, p. 27-50, 2001.

GLAESER, E. L.; MARÉ, D. C. Cities and Skills. **Working Paper Series n. 4728**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1994.

GOLGHER, A. B. As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 25, n. 1, p. 109-129, 2008.

GONDIM, L. M. P. Espaço Público, requalificação urbana e consumo cultural: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu entorno. **O público e o privado**, n. 17, p. 59-69, 2011.

GRAEFF, L.; WAISMANN, M.; BERG, O. A. Equipamentos culturais na Região Metropolitana de Porto Alegre: desafios e possibilidades de avaliação a partir das metas do Plano Nacional de Cultura. **Políticas Culturais em Revista**, v. 8, n. 1, p. 206-221, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros 2009 - MUNIC 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009 e 2002-2003**. Microdados.

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 592 p.

LIBANIO, C. A. Política Cultural e Acesso à Cidade. In: V Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro-RJ. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

LUCKEWE, P; PADILHA, M. F. F. G.; WANDERLEY, A. L. Qualidade dos gastos públicos em cultura no Brasil: uma abordagem sob a ótica da demanda. **Revista Desenbahia**. v. 11, n. 19, p.151-78, 2014.

MACHADO, A. F.; SIMÕES, R. F.; DINIZ, S. C Urban Amenities and the Development of Creative Clusters: The Case of Brazil. **Current Urban Studies**. v.1, n.4, p. 92-101, 2013.

MACHADO, A. P. Estudo 44: Cidades Criativas. **Projeto Perspectivas de Investimentos Sociais**

no Brasil (PIS), Cedeplar/UFMG: (20-). Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pis/Estudo%2044.pdf>>

MANTECÓN, A. R. Consumos culturales y ciudadanía en tiempos de globalización. **Indicadores Culturales**. Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, Buenos Aires, Argentina. p. 90-99, 2009.

MARKUNSEN, A.; KING, D. **The Artistic Dividend: The Arts' Hidden Contributions to Regional Development**. Humphrey Institute of Public Affairs. University of Minnesota, 2003.

MARKUSEN, A. **How cities can nurture cultural entrepreneurs**. Social Science Research Network - SSEP, nov. 2013.

MELO, V. A.; PERES, F. F. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Movimento**, v. 11, n. 3, p. 127-151, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Conselho Nacional de Política Cultural / Secretaria de Articulação Institucional –SAI. Brasília: MinC, 2011. 108 p. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/livro11-602-para-aprovacao.pdf/d17c52f9-3a60-4196-af5c-a6655f028f3b>

NUSSBAUMER, G. M et. al. Um mapa dos teatros de Salvador. In: II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - II ENECULT. Salvador. **Anais**. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-UFBA, 2006.

PRATT, A. C. Creative cities: the cultural industries and the creative class. **Geografiska annaler: Series B, Human Geography**, v. 90, n. 2, p. 107-117, 2008.

PRATT, A. C. Urban regeneration: from the arts 'feel good' factor to the cultural economy. A case study of Hoxton, London. **Urban Studies**. v. 46, n. 5-6, p. 1041-1061, 2009.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais na Bahia contemporânea. In: BARBALHO, A.; BARROS, J. M.; CALABRE, L. (Orgs.) **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2013. 316 p. (Coleção Cult).

SILVA, F. B. (Coord.) **Indicador de Desenvolvimento Cultural da Economia da Cultura**. Brasília: Ipea, 2010.

SILVEIRA, A. C. C.; SILVA, R. H. A. Os espaços de lazer na cidade: a política urbana de Belo Horizonte. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**. v.13, n.3, 2010.

STIGLER, G. J.; BECKER, G. S. De gustibus non est disputandum, **American Economic Review**, Nashville, v. 67, n. 2, p. 76-90, 1977.

STOPER, M.; SCOTT, A. J. Rethinking human capital, creativity and urban growth. **Journal of Economic Geography**. v.9, n. 2, p. 147-167, 2009.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Representação no Brasil/Sobre Unesco no Brasil. **64 cidades se unem à Rede de Cidades Criativas da UNESCO**. 01/11/2017. Brasília/DF: Escritório da Unesco. Disponível em <[disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/single-view/news/64_cities_join_the_unesco_creative_cities_network/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/single-view/news/64_cities_join_the_unesco_creative_cities_network/)>> Acesso em 15 Jan/2018.

VAZ, L. F. Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 8, n. 3, 2004.

PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG¹

Leandro Gracioso de Almeida e Silva

Professor na Graduação em Turismo UEMG
Doutorando no Programa de Pós-Graduação
História Social – UFRJ; na área Interdisciplinar
pelo Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Patrimônio Cultural – UFPel; Licenciado
e bacharel em História – UFJF (2013/2014) e
bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio de
Sá de Juiz de Fora (2011). E-mail: leandroleko.
almeida@gmail.com

Marlise Buchweitz

Doutora na área Interdisciplinar, pelo Programa
de Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural – UFPel; Mestre em Letras
Estudos de Literatura/Literatura Comparada –
UFRGS; Graduada em Letras – UFPel. E-mail:
marlisebuchweitz@gmail.com

RESUMO: No presente trabalho analisou-se como o poder público municipal tem atuado na proteção dos jazigos de valor cultural do Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Apesar de a abertura de processo de análise de tombamento ter sido autorizada pelo Conselho de Proteção do Patrimônio Cultural Municipal, isto não está se refletindo em uma política eficaz de salvaguarda do acervo. Tanto a administração do cemitério

tem-se mostrado indiferente à questão quanto a Divisão de Patrimônio Cultural não possui poder de fiscalização e, portanto, pouco pode realizar além de notificar. Em meio ao processo, apenas a imprensa e alguns setores da sociedade civil têm-se mobilizado para cobrar o fim do descaso para com o espaço mortuário. Desta forma, fez-se um estudo histórico sobre o processo de inserção do cemitério como patrimônio da cidade de Juiz de Fora e as ações que tal questão necessitou.

PALAVRAS-CHAVE:

Cemitério,
Patrimonialização, Memória, Identidade

A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM JUIZ DE FORA: UM HISTÓRICO

Os primeiros instrumentos para proteção do patrimônio cultural em Juiz de Fora, partindo do âmbito municipal, aconteceram após um movimento de intelectuais que reclamavam a proteção de bens históricos considerados por eles enquanto importantes para a cidade. O marco desse movimento, conforme (PASSAGLIA, 1982, p. 18) foi o caso do colégio

¹ Este trabalho foi apresentado originalmente durante o VII Seminário Internacional Políticas Culturais, da Fundação Casa de Rui Barbosa, ocorrido entre os dias 17 e 20 de maio de 2016. Em virtude do novo formato, sofreu alguns ajustes e também atualizações no texto. O artigo anterior está disponível nos Anais do evento, em <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/Anais-do-VII-Semin%C3%A1rio-Int-Pol-Cult.pdf>>, p. 1184-1194.

Stella Matutina, em 1978, que, prestes a ser demolido, mobilizou a consciência da comunidade sobre a importância de medidas preservativas. Contudo, a mobilização não garantiu a não demolição do imóvel.

As iniciativas de proteção avançaram, na década seguinte, após o entendimento de que as transformações urbanas e arquitetônicas da cidade estavam descaracterizando-a e fazendo com que perdesse elementos constituidores de sua identidade (AZEVEDO; JABOUR, 2012, p. 35-39). Ainda, existiam dois grupos de intelectuais distintos: os que consideravam a reformulação importante e necessária para que Juiz de Fora adentrasse na modernidade e que, portanto, a patrimonialização se impunha como um entrave; e aqueles para quem era necessário selecionar alguns bens para que esses fossem os elos representantes entre a cidade nova que se constituía e a do início de sua história (AZEVEDO; JABOUR, 2012, p. 35-39).

Conforme Almeida (2015, p. 61-64), diante do impasse, esses intelectuais de caráter mais preservacionistas conseguiram importantes vitórias diante do poder público. A primeira é anterior a Constituição de 1988, a qual garantiu mais possibilidade de regionalização da gestão e da seleção dos bens históricos e culturais. Juiz de Fora ganhou, em 1982, sua primeira legislação voltada à proteção do patrimônio cultural. Evidentemente, não seria possível debater aqui todos os meandros sobre a questão; no entanto, considera-se que, devido a essas iniciativas propostas, primeiramente por essa lei local e, em seguida, com a legitimação dada pela Constituição, as quais, somadas às demandas locais, houve garantia de consideráveis avanços.

Ainda, de acordo com Almeida (2015, p. 63-64), foi assim, que, em 1989, Juiz de Fora foi contemplada com a criação da Divisão de Patrimônio Cultural, órgão ligado atualmente à Funalfa, fundação esta responsável por gerir a cultura do município. Atualmente, o município possui cerca de 173 bens materiais tombados e fez o registro de 6 bens imateriais.²

Infelizmente, o patrimônio funerário não foi amplamente contemplado nesses momentos iniciais de seleção dos bens. Mas, é compreensível ao se observar que os bens indicados eram os tradicionais, os quais, aliás, eram os mais ameaçados naquele momento. Entende-se como bens tradicionais: praças, monumentos, casarões, igrejas, fábricas antigas, entre outros. Os dois cemitérios mais antigos da cidade – Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida e Cemitério da Paróquia de Nossa Senhora da Glória/Comunidade Confissão Luterana – não fizeram parte da análise para um possível tombamento até o ano de 2012.

Porém, um pormenor importante existia sobre o tema, o qual diz respeito ao túmulo de Henrique Guilherme Fernando Halfeld, incluído em pedido de tombamento desde 1999. A princípio, a demanda se justifica por ser étnica e fundacional. Além de ser um dos fundadores da cidade, a força política do Instituto Teuto-brasileiro

² Lista completa disponível em <http://pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/index.php> Acessado em 20 de fevereiro de 2015.

sobre a questão pode ter contribuído para a inserção daquele jazigo na lista de bens inventariados, uma vez que o sepultado era imigrante de origem alemã³. O processo foi aprovado em 07 de junho de 2004, apesar de o pedido ser do ano de 1999⁴.

A patrimonialização de cemitérios não é uma novidade no Brasil. Tanto o IPHAN, órgão de proteção federal, quanto o IEPHA/MG, órgão de proteção em Minas Gerais, realizaram tombamentos de cemitérios e bens fúnebres quando eles remetiam à memória e à história nacional e no caso do IEPHA/MG à estadual (CASTRO, 2010, p. 5). O caso do jazigo de Henrique Halfeld enquanto patrimônio funerário era exceção em Juiz de Fora, mas como se observa, estava de acordo com as políticas de patrimonialização de cemitérios do IPHAN e IEPHA/MG naquele momento. A política local se manteve assim até 2012, quando ocorre uma primeira ruptura.

Em 2012, ocorre uma visita ao Cemitério Municipal de Juiz de Fora realizada pelo então diretor do Museu Mariano Procópio – museu localizado em Juiz de Fora –, e também membro do Conselho de Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural da cidade de Juiz de Fora (COMPPAC) naquele momento, Douglas Fasolato. Estavam, entre os visitantes, o jornalista Wilson Cid, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHG) e membro do COMPPAC, e também o falecido Wilson Coury Jabour Junior, procurador-geral da prefeitura da cidade e também membro do COMPPAC. Nessa visita eles observaram que:

[...] a situação do cemitério Municipal era motivo de nossa preocupação visto o processo de especulação no cemitério, principalmente na parte antiga, onde as pessoas estavam indiferentes aos valores estéticos-históricos, descaracterizando-os, muitas vezes jogando-os ao chão para erguer andares e tirando inclusive a capacidade de observação. Tivemos inúmeras conversas e algumas visitas ao cemitério. Uma delas, especificamente para tentar delimitar o objeto do tombamento, única solução para impedir a situação. Enfim, fizemos uma visita técnica, em um sábado chuvoso, com posterior troca de e-mails e do qual saiu uma lista, mas priorizando o cemitério velho, pelo risco. Conversamos com várias pessoas e pesquisamos em diversas obras. Essa visita foi em 2012 e antecedeu a construção da proposta, em que ficou decidido que seria apresentada pelo Wilsinho (informação verbal)⁵.

Wilsinho, como Douglas Fasolato carinhosamente chama, era Wilson Coury Jabour Júnior que, naquele mesmo ano, tratou de apresentar ao COMPPAC uma proposta com um total de 25 bens funerários selecionados. Nesse pedido, redigido por Wilson Coury, constavam: a antiga capela e 19 túmulos na *ala velha* do cemitério e 5 na *ala nova*. A proposição foi aprovada e compõe um processo ainda em trâmite⁶.

Não se discutirão maiores detalhes daquela seleção que se julga parcialmente

3 A imigração alemã em Juiz de Fora se inicia no século XIX e ainda há um grande grupo de descendentes dos colonos. In: STHELING, L. J. Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães. Juiz de Fora: Funalfa, 1979.

4 Processo disponível em <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000021833>. Acessado em 20 de fevereiro de 2015.

5 Trecho de entrevista concedida via chat da rede social Facebook com o Sr. Douglas Fasolato, no dia 5 de fevereiro de 2015.

6 DIPAC/FUNALFA nº 011586/2012.

limitada por selecionar um número restrito de sepulturas dentro de um grande universo possível. No entanto, compreende-se que o grande conhecimento que os três dispunham sobre a história do município e a pouca noção em relação à arte funerária possivelmente implicaram numa seleção restritiva. Para justificar o tombamento, Wilson Coury citou trecho do trabalho da pesquisadora de cemitérios Elisiana Trilha Castro:

[...] em grande medida, ao preservar um cemitério, a este são incorporados valores que não se ligam somente ao fato deste lugar guardar os corpos sem vida. Creditam-se valores religiosos, sociais, arquitetônicos, históricos ou artísticos, ambientais ligados, geralmente, a uma determinada forma de representar as cidades e a memória coletiva. [...] Mas um olhar sobre a cidade contemporânea aponta para um modo diferente de lidar com a morte e com os mortos, que tendem a afastá-los ou apresentá-los de uma forma menos marcante na paisagem da cidade e no cotidiano. Apesar destas novas práticas ou por conta delas, afinal a inclusão dos cemitérios como bens patrimoniais pode ser outra forma de afastar a morte pela aplicação de novos usos, estes são enquadrados dentre os bens a serem preservados. Mas sua inclusão dentre o rol dos bens culturais, quando comparada à sua historicidade e valor cultural, ao contrário de muitos lugares, costumes e edificações, ainda é incipiente⁷.

Observa-se, assim, que o processo de conscientização local e de inclusão de bens a serem patrimonializados é lento e demanda conhecimento de causa. Mesmo assim, através do olhar de alguns poucos indivíduos, pode-se dizer que não fossem eles, provavelmente muito mais estaria perdido no tempo e guardado apenas na lembrança. A seguir, analisa-se essa tramitação do processo de tombamento solicitado por Wilson Coury e que ocorreu no DIPAC-Funalfa.

A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

O pedido realizado por Wilson Coury Jabour Júnior, em dezembro de 2012, foi importante, pois garantiu que o DIPAC começasse a enxergar a importância da proteção dos cemitérios antigos do município. Em 2013, no mês de abril, o órgão propôs em Juiz de Fora o evento *III Olhar sobre o que é nosso* realizado em periodicidade anual e no qual se debatem estratégias de gestão e de proteção do patrimônio cultural. Para o evento desse mesmo ano, a Funalfa trouxe 2 pesquisadoras de cemitérios, a fim de que elas propusessem a importância desses espaços e apresentassem caminhos para se lidar com a temática.

Destaca-se a pesquisadora Clarissa Grassi Dias, que se dedica, há 13 anos a inúmeras ações para divulgação e preservação do Cemitério São Francisco de Paula, um dos mais antigos de Curitiba/PR.⁸ Clarissa é membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC), associação que se propõe a divulgar e pesquisar

7 Trecho retirado do pedido feito por Wilson Coury Jabour Junior no qual cita o trabalho de Elisiana Trilha Castro “Cemitérios, nosso patrimônio nacional”; consta no processo administrativo de posse de DIPAC/FUNALFA, nº: 01158/12.

8 Para saber mais: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/o-cemiterio-que-reflete-a-cidade-ee-93zxud8koufxt3gwyqn3sr2>>. Acessado em 5 de dezembro de 2015.

os estudos do morrer no Brasil. Ao ser questionada sobre o possível tombamento do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, Clarissa Grassi destaca que recomendou alguns caminhos para uma seleção de túmulos. No entanto, a pesquisadora não conferiu à atuação da Funalfa qualquer postura crítica mais ampla, por não conhecer a história do cemitério analisado e por qualquer eventual atuação demandar uma análise mais apurada (informação verbal)⁹.

Também foi convidada, para participar do evento, a historiadora Fernanda Maria de Matos Costa. Fernanda é mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e atualmente funcionária técnico-administrativa da Universidade Federal do Paraná. O convite se deu devido ao seu objeto de estudo durante o mestrado, no qual ela investigou a história do Cemitério Municipal de Juiz de Fora durante o século XIX.

Após participação no evento *III Olhar sobre o que é nosso*, e tendo com parâmetro os apontamentos das pesquisadoras, Leandro Gracioso de Almeida e Silva, um dos autores deste artigo, se sentiu instigado a desenvolver uma pesquisa sobre o campo santo. A oficialização da pesquisa se concretizou com a aprovação no processo seletivo de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2014.

É importante ressaltar que Fernanda Maria de Matos Costa não se interessou em fazer qualquer eventual proposição de patrimonialização do Cemitério Municipal de Juiz de Fora. Segundo ela, desenvolver tal procedimento não era seu foco; ademais, a distância se impôs como uma dificuldade (informação verbal)¹⁰. Outro pesquisador, que desenvolveu investigação sobre a morte e o morrer, em Juiz de Fora, foi Paulo Sérgio Quiossa. Não foi possível contato com ele, mas se sabe que o pesquisador igualmente demonstrou pouco ou nenhum interesse na questão, ainda que os motivos para tal não foram possíveis de se averiguar.

Era desejo de Leandro Gracioso de Almeida e Silva reverter tal situação de “patrimonialização limitada” proposta em 2012. Por isso, foi autor de um projeto que visava aumentar a abrangência da área a ser tombada, a qual deveria englobar novos túmulos e possíveis e futuras políticas de educação patrimonial e turismo no local.

OS INIMIGOS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Os cemitérios de valor histórico padecem de inúmeros problemas que não são de exclusividade destes espaços. De um modo geral, a escassez de recursos e, em alguma medida, o desinteresse de alguns setores públicos e privados limitam a preservação e a conservação de bens materiais de valor cultural. Contudo, no caso do campo santo analisado, a maior ameaça advinha inicialmente do próprio setor que o administra, o poder público. Indiferente aos valores simbólico, histórico e cultural

9 Entrevista concedida por Clarissa Grassi via rede social Facebook, em 23 de fevereiro de 2015.

10 De acordo com Fernanda Maria de Matos Costa, em resposta a questionamento feito via e-mail, em 27 de fevereiro de 2015.

que este cemitério detém, por ser possivelmente o mais antigo cemitério higiênico de Minas Gerais¹¹, houve e ainda há inúmeras tentativas de depreciá-lo ou desconsiderá-lo.

A primeira que se considera a mais problemática foi uma iniciativa que se tornaria um futuro projeto de lei, caso aprovada. A proposta, feita pelo vereador do município Cido Reis, que pretendia alterar o regimento do cemitério. O argumento defendido dizia respeito ao fato de haver inúmeros túmulos, em especial na *ala velha*¹², nos quais não ocorrem sepultamentos há anos, devido à inexistência de proprietários conhecidos. Portanto, segundo o vereador, havia real necessidade de se alterar o regimento, a fim de permitir uma ampliação do direito de uso, o que tornaria possível a venda de perpetuidade a terceiros, algo atualmente proibido neste campo santo. Assim, cedendo o uso a novas famílias, parte dos problemas de falta de jazigos na cidade seria supostamente resolvida¹³.

Acredita-se que a falta de jazigos, nos cemitérios públicos de Juiz de Fora, e, em especial no analisado, não seria resolvida, nem sequer parcialmente, pela medida. O cemitério sempre careceu de espaço para realizar todos os sepultamentos necessários, e a demanda por sua ampliação remete aos primeiros anos de funcionamento¹⁴. Com o atual crescimento da população da cidade, mesmo que fosse permitida a revenda em pouco tempo, o problema retornaria, uma vez que o Cemitério Municipal é o mais utilizado no município (informação verbal)¹⁷.

Além disso, autorizar a revenda de jazigos a terceiros, inevitavelmente, representaria o fim da maioria dos túmulos mais antigos, os que por sua vez possuem maior valor histórico e artístico. É difícil imaginar que, se não houvesse a proteção do tombamento, os novos proprietários teriam compromisso em preservar as estruturas originais da sepultura, afinal estas não fazem menção a familiares seus.

Diante desta situação, foi apresentado um pedido às pressas, por Leandro Gracioso de Almeida e Silva. Nesta proposta, o autor justificava o porquê da necessidade de se fazer o pré-tombamento da *ala velha*. O pedido foi aprovado, gerando um processo atualmente em tramitação, mas longe de um parecer final ocorrer num período próximo¹⁶. Contudo, a aprovação inviabilizou o projeto de lei mencionado anteriormente, pois, enquanto não se decide sobre o tombamento, o bem analisado está “pré-tombado”, como prevê a legislação do município.

O segundo inimigo do Cemitério foi a transformação do sentido que a morte obteve

11 Esta afirmação ainda carece de maior averiguação, mas de acordo com pesquisas em arquivos e jornais, tudo indica que seja de fato o mais antigo cemitério moderno de Minas Gerais.

12 Denomina-se “ala velha” a primeira divisão do cemitério, ocorrida em 1864. A “ala nova” é de 1925.

13 A notícia completa disponível em <<http://www.tribunademinas.com.br/projeto-autoriza-venda-de-jazigo-no-municipal/>>. Acessado em 06 de dezembro de 2014.

14 FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 129 – Documentos diversos. Documento de 13/07/1912.

15 Conforme o administrador Emílio Bravo.

16 DIPAC/FUNALFA nº 00071/2015.

ao longo do tempo. Apesar de ter sido muito comum, sobretudo entre as famílias mais endinheiradas, o uso de arte funerária nos cemitérios das cidades de economia mais pujante do século XIX e primeiras décadas do século XX, esse tipo de arte passa por franco declínio desde meados do século XX. O processo se iniciou nos anos 1930, de acordo com Maria Elizia Borges:

[...] a partir de 1929, a burguesia [...] restringiu seus gastos em razão da crise econômica que se alastrou por todo o país; as obras tumulares grandiloquentes passaram para segundo plano, tornando-se raro esse tipo de construção. Ao mesmo tempo, mudava-se o gosto estético da sociedade, que preferia agora túmulos mais simples, horizontais, de linhas geométricas simplificadas, revestidos com granito ou mármore cinza e com poucas peças escultóricas de bronze e poucos atributos culturais, influenciados pelo *art-déco* (BORGES, 2002, p. 292).

A sociedade havia mudado e a morte havia transferido seu local: não se morria mais em casa, mas nos hospitais (ARIÈS, 1977, p. 54). O crescimento das cidades e as transformações na mentalidade também se impuseram como fatores que dificultaram um luto dramático. Os cortejos fúnebres tão comuns, que partiam, geralmente, da casa do defunto, onde o corpo costumava ser velado, em poucos anos não seriam mais possíveis ou administráveis. O luto tornava-se proibitivo e o culto aos mortos também.

Pregava-se e ainda se defende o distanciamento dos mortos, um não pensar na morte, afinal, a ciência posterga cada vez mais o fatídico momento através de seus avanços. O modernismo defendendo novos valores para a arquitetura e as artes dispensava a estética “exagerada” das sepulturas que foram pouco a pouco se tornando cada vez mais simples. O mercado de arte funerária encolheu, os marmoristas que se dedicavam a isso tiveram que migrar seu foco para a construção civil ou fecharem seus negócios. Os quase 100 anos em que a arte funerária teve seu apogeu nos cemitérios brasileiros ficariam para trás, como representantes de um momento específico da história do Ocidente cristão.

Tais fatores contribuem para se pensar no porquê da indiferença das famílias para com a sepultura. Se a mesma indiferença garantiu a preservação de muitas sepulturas pelo Brasil afora, este ponto de vista também se apresenta como um grande problema na proteção dos cemitérios. As famílias não realizam manutenção periódica das sepulturas porque isso já não é mais importante, de modo que as patologias se instalam e vão consumindo lentamente a estrutura do túmulo.

No caso do Cemitério Municipal de Juiz de Fora, uma vez pagas as taxas de perpetuidade da sepultura, a desapropriação do jazigo é impossível. Sem valores em caixa, a administração do campo santo conta apenas com recursos transferidos pela Secretaria de Obras para manter os funcionários e a limpeza das áreas comuns espaço. Ademais, sem maiores preocupações em manter uma lista de contatos atualizada e sem uma gestão de documentação mais apurada, a administração do cemitério parece não saber sequer quem poderiam ser os donos de algumas das sepulturas, as quais ficam em ruínas e a administração não pode intervir, já que a manutenção é de

exclusividade do proprietário. Assim, este patrimônio vai sendo destruído aos poucos, pela “indiferença” compartilhada entre os proprietários dos jazigos e a administração do cemitério.

Por fim, em terceiro lugar, o maior desafio enfrentado pelo Cemitério tem sido os furtos. Conforme já mencionado, até por volta dos anos 1930, as famílias mais abastadas costumavam gastar cifras consideráveis na construção de uma sepultura. Na *ala nova* do cemitério, inaugurada em 1925, existem, na maior parte das sepulturas, materiais nobres como granito, mármore e bronze. O bronze é, certamente, o mais fácil de ser furtado e o único possível também, pois qualquer tentativa de retirada de uma peça de mármore ou de granito implicaria na quebra desta, fato que acarreta em perda do valor comercial; mas o bronze pode ser novamente dissolvido e fundido.

Diante dessa situação e do descontrole na segurança do Cemitério Municipal, a imprensa local tem divulgado, ao longo dos anos, casos de furtos de peças neste campo santo. O caso mais emblemático foi o furto dos ornamentos em bronze da sepultura de Henrique Guilherme Fernando Halfeld. A este personagem que se atribui a fundação da cidade, conforme já discutido, por isso, talvez, a maior comoção.

Desde 2013, o túmulo vinha sendo lentamente saqueado. Primeiramente, foi o brasão de armas do município de Juiz de Fora, depois o mapa da região da Alemanha da qual provinha Henrique. Por fim, antes de novembro de 2015, furtaram o Brasão da Família Halfeld. Tal iniciativa pareceu ser a gota d’água para a sociedade civil organizada. O senhor Vicente de Paulo Clemente, descendente de alemães, não deixou de reclamar num grupo da rede social Facebook intitulado “Comunidade Alemã” o descaso para com a sepultura:

[...] vergonha... túmulo do Fundador de nossa cidade, no Cemitério Municipal, dilapidado e despido das placas honoríficas. O mapa da região de onde nasceu Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld [Henrique Guilherme Fernando Halfeld], na Alemanha, o brasão de armas da família Halfeld e o brasão da cidade, foram violentamente arrancados de suas bases e roubados por vândalos. Hoje, dia dos mortos, ao visitar o Campo Santo, tristemente me deparei com essa imagem [...] (informação verbal)¹⁷.

Em seguida, Leandro Gracioso de Almeida e Silva, tendo ciência do caso o denunciou a imprensa escrita e televisionada da cidade que dedicou matéria sobre a questão, nos dias 04 e 05 de novembro de 2015. O jornal Tribuna de Minas publicou matéria da qual reproduzimos parte:

[...] em função das visitas aos cemitérios da cidade no Dia de Finados, uma postagem no Facebook, publicada no grupo ‘Comunidade Germânica de Juiz de Fora’ chama atenção para furtos ocorridos no Cemitério Municipal. Um dos alvos foi o túmulo do Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld, fundador da cidade. O mapa da região onde ele nasceu, na Alemanha, além do brasão de armas da família Halfeld e o brasão da cidade, foram arrancados de suas bases e

17 Trecho retirado de comentário de Vicente de Paulo Clemente no grupo, realizado em 2 de novembro de 2015.

18 Disponível em <<http://www.tribunademinas.com.br/visitantes-denunciam-furtos-no-cemiterio -municipal/>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2016.

furtados. [...]¹⁸.

Esta matéria foi publicada em seu sítio na internet e foi capa do veículo em sua fonte impressa, no dia 04 de novembro de 2015. A Rede Globo de Televisão, representada na cidade pela sua afiliada TV Integração, também apresentou matéria, com duração de 04 minutos e 21 segundos, em seu telejornal diurno.

Na Figura 1 pode ser observado o túmulo mencionado, após os furtos realizados:



Figura 1 – Jazigo de Henrique Guilherme Fernando Halfeld no Cemitério Municipal de Juiz de Fora, em novembro de 2015.

Fonte: Dos autores.

De acordo com as palavras da jornalista Érika Salazar, acontecem furtos no Cemitério e a administração admite falha na segurança. Na ocasião da reportagem, foram entrevistados o Sr. Roberto Dilly, responsável pelo Instituto Teuto-brasileiro, o pesquisador deste cemitério Leandro Gracioso de Almeida e Silva, o administrador do cemitério o Sr. Emílio Bravo e um descendente do sepultado, o Sr. Pedro Halfeld.

No referido caso, Leandro, Roberto e Pedro demonstraram a insatisfação para com o ato, o qual não é isolado e demonstra que a administração municipal não tem garantido a segurança dos jazigos do cemitério. O Sr. Emílio Bravo tentou minimizar o caso, alegando que havia um esforço de sua administração em propor novas iniciativas de segurança. Segundo o administrador, há uma parceria com a guarda municipal que vigia o cemitério 24h, houve a troca da iluminação, haveria moto-monitoramento devido ao relevo do cemitério, além de um estudo para utilizar cães de guarda para reforçar a segurança¹⁹.

Sobre essas medidas, até a conclusão deste artigo, nenhuma foi definitivamente implementada, com exceção da vigilância 24h, fato que demonstra o distanciamento entre o discurso e a prática. Salienta-se que uma pessoa responsável pela Secretaria de Obras foi encaminhada para auxiliar nos esclarecimentos por parte da administração do Cemitério Municipal, mas ela não deu entrevista.

19 Informação disponível em <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/pecas-do-tumulo-do-fundador-de-juiz-de-fora-sao-furtadas/4588149/>>. Acessado em 10 de dezembro de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Múltiplos tabus estão envoltos aos cemitérios. A estes espaços atribuem-se concepções que envolvem dor, saudade e melancolia. E, certamente, por isso, a maioria das pessoas passa quase toda a vida evitando pensar neles ou no ato de morrer. Considera-se que esta atitude perante a morte tem forte impacto na proteção jurídica dos campos santos, ainda que parte da situação tem mudado.

Apesar de iniciativas importantes estarem acontecendo no Brasil, tais como as visitas guiadas nos cemitérios do Bonfim em Belo Horizonte e de São Francisco de Paula em Curitiba, ou até mesmo o “cimetério”, proposta que tem como iniciativa transmitir filmes de terror no Cemitério da Consolação em São Paulo, e também a possibilidade de se visitar virtualmente, através do Google mapas, os cemitérios São João Batista no Rio de Janeiro e Consolação em São Paulo, no geral, as políticas para com estes espaços funerários são esparsas e restritas aos grandes centros.

Mesmo com toda a possibilidade pedagógica e turística dos cemitérios oitocentistas, os exemplos ainda são restritivos. Além disso, apesar destas novas iniciativas reaproximarem a sociedade destes espaços fazendo com que se apropriem e desenvolvam sentimento de que é importante sua preservação, estas, por si só, não dão conta de preservá-los. Por fim, o objetivo deste trabalho era, através de um relato de experiência em um recorte micro, apresentar os desafios na preservação dos bens cemiteriais que se apresentam como ainda mais difíceis que dos bens já consagrados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. Narrativas preservacionistas na cidade: a trajetória da defesa do patrimônio de Juiz de Fora contada através de manifestações populares. Juiz de Fora, MG: Ed. Funalfa, 2015.

ARIÈS, P. História da Morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

AZEVEDO, N. L.; JÚNIOR JABOUR, W. C. Reflexões e Olhares – O Patrimônio Cultural de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2012.

CASTRO, E. T. Cemitérios, nosso patrimônio nacional: a ação do IPHAN. 2010. Disponível em <<https://elisianacastro.files.wordpress.com/2009/06/artigo-elisiana-abec-2010-patrimonio-funerario-iphan.pdf>>

COSTA, F. M. M. da. A morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformação nos costumes fúnebres (1851- 1890). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

_____. – Entrevista concedida via e-mail, em 27 de fevereiro de 2015.

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL. Processo Administrativo. DIPAC/FUNALFA, nº 1367/99. Disponível em <http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000021833>; Processo Administrativo. DIPAC/FUNALFA, nº: 01158/12; Processo Administrativo. DIPAC/FUNALFA, nº 00071/15.

FASOLATO, Douglas. – Entrevista concedida via chat da rede social Facebook, no dia 15 de fevereiro

de 2015.

FUNDAÇÃO ALFREDO FERREIRA LAGE. Disponível em <http://pjf.mg.gov.br/administracao_indireta/funalfa/patrimonio/index.php>. Acessado em 20 de fevereiro de 2015.

GAZETA DO POVO. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/o-cemiterio-que-reflete-a-cidade-ee93zxud8koufxt3gwyqn3sr2>>. Acessado em 05 de dezembro de 2015.

GRASSI, Clarissa Grassi. – Entrevista concedida via a rede social Facebook, em 23 de fevereiro de 2015.

PASSAGLIA, L. A. P. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE JUIZ DE FORA: MEDIDAS INICIAIS. JUIZ DE FORA: EDIÇÕES PARAIBUNA/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 1982.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (Juiz de Fora, MG). Arquivo Histórico. FCMRV – Vº Parte – Órgãos e Funcionários da Câmara – I Cemitério – Série 129 – Documentos diversos. Documento de 13/07/1912.

STHELING, L. J. Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 1979.

QUIOSSA, P. S. O morrer católico no viver em Juiz de Fora: 1850-1950. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

TRIBUNA DE MINAS. Disponível em<<http://www.tribunademinas.com.br/vereadores-querem-mudar-regimento/>>. Acessado em 06 de dezembro de 2014.

TV INTEGRAÇÃO – AFILIADA REDE GLOBO. Disponível em <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/pecas-do-tumulo-do-fundador-de-juiz-de-fora-sao-furtadas/4588149/>>. Acessado em 10 de dezembro de 2016.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)

Jessica Rani Ferreira de Sousa

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife-PE

Henrique César Muzzio

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife-PE

Jackeline Amantino de Andrade

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Recife-PE

RESUMO: A temática da economia criativa atraiu a atenção de organismos internacionais como eixo estratégico para o desenvolvimento no século XXI. O presente trabalho objetivou promover uma discussão teórica sobre como determinadas estratégias em políticas públicas culturais podem fomentar ou restringir o desenvolvimento da economia criativa. Por meio de revisão bibliográfica e análise qualitativa das diretrizes pontuadas pelo Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011-2014), juntamente a uma análise comparativa de outros documentos oficiais, verificou-se a relevância de uma abordagem multicêntrica na formulação e implementação de políticas públicas, as quais venham a integrar iniciativas públicas e privadas em uma rede cooperativa que atue em diversos pontos da cadeia produtiva de valor de bens e serviços criativos.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas, políticas culturais, economia criativa, plano da secretaria de economia criativa.

ABSTRACT: The theme of the creative economy has attracted the attention of international organizations as a strategic axis for development in the 21st century. The present work aimed to promote a theoretical discussion about how certain strategies in cultural public policies can foster or restrict the development of creative economy. Through a bibliographical review and qualitative analysis of the guidelines punctuated by the Creative Economy Secretary's Plan (2011-2014), with a comparative analysis of other official documents, it was verified the relevance of a multicentric approach in the formulation and implementation of public policies, which would integrate public and private initiatives into a cooperative network that could operate at various points in the productive value chain of creative goods and services.

KEYWORDS: public policies, cultural policies, creative economy, creative economy secretary's plan.

1 | INTRODUÇÃO

A temática da economia criativa tem promovido a articulação de diversos segmentos

do Estado no sentido de fomentar o desenvolvimento de atividades antes vistas predominantemente como “artísticas” ou culturais. O sentido de interpretar a agregação de valor econômico à criatividade foi, então, traduzido na expressão “economia criativa” e os primeiros esforços de organismos internacionais e governos foram realizados no sentido de identificar os principais setores do mais novo eixo estratégico para o desenvolvimento no século XXI.

Conforme postulado no segundo relatório das Nações Unidas sobre economia criativa, esta temática se tornou uma questão importante da atual agenda econômica e de desenvolvimento internacional, requerendo respostas informadas a políticas tanto em países desenvolvidos quanto em países emergentes (UNCTAD, 2010). No Brasil, os levantamentos sistemáticos sobre cultura e criatividade, constituintes do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, começaram a ser feitos pelo IBGE em 2004, após celebração de um convênio com o Ministério da Cultura. Demonstrando a proeminência nacional dessas atividades, os indicadores levaram à criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC) em 2011, na intenção de, dessa forma, valorizar formalmente o potencial cultural e criativo nacional (SERRA; FERNANDEZ, 2014).

O caso brasileiro mostrou que, de 2004 a 2013, houve um aumento de 90% no número de profissionais criativos atuantes, bem acima dos 56% de avanço no número de empregos registrados no mercado de trabalho tradicional. Um forte indicativo de poderoso aumento da participação da “classe criativa” no cenário profissional (FIRJAN, 2014).

O valor simbólico e a representatividade de atividades que compõem os chamados setores culturais apontaram para uma preocupação em considerar a diversidade cultural brasileira como um ativo fundamental para uma nova compreensão de desenvolvimento (MINC, 2012). Esse foi um dos pilares para a concepção do Plano Nacional da Secretaria de Economia Criativa (2011-2014), o qual partiu da necessidade de enxergar, na diversidade cultural, alternativas e soluções para novos modelos de empreendimentos, formas de trabalho e de produção de riqueza e, por outro lado, delinear políticas de valorização à dimensão intangível dos talentos criativos, reconhecendo o valor simbólico e cultural da economia criativa brasileira.

Este ensaio tem como objetivo principal analisar o atual sistema nacional de políticas culturais brasileiro, tomando como parâmetro o Plano da Secretaria da Economia Criativa, com suas diretrizes e ações programadas para o período compreendido entre 2011 e 2014. Além do referido plano, foram também consultados como fontes importantes de dados o Plano Nacional de Cultura (PNC, 2013) e alguns relatórios de organismos nacionais e internacionais contendo estatísticas e informações mais recentes sobre economia criativa. Como documentos oficiais, estas fontes permitiram conclusões sobre o que os seus principais atores, ou as instituições que eles representam fazem ou pretendem fazer, ou como eles avaliam (FLICK, 2013) tais políticas.

Utilizando-se a revisão bibliográfica e a análise qualitativa de documentos

como métodos de coleta de dados, pretendeu-se discutir, por meio de uma análise comparativa entre a literatura relevante e as principais diretrizes do Plano, quais foram as suas principais contribuições para o fomento e a valorização das atividades que compõem os setores da chamada economia criativa, bem como as principais restrições ainda existentes no atual cenário brasileiro ao pleno desenvolvimento dos setores culturais e criativos.

2 | ECONOMIA CRIATIVA: DA CONCEITUAÇÃO À DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS

A economia criativa começou a ser o foco de interesses em pesquisa e ganhou mais atenção como estratégia de desenvolvimento no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) devido ao envolvimento de duas de suas principais agências para a delimitação de conceitos, mensuração de índices e delineamento de políticas voltadas para o fomento de atividades criativas em todo o mundo.

A United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) e United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) foram as primeiras entidades responsáveis pela elaboração de indicadores para mensurar, dentre outras magnitudes, o emprego, o número de empresas e o fluxo de bens e serviços culturais entre os diferentes países. Coube à UNESCO a criação e a coordenação da chamada Rede de Cidades Criativas, que tem institucionalizado práticas de cooperação entre governos locais e as indústrias culturais, popularizando políticas públicas de desenvolvimento econômico e social baseadas nos setores criativos implementadas em diversas cidades do mundo (UNCTAD, 2010; UNESCO, 2007).

Por economia criativa se entende que o conceito vai além do conjunto de atividades das “indústrias criativas” para abraçar um escopo mais amplo que diz respeito a organizações sem fins lucrativos, atividades informais, serviços financiados por recursos públicos ou por atividades do setor privado; incluindo também os sistemas de produção e cadeias de valor necessários para sustentar esses produtos (PRATT; HUTTON, 2013).

No caso brasileiro, políticas públicas de fomento à economia criativa ganharam maior intensidade de articulação a partir de 2011, quando o Ministério da Cultura criou a Secretaria de Economia Criativa. A necessidade de definir um conceito ainda em construção, bem como de adequação dos termos da economia criativa às características brasileiras significou um grande desafio.

Para fins do Plano da SEC e proposição de políticas públicas culturais, a economia criativa brasileira foi, pois, entendida em termos de setores criativos, “cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social” (MINC, 2012, p. 22). Uma vez definidos os

setores criativos, pressupõe-se, então, a necessidade de uma intensa articulação e de esforços estratégicos para por em prática uma série de políticas culturais.

2.1 Políticas Públicas e “Política Cultural”

Para melhor compreensão do conceito de políticas culturais, é de bom tom captar os significados atribuídos à categoria das políticas públicas em geral. A priori, reconhece-se que qualquer definição estrita de política pública é arbitrária, uma vez que não há consenso na literatura especializada sobre questionamentos básicos. O que une a maior parte das concepções a respeito do tema na literatura é sua essência conceitual, ou seja, o problema público (SECCHI, 2010). Girard (1972) propõe que a política pública pode ser entendida como um sistema explícito e coerente de fins últimos, dotada de objetivos e meios práticos que são perseguidos por um grupo e aplicados por uma autoridade.

Recorrendo-se ao problema público como núcleo de referência conceitual, podem ser encontradas duas abordagens mais recorrentes na literatura. A abordagem estatista considera, analiticamente, os atores estatais como protagonistas das políticas públicas (THEODOULOU, 1995). A abordagem multicêntrica considera que organizações privadas, não governamentais e organismos multilaterais também formariam redes de políticas públicas, não considerando estas políticas como objeto monopolístico do poder público estatal (KOOIMAN, 1993).

Ao longo de uma acurada análise do Plano e dos estudos sobre tal processo de institucionalização do atual modelo nacional de gestão pública cultural, percebeu-se que, de fato, é necessária uma forte interação entre várias formas de iniciativas, além das iniciativas estatais, em termos de constituição de uma rede de políticas para lidar com a causa pública, representada, nesse caso, pelos setores culturais e criativos. Isso inclui articulações intersetoriais com parceiros institucionais, *órgãos bilaterais e multilaterais*, agências de fomento e desenvolvimento, etc. Vale também salientar que a qualidade e o grau de eficácia inerentes às políticas públicas voltadas para a mitigação de um problema ou o atendimento de determinadas demandas sociais dependem de um amplo conjunto de fatores sociopolíticos e também da capacidade técnico-administrativa do governo em questão, para o adequado suporte às decisões sobre a formulação e a gestão de suas políticas (QUEIROZ, 2009).

No que diz respeito às ações do governo que lidam com a economia criativa, estas perpassam políticas que se encontram em uma arena mais ampla, voltadas para as “indústrias criativas”. É por isso que, em muitos países, essa área de atuação política ficou tradicionalmente conhecida como política cultural. Entretanto, o alcance e a cobertura das políticas culturais diferem de país para país (UNCTAD, 2010).

Considerando-se a diversidade cultural em parte estimulada pelas ambiguidades da própria globalização - a qual não conduziu a uma homogeneidade cultural como

se pensava (HALL, 2001) e até se temia (CANCLINI, 2005), é possível compor um quadro de infindáveis formas de manifestações possíveis da cultura, em suas diversas maneiras de expressão tanto a nível internacional ou nacional, quanto a nível local.

Partindo desta perspectiva, todas as manifestações culturais seriam expressões de material possível de uma política cultural, assumindo, estas políticas, um papel que não necessariamente se limite a ações pontuais, mas que se ocupe de vislumbrar ações culturais mais perenes, sem reduzir a cultura ao âmbito discursivo ou estético. Em uma concepção ideal, uma política cultural transmite conhecimentos e desenvolve a sensibilidade, tentando melhorar as condições sociais para que a criatividade coletiva seja descoberta. Assim, favorece um tipo de desenvolvimento no qual os próprios sujeitos produtores de arte e cultura desenvolvam potencial para resolver seus problemas e afirmar e renovar sua identidade (CANCLINE, 1987).

Face à importância das atividades econômicas criativas e dos holofotes de vários organismos internacionais para elas voltados, diversos esforços de mensuração de impacto têm sido traduzidos em políticas tanto em nível federal, com a criação da Secretaria de Economia Criativa no âmbito do Ministério da Cultura, quanto como uma estratégia de desenvolvimento no nível local, a se perceber pelo peso de arranjos produtivos locais e parques tecnológicos que têm a economia criativa como atividade preponderante (SERRA; FERNANDEZ, 2014). Mesmo com o reconhecimento que tais políticas podem ser descontinuadas ou desvirtuadas por decisões políticas, a sua implantação inicial já fornece uma referência de ação, passível de análise sobre o seu escopo e suas conquistas.

O relatório da Unctad (2010) reconhece que, devido à natureza transversal e multidimensional da economia criativa, as políticas voltadas à indústria criativa em sua interpretação e implementação mais ampla irão requerer elementos de uma série de outras áreas das políticas econômica e social. Além disso, é fato que a própria concepção e implementação de políticas culturais no âmbito do governo e na perspectiva de seus agentes demandam uma colaboração significativa entre os seus vários ministérios e departamentos burocráticos. Provavelmente, só através dessa cooperação que o potencial de desenvolvimento da economia criativa será paulatinamente concretizado.

3 | DO MINISTÉRIO DA CULTURA AO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014).

A gestão de políticas públicas culturais apresenta diversos tipos de desafios, sobretudo no que diz respeito às relações intergovernamentais a serem estabelecidas no intuito de organizar e equilibrar o direito à fruição e à produção da cultura, por todos os cidadãos. É nesse cenário de três instâncias federativas que se integra o chamado Sistema Nacional de Cultura (SNC), o qual funciona por meio de um modelo colaborativo de gestão de políticas culturais. O SNC representa uma forma de

administração participativa, criada pelo Ministério da Cultura (MinC), com o objetivo de tornar a gestão cultural mais eficaz, planejada e mais eficiente em termos do uso de recursos públicos. O sistema parte de uma proposta de organização cultural e integração sistemática entre governo federal, estados e municípios (MINC, 2015).

A Secretaria da Economia Criativa foi criada pelo Decreto 7743, de 1º de junho de 2012, e declarou como missão a tarefa de “conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micro e pequenos empreendimentos criativos brasileiros” (MINC, 2015).

A criação da SEC, juntamente com a elaboração do seu Plano (2011-2014), correspondeu ao nascedouro de um processo de institucionalização de políticas públicas culturais na área da economia criativa. Sua importância estendeu-se ainda mais face à ampliação do escopo de suas diretrizes, de “Economia da Cultura” – uma vez descrita no Plano Nacional da Cultura (PNC, 2013) – para “Economia Criativa” (MINC, 2012).

4 | ESTRATÉGIAS EM POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA PELA PERSPECTIVA DO PLANO DA SEC.

4.1 Sobre os “Princípios Norteadores Do Plano”

O Plano da SEC apresentou-se fundamentado em quatro princípios norteadores: (1) diversidade cultural; (2) sustentabilidade; (3) inovação e (4) inclusão social. Seriam estes os balizadores da economia criativa brasileira. Ao adotar tal perspectiva, suas diretrizes buscaram considerar as particularidades nacionais e regionais, além de outros fatores fundamentais a um desenvolvimento socialmente sustentável, cogitando a inclusão produtiva baseada em uma economia cooperativa.

Primeiramente, reconhecer a **diversidade cultural** como elemento base da economia evidencia a atenção da SEC para a dinamicidade de valores e para a riqueza das manifestações culturais brasileiras. A “valorização, proteção e promoção da diversidade das expressões culturais nacionais como forma de garantir a sua originalidade, a sua força e seu potencial de crescimento” (MINC, 2012, p. 34) coadunam com a ideia de que a cultura é um composto fragmentado e não homogêneo (MUZZIO, 2010; MUZZIO, COSTA 2012) e assegura desmistificar a compreensão de que a cultura de um país – especialmente a cultura brasileira - pode ser compreendida como um fenômeno único em seus pressupostos.

É sob essa mesma perspectiva teórica que se colocou o princípio da **sustentabilidade** no plano, de modo que falar sobre sustentabilidade implica discutir sobre desenvolvimento, globalização e, sobretudo, homogeneização da cultura. Expandem-se, pois, as considerações feitas acerca da cultura e dos efeitos da

globalização como pano de fundo para a compreensão do conceito de sustentabilidade em seus pilares social, ambiental, cultural e econômico e para a construção de parâmetros do desenvolvimento que é desejado pela sociedade a partir de então. Conforme assegurado pelo plano, considera-se que o consumo globalizado de fato massificou mercados. Mas, como propõe Väyrynen (2003) de uma maneira a se “precar” quanto aos efeitos perversos da globalização e da cultura de massa, várias culturas locais acabam por terem ressaltadas suas particularidades. Eis, portanto, um fator que merece a atenção para um planejamento de políticas adequadas e capazes de tirar proveito de ambos os fenômenos – globalização e criatividade local – como compostos importantes para o fomento dos setores criativos, visualizando-os como peças indiretamente influenciáveis que não podem ser ignoradas na construção de parâmetros para o desenvolvimento que se deseja.

Quanto ao princípio da **inovação**, a Secretaria declarou expressamente dois tipos a serem considerados. Seja ela “incremental” ou “radical”, o que o plano propõe é posicionar a inovação em uma dimensão dialógica da economia criativa em relação ao mercado: de um lado, em resposta às demandas deste e, de outro, como meio para o rompimento dessas demandas. Bastante pertinente, considerando a lógica do conceito de destruição criativa como pressuposto básico do processo de inovação (SCHUMPETER, 1978). De ambas as formas, o princípio da inovação é de extrema importância para a concepção da economia criativa nos moldes do contexto brasileiro em que se expressam subculturas mais diversas, uma vez que a inovação é um dos elementos balizadores da criatividade (AMABILE; 1996).

O quarto e último princípio, o da **inclusão social**, merece atenção, pois é o mesmo princípio que justificou investir na economia criativa como estratégia de desenvolvimento econômico e social. Eis um dos fatores mais importantes para o delineamento de um sistema de políticas culturais: que priorize as camadas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e pior, das quais se priva ou quiçá se impossibilita o acesso à cultura, à socialização da criatividade e aos ativos intangíveis da economia criativa.

É preciso partir da ideia de que o mundo social apenas existe como um modelo das relações simbólicas e de significados sustentados pela continuidade do processo de interação humana (SMIRCICH, 1983). De acordo com a ideia geral do próprio plano, de investir na economia criativa de modo a apontar para uma nova forma de desenvolvimento, privar o indivíduo do acesso a bens materiais e de serviços essenciais é danoso. Entretanto, deixar de proporcionar o acesso à cultura e aos ativos intangíveis da economia criativa pode ser considerado ainda mais cruel face à proposta de real inclusão e desenvolvimento social de uma nova economia.

4.2 Sobre os Principais Desafios Visualizados Pelo Plano da Sec

Os objetivos a serem alcançados pela atuação da SEC foram definidos conforme as diretrizes componentes do Estratégia 4 do Plano Nacional de Cultura, por ocasião

assumida como maior razão de ser da SEC, a saber: “Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico” (PNC, 2013, p. 201). Ainda no que tange ao alinhamento entre objetivos e metas do Plano da SEC e o PNC, cabe registrar a ampliação do escopo de “economia da cultura”, abordada no PNC como nova força motriz ao desenvolvimento, para “economia criativa”. Essa mudança referiu-se basicamente aos setores contemplados pelas políticas públicas do MinC, as quais se restringiam àqueles de natureza tipicamente cultural, a saber: (1) patrimônio, (2) expressões culturais, (3) artes de espetáculo, (4) audiovisual e livro, leitura e literatura. Com a devida ampliação do escopo traduzida em “economia criativa”, passaram a ser contemplados também (5) setores de base cultural, com um viés de aplicabilidade funcional: moda, design, arquitetura, artesanato (MINC, 2012).

Os principais desafios do Plano referiram-se a dificuldades tanto de (1) elaboração quanto de (2) aplicabilidade. Quanto aos desafios de elaboração, constaram o levantamento de informações sobre o desempenho da economia criativa no Brasil, já que a maioria dos estudos são localizados e pontuais, e a criação ou adequação de marcos legais para os setores criativos, para reconhecimento formal de determinadas profissões e a clarificação dos setores e ocupações criativas.

Pode-se afirmar que um outro desafio de implementação se refere ao desenvolvimento de competências criativas, integradas a um tipo de formação ainda escasso no Brasil. O desenvolvimento de “competências criativas” corrobora com a ideia de criatividade como um fenômeno cultural e enaltece a dimensão social da criatividade. A conceitualização de “criatividade social” é atual e exige, para além da concepção de rompimento de fronteiras, a consideração da relação entre vários tipos de conhecimento, focando-se a forma como este conhecimento é compartilhado, aprendido e comunicado. Dentro de tal perspectiva, também ganham importância as discussões sobre política cultural, justiça social e empoderamento das pessoas no processo criativo, fazendo com que um distanciamento inicial entre políticas voltadas para o campo econômico e o campo cultural possam ceder espaço para políticas relativas à criatividade social (WILSON, 2010).

Um último desafio à implantação de políticas públicas culturais pelo fomento estratégico à economia criativa seria referente à infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição dos bens e serviços criativos. Sem dúvida, todas as etapas da cadeia produtiva de valor dos setores criativos necessitam de uma infraestrutura adequada para suporte e pleno sucesso de suas atividades. Mas, no caso brasileiro, o gargalo está mais nas políticas públicas de circulação e distribuição. De uma perspectiva mais pragmática, esse desafio chama a atenção para como a ação criativa pode ser moldada – e até mesmo “podada” – por diversas condições restritivas (MOERAN, 2011). No caso das políticas de circulação e distribuição, além de um esforço integrado e articulado com outras secretarias do MinC e até outros ministérios, as ações governamentais irão requerer um planejamento que se preocupe em adequá-las às peculiaridades regionais e locais brasileiras; em termos de refletir,

por exemplo, desde modais logísticos a serem utilizados ao nível de aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis em cada setor criativo.

4.3 Sobre os Objetivos Da Sec

Os principais estímulos ao desenvolvimento da economia criativa definidos no plano convergiram para a ideia geral de colocar as atividades que compõem os setores criativos em um patamar estratégico, em uma espécie de eixo estratégico rumo a um novo tipo de desenvolvimento.

A identificação de vocações e oportunidades de desenvolvimento local e regional perpassa o amplo leque de possibilidades do empreendedorismo no Brasil. Nesse sentido, destaca-se o papel do Estado no fomento de políticas públicas para pequenos empreendedores. A importância das avaliações e do acompanhamento de tais políticas têm mostrado como ações de promoção de crédito, capacitação de empreendedores, incentivos às incubadoras, dentre outros exemplos, são capazes de promover a criação de ambientes propícios ao desenvolvimento de empreendimentos (SANTOS; LEITE; FONSCECA 2014) e, dessa forma, fomentar o processo de inovação e de desenvolvimento a nível local ou regional.

Esse tipo de política seria também adequado para fomentar a identificação, a criação e o desenvolvimento de polos criativos, com o objetivo de gerar mais postos de trabalho e renda no campo dos setores criativos. Além desse potencial, a economia criativa apresenta-se como oportunidade para a formação de aglomerados produtivos baseados na criatividade e para a instalação de equipamentos urbanos de entretenimento para a recuperação de áreas degradadas (SERRA; FERNANDEZ, 2014).

Nesse ponto, merecem atenção algumas ambiguidades entre o âmbito cultural e econômico nas cidades, no caso das tensões muito bem ilustradas pelo fenômeno da “gentrificação”, uma espécie de correção cultural em função do modelo do capital global, vislumbrando-se a atratividade para investimentos ou a preocupação por motivações turísticas (HARVEY, 1989; O’CONNOR, GU, 2010). Por isso, a relevância de trabalhar estratégias que vinculem a economia criativa a uma de suas faces mais importante: a dimensão simbólica e social da criatividade.

No que diz respeito aos polos criativos de maior destaque e visibilidade nacional, as estratégias devem focar em políticas não só de atratividade, mas também de manutenção de capital social criativo. As chamadas “cidades criativas”, centros de criatividade ou desenvolvimento sustentável, tornaram-se modelos a ser estudados e, inclusive, alvos de iniciativas abraçadas pelos governos locais em parcerias com líderes empresariais, em relação à promoção de políticas para valorizar e fomentar a sua economia criativa (THITE, 2011). Há de se refletir cada vez mais em investimentos que congreguem políticas transversais compostas por instituições representativas do

poder público mais entidades da iniciativa privada para constituir, pela perspectiva de uma abordagem multicêntrica, verdadeiras redes de políticas voltadas à manutenção de infraestrutura tecnológica e de apoio às atividades dos setores criativos. Há posição que defende inclusive que a presença de *clusters* industriais tem se tornado uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a economia criativa (ROSENFELD, 2002).

Um dos últimos objetivos mencionados remete ao turismo cultural como exemplo de interface intersetorial relevante da economia criativa. Entretanto, focar apenas no turismo como destaque intersetorial é pouco. Parece ser eminente descobrir quais outras áreas seriam passíveis de políticas integradas de investimento, e quais instâncias deliberativas são pontos fundamentais para que seja possível tal integração.

Como alertam Serra e Fernandez (2014), no Brasil, ainda persistem lacunas na articulação das políticas de promoção da economia criativa com outros tipos de políticas públicas, além da própria compreensão de seu potencial por parte do poder público, especialmente nas esferas estaduais. A deficiência de instâncias deliberativas nos estados e de iniciativas desse tipo de institucionalização que fortaleçam programas municipais de desenvolvimento local com base nas atividades dos setores criativos são alguns dos exemplos mais ilustrativos desse tipo de lacuna.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise acurada do caso brasileiro sobre suas condições estratégicas de fomento à economia criativa implica o reconhecimento das inúmeras articulações necessárias para o delineamento e a implementação bem sucedida de políticas públicas em um país de dimensões continentais.

Quando se pensa em estratégia, pressupõe-se um conjunto de ações integradas a médio e longo prazo, para que o que foi planejado no mais elevado nível de competência possa ser adequado e aplicado também em níveis operacionais. No caso do Plano da Secretaria de Economia Criativa, a atenção se voltou para a estratificação das linhas de ação e para a articulação entre as várias instâncias decisórias existentes entre os três níveis federativos. Daí a importância em fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, sobretudo por meio dos conselhos deliberativos. E, nesse caso, os conselhos municipais merecem um olhar especial, já que é no nível das cidades que se operacionaliza as ações.

Quanto aos principais desafios elencados pelo plano, a divisão aqui proposta pretendeu chamar a atenção para uma terceira espécie de desafio burocrático a ser enfrentado. Entre “formulação” e “implementação”, deve emergir uma preocupação também com o “*decoupling*” ou distanciamento entre o que foi e ainda será planejado em termos de políticas culturais e como tais políticas serão implementadas. Também se discutiu a importância premente de reconhecer as peculiaridades de cada região

e localidade, a fim de ressaltar a dimensão simbólica da economia criativa, muito relevante para despertar de vez o entendimento de criatividade como fenômeno social.

Percebeu-se também que a adoção de uma abordagem multicêntrica como lente para compreensão de estratégias de “redes de políticas culturais” opera em favor de entidades governamentais e muitos outros tipos de empresas e acaba fazendo jus ao próprio perfil da economia criativa, cujo escopo perpassa investimentos em cultura, criatividade, artes e empreendedorismo: áreas de interesse público e privado.

Por último, concluiu-se que a institucionalização de uma política nacional de gestão voltada aos interesses da economia criativa, nos moldes em que a mesma se encontrou definida no plano, simbolizou, a priori, uma ampliação do interesse público para os assuntos relativos à diversidade cultural brasileira e deu indícios, ainda que mínimos, de novas tentativas em busca de melhores padrões de desenvolvimento, destacando-se sua dimensão social e seus rumos potenciais para a sustentabilidade.

Quanto às limitações do presente estudo, ressalta-se a dificuldade de lidar com o atual contexto (econômico, político e institucional) do país. Tornou-se complexo delinear um panorama completo do cenário nacional em políticas públicas culturais. Até mesmo porque as restrições ainda existentes às atividades que compõem os setores criativos esbarram na formulação e implementação de uma série de outras políticas de infraestrutura, educação, tecnologia, meio ambiente, trabalho e empregabilidade. Também não houve oportunidade para efetivação de análises empíricas que pudessem, por exemplo, investigar a percepção de profissionais criativos – nos conselhos deliberativos que compõem o SNC, a nível municipal ou estadual, por exemplo – acerca da formulação e efetivação de tais políticas.

Como sugestão para pesquisas futuras, aponta-se, pois, a possibilidade de testagem dos “princípios fundamentais” descritos no plano para a caracterização da economia criativa em cidades ou “polos criativos”, comparativamente à literatura. Estudos futuros também poderão dispor sobre a formulação de modelos em gestão de políticas públicas voltadas para a seara da economia criativa, já que, cada vez mais, percebe-se o quão complexas e integradas deverão se tornar tais políticas, para lidar com atividades essencialmente dinâmicas e sociais para a agenda pública, e para as quais se volta atenção mundial.

REFERÊNCIAS

AMABILE, T. M. **Creativity in context**. New York: Westview, 1996.

CANCLINI, N. G. **Políticas culturales en América Latina**. México, Grijalbo, 1987.

_____. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil**. Rio de Janeiro, 2014.

- FLICK, U. **Introdução a Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Pensa, 2013.
- FLORIDA, R. **A Ascensão da classe criativa**: e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano. Porto Alegre: LPM, 2011.
- FUGITA, K. The global financial crisis, state regime shifts and urban theory. **Environment and Planning A**, vol. 43 n. 2, p. 265-271, 2011.
- GIRARD, Augustin. **Cultural development**: experience and policies. Paris: Unesco, 1972.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.
- HARVEY, D. **The condition of postmodernity**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- KOOIMAN, J. **Modern governance**: new government-society interactions. Londres/Califórnia: Newbury Park/Sage, 1993.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, 2012.
- _____. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Secretaria de Políticas culturais. Brasília, 2013.
- _____. **Secretaria de Economia Criativa**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/secretaria-da-economia-criativa-sec>>. Acesso em 19 jun. 2015.
- MOERAN, B. Perspectives in Business Anthropology: Cultural Production, Creativity and Constraints. **International Journal of Business Anthropology**, v. 2, n. 1, p. 16-30, 2011.
- MUZZIO, H. Cultura Organizacional na Perspectiva Cultural Regional Brasileira. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 12, n. 37, p. 447-463, 2010.
- _____; COSTA, F. J. da. Para além da homogeneidade cultural: a cultura organizacional na perspectiva subnacional. **Cad.EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p.146–161, 2012.
- O’CONNOR, J.; GU, X. Developing a Creative Cluster in a Postindustrial City: CIDS and Manchester. **The Information Society**, v. 26, n. 2, p. 124–136, 2010.
- PRATT, A. C.; HUTTON, T. A. Reconceptualising the Relationship between the Creative Economy and the City: Learning from the Financial Crises. **Cities**, v. 33, p. 86-95, 2013.
- QUEIROZ, R. B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 2. ed. rev. atual. e ampl. Curitiba: Ibpex, 2009.
- ROSENFELD, S.A. Creating smart systems: A guide to cluster strategies in less favoured regions. Carrboro, NC, USA: **Regional Technology Strategies**, 2002.
- SANTOS, D. C. L. P; LEITE, E. F.; FONSCECA, S. M. M. Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo no Estado de Pernambuco. **Desenvolvimento em Questão**. v. 12, n. 28 p. 144-169. out./dez. 2014.
- SCHUMPETER, J. A. **The Theory of economic development**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERRA, N.; FERNANDEZ, R. S. Economia Criativa: da discussão do conceito à formulação de políticas públicas. **Revista de Administração e Inovação**, v. 11, n. 4, p. 355-372, 2014.

SMIRCICH, L. Concepts of Culture and Organizational Analysis. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, n. 03, p. 339-358, 1983.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

THEODOULOU, Stella Z. The Contemporary Language of Public Policy: A Starting Point. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). **Public Policy**: The Essential Readings. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

THITE, M. Smart cities: implications of urban planning for human resource development. **Human Resource Development International**, v.14, n.5, p.623–631, 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Relatório de economia criativa**. São Paulo, 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Statistics on cultural industries**: framework for the elaboration of national data capacity building projects. Bangkok, 2007.

VÄYRYNEN, R. Regionalism: old and new. **International Studies Review**, v. 5, n. 1, p. 25-51, 2003.

WILSON, N. Social creativity: re-qualifying the creative economy. **International Journal of Cultural Policy**, v.16, n.3, p.367–381, 2010.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE

Flávia Pereira de Sá

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Elizangela Maria Vieira Dantas

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Josenildo André Barboza

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Maria do Socorro Souza Lima

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Mariana dos Santos Silva

Instituição de Longa Permanência para Idosos
ILPI
Serra Talhada- PE

Fábia Maria de Santana

Instituição de Longa Permanência para Idosos
ILPI
Serra Talhada- PE

científicas que possibilitem ao Poder Público ter conhecimento sobre as demandas ocasionadas pelo processo de envelhecimento da população, visando o planejamento e/ou aprimoramento de políticas, programas e serviços que atendam às necessidades desse público-alvo. Trata-se de um estudo exploratório, de campo e bibliográfica, com abordagens quanti-qualitativa. A coleta de dados foi obtida através de entrevistas com roteiro semiestruturado elaborado pelos pesquisadores junto a 21 pessoas entrevistadas dos 150 idosos que tiveram atendimento sistemático do CRI, no município de Serra Talhada-PE. Os dados foram transcritos conforme autorização do participante. Adotaram-se nomes fictícios para os/as participantes (nomes de flores) e suas respectivas idades, garantindo o sigilo e o anonimato. Foram obtidas informações em artigos científicos, livros e outros instrumentos que facilitaram a análise das respostas durante as entrevistas. Diante do exposto, verificou-se que os serviços ofertados tiveram alguns avanços significativos, mas ainda devem ser melhorados, conforme o que foi expresso pelos participantes. Diante dos resultados obtidos sugere-se que o respectivo município inclua em seu Plano de Governo e na Lei Orgânica Municipal, normativas que assegurem a gratuidade dos transportes coletivos públicos na área urbana para a população idosa, a oferta de cursos profissionalizantes para a melhoria da renda; assim como, a melhoria da oferta dos serviços da rede de

RESUMO: O trabalho objetiva analisar as políticas públicas voltadas para a Pessoa Idosa a partir das percepções dos idosos usuários do Centro de Referência do Idoso – CRI. A relevância deste estudo encontra-se na necessidade de produções

saúde na efetivação, prevenção, promoção, proteção e recuperação.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Pessoa Idosa; Política Nacional de saúde do Idoso.

1 | INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um dos fenômenos que vem crescendo rapidamente a nível mundial, sobretudo no Brasil, o que levanta questionamentos e reflexões a serem realizados pela sociedade e pelo Poder Público.

O censo de 2010 trouxe dados demográficos importantes em relação ao perfil da população brasileira. O Brasil conta com o total de 21.736.000 de pessoas acima de 60 anos, o que significa 11,4% da população, o qual ocupa a 6ª posição a nível mundial dos países com maior número absoluto de idosos/as. A expectativa de vida aumentou para ambos os sexos sendo 77,7 anos para a mulher e 70,6 para o homem. As projeções indicam que até o ano de 2025 a população idosa no Brasil corresponderá a mais de 32 milhões de pessoas. Pernambuco possui 8.796.448 habitantes sendo que 937.943 são idosos/as correspondendo a 10,7%, o que destaca o Estado na 9ª posição em números proporcionais de pessoas idosas. Serra Talhada, município pertencente ao Estado de Pernambuco, possui 79.230 habitantes, desses, 8.621 são idosos/as com 60 anos ou mais, o que corresponde 10,9% da população (IBGE, 2010).

Esse trabalho justifica-se pela necessidade de desenvolver produções científicas que possibilitem ao poder público ter conhecimento sobre as demandas ocasionadas pelo processo de envelhecimento da população, visando o planejamento e/ou aprimoramento de políticas, programas e serviços que atendam às necessidades desse público-alvo.

Problema de pesquisa: As políticas públicas existentes no município de fato atendem às necessidades da população idosa, contribuindo para promoção de um envelhecimento ativo e proporcionando uma vida digna?

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as políticas públicas voltadas para a Pessoa Idosa a partir das percepções dos/as idosos/as usuários/as do Centro de Referência do Idoso – CRI.

Tendo como objetivos específicos: Avaliar a compreensão dos/as idosos/as frente às políticas públicas, suas expectativas, dificuldades e necessidades; Levantar diagnóstico quanto ao acesso aos serviços básicos, como: Assistência Social, Saúde, Educação, Transporte, dentre outros e Traçar o perfil socioeconômico do público atendido pela Instituição.

O trabalho foi organizado em dois eixos. O primeiro discorreu sobre a “Metodologia”. Essa partiu de um estudo exploratório, sob os moldes da pesquisa de campo e bibliográfica, mediante abordagens quanti-qualitativa. A coleta de dados foi obtida através de entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado elaborado pelos pesquisadores junto ao universo de 21 pessoas dos 150 dos/as idosos/as que

tiveram atendimento sistemático do Centro de Referência do Idoso – CRI, localizado no município de Serra Talhada-PE. Foram adotados nomes fictícios para os/as participantes (nomes de flores) e suas respectivas idades, tendo como objetivo garantir o sigilo e o anonimato.

O segundo eixo dedica-se às “Análises e Resultados”. Nesse tópico traz a parte empírica da pesquisa, apresentando os resultados seguidos de suas análises, os quais foram realizados tomando como base as percepções dos/as idosos/as entrevistados/as referentes à avaliação das políticas públicas específicas para a Pessoa Idosa, onde os achados da pesquisa foram representados através de gráficos, tabelas e opiniões, e embasado nas literaturas científicas estudadas.

Diante do exposto, pode-se verificar a partir dos conhecimentos empíricos que os serviços ofertados pelo Poder Público tiveram alguns avanços significativos, mas ainda devem ser melhorados, conforme o que foi expresso pelos participantes. Em vista dos resultados obtidos sugere-se que o município campo de estudo inclua em seu Plano de Governo e na Lei Orgânica Municipal, normativas que assegurem a gratuidade dos transportes coletivos públicos na área urbana para a população idosa, a oferta de cursos profissionalizantes para a melhoria da renda; assim como, a melhoria da oferta dos serviços da rede de saúde na efetivação, prevenção, promoção, proteção e recuperação.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no Centro de Referência do Idoso - CRI, localizado na cidade de Serra Talhada no sertão pernambucano, microrregião do Pajeú, distante 410 km da Capital do Estado, o município ocupa uma área de 2.980 km², abrange cerca de 9% do território do Estado. Limita-se ao norte: Estado da Paraíba; ao sul: Floresta; ao leste: Calumbi, Betânia e Santa Cruz da Baixa Verde e ao Oeste: São José de Belmonte e Mirandiba.

O município vem presenciando um acelerado crescimento populacional. Segundo dados do IBGE (Censo 2010), Serra Talhada apresentava uma população de 79.232 habitantes com estimativa de 84.970 no ano de 2016, desses 8.621 são idosos/as com 60 anos ou mais, o que corresponde 10,9% da população.

Um estudo foi realizado no município a fim de direcionar quais ações são necessárias para a implantação de políticas eficazes que atendam às necessidades básicas da Pessoa Idosa, em 2014, por meio da elaboração de um diagnóstico da situação dos/as idosos/as. A partir deste estudo foi apontada a necessidade de elaborar estratégias de proteção social, sendo implantado o CRI em abril de 2015 que tem como objetivos: Articular as políticas voltadas para este público e integrar a rede de atendimento possibilitando o desenvolvimento de ações a curto, médio e longo prazo, visando à prevenção e o enfrentamento das violações de direitos das pessoas idosas. Bem como, fortalecer e qualificar o atendimento da rede socioassistencial e o Sistema

de Garantia de Direito, de forma a garantir a efetivação dos direitos desse público.

O CRI configura-se também, como um espaço de convívio que promove a integração daqueles que chegam à melhor idade, além, de ofertar ações voltadas para a saúde, atividades culturais e educacionais destacando: Atendimento articulado com profissionais da rede de Saúde; Oferta de exercícios físicos; Oficina de danças regionais; Incentivo à escolarização através de Educação de Jovens Adultos- EJA, este com recorte apenas para a pessoa idosa.

O presente trabalho foi realizado a partir de um estudo exploratório, sob os moldes da pesquisa de campo e bibliográfica, mediante abordagens quanti-qualitativa.

A pesquisa foi efetivada no mês de setembro de 2016. Os dados foram obtidos através de entrevistas utilizando roteiro semiestruturado elaborado pelos/as pesquisadores/as, contendo 12 eixos temáticos, junto ao universo de 21 pessoas de 150 dos/as idosos/as que tiveram atendimento sistemático do CRI, os quais foram previamente selecionados/as por conveniência, ou seja, entrevistamos aqueles/as que se dispusera a participar.

Os/as participantes foram identificados/as por nomes fictícios, nomes de flores (Acácia, Açucena, Amarílis, Angélica, Antúrio, Bromélia, Camélia, Cravo, Daisy, Dália, Gardênia, Gloriosa, Iris, Jacinto, Jasmim, Margarida, Orquídea, Rosa, Tulipa, Violeta e Vitória Régia) e suas respectivas idades, tendo como objetivo garantir o sigilo e o anonimato, assim cumprindo as requisições legais e éticas da pesquisa nos termos estabelecidos pela Resolução CNS nº 466/2012, e obedecendo às disposições legais estabelecidas na Constituição Federal, artigo 5º, incisos X e XIV e no Código Civil, artigo 20. Os dados foram transcritos na íntegra, conforme autorização de cada participante e embasado nas literaturas científicas estudadas, de acordo com o termo de consentimento livre e esclarecido.

No decurso do trabalho buscaram-se informações em artigos científicos, livros, dentre outros instrumentos que facilitaram a análise das respostas coletadas durante as entrevistas.

3 | ANÁLISE E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados seguidos de suas análises, os quais foram realizados tomando como base as entrevistas com os/as idosos/as usuários/as do Centro de Referência do Idoso-CRI. Sendo assim, foram analisadas as percepções dos/as entrevistados/as para melhor avaliar as políticas públicas específicas para a Pessoa Idosa.

A entrevista foi realizada com 18 pessoas do sexo feminino e 03 pessoas do sexo masculino, o que nos leva a refletir sobre a diferença entre os gêneros e que a feminização torna-se predominante na velhice. A faixa etária ficou compreendida entre 60 a 86 anos de idade, o cálculo da média de idade dos/as participantes é de

62,52 anos. Ao perguntar aos entrevistados qual a sua opinião sobre política pública, obtivemos as seguintes respostas:

A Política pública é direito do cidadão (Rosa, 63 anos);

As políticas públicas são coisas boas para o povo (Violeta, 86 anos).

Identificamos que dos 21 entrevistados/as, 09 responderam que sabem algo sobre política pública, 06 não responderam, 04 não souberam o que significa e 02 já ouviram falar, mas não sabem o que significa.

As políticas públicas estão situadas na lógica de respostas do Poder Público, as demandas advindas da sociedade por melhores condições de vida e aos direitos de cidadania constitucionalmente afiançados pela CF/88 que teve o mérito de imputar de forma propositiva a reestruturação das políticas. Para tanto, as políticas públicas são basilarmente políticas sociais e visam à construção de planos de ações, sobretudo voltados para a satisfação das necessidades sociais dos cidadãos:

Política pública [...] ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos em leis. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços (PEREIRA, 2002, p. 07).

Nas falas dos/as entrevistados/as nesse estudo, refletimos a respeito que ainda é insuficiente o trabalho realizado pelos equipamentos da rede de atendimento no tocante a informação, o que identificamos que existe pouca divulgação e a linguagem utilizada não é adequada para este público.

Em se tratando de acesso aos serviços públicos analisamos o grau de dificuldades. A maioria que corresponde a 13 participantes informou que não possui, enquanto 08 informaram que sim, aproveitando para destacar as dificuldades encontradas, conforme relatos dos/as seguintes entrevistados/as:

Eu tive dificuldades no atendimento da saúde, atendimento médico e realização de exames (Cravo, 74 anos);

Eu tive dificuldade para ter acesso aos benefícios da Previdência Social (Amarílis, 72 anos).

Refletindo sobre o que disseram os/as entrevistados/as, verificou-se que dos/as 21 usuários/as, 61% informaram que não tiveram dificuldades para ter acesso aos serviços públicos. Segundo Gardênia (62 anos), “nunca tive dificuldades, pois sempre fui bem atendida, recebo todos os remédios que preciso tomar pela Unidade de Saúde da Família-USF”.

Os serviços públicos caracterizam-se substancialmente na materialização das Políticas Públicas ao ofertar serviços que visam o atendimento das necessidades sociais básicas dos cidadãos voltadas à garantia de cidadania e dignidade nos patamares de condições de subsistência e qualidade de vida tais como: saúde,

educação, transportes, moradia entre outros. Desta forma, compete ao Poder Público a responsabilidade de compor uma rede de serviços, programas e projetos com vistas à cobertura universal dos direitos sociais, rompendo com o paradigma de ideias tutelares e de práticas fragmentadas, clientelistas e assistencialistas que os repudiam como sujeitos de direitos, conforme Justen Filho (2003) complementa esta questão, concluindo que:

Serviço público é uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental, destinadas a pessoas indeterminadas e executada sob regime de direito público (JUSTEN FILHO, 2003, p.31)

Para avaliar o acesso à Política de Saúde utilizamos como indicador a caderneta de saúde da Pessoa Idosa que tem por objetivo qualificar e potencializar a atenção ofertada às pessoas idosas no Sistema Único de Saúde - SUS. É através do preenchimento deste instrumental que permitirá obter de forma sistemática os registros e o acompanhamento de informações sobre dados pessoais, sociais e familiares, sobre as condições de saúde e hábitos de vida do idoso (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014), 13 responderam que possui a caderneta, 07 informaram que não e 01 relatou que não sabe da existência.

É importante destacar que, o uso e o preenchimento correto deste instrumental permitem identificar de que forma o usuário esta sendo atendido/a nos serviços de saúde, suas necessidades básicas, bem como, faz referência ao responsável que possivelmente venha a ser cuidador/a desse/a idoso/a.

Em se tratando da participação em atividades físicas, 100% dos/as entrevistados/as relataram que praticam exercício físico e participam das atividades ofertadas pelo CRI, conforme representado no gráfico a seguir:

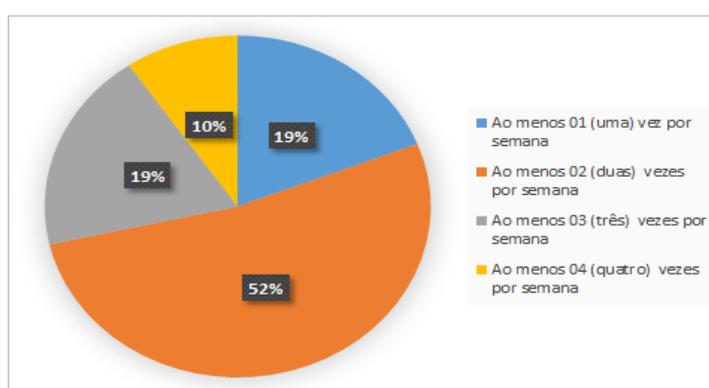


Gráfico 01: Atividade Física

Fonte: Elaboração Própria (2016)

A participação de idosos/as em atividades físicas é de suma importância para o envelhecimento ativo e para prevenção de alguns tipos de patologias. A prática de exercícios físicos deve ser adequada a sua faixa etária, devendo ter como meta a melhoria da capacidade física do indivíduo, o aumento do contato social e a redução de problemas psicológicos, além de possibilitar uma maior autonomia para a realização

das atividades diárias (BRASIL, 2006).

Em relação ao acesso aos benefícios assistenciais e previdenciários, dos 21 entrevistados/as, 03 responderam que recebem o benefício da Assistência Social-Benefício de Prestação Continuada-BPC, 13 recebem benefício da Previdência Social-Aposentadoria por idade, 02 recebem benefício da Previdência Social-Pensão por morte e 03 não recebem nenhum tipo de benefício pecuniário e não possuem renda própria, os quais são mantidos por algum membro da família.

Pode-se perceber uma interface de políticas definidas a partir da estruturação do Sistema de Proteção Social pautado na concepção de Seguridade Social formada pela tríade: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. A Assistência Social enquanto política visa garantir a todos que dela necessitar a provisão dessa proteção que tem como uma de suas especificidades o BPC. “Assim, as provisões assistenciais passaram a ser prioritariamente concebidas, no âmbito das garantias constitucionais, sob controle do Poder Público, cabendo ao Estado à universalização da cobertura e garantia dos direitos e acesso aos serviços e benefícios assistenciais” (SIMÕES, 2011, p. 313). Os benefícios previdenciários apontados derivam de uma contribuição previa ao Estado. Ibrahim (2006 p. 18-19) complementa dizendo que “[...] a previdência social é compulsória. Porém a sistemática é a de um seguro, à proteção que a clientela protegida verte contribuições com o intuito de resguardar-se contra alguns eventos”.

No eixo habitacional foram analisadas 02 categorias. A primeira abordou sobre a situação de moradia: 19 informaram que residem em casa própria e apenas 02 informaram residir em casa alugada. A segunda categoria foi analisada o ingresso à Política Habitacional de moradia popular (Programa Minha Casa, Minha Vida-PMCMV do governo Federal): 20 relataram que não foram contempladas e apenas 01 informou que sim. Conforme mencionou a idosa: “Ganhei uma casa do governo, mas não fui morar porque não tinha como ficar sozinha” (Dália, 68 anos).

A admissão à Política Habitacional depende de alguns critérios, dentre eles não possuir imóveis, a maioria representada em 90% não apresentaram perfil para inserção, já correspondente a 10% não foi possível identificar se houve ou não a demanda pelo programa de moradia popular. O direito à moradia é assegurado como um direito social pela Carta Magna vigente estando elencado no eixo dos direitos e garantias fundamentais para tanto, esta moradia precisa ser compatível com o princípio da dignidade da pessoa humana.

No tocante ao uso de transporte público, 04 informaram que utilizam e 17 responderam que não, destacamos algumas respostas:

Não utilizo transporte público, porque não tem no município (Bromélia, 72 anos);

Não utilizo, porque a família possui transporte particular (Gardênia, 62 anos);

Sim, o município possui Transporte público para transportar as pessoas para fazer

exames em outros municípios (Tratamento Fora do Domicílio-TFD), mas não tem para andar dentro da cidade (Jasmim, 68 anos).

A partir dos relatos, percebemos que a maioria dos/as participantes não tem acesso aos direitos sociais referentes a transporte ofertado pelo Poder Público conforme previsto no caput do art. 6º da CF/88 e no Estatuto do Idoso, lei nº. 10.741/2003.

Outra questão abordada foi em relação ao grau de escolaridade dos/as entrevistados/as, que proporcionou subsídios para analisar o perfil educacional. A pesquisa revela que o grau de instrução dos/as participantes é relativamente de baixa escolaridade, pois segundo depoimentos, muitos não tiveram a oportunidade de conseguir concluir sequer o Ensino Fundamental Completo, conforme mostra a Tabela 1.

Grau de Instrução	Número	%
Analfabeto	05	23,8
Fundamental Completo	03	14,3
Fundamental Incompleto	12	57,2
Ensino Médio Completo	01	4,7
Total	21	100

Tabela 01-Grau de Instrução dos/as idosos/as usuários/as do CRI

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Na tabela 01, observou-se que os/as idosos/as tiveram dificuldades para ter acesso à educação em sua mocidade, tendo em vista que, a maior parte teve que começar a trabalhar muito jovem para ajudar a família, situação comum nesse recorte histórico. Essa questão nos remete ao que Yokoyama et al.(2006), ressalta:

Historicamente, e já amplamente difundido entre nós, está o fato de que nas décadas de 1930 até 1950, o Ensino Médio (Escola Normal e outros cursos) era restrito aos segmentos sociais mais privilegiados. Dessa forma, a baixa escolaridade média dessa população idosa parece ser ainda consequência dessa época (YOKOYAMA et., 2006, p.68).

O presente estudo alerta para o fato de que não podemos esquecer de que o principal desafio é sempre lutar pelos direitos da Pessoa Idosa, dentre eles, o direito a ter ingresso à Educação, previsto nos artigos 20 a 25 do Estatuto do Idoso, lei nº. 10.741/2003, os quais abrangem também cultura, lazer, esporte, entre outros. É importante ressaltar que a educação é um caminho de integração social, sendo um fator de novos conhecimentos e vivências, visto que, não é um direito exclusivo para as novas gerações.

A Pessoa Idosa é um ser aprendiz, possui capacidade de aprender ao longo de sua vida, exemplo disso, alguns entrevistados relataram que aprenderam a escrever seu nome participando do programade Educação de Jovens e Adultos- EJA promovido pelo CRI em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município. Desse modo, a idade avançada não implica dizer que o/a idoso/a não aprende mais, ao contrário, a educação apresenta como uma nova via para empoderar a construção da

velhice de maneira digna e para melhor intervir na sua realidade.

Em relação ao eixo referente à renda dos/as entrevistados/as, coletamos dados para analisar o perfil socioeconômico, como pode ser observado no gráfico a seguir.

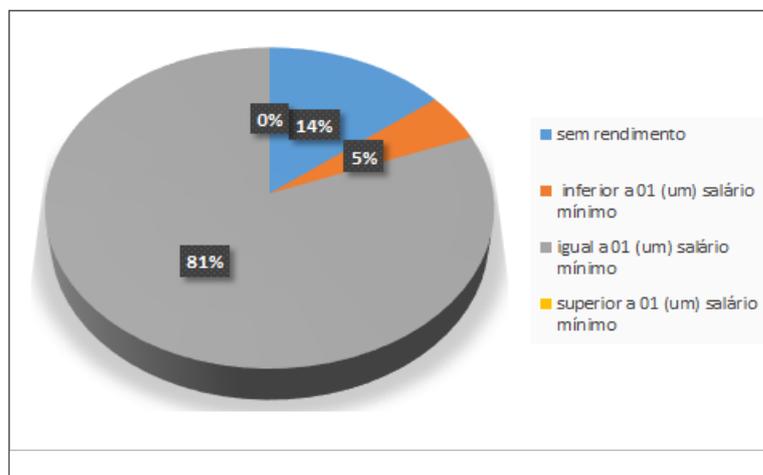


Gráfico 02: Situação Socioeconômica

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Referente à questão socioeconômica, a maioria dos/as idosos/as recebem 01 (um) benefício pecuniário, por sua vez, não garante que estes tenham todas as suas necessidades supridas, visto que, o processo de envelhecimento tem levado a Pessoa Idosa a enfrentar novas situações, entre as quais se destacam: diminuição da capacidade física e psicológica, aumento do uso de medicamentos, diminuição do poder aquisitivo, dentre outros fatores que conseqüentemente aumentam a procura por atendimento nos serviços públicos.

Em se tratando de sugestões para melhorias da política pública voltada para a Pessoa Idosa, obtivemos as seguintes respostas:

Eu gostaria de ter acesso a transporte público e melhor atendimento da saúde e nas filas de banco (Violeta, 86 nos);

Eu gostaria de ter prioridade no atendimento do idoso nas políticas públicas. (Acácia, 71 anos);

Eu queria que doassem todos os tipos de remédios que preciso tomar nas farmácias públicas. Outra melhoria é ter acesso a transporte público. (Bromélia, 72 anos);

Eu gostaria que construíssem mais unidades de saúde, ter mais empregos, cursos e ter transporte público. Aproveito para dizer que está gostando muito de participar do CRI, pois esse espaço é muito bom para os idosos e para toda a população (Gardênia, 62 anos).

De acordo com os relatos dos participantes da pesquisa, foram elencadas sugestões de melhorias nas políticas públicas com maior destaque: a saúde, o transporte e a implantação de cursos profissionalizantes para melhoria da renda.

4 | CONCLUSÃO

Diante do exposto, verificou-se a partir dos conhecimentos empíricos que os serviços ofertados pelo Poder Público tiveram alguns avanços significativos, mas ainda devem ser melhorados, conforme foi expresso pelos participantes.

Através desta amostra foi possível identificar a situação socioeconômica, a maioria demonstra ter uma relativa autonomia financeira, advindos do acesso aos benefícios pecuniários. Em relação ao direito à moradia, revela que a maior parte dos/as entrevistados/as são proprietários de imóveis, assim não precisando ser incluídos no programa de habitação popular; por sua vez, é necessário que os órgãos públicos criem estratégias para diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas.

O índice de escolaridade foi considerado relativamente baixo, isso se dá devido a determinantes sociais, econômicos e culturais. O incentivo à escolarização e expansão de novas turmas específicas para Educação de Jovens e Adultos para idosos versa como estratégia para ingresso desse segmento na Política de Educação.

A análise dos resultados é de grande importância para a potencialização dos serviços já existentes, além de provocar os gestores a pensarem sobre ações que de fato atendam às necessidades do público-alvo.

Desse modo, o Centro de Referência do Idoso-CRI é um forte aliado para um envelhecer com qualidade, pois é um espaço que assegura a participação da população idosa na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar.

Em vista dos resultados obtidos sugere-se que o município campo de estudo inclua em seu Plano de Governo e na Lei Orgânica Municipal, normativas que assegurem a gratuidade dos transportes coletivos públicos na área urbana para a população idosa, a oferta de cursos profissionalizantes para a melhoria da renda; assim como, melhoria da oferta dos serviços da rede de saúde na efetivação, prevenção, promoção, proteção e recuperação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde.** 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016.

_____. **Código Civil Brasileiro.** Ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

_____. **Decreto nº. 2.528, de 1 de agosto de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6528.htm Acesso em: 22 de agosto de 2016.

_____. **Estatuto do Idoso,** lei nº. 10.741, de 1 de Outubro de 2003.

_____. Ministério da Saúde. **CADERNETA DA PESSOA IDOSA.** Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_pessoa_idosa_3ed.pdf Acesso em: 22 de

agosto de 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261390&search=pernambucol Serra-talhadalinfo graficos:info rmacoes-completas> Acesso em: 22 de agosto de 2016.

_____. **Resolução nº 466, 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 22 de agosto de 2016.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2006.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria Geral das Concessões de Serviço Público**. São Paulo: Dialética, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a política de assistência social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Orgs.). **Política Social e Democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 2 ed., 2002.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

YOKOYAMA, C. E.; CARVALHO, R. S; VIZZOTTO, M. M. **Qualidade de vida na velhice segundo a percepção de idosos frequentadores de um centro de referência**. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sciabstract&pid=S141588092006000100005&lng=pt>. Acesso em: 22 de agosto de 2016.

CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Thiago Oliveira da Silva Novaes

Fundação CAPES, Ministério da Educação do
Brasil
Brasília - DF

RESUMO: O presente artigo intenta resgatar alguns princípios que orientaram a criação da chamada Cultura Digital no Ministério da Cultura, destacando sua importância para a elaboração e execução de políticas públicas no país, com ênfase na promoção do protagonismo, da autonomia e do empoderamento social utilizando ferramentas tecnológicas em software livre. Assume como tarefa a análise do uso da rede social proprietária Facebook para comunicação e divulgação de políticas culturais, e contrasta seus termos de adesão à remoção de fotos de nudez de publicações no site, abrindo espaço para a discussão sobre a noção de alienação técnica, tal como proposta por Gilbert Simondon. Por fim, sugerem-se outras ferramentas digitais de comunicação, como rádio e televisão públicos, enquanto meios a serem explorados por políticas culturais visando alcançar toda a população de um território continental, sem intermediários ou mediação de serviços privados.

PALAVRAS-CHAVE: cultura digital, facebook, alienação técnica, televisão e rádio e digital, políticas culturais.

ABSTRACT: This article intends to recover some principles that guided the creation of the so-called Digital Culture in the Ministry of Culture, highlighting its importance for the elaboration and execution of public policies in the country, with emphasis on promoting protagonism, autonomy and social empowerment using technological tools in free software. It assumes the task of analyzing the use of Facebook's social network for communication and dissemination of cultural policies, and contrasts its terms of adherence to the removal of nude photos from publications on the site, opening space for discussion on the notion of technical alienation, such as proposed by Gilbert Simondon. Finally, other digital communication tools, such as public radio and television, are suggested as means to be exploited by cultural policies aimed at reaching the entire population of a continental territory, without intermediaries or mediation of private services.

KEYWORDS: digital culture, facebook, technical alienation, digital television and digital radio, cultural policies.

1 | INTRODUÇÃO

“Pode dizer-se contemporâneo apenas quem não se deixa cegar pelas luzes do século e consegue

Em um filme inglês de 2015 intitulado *Kingsman*, um jovem espião é recrutado para conter uma conspiração internacional que visa à extinção de grande parte da humanidade para permitir o desfrute do planeta por uma elite. O meio para atingir a esse objetivo é a distribuição gratuita de celulares para a população falar à vontade, a qualquer hora, em qualquer lugar. Sem saberem, as pessoas passavam a carregar um aparelho em cujo interior se instalara um chip maligno, capaz de emitir uma onda que, uma vez recebida pelo cérebro de seu proprietário, incitava-o à matança, a liquidar todos os seres humanos ao seu redor. Recheado de humor e sarcasmo à excessiva violência nos filmes, *Kingsman* nos brinda com um roteiro de ação inteligente e nos sugere, com um exemplo hiperbólico, o tipo de alienação sobre o qual nos debruçaremos. Por que alguém desconfiaria de um aparelho de celular que todos querem e podem usufruir porque compartilham da ideia de que se trata de uma ferramenta tecnológica muito útil, a qual se poderia ter acesso de graça?

A análise que propomos sobre o conceito de alienação pretende contrapor uma visão já bastante consolidada do conceito, sobretudo entre pesquisas de orientação marxista, à noção de alienação técnica desenvolvida pelo filósofo da técnica Gilbert Simondon. Se para a primeira interpretação do conceito a ênfase da relação alienada é marcadamente delimitada entre quem detém a propriedade e a possibilidade de exploração do uso dos meios de produção, aproximando o trabalho dos humanos ao realizado pelas máquinas, a alienação a que nos referimos parece estar presente em uma camada mais profunda desta relação, onde a escravidão da máquina se verifica a partir das premissas de busca de eficiência e produtivismo, que atravessam tanto as ideologias liberais capitalistas quanto as praticadas pelo “socialismo real” e o nazismo (BONTEMPS 2015, p. 201).

Interessados em refletir sobre este fundo teórico, traremos alguns artigos produzidos mais recentemente sobre a plataforma de comunicação Facebook, uma rede social de acesso gratuito e presente na vida de bilhões de pessoas ao redor do planeta, buscando descrever os principais temas sobre os quais a literatura crítica das redes sociais já se debruçou. Com o intuito de afirmar uma continuidade a esses estudos, não nos voltaremos para a discussão sobre os aspectos psicológicos envolvidos na adesão ou na maneira de interagir dentro do Facebook, tal como já realizados amplamente (CAERS et al. 2013). Antes, o propósito é apresentar a importância que a rede adquiriu nos últimos anos, especialmente como mediadora de tomadas de decisão política (HOLMES e SILISTYANTO 2016), sugerindo a emergência de um fenômeno de monopolização da comunicação global impulsionado por uma perversa forma de universalidade e gratuidade que fazem com que essa rede proprietária seja mesmo confundida com um serviço de utilidade pública. Mais do que buscar entender o “como” as pessoas o utilizam, interessa-nos tentar apontar

o “por quê” de se confundir um serviço privado que pressupõe uma adesão por meio de termos de uso bastante específicos, e a falsa ideia de que o Facebook possa ser uma ferramenta global submetida aos critérios de respeito cultural e moralidade previstos por leis nacionais. Para abordar a controversa questão, trabalharemos com eventos específicos ocorridos em dois países, e traçaremos uma comparação entre o procedimento de remoção de fotos de mães amamentando seus filhos na Inglaterra e a retirada da foto dos índios Botocudos da página do Facebook publicada pelo Ministério da Cultura do Brasil, ambas sob a alegação de descumprimento dos termos de serviço da rede social Facebook.

Se nosso interesse teórico já pode ser considerado minimamente apresentado, resta-nos explicitar o caráter político, de interesse das políticas culturais, e enfatizarmos um processo que caracterizaremos como de descontinuidade da aplicação de ideias centrais trazidas com a Ação Cultura Digital, notando que o conceito antes praticado pelo mesmo ministério, que se tornou referência mundial na promoção de políticas públicas com ferramentas livres, baseadas em software livre, subitamente se tornou refém de termos de serviço de uma plataforma proprietária de comunicação como o Facebook. Como entender e descrever esse fenômeno?

Assim disposto, o caminho a percorrer neste artigo destaca as mudanças institucionais e modelos de agenciamento das políticas culturais contemporâneas, os quais o pesquisador Rodrigo Silva resalta como decorrentes dos novos rumos que a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura trouxe para o país, com “a reinserção da cultura na pauta política da nação, a interiorização destas iniciativas e a pluralização identitária” (SILVA 2014, p. 199). Essa avaliação, longe de uma opinião isolada, é praticamente unânime na literatura sobre políticas culturais no Brasil (BARBALHO 2007, pp. 54-55; CALABRE 2007, pp. 98-99; BOTELHO 2007, pp. 128-131), todos concordando que a principal mudança ocorrida durante os primeiros anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva no campo da cultura veio por meio do Programa Cultura Viva.

A secretaria do MinC responsável pelo Cultura Viva dividia sua política em diferentes ações, estando a Ação Cultura Digital associada à ideia de mudança de comportamento, ou seja, desvinculada dos modismos e seduções típicos das artimanhas promovidas para vender serviços e produtos de interesses do mercado. No site do Ministério da Cultura, não é demais lembrar, assim discursava o então ministro Gil sobre o conceito de Cultura Digital:

Cultura digital é um conceito novo. Parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da Internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte.

Ora, se chamava a atenção o uso pleno da Internet - e não como propõe o

Facebook com sua proposta de zero-rating, conforme veremos adiante -, resta-nos destacar a importância do software livre, que além de permitir o funcionamento de redes livres alternativas ao Facebook, está presente no desenvolvimento da televisão digital brasileira (em seu middleware), e muito possivelmente também no futuro rádio digital do Brasil. Diante de tão evidentes alternativas, que se voltam para a democratização da informação e dos meios de produção da cultura impulsionados pelo compartilhamento de valores, de ideias, o que teria feito o discurso e a prática do Ministério da Cultura romperem com princípios que viabilizaram, reconhecidamente, a mais bem sucedida política cultural da história do país?

2 | UMA REDE SOCIAL GLOBAL

“Los objetos técnicos que más producen alienación son aquellos que también están destinados a usuarios ignorantes”.

Gilbert Simondon

O Facebook é uma rede social disponível para acesso universal e gratuito na Internet. Por rede social, entenda-se um modo de interação onde se prevê que, após o preenchimento de um formulário contendo dados de um perfil, o usuário cadastrado passa a poder procurar por amigos e a requerer amizades, o que lhe permite usufruir da rede em seu potencial de “ver e ser visto” com mais eficiência: ao aceitar um pedido de amizade, as atividades de uma página pessoal se tornam visíveis, e o acompanhamento do que seus amigos andam fazendo de mais importante se transforma em algo fácil e automático de se fazer.

Embora tenha sido aberto ao público apenas em 2006, o Facebook registra que já possuía um bilhão de usuários por mês no final de 2012. A maior parte desses usuários residia fora dos EUA, cerca de 80%, e a pluralidade linguística atingia mais de 70 idiomas. Hoje, o Facebook é certamente a rede social mais utilizada no mundo, e muitos estudos vêm sendo realizados sobre como se decide entrar nessa rede social, como se interage na rede, e como se mantém uma rede social operante. A quantidade de amigos varia enormemente, indo de apenas um até os milhares, deixando-se claro que a categoria de “amigo” no site não corresponde a uma amizade fora do ambiente da rede social: na verdade, o emprego do termo parece mesmo ter expandido o que se entende por “amizade” entre seus usuários (CAERS et al. 2013, p. 986). Seja como for, o efeito de se ter muitos amigos no Facebook permanece ainda incerto sobre a experiência social vivida fora da realidade virtual compartilhada por seus usuários (op. cit., p. 987). Ao invés de nos dedicarmos aos benefícios e alegrias proporcionados pela rede social Facebook, adotaremos, para fins metodológicos, uma abordagem sobre os temores e inseguranças que o uso dessa ferramenta pode gerar nas pessoas, para, com isso, avançar com uma análise que destaque, finalmente, a alienação técnica como fundamento primeiro para grande parte de todos esses transtornos.

De acordo com vários estudos (CAERS et al. 2013, p. 990), no meio dos anos de 2000, a questão da privacidade ganhou maior relevância entre os usuários do Facebook. Temia-se o roubo da identidade eletrônica, com a perda de conteúdo de sua página ou a publicação indevida sob seu nome, além da possibilidade de virem ao conhecimento público mensagens trocadas pessoalmente. Contas invadidas, falsificação de identidades, de eventos e de posts foram determinantes para despertar a necessidade de um maior cuidado com a elaboração e manutenção de senhas pessoais, mas as mudanças constantes na política de privacidade do Facebook continuaram a dificultar ainda mais a criação de um sentimento de segurança no uso da plataforma privada de comunicação em rede (CAERS et. al. 2013, p. 991). Mesmo enfrentando críticas, a rede nunca parou de crescer.

Além de usuários individuais, um número cada vez maior de organizações acredita que ter sua marca ou gerir a comunicação de sua instituição no Facebook pode facilitar e valorizar seus projetos e produtos (CAERS et. al. 2013, p. 992). Estimada em bilhões de dólares, a empresa Facebook se tornou um exemplo de negócio bem-sucedido que atrai não apenas novos investidores, mas toda sorte de organizações imaginando poderem se projetar ao se associarem à imagem do principal produto do norte-americano Mark Zuckerberg, um dos jovens mais ricos do planeta. Mas além de todas as funcionalidades e do efeito “bola de neve”, que leva as pessoas a procurarem e a se afirmarem amigas umas das outras na rede social, o que faz o Facebook ser este gigante nas comunicações globais? Existem alternativas não-proprietárias de redes sociais como o Facebook? Que implicações políticas e sociais poderíamos aventar para o predomínio de tal modelo de comunicação na Internet levando em conta especialmente organismos e instituições públicas?

3 | A ALIENAÇÃO TÉCNICA NO FACEBOOK

Trataremos de definir uma rede social na Internet como um objeto técnico (SIMONDON 2008). Mesmo sendo diferente em sua natureza dos objetos técnicos concretos, como motores e microscópios, um software passa por todos os processos de concretização que caracterizam os objetos técnicos, e sua relação com outros objetos também pressupõe o ser humano como grande organizador dessa orquestra de seres inanimados, esses conjuntos mais ou menos organizados que inundam crescentemente nossa vida social. Além de sua utilidade - que projeta no objeto técnico um modelo de evolução técnica análogo à evolução de um robô, para que seja capaz de realizar suas tarefas como que automaticamente – haveria outro modelo de progresso técnico distinto do vislumbrado por autômatos? Como construir uma outra relação com os objetos técnicos levando em consideração aspectos éticos, estéticos, mas também técnicos, apontando para uma cultura técnica unificada e, sobretudo, não alienada em relação às máquinas?

Quando se fala em alienação, sobretudo nas Ciências Humanas, a primeira

referência que em geral nos é trazida advém da obra de Karl Marx, com seus escritos sobre o trabalho alienado. Em certo sentido, um dos argumentos em defesa do uso do Facebook está justamente na possibilidade de apropriação de um meio de produção – de informação - em situação de igualdade de condições, onde os usuários, os trabalhadores da comunicação, estão todos no mesmo nível de hierarquia de produção e consumo, não havendo a figura de um proprietário que controlaria seu trabalho e, finalmente, se apropriaria de seu produto final para venda, estando o acesso daqueles que efetivamente produzem impedido ao resultado do investimento de seu tempo e sua força de trabalho. No Facebook, todos se comunicam com todos e se sentem donos de tudo que produzem.

A realidade da produção de conteúdo e sua relação com a propriedade em sites como o Facebook, no entanto, é bem diversa desse sentimento compartilhado de pertencimento e suposta segurança. Muito além da alienação do trabalho, impera, segundo queremos argumentar, um tipo de alienação técnica que esvazia os objetos técnicos de seu amplo sentido cultural, de relações sócio-técnicas, empobrecendo-os ao nível de sua mera utilidade razão primeira para o avanço de um tipo de controle em nossas sociedades informatizadas sem precedentes históricos. A emergência desse tipo de controle vem sendo analisada por muitos autores, mas poderia ser reduzida à sucinta expressão “capitalismo vigilante” (ZUBOFF 2015).

Observemos que mesmo entre grupos organizados de defesa de direitos humanos, direito à comunicação e ativistas em geral, muitos se valem do Facebook para promoverem seus trabalhos porque consideram que se trata de uma ferramenta gratuita de comunicação muito fácil e útil, e que permite uma sensação de pertencimento sem exigir pagamentos ou proprietários de domínios, como acontece no caso da manutenção de websites. Essa facilidade faz com o que o Facebook, por sua vez, conecte cada vez mais pessoas, que passam a criar e compartilhar eventos, campanhas, projetos, tendo se tornado uma espécie de referência obrigatória para quem busca uma identidade na Internet. Se queremos saber algo sobre alguém, alguma organização, privada ou mesmo pública, basta dar uma busca no “face” - como é chamada a rede social na intimidade de seus usuários. Há, no entanto, termos e condições previamente acordados quando da inscrição no site, e, claro, restrições técnicas que submetem os dados e conteúdos produzidos na plataforma proprietária imediatamente ao regime de controle e vigilância típico do modelo de negócio de empresas que trabalham com grandes volumes de dados, assim chamados de Big Data. Em suma, o sentimento de pertencimento e controle pode ser não apenas contestado, mas também buscado por ferramentas alternativas⁶, como é o caso da rede social livre Diáspora, ou outras ferramentas de circulação de dados digitais que funcionam a partir de infraestruturas autônomas, como rádio e televisão digital, como veremos mais adiante.

4 | NUDEZ, CENSURA E RESISTÊNCIA AO FACEBOOK

Em 2015, o Ministério da Cultura protagonizou um dos embates mais acalorados contra o Facebook, ameaçando processá-lo: argumentava que havia sofrido censura. A reclamação partia da retirada de uma foto dos índios Botocudos de uma publicação na página do ministério.

A ex-secretária de Diversidade Cultural, Ivana Bentes, assim comentava: “O Facebook considerou que a foto feria seus critérios de moralidade, o que, para nós, é uma afronta cultural”. No blog de Maria Frô, foi estampada a seguinte manchete em 17 de abril: “A Ignorância crassa dos que tem (sic) o poder de censura no Facebook”. Jornais de todo o país deram vazão à notícia e uma reunião ministerial teria sido convocada com vistas a tornar o evento uma alavanca para proteger os países, e suas culturas, de práticas preconceituosas como o impedimento de acesso à foto de índios tal como se vestem, nus.

A famosa foto dos Botocudos, de fato, exhibe tão somente um casal de índios, estando a mulher de seios à mostra. Não há genitálias nem qualquer outro indício que pudesse levar a foto a ser considerada pornográfica. Entretanto, ao contrário da reação do Ministério, na pessoa do então ministro da cultura, Sr. Juca Ferreira, corroborado por secretárias, como Ivana Bentes, e alardeado na mídia como uma evidente prática de censura “cultural”, portanto, inadmissível, a retirada da foto com seios expostos deveu-se tão somente à aplicação de um dos termos de uso da rede social Facebook, que registra: “Você não publicará conteúdo que: ... contenha nudez”. Estaria mesmo o Facebook a julgar a moralidade de uma foto de índios do Brasil, sendo portanto merecedor de um processo visando libertar os usuários do Facebook de uma inconveniente censura cultural?

Anos antes do ocorrido, o Facebook já havia sido objeto de duras críticas por sua política de uso, sendo mesmo obrigado a flexibilizar sua vigilância sobre a nudez devido às campanhas de aleitamento materno que, via de regra, publicavam fotos de mulheres amamentando seus filhos ou com seios expostos. Em 2011, a britânica Kaya Wright, que havia compartilhado uma imagem em que

aparece amamentando, de 1 ano, foi notificada pelo Facebook por estar supostamente violando os termos de uso do site. Boicotes ao site, troca nas fotos dos perfis para mulheres amamentando, manifestos, abaixo-assinados e mesmo uma toca de bebê com o desenho de um seio com mamilo foi criada, tendo todos esses materiais circulado na rede para esclarecer ao Facebook que ele não deveria censurar essas fotos. Mas que lições podemos tirar dos dois casos?



As duas fotos, como podemos observar, pouco têm em comum. Na primeira, observamos uma mãe na intimidade de sua casa amamentando seu filho, vestida, com um bebê que lhe cobre o mamilo enquanto se alimenta. Difícil acreditar que tenha sido alvo de uma proteção contra a exposição pública de uma nudez. Agrava a remoção o fato de pertencer a mãe a um grupo de mulheres dedicadas à promoção do aleitamento materno como política de boa saúde para os filhos, estando aí caracterizada uma censura não contra uma pessoa, mas contra uma imagem de uma campanha de notório interesse público. De outro lado, a foto dos Botocudos tampouco visa despertar qualquer sinal de sensualidade, estando os dois índios em um ambiente de floresta, público, sem qualquer indício que pudesse levar à dúvida sobre alguma intenção pornográfica da exposição dos seios de uma índia. Concordando com a indignação de ambas as remoções das fotos, importa, talvez, questionarmos a omissão do Ministério da Cultura frente às campanhas de aleitamento materno no país, que igualmente sofreram censura, ou, ainda mais profundamente, perguntarmos sobre as razões primeiras que autorizam o Facebook a considerar essa ou aquela foto inadequada para seu site. Porque, afinal, uma empresa do tamanho da que estamos tratando não se aventuraria a exercer tal tipo de ação sem uma rigorosa avaliação de seu corpo jurídico. O ponto que queremos ressaltar, no entanto, diz respeito a ser o Facebook uma empresa privada, não um serviço público, e o fato de disponibilizar o acesso aos seus serviços gratuitamente não significa que a empresa não possua sua própria política de publicação, que, aliás, conforme vimos argumentando, está descrita nos termos de adesão disponíveis para todos aqueles que pretendem se cadastrar e utilizar o site. Olhando para as políticas de Cultura Digital, faria sentido recriminar a empresa por ter praticado uma “censura”, ou antes, o episódio poderia servir, mais um vez, para

se defenderem ambientes digitais efetivamente abertos, operando com ferramentas livres de comunicação, como as alternativas existentes em software livre?

A alienação técnica a que nos referimos se torna ainda mais evidente se consideramos que grupos organizados de várias partes do mundo vêm alertando sobre os riscos que a empresa Facebook representa para o futuro da Internet. Uma rápida pesquisa na rede mundial de computadores seria suficiente para ver a quantidade de manifestos, reclamações e alternativas que vêm sendo propostas à rede social Facebook. Textos como o de Steve Zeltzer circulam ente muitos sites e listas, estão traduzidos em várias línguas, e incentivam à tomada de consciência sobre os objetivos e modo de funcionamento da maior rede social do mundo. Assim conclui o seu manifesto contra a captura do Facebook, conforme publicou no LaborNet.org: “A busca de lucros tem sido claramente mais importante que a comunicação democrática e do que os direitos de privacidade por esses operadores de internet privados”.

Por fim, ao invés de questionar, de maneira inócua tal como o entendemos, a remoção deste ou aquele conteúdo - atitude protegida por termos previamente acordados entre usuário e empresa provedora de serviço - importa-nos ressaltar que a estrutura a que se submeteu o Ministério da Cultura do Brasil, definindo como sua principal ferramenta de comunicação com a sociedade uma rede social proprietária na Internet, não se alia de nenhuma maneira à necessidade de busca de meios para atingir à população brasileira para promover e difundir políticas culturais. Ao contrário, o episódio da retirada da foto dos índios Botocudos da página do MinC serve, na verdade, para selar uma descontinuidade da prática do conceito de Cultura Digital que revolucionou a maneira pela qual se elaboravam e acessavam as políticas culturais deste ministério, quando o atendimento das pessoas com menos acesso às políticas públicas foi feito com a facilitação burocrática das regras de participação de editais públicos, com ênfase na invenção de meios e formas de realmente incluir os mais diferentes conteúdos na possibilidade não só de pertencer à cultura hegemônica – no caso do consumo de tecnologias e redes sociais – mas de colaborar com a criação de um amplo movimento de descolonização e libertação das possibilidades de construção de novas estruturas de circulação desses conteúdos, sob novas licenças de propriedade intelectual, com novas ferramentas de produção de cultura, como pensados para os Kits Multimídia dos Pontos de Cultura. Entre as lições deixadas pela prática de Cultura Digital durante a gestão de Gilberto Gil, uma delas certamente defenderia que não existe separação entre conteúdo e meio por onde se transmite. Na aldeia global digital, o meio é a mensagem, e qualquer reforma de circulação de conteúdo que não atente para os meios, para uma apropriação cultural dos meios, está fadada a reproduzir o que de mais nocivo vimos apontando sobre o consumo de tecnologias proprietárias: a alienação técnica.

5 | RÁDIO E TELEVISÃO DIGITAL NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS

“Uma política cultural atualizada deve reconhecer a existência da diversidade de públicos, com as visões e interesses diferenciados que compõem a contemporaneidade”.

Lia Calabre

O uso do Facebook pressupõe que as pessoas têm acesso à Internet. Apesar dos avanços, o acesso à banda larga fixa em algumas regiões do país ainda é muito reduzido. Para entender os contrastes presentes no cenário nacional, apresentaremos as estimativas relativas aos domicílios com acesso à Internet de maneira regional. A região norte, em 2013, por exemplo, apresentou a menor proporção de domicílios com acesso à internet: 26% (porcentagem relativa ao número total de domicílios), que, estimativamente, representa 1,2 milhões de domicílios conectados (CGI, 2014, p. 172). Esse número pode ser considerado muito negativo, destacando-se o fato de que os municípios com menores índices de desenvolvimento humano encontram-se nesta região (PNUD, 2013). Já na região sudeste, que apresenta os melhores números em relação ao IDHM (PNUD, 2013), apesar de 51% das residências (porcentagem relativa ao número total de domicílios) estarem conectadas à rede mundial de computadores, em números absolutos, esta região é a que possui o maior número de domicílios desconectados, perfazendo um total de 13,3 milhões (CGI, 2014, p. 172).

Ou seja, se considerarmos a realidade de conectividade da região Amazônica, e a atual migração dos sistemas analógicos de rádio e televisão para sistemas digitais, parece razoável considerar que o melhor meio de divulgação de políticas culturais, seja para dar conhecimento a editais, prestação de contas ou atividades em geral, não seja por meio de uma rede social proprietária na Internet. Voltando sua atenção para conceitos importantes na gestão de suas próprias políticas, como foi o caso da Cultura Digital durante os primeiros anos sob a condução do ministro Gilberto Gil, várias alternativas poderiam ser consideradas, valendo-se tanto de redes sociais autônomas, desenvolvidas em software livre, que ressaltam sobretudo a segurança dos dados das pessoas e o respeito à privacidade, quanto o uso de veículos de comunicação mais tradicionais, como o rádio e a televisão. Porém, conforme destacamos, não se trataria de apenas distribuir a informação de forma complementar, assumindo a Internet e a transmissão pelo espectro aberto como dois meios consolidados e suficientes para impulsionar as políticas públicas, mas de investir na invenção e desenvolvimento de aplicações para as emergentes tecnologias de rádio e televisão digital, ainda incipientes no país. Assim comenta Lia Calabre:

Uma questão que apresenta grandes desafios (...) é a da circulação de conteúdos culturais através dos meios de comunicação de massa. Um ponto fundamental dentro de um projeto que objetiva a democracia cultural é o do reconhecimento da importância que os meios de comunicação assumiram na constituição das sociedades modernas e a posição central que eles ocupam na atualidade. O debate

sobre comunicação e cultura estrutura-se, além do mais, a partir da compreensão de que ambos são direitos humanos inalienáveis, e assim devem ser encarados por qualquer governo ou governante. A problemática que se coloca aqui é a da ampliação do nível de participação do conjunto da sociedade nos diversos níveis de gestão e de produção da cultura e nos canais de circulação dessa produção. (CALABRE 2007, p. 105).

Quando se fala em meios de comunicação, o contexto atual aponta para a pertinência de novas tecnologias, como a televisão digital. Hoje, o consumo desses novos equipamentos está associado à demanda das empresas de telefonia por mais espectro, para que possam evoluir seus sistemas de comunicação.

Assim, visando acelerar a disponibilização de espectro para o avanço do 4G, o governo brasileiro tomou a iniciativa de subsidiar a chegada das caixas conversoras de televisão digital para a população de menor poder aquisitivo do país. Famílias cadastradas em programas como o Bolsa Família estão sendo beneficiadas com entrega dos receptores digitais de televisão que representam, na prática, a presença de uma plataforma multimídia no meio de suas salas de estar. Utilizando um controle remoto, tornou-se possível navegar por mais conteúdos, e por aplicativos de saúde, de emprego, entre outros, que exemplificam as tantas utilidades possíveis trazidas pelo middleware de interatividade Ginga, principal contribuição de origem nacional ao Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Mesmo sem ter sido ainda definido, qualquer que seja o padrão de rádio digital adotado pelo país deve considerar a realidade brasileira de um território continental, e a função social que desempenha o rádio como principal meio de informação e educação para muitas comunidades estabelecidas nos mais distantes pontos de nosso país. Ao permitir a transmissão de dados, a expectativa é de que, uma vez já familiarizada com a recepção do sinal de rádio por antena externa, a população possa não apenas escutar o rádio, mas navegar localmente e se inteirar de mais conteúdos e informações, que podem incluir a promoção e um renovado acesso às políticas culturais de um território continental. Dotada de aparelhos convergentes, como celulares que capturam, editam, finalizam e fazem circular conteúdos, a associação entre os meios rádio, televisão e esses dispositivos portáteis aponta para uma nova geração de políticas culturais, onde o licenciamento de conteúdo e a educação midiática se tornam imperativos para o exercício dos direitos culturais.

6 | CONCLUSÃO

“No Estado democrático, o papel do Estado no âmbito da cultura, não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura que possam prover meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos”

Anita SIMIS

O presente artigo se dedicou a analisar a importância da rede social proprietária Facebook à luz de uma literatura recente e crítica, permitindo compreender algumas motivações e implicações do uso intensificado de uma ferramenta de exposição e acompanhamento de “amigos”. Mais do que refletir sobre seus modos de uso, pretendemos ter apresentado o principal argumento para uma adesão tão massiva a um serviço com tão claras limitações, e valemo-nos da comparação entre dois episódios de suposta censura sobre a publicação de conteúdo. Se de um lado compartilhamos com a inadequação da remoção de fotos de mulheres com seios nus, considerando não haver qualquer sinal de intenção pornográfica na publicação de tais fotos, a comparação entre a retirada de uma imagem com uma mãe amamentando e a de uma índia encostada em uma árvore nos permitiu chamar a atenção para noções de interesse público e cultural, indissociando-os dos meios escolhidos para promovê-los. Não se tratando de um serviço de utilidade pública, mas de uma ferramenta de comunicação de uma empresa privada, ao atacar o Facebook, acusando-o de censura cultural, o Ministério da Cultura do Brasil evidenciou, a nosso ver, uma ruptura com o que de mais avançado chegou a promover, quando da emergência das práticas de Cultura Digital relacionadas à flexibilização da propriedade intelectual e uso de software livre enquanto construção de valores e compartilhamento de novos comportamentos culturais. Por outro lado, ao apresentar outras possibilidades de acesso à informação de interesse público, partindo de governos, destacou-se a utilização de infraestruturas locais e regionais de comunicação. Ou seja, tratando-se de emissão de dados, tanto televisão quanto rádio digital podem se transformar em poderosos meios de circulação de informação, especialmente se forem explorados de maneira inovadora, como novas plataformas interativas de comunicação, de baixo custo a altíssima capilaridade. Ampliando o acesso a conteúdos, estimulando espaços para apropriação coletiva e local do espectro, e promovendo políticas públicas, culturais - garantindo que informações de interesse do cidadão estejam disponíveis nos receptores presentes na casa das pessoas para navegação local e doméstica – a digitalização dos meios representa uma oportunidade ainda a ser compreendida em seu potencial de liberdade de expressão e fortalecimento democrático, tornando sua apropriação de fundamental importância para o devido exercício dos direitos culturais, dentro e fora das estruturas governamentais.

REFERÊNCIAS

BONTEMPS, Vincent. “Esclavos y máquinas, el mismo combate! La alienación según Marx y Simondon. In: **Amar a las máquinas – Cultura y técnica en Gilbert Simondon**. BLANCO, Javier; PARENTE, Diego; RODRÍGUEZ, Pablo y Andrés VACCARI (Coords.). Buenos Aires: Prometeo, 2015, pp. 195-210.

BOTELHO, Isaura. “A política cultural e o plano das ideias”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e Alexandre BARBALHO (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 109-132.

CAERS, Ralf et al. "Facebook – a literature review". **New Media & Society**. 15(6), 2013, pp. 981-1002.

CALABRE, Lia. "Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas". In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e Alexandre BARBALHO (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 87-108.

HOLMES, David e SILISTYANTO. "Understanding the Indonesian mediapolis: The role of social media during the 2014 Indonesian presidential election". **Communication, Politics and Culture**. 49 (2), 2016, pp. 59-81.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. "As políticas culturais brasileiras na contemporaneidade: mudanças institucionais e modelos de agenciamento". **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 29. N.1 Jan/Abr, 2014, pp. 199-224.

SIMONDON, Gilbert. **El modo de existencia de los objetos técnicos**. Buenos Aires: Prometeo, 2008, 278 p.

SIMIS, Anita. "A política cultural como política pública". In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e Alexandre BARBALHO (Org.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007, pp. 133-157.

ZUBOFF, Shoshana. "Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization". **Journal of Information Technology**, 30, 2015, pp. 76-89.

O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA

Cristiane Feldmann Dutra

Autora, doutoranda em Educação na instituição Unilasalle, Mestre em Direito na instituição Uniritter, Pós-Graduada em Direito e processo do trabalho na instituição IDC. Graduada em Direito na Instituição ULBRA. Docente na Uniritter. Porto Alegre- Rs. E-mail: cristiane.feldmann@hotmail.com

Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade

Autora, pós-graduada em direito e processo do trabalho na Uniritter, Graduada em Direito na Faculdade Escola Superior do Ministério Público (FMP), pesquisadora, Porto Alegre-RS. E-mail: betasandrade@gmail.com

RESUMO: O deslocamento de grandes contingentes de indivíduos de um país para o outro sempre existiu, embora, nos últimos anos, tenha se intensificado por motivos sociais e políticos. Este artigo demonstra a motivação da migração com enfoque na busca por trabalho. A partir da compreensão da motivação, busca-se a análise das diversas normativas nacionais e internacionais que protegem os imigrantes na seara social e trabalhista. Nesse âmbito, o artigo pretende analisar o fenômeno das migrações regulares e a preservação dos direitos, envolvendo uma metodologia de estudo de casos, com técnicas de pesquisa de revisões bibliográficas, jurisprudenciais, normas jurídicas e consulta em sítios eletrônicos.

PALAVRAS-CHAVE: Imigração. Direitos Humanos. Estatuto do Estrangeiro.

ABSTRACT: The movement of large numbers of individuals from one country to another has always existed, although in recent years it has intensified for social and political reasons. This article demonstrates the motivation of the migration with focus on the search for work. Based on the understanding of motivation, the analysis of the various national and international regulations that protect immigrants in the social and labor sectors is sought. In this context, the article intends to analyze the phenomenon of regular immigration and the preservation of rights, involving a methodology of case studies, with research techniques bibliographical references, jurisprudential, legal norms and consultation in electronic and electronic.

KEYWORDS: Immigration. Human rights. Foreign Status.

1 | INTRODUÇÃO

A imigração é um acontecimento complexo de âmbito mundial que está em constante evolução devido aos motivos que a impulsionam nos mais diversos contextos históricos perpassados pelos países. Nas últimas décadas, houve um aumento significativo

nas migrações o que gera uma necessidade de maior atenção para tal fenômeno no sentido de garantir direitos a essa parcela da população.

Mesmo sendo a imigração um assunto global, existem, até hoje, poucas normativas internacionais sobre o tema, e, sendo assim, as normativas nacionais possuem a responsabilidade de preencher as lacunas existentes.

O presente trabalho tem como objetivo analisar os instrumentos internacionais e, principalmente, os nacionais que versam sobre os direitos dos imigrantes, principalmente na seara trabalhista, uma vez que a busca por melhoria de vida e conseqüentemente trabalho ainda é a motivação predominante de migrar, com a pretensão de, ao final, possibilitar a avaliação das normativas existentes e sua eficácia, de fato, na garantia de direitos.

2 | A IMIGRAÇÃO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

A migração é um fenômeno altamente complexo que sempre existiu no mundo, o impulso migratório sempre foi influenciado por fatores que mudaram com o decorrer do tempo e da evolução histórica.

As migrações, são os “deslocamento[s] de uma pessoa ou de um conjunto de pessoas de seu lugar habitual de residência a outro, para lá permanecer por mais ou menos tempo, com a intenção de satisfazer alguma necessidade ou conseguir alguma melhora” (ROMERO, 2003 apud LÉON, 2005 : 61; tradução nossa). Em suma, o imigrante é o indivíduo que sai de seu país de origem para residir momentaneamente ou não em outro.

Decidir migrar não é uma simples escolha, considerando a acepção da palavra “escolha”, decidir migrar, por vezes, é uma necessidade fundada no contexto em que o pretense imigrante se encontra. Mudar de vida, mudar de país, pode demonstrar a necessidade de fugir dos problemas sociais, culturais, religiosos e econômicos que o indivíduo se encontra, fatores externos esses que tornam a “escolha” a única solução que motiva a mobilidade de pessoas no mundo.

2.1 O FLUXO MIGRATÓRIO E O QUE IMPULSIONA AS IMIGRAÇÕES

Quando tratamos de deslocamento de contingentes de pessoas de um país para outro, estamos nos referindo ao fenômeno da migração. Sendo assim, o impulso migratório humano não tem um único fator determinante, por vezes pode ter diversos fatores que em consonância justificarão a saída de seu país de origem. Fatores esses sociais, climáticos, culturais, econômicos, dentre outros.

Há duas categorias básicas de migração: *forçadas* ou *voluntárias*. Aquelas correspondem a situações que “forçam” o indivíduo a se deslocar por força de guerra,

de política, de religião, de raça, de desastres ambientais provocados pelo homem ou não; e essas quando o indivíduo se desloca por vontade própria na busca de melhoria de vida, de estudo ou de trabalho, foge da idéia de estar sendo forçado por condições externas a sua vontade. (Artigo Trabalho, Imigração e o Direito Internacional dos Direitos Humanos – Vanessa Oliveira Batista e Carolina Genovez Pereira).

A migração não é uma simples transferência de uma comunidade política para outra, há necessidade de uma aceitação no processo de inclusão do indivíduo em um território que lhe é estranho, e essa entrada em solo estrangeiro nem sempre é receptiva uma vez que a inclusão desse indivíduo na nova sociedade representa a aceitação de um novo membro em suas atividades econômicas, políticas, culturais, etc., que em grande escala justifica o estranhamento do país que irá receber. Então, por mais que existam pretensas promessas de igualdade dos povos e dos indivíduos na realidade tal entrada poderá resultar uma negação de direitos aos imigrantes de participar democraticamente no novo país com garantia de direitos (PREUSS, 2008 :317-319).

Nesse contexto, alerta Abdelmalek Sayad que *de direito*, a situação do imigrante é eminentemente provisória; por outro lado, o Estado sempre procura desmentir esse fato, insistindo na possibilidade de instalação dos imigrantes de forma duradoura, como *imigrante!* Se levarmos em consideração tais palavras iremos concluir que para imigrar e se perpetuar o indivíduo deve negar a si e, ignorando ser provisório e não confessando ser definitivo. (SAYAD, 1998 : 45-46).

Os empregadores, o poder público e demais entes envolvidos, por anos, tinham a visão de que os instrumentos jurídicos existentes para cuidar da situação dos imigrantes, tanto no âmbito nacional quanto internacional, eram suficientes, uma vez que existia um grande interesse na mão-de-obra pura, sem totais garantias de direitos. Os imigrantes, por sua vez, se viam na situação da dualidade e se habituaram a reivindicar direitos no plano integral, não apenas direitos específicos como os trabalhistas, por exemplo. Nesse ponto, encontra-se a realidade da sociedade: a imigração é apenas aceita a partir do momento que na matemática final os imigrantes dão mais lucros do que custos, ou seja, a imigração deve apresentar vantagens econômicas com saldo superior as desvantagens de custo social e cultural (SAYAD, 1998 :47).

Sabe-se que há normatização, que será aprofundada no decorrer do artigo, no sentido de garantir a igualdade de direitos entre os nacionais e os estrangeiros, mesmo assim é recorrente as condutas que desrespeitam tal preceito constitucional básico. Exemplo latente da dificuldade de afirmar a igualdade de tratamento é encontrado nas demandas trabalhistas existentes no judiciário. É o relatado na decisão nº 0000155-36.2011.5.02.0034 atinente ao Recurso Ordinário, julgado em 16.05.2013, pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, de relatoria do Dr. José Ruffolo:

VINCULO EMPREGATÍCIO. ESTRANGEIRO NÃO REGISTRADO. IRREGULARIDADE ADMINISTRATIVA. TRABALHO PROIBIDO.

PROTEÇÃO TRABALHISTA DEVIDA. [...] Trata-se de típico trabalho proibido, circunstância que não pode obstar a inerente proteção dos Direitos Sociais Trabalhistas, aplicáveis independentemente da nacionalidade ou regularidade migratória do indivíduo (arts. 1º, III, 3º, IV, 6º e 7º da Carta da República), conforme assentado em diversas normas internacionais aderidas pelo Brasil, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto São José da Costa Rica – 1969) [...] TRTSP-2013.

Entende-se, portanto, que as definições jurídicas dos imigrantes mudam conforme o interesse de uma categoria econômica, sendo alterada conforme a necessidade da sociedade que irá recepcionar os que migram.

A condição de imigrante é uma condição social, enquanto a definição de estrangeiro é um termo jurídico (SAYAD, 1998 : 243). Para Sayad a idéia de “imigração” traz três ilusões: a da *provisoriamente*; a da *legitimação da presença por meio do trabalho*; e a *neutralidade política*. Essas ilusões alimentadas pelos imigrantes fazem com que ele viva como “estrangeiro”, sustentado por ficção como a do *retorno*, que muitas vezes se torna impossível; e a da *neutralização*, que muitas vezes é embaraçada por questões políticas, sociais e culturais (SAYAD, 1998, p.19-20).

A imigração torna-se mais latente em contextos de crise econômica, necessidade de emprego e de diversas outras dificuldades, pois lança nesses pretextos um sentido para imigrar. Mesmo sendo diversos os motivos, voluntário ou involuntários, que justificam a

imigração, todos culminam em uma mesma vontade quando o imigrante alcança o solo almejado: trabalho.

3 | IMIGRAÇÃO PARA O TRABALHO

É de conhecimento que a imigração sofreu um crescimento vertiginoso em decorrência das facilidades do mundo moderno, quais sejam: barateamento e ampliação do transporte e comunicação. Mesmo assim, o que continua motivando o movimento migratório é o desequilíbrio da economia e do mercado de trabalho do mundo, pois de um lado estão os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento que possuem excesso de mão-de-obra de baixa qualificação e custo; e de outro lado estão os países desenvolvidos e ricos que têm interesse cada vez maior nessa parcela da população braçal para ocupações que não requerem grande instrução.

O impulso que é dado pela busca de melhores condições de vida e de trabalho é a consequência do desespero em face da pobreza, das doenças, da violência e da insegurança em vários países, unido com uma grande necessidade de trabalho nos países de acolhida, geralmente correspondente ao mercado secundário de “*emprego precários e socialmente indesejados*” dispondo os imigrantes em atividades mais insalubres, perigosas e árduas (VIADEL, 2006 :4-5).

Ademais, como veremos, os imigrantes não têm garantido diversos direitos

fundamentais que por vezes irão expô-los a uma situação similar a escravidão, ou diferenciá-los, em muito, dos nacionais.

4 | AS LEIS QUE ASSEGURAM DIREITOS AOS IMIGRANTES NO ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL

Como já visto a relação do imigrante com o trabalho é estreita, no sentido de que não existe imigrante sem relação trabalhista, sendo assim a questão da integração do imigrante em sociedade diversa a sua é um dos fatores que cria a necessidade de levar a discussão sobre as relações trabalhistas para um âmbito internacional. A necessidade de regulamentação dessa situação é extremamente importante para que exista uma contraprestação e um estabelecimento de direitos.

4.2 A IMIGRAÇÃO E O DIREITO DOS IMIGRANTES

É prerrogativa do cidadão nacional a liberdade de ir e vir livremente dentro de sua nação, bem como exercer qualquer forma de trabalho para o qual esteja habilitado, respeitando a legislação local. Por sua vez, o direito de circulação entre os países demanda autorizações, tanto de entrada quanto de permanência do visitante ou imigrante em nação diversa a sua, devendo respeitar normas de direito internacional público e suas particularidades. Em relação ao exercício de um labor de forma remunerada, o estrangeiro apenas poderá trabalhar no país que irá recepcioná-lo caso esteja legalmente autorizado.

Até o início do século XX, existia muito arraigado no debate jurídico a limitação e conciliação entre o *individual*, liberdade de ir e vir, e o *coletivo*, representado pelo interesse público estabelecido na soberania do Estado (CAVARZERE, 2001 : 44). Sendo assim, Celso Lafer (1999 : 140) entende que não existiam grandes restrições à livre circulação de pessoas, reconhecendo preponderância da liberdade individual frente ao interesse coletivo, sendo que alguns países, dentre eles o Brasil, chegaram a abolir o uso do passaporte.

Depois da Primeira Grande Guerra, os esforços foram voltados para o interesse público, a soberania nacional, no sentido de que os Estados podem regulamentar a admissão e expulsão dos imigrantes, conforme conveniência. Isso devido a crise econômica que se espalhava pelo mundo com inflação e desemprego, os Estados como forma de proteger seus nacionais dificultaram a livre circulação de pessoas, tolhendo a liberdade de escolha de ir e vir (LAIFER, 1999 : 140).

O pós guerra consolidou a utilização de certas ferramentas jurídicas como os vistos de entrada, permanência e saída para estrangeiros; as taxas alfandegárias; as restrições à imigração; e o passaporte.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a movimentação de pessoas e da

economia aflorou especificamente no setor do Turismo. Nessa época, já se viam as primeiras tratativas das nações para começar a legalizar, inicialmente, os visitantes e, posteriormente, os migrantes (CAVARZERE, 2001 : 58-59).

Para discussões de direitos humanos, paz entre os povos, reciprocidade entre os países, entre outros pontos existe a Organização das Nações Unidas (ONU) para dizimar possíveis controvérsias, ou seja, não existe exatamente uma regulamentação sobre o direito de imigrar. Existe também no âmbito internacional a Organização Internacional do Trabalho

(OIT) que é responsável pela elaboração de modelos que devem ser seguidos na elaboração de leis internas dos Estados, como “direitos básicos”, que devem ser garantidos na ótica internacional.

Essas normas bases estabelecidas pela OIT são de extrema importância para o desenvolvimento econômica, proteção dos trabalhadores migrantes e prevenção de abusos no âmbito trabalhista, segundo Sússekind (2000 : 428):

[...] a harmonização das leis relativas ao Direito do Trabalho e Seguridade Social numa área geográfica constitui fator de relevância na *integração econômica* da região, porque com isso se busca nivelar, tanto quanto possível, o custo dos encargos sociais de responsabilidade dos correspondentes Estados e empresas. Os *tratados bilaterais*, no campo do Direito do Trabalho e da Seguridade Social, têm por fundamento a *migração de trabalhadores* e por finalidade a solução, na base da reciprocidade, de problemas social-trabalhistas dela resultantes. Geralmente são firmados por um país de emigração e um de imigração; mas, excepcionalmente, pode ter mais de dois signatários (tratado plurilateral). Seu objetivo pode variar: regulamentação das condições de trabalho do estrangeiro procedente do outro país, tanto no caso de migração dirigida, como no de migração espontânea; conservação do direito do imigrante em matéria de Seguridade Social e pagamento das respectivas prestações se retornar ao país de origem; disciplinação do trabalho de temporada executado no território de um Estado por trabalhador de outro; regulamentação do trabalho em empreendimentos fronteiriços; formas de cooperação social, abrangendo programas de formação profissional acelerada, etc.

Percebe-se que a questão jurídica dos migrantes é estabelecida de forma interna nos Estados, justamente porque o acesso ao território depende do livre arbítrio do Estado soberano. Contudo, existem normas básicas que devem ser garantidas aos migrantes, direitos esses que são considerados internacionais e que devem ser respeitados.

4.1.2 A imigração pelas lentes do direito internacional

Há um grande número de acordos, tratado e convenções internacionais que tratam da situação do estrangeiro, do migrante e do trabalho. Tais tratativas estão ligadas ao Direito Internacional do Trabalho, parte do Direito Público Internacional, que tem como fundamento regulamentar de forma geral os direitos que devem ser respeitados pelas nações no que concerne a proteção do trabalhador imigrante. A proteção do trabalhador imigrante já apresenta referência no preâmbulo da Constituição da OIT, no seguinte sentido:

Considerando que existem condições de trabalho que implicam, para grande número de indivíduos, miséria e privações, e que o descontentamento que daí decorre põe em perigo a paz e a harmonia universais, e considerando, pó exemplo, [...] à defesa dos interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro[...].

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tornou-se a primeira agência da ONU, em 1946, mas foi criada pós Primeira Grande Guerra, na Conferência da Paz em 1919, originando o Tratado de Versalhes que trazia como direito de proteção internacional a garantia das condições de trabalho dignas e justas. A idéia base da OIT era de que a paz apenas seria alcançada por meio da justiça social, como estabelece os considerandos da Constituição da OIT

A OIT se preocupa, principalmente, na questão dos imigrantes que buscam emprego, sendo que migração pelo labor é um dos temas de seus estudos. Esse assunto é de tal importância, porque, conforme visto, a busca de novas oportunidades de trabalho é o principal motivo causador da migração. Sabe-se que devido às crises econômicas e sociais no mundo a procura de trabalho é muito maior do que a quantidade de trabalho de fato oferecida, portanto as leis internacionais existem para garantir o bem-estar e direitos básicos da população imigrante.

A OIT inicialmente ocupou-se de questões migratórias, estabeleceu a Convenção Internacional nº 19, de 1925, que aborda a questão da igualdade entre os trabalhadores estrangeiros e nacionais em caso de acidentes de trabalho. Convenção adotada por 120 países, mas de difícil aplicação uma vez que depende dos serviços de saúde de cada país.

A Convenção nº 97, de 1939, dirige-se ao trabalhador imigrante, definindo-o como aquele que “emigra de um país para outro com vistas a ocupar um emprego que não seja por conta própria” (art.11), tratando das imigrações legais, prevendo punição para as imigrações irregulares nos anexos I (art. 8) e II (art. 13).

Há, também nesse contexto, a Declaração da OIT Relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no âmbito da ONU, também trata do assunto nos seguintes artigos: 13.1 estabelece o *direito de circulação dentro de determinado estado*, e o artigo 13.2 que tratada do *direito de circulação do indivíduo no espaço internacional*. É importante salientar que nessa normativa não há reconhecido o direito do indivíduo se estabelecer em país diverso ao da sua nacionalidade. Há a proteção clara do direito de sair do país, mas não o direito de entrar em outro país.

Quanto à nacionalidade, art. 15.2 da Declaração, a DUDH deixa em aberto, cabendo a cada nação optar e declarar sobre. A DUDH não é o único instrumento normativo internacional, há outras normativas nesse sentido: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, de 1948; o art. 2º do Protocolo nº 4 da Convenção Européia para Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, de 1963; o art. 22 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969; a Carta Africana de Direitos Humanos e das Pessoas, art. 18, de 1981 (LOPES, 2009 :238-240).

Uma das mais importantes convenções sobre direitos humanos da ONU é a Convenção da ONU para Proteção dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares, adotada em 18 de dezembro de 1990 pela Assembléia Geral (Res. 451/158), entrando em vigor apenas 13 anos depois em 1º de julho de 2003 (LOPES, 2009 : 240). A Convenção tem a pretensão de normatizar em nível universal os direitos dos trabalhadores migrantes e dessa forma dá uma nova roupagem aos preceitos estabelecidos pelas convenções da OIT. Requisitando aos Estados que se unam no sentido de colaborarem mutuamente em assuntos referentes a migração.

Certamente controvérsias surgirão entre os Estados e a correta aplicação da Convenção, sendo assim a própria Convenção prevê um “Comitê de Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de seus Familiares”, para o qual os Estados Partes comprometem-se em apresentar relatórios sobre as medidas legislativas, judiciais, administrativas e de outra natureza que adotaram para aplicação da Convenção (Art. 73), conseqüentemente o Comitê irá avaliar e adotar as medidas necessárias para a correta aplicação da Convenção.

Além dos instrumentos gerais de direitos humanos e mais específicos no âmbito dos direitos dos trabalhadores migrantes, existem normativas dos Estados que se fundamentos nas normativas internacionais para interpretar e legislar sobre normas nacionais de aplicação aos imigrantes.

4.1.3 A imigração pelas lentes do direito nacional brasileiro

Os Estados continuam se baseando na máxima tradicional de soberania, no sentido de terem o poder de escolher quem irá ingressar ou não em seus territórios. O Brasil, conseqüentemente, não foge dessa máxima de controle do fluxo migratório. A abertura dos tempos de colonização para substituição do trabalho escravo e povoamento do território não mais se encaixa nos moldes atuais, sendo assim, no atual contexto, o Brasil passa a aplicar requisitos mais restritivos para a entrada de estrangeiros em seus territórios, ensejando opiniões que defendem que o Brasil “pode ser tido como um dos países mais restritivos quanto à imigração de estrangeiros” (PARARRA, 2005 :23-33).

A Constituição de 1988 não trata especificamente dos imigrantes e da sua regulamentação, limitando-se apenas a apresentar princípios e preceitos sobre o estrangeiro de forma abrangente.

Aos imigrantes, têm-se como primeiros princípios aplicáveis os fundamentos da república no artigo 1º da Constituição Federal: a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho; que por serem aplicáveis ao Estado brasileiro, não poderiam deixar de ser aplicados aos trabalhadores imigrante. Como preceito fundamental também podemos destacar o contido no artigo 3º, inciso IV da Constituição a promoção do bem de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Por vez, na vertente dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil podemos destacar os contidos no artigo 4º, inciso II: prevalência dos direitos humanos; e inciso IX: cooperação entre os povos para progresso da humanidade. No parágrafo único do mesmo artigo 4º da Constituição, estabelece que o Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, o que não ira compactuar com uma postura mais restritiva de imigração principalmente no âmbito dos povoslatino-amecianos.

Especificamente aos direitos dos estrangeiros, e assim podemos entender dos trabalhadores imigrantes, o artigo 5º da Carta Magna garante aos estrangeiros residentes no país os mesmo direitos em igualdade aos nacionais, quais sejam, a “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

De modo geral, é garantida a igualdade de tratamento entre os estrangeiros e os nacionais, e livremente incluímos nesse contexto os trabalhadores imigrantes. Dessa forma, segundo Nicoli (2011 : 91):

[...]por não estabelecer expressa exceção ao princípio da igualdade, a Constituição Federal de 1988 claramente veda práticas discriminatórias que resultem em menos proteção ao trabalho prestado por imigrantes regularmente admitidos no território brasileiro, em consonância com as normas internacionais pertinentes.

Como dito a garantia de igualdade tratada é de forma geral, há exceções que tornam os estrangeiros desiguais frente aos brasileiros, no sentido de que há proibição de alistamento eleitoral e proibição de ocupação de alguns cargos públicos por estrangeiros, respectivamente artigo 14, parágrafo 2º e artigo 12, parágrafo 3º ambos da Constituição. A vedação do alistamento eleitoral dos estrangeiros implica na impossibilidade da candidatura a cargos eletivos e a votar. A Proposta de Emenda a Constituição nº 347, de 2013, pretende garantir o direito dos imigrantes ao voto, alterando a redação do artigo 4º, parágrafo 2º, para que “os estrangeiros residentes em território brasileiro por mais de quatro anos e legalmente regularizados alistem-se como eleitores”, sem ter a obrigatoriedade de naturalização.

Além da Constituição, que na verdade não trata profundamente a situação do trabalhador imigrante legal, muito menos da situação do imigrante em situação ilegal, existe o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, sendo a legislação infraconstitucional utilizada no Brasil para regulamentar a situação do migrante, sendo que os demais instrumentos são derivados dele como as resoluções do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 representa um período sem incentivos para a imigração, intensificando a preocupação com a imigração clandestina. O Brasil estava passando pelo autoritarismo da ditadura militar o que, obviamente, refletiu na legislação da migração.

Logo nos primeiros artigo do Estatuto do Estrangeiro percebe-se a preocupação com a segurança nacional, ordem e interesses nacionais, reflexo forte dos tempos difíceis vividos

pelo Brasil. Nesse sentido:

Art. 1º em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais. Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional.

Art. 3º A concessão do visto, a sua prorrogação ou transformação ficarão sempre condicionadas aos interesses nacionais.

O migrante que não possui a nacionalidade brasileira só poderá ingressar no país com um visto, que é o “ato administrativo que franqueia ao estrangeiro a entrada em território nacional” (HENRIQUE, *apud* FRIETAS, 2006, pg. 3). Conforme artigo 4º do Estatuto existem sete tipos de vistos: de trânsito, temporário, permanente, de cortesia, oficial e diplomático. Os vistos temporários e permanentes estão ligados diretamente com situação do trabalho imigrante.

O visto temporário de trabalho é regulamentado pelo CNIg, que controla a entrada de imigrantes com a intenção de trabalhar no Brasil. A Resolução nº 74, de 2007, refere-se as autorizações de trabalho, exigindo a existência de um empregador específico que requeira a autorização, que comprove a regularidade e que se responsabilize pelas despesas médicas do imigrante e que também informe o prazo do contrato. A Resolução nº 99, de 2012, trata dos requisitos de qualificação e experiência profissional para a concessão de autorização de trabalho para os imigrantes. Tais resoluções estabelecem diversas formalidades para qualquer forma de alteração do contrato de trabalho.

Sobre o visto permanente, o artigo 16 do Estatuto, estabelece que a imigração tem como objetivo propiciar mão de obra especializada para os setores da economia nacional, objetivando aumentar a produtividade, assimilar tecnologia e captar recursos. Segundo o artigo 18, o visto permanente fica condicionado a atividade certa e à fixação em região determinada do território nacional, dentre outros requisitos estabelecidos pelo CNIg.

Percebe-se que o Estatuto do Estrangeiro e as Resoluções do CNIg foram formuladas em contextos históricos diversos, e sofreram conseqüências diferentes dessa forma, porém o Estado não deixou de lado a postura restritiva frente aos trabalhadores imigrantes.

Até o presente momento a pesquisa apenas trouxe requisitos e cobranças feitas ao trabalhador imigrante, com a finalidade restritiva do Estado para a permissão da entrada da mão-de-obra, nada diretamente foi garantido no sentido de resguardar aos imigrantes a proteção dos direitos humanos. Existem grupos que lutam pelos direitos dos imigrantes com forte embasamento nos direitos humanos que criticam essa postura normativa tão rígida do Estado, tais grupos têm postulado uma nova regulamentação legal que privilegie os seguintes princípios básicos:

(...) tutela e promoção dos Direitos Humanos; valorização da presença dos imigrantes no Brasil; superação de enfoques economicistas ou seletivos; criação de espaços de diálogo e de interlocução, no respeito às liberdades fundamentais; proteção em situações humanitárias; proteção ao trabalhador, inclusive quanto ao direito de sindicalização e, finalmente combate à xenofobia e a todo crime contra os imigrantes por sua condição (NICOLI, 2011 :93).

Em função dessas reivindicações, foi sancionada a Lei nº 11.961, de 2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional. Essa norma alcançou os imigrantes irregulares no Brasil até 1º de fevereiro de 2009 e beneficiou um total de 42 mil pessoas, sendo 17 mil bolivianos.

O Brasil com essa nova lei adotava um tratamento diferenciado para os imigrantes, os direitos humanos passaram a permear a relação, ademais existia a idéia de que as fronteiras deveriam ser permeáveis não apenas para o fluxo capitalista, de capital, mas também aos seres humanos.

Outra normativa que trata dos direitos trabalhistas dos imigrantes é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Os primeiros artigos que tratam desse assunto estão contidos no Capítulo II, “Da nacionalização do trabalho”, do Título III da CLT, no que dispõe.

Art. 352 – As empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de 3(três) ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente Capítulo.

(...)

Art. 354 – A proporcionalidade será de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros podendo, entretanto, ser fixada proporcionalidade inferior, em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade mediante ato do Poder Executivo, e depois de devidamente apurada pelo Departamento Nacional do Trabalho e pelo Serviço de Estatística de Previdência do Trabalho a insuficiência do número de brasileiros na atividade de que se tratar.

Parágrafo único – A proporcionalidade é obrigatória não só em relação à totalidade do quadro de empregados, com as exceções desta Lei, como ainda em relação à correspondente folha de salários .

A intenção da CLT, formulada com base em idéias nacionalistas do governo Getúlio Vargas no período do Estado Novo, era de proteger o mercado de trabalho e de resguardar a autoridade do Estado numa época que os imigrantes eram uma ameaça anarquista e socialista por conta dos ideais difundidos.

A CLT ainda prevê, no artigo 358 da CLT, a proibição do pagamento de salário inferior aos brasileiros em relação ao salário pagos aos imigrantes, com exceção aqueles que estejam em uma situação superior em questão de produtividade e antiguidade. Nesse mesmo contexto, o parágrafo único do artigo 358, exige que “a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de trabalhador brasileiro que exerça função análoga”.

O artigo 204 do Código Penal demonstra a importância dada ao controle das imigrações pelo Estado, tipificando como crime a ação de “frustrar, mediante fraude ou violência, obrigação legal relativa à nacionalização do trabalho”.

Essa “nacionalização do trabalho” apresenta uma inconstitucionalidade aparente, não garantido o direito de igualdade estabelecido na Constituição Federal, ademais a Convenção da OIT nº 111, ratificada pelo Brasil em 1969, já tratada, veda a distinção, exclusão ou preferência por questões pátrias que possa desigualar os indivíduos frente a uma oportunidade de trabalho. Sendo assim, é evidente que tal Convenção teria revogado a CLT nesse artigo que deixa clara a desigualdade de tratamento existente.

O Código Penal também se apresenta na questão dos imigrantes, assim como a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias, protege o trabalhador de um regime de escravidão. O artigo 149 do Código Penal tipifica o que segue:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Os requisitos tratados nesse artigo não precisam ser cumulativos, bastando a existência de um para que esteja tipificado o crime, com condenação de reclusão de dois a oito anos, e multa. A jornada exaustiva se estabelece quando o tempo de descanso não é suficiente para a recuperação do trabalhador para a próxima jornada laborativa, sem o pagamento de horas extras. As condições degradantes se configuram a partir de diversos fatores como a indisponibilidade de água, comida, alojamentos precários, entre outros. As formas de restrição de liberdade como a própria expressão diz é o impossibilitar que as pessoas deixem o seu local de trabalho (BRASIL, 2013 :24).

Além da tipificação do Código Penal, a proteção do trabalhador ganhou força com a aprovação da Emenda Constitucional nº 81, que deu nova redação ao art. 243 da Constituição Federal:

Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observando, no que couber, o disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

Em suma, esta Emenda Constitucional estabelece e reafirma o já tratado na CLT e no Código Penal como sendo o trabalho escravo uma das condutas vedadas. É claro que tal conduta fortemente normatizada não é exclusiva aos imigrantes, mas se aplica

fortemente a eles uma vez que são mais facilmente submetidos a essas condições até mesmo pelas

condições que vêm para o Brasil e por suas necessidades latentes, se sujeitando a trabalhos em condições análogas a de escravos. A distância dos familiares e a estada em um local desconhecido também dificultam a reivindicação por direitos, ademais há o empecilho da língua que na maioria das vezes não é dominada pelo migrante que aqui chega.

É importante perceber que o controle nas fronteiras que não respeita os direitos humanos não impede a entrada deles no território. Os imigrantes, como já tratado no início do artigo são compelidos por diversos motivos que não vão se deixar influenciar por conta de um controle fronteiriço mais rígido, buscam uma melhora de vida e por vezes não se importam em ingressar no território de maneira ilegal.

Os imigrantes que enfrentam pobreza ou a falta de possibilidades de trabalho em seus países ou mesmo outras situações degradantes que motivam a saída de seu território de origem torna o indivíduo mais vulnerável a aceitar qualquer oferta de trabalho, mesmo que isso signifique migrar para outra região sem conhecimento prévio das condições que irá enfrentar (ONG Repórter Brasil, 2012 : 24). Por vezes, os imigrantes nessas condições sabem de seus direitos, mas a vulnerabilidade e a condição a que são submetidos dificulta qualquer reivindicação de direitos (BRASIL, 2013 : 16-17).

Sendo assim, é imperioso que não só sejam respeitadas as normativas existentes de proteção dos imigrantes tanto em âmbito internacional quanto nacional, mas também que seja de alguma forma proporcionada a revisão da Lei do Estrangeiro, com uma visão condizente com o contexto histórico existente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações têm o poder de contribuir positivamente para o desenvolvimento econômico e social dos países. Tal fenômeno afirma a necessidade de repensar as relações internacionais sem a visão da competitividade econômica e do fechamento das fronteiras, mas na solidariedade entre os povos.

Conforme exposto, o principal motivo que impulsiona a imigração é a busca por melhores condições de vida e conseqüentemente a busca pelo trabalho, e para garantir os direitos dos imigrantes como indivíduos e como trabalhadores há vários instrumentos internacionais e nacionais que trouxeram grandes avanços para efetivar a igualdade entre os indivíduos.

Percebe-se que o problema central baseia-se na questão de que o Estado vê a imigração de forma negativa, gerando encontros ou choques, acolhida ou exclusão, sem que se entenda que o fluxo migratório no Brasil é, e sempre foi, natural frente a miscigenação existente no país, e que a aceitação dessa população gera um natural desenvolvimento econômico.

É dever da comunidade internacional e da população no geral ver o imigrante como fonte de enriquecimento recíproco para então construir uma sociedade de paz e justiça, revendo a normatização existente que é falha tanto no âmbito internacional quanto no nacional. Na seara brasileira há uma necessidade latente de modernizar o Estatuto do Estrangeiro já ultrapassado pelo tempo, para tanto há necessidade do avanço da Lei nacional por meio do Projeto de Lei nº 2.516/15 que prevê mudanças significativamente positivas para os imigrantes.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Vanessa Oliveira. **O fluxo migratório mundial e o paradigma contemporâneo de segurança migratória**. Revista Versus Acadêmica - UFRJ, Rio de Janeiro, novembro de 2009.

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIAS. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Secretaria de Gestão da Informação Institucional**, Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial, Seção de Divulgação. Número 39/2013. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Boletim/turmas/2013/bol_39_13.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes**. Secretaria de Direitos Humanos: Brasília 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Manual-Trabalho-Escravo-Imigrantes.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Resolução nº 74, de 2007**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF063E57D4A/rn_20070209_74_.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

.**Resolução nº99, de 2012**. Disponível em:

<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3BAA1B30013BBE67494508E1/RN%2099.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

Constituição. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

CAVARZERE, Thelma Thaís. **Direito Internacional da pessoa humana: a circulação internacional de pessoas**, 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DUDH. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

HENRIQUE, Luciana da Costa Aguiar Alves. Título I – da aplicação. in: Freitas, Vladimir Passos (coord.). **Comentários do estatuto do estrangeiro e opção de nacionalidade**. São Paulo: Millennium, 2006.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hanna Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LÉON, Amparo Micolta. **Teorias y conceptos asociados al estudio de las migraciones internacionales**. In: Trabajo Social, No. 7, 2005.

LOPES, C. M. S. **Direito de imigração**: o Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

MT. **Ministério do trabalho**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3F9B201201403B60B0A25FB5/Novo%20Guia11%20-%20Julho%202013%20-%20atualizado%20RN%20104%20-%20Final.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Como Funciona**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/>>. Acesso em: 12 set. 2016.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A condição jurídica do trabalhador imigrante no Direito Brasileiro**. São Paulo: LTr, 2011.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. **Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. Disponível em:

<[HTTPS://WWW.OAS.ORG/DIL/PORT/1990%20CONVEN%C3%A7%C3%A3O%20INTERNACIONAL%20SOBRE%20A%20PROTEC%C3%A7%C3%A3O%20DOS%20DIREITOS%20DE%20TODOS%20OS%20TRABALHADORES%20MIGRANTES%20E%20SUAS%20FAM%C3%ADLIAS,%20A%20RESOLU%C3%A7%C3%A3O%2045-158%20DE%2018%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201990.PDF](https://www.oas.org/DIL/PORT/1990%20CONVEN%C3%A7%C3%A3O%20INTERNACIONAL%20SOBRE%20A%20PROTEC%C3%A7%C3%A3O%20DOS%20DIREITOS%20DE%20TODOS%20OS%20TRABALHADORES%20MIGRANTES%20E%20SUAS%20FAM%C3%ADLIAS,%20A%20RESOLU%C3%A7%C3%A3O%2045-158%20DE%2018%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201990.PDF)>. Acesso em: 12 set. 2016.

OIT. **organização internacional do trabalho**. Constituição da OIT. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016. **Convenção.19**. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235017/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

. **Convenção.97**. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235186/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 12 set. 2016.

. **Temas**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/brasil/temas/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: 12 set. 2016.

. **Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento**. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/declara%C3%A7%C3%A3o-da-oit-sobre-os-princ%C3%ADpios-e-direitos-fundamentais-no-trabalho-e-seu-seguimento>>. Acesso em: 12 set. 2016.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo**: volumes, fluxos, significados e políticas. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 19, nº 3, 2005.

PREUSS, Ulrich K. **“Migration – a Challenge to Modern Citizenship”**. Constellations, v. 4, Number 3, 2008.

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO. **PEC n. 347/2014**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=599448>>. Acesso em: 12 set. 2016.

REPORTER BRASIL. **Anistia a estrangeiros beneficia mais de 40 mil pessoas**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/01/anistia-a-estrangeiros-beneficia-mais-de-40-mil-pessoas/>>.

Acesso em: 12 set. 2016.

UNB. **Revista dos estudantes de direito da unb. N° 9, 2010.** Disponível em:
<<http://seer.bce.unb.br/index.php/redunb/article/view/7057/5577>>. Acesso em: 12
set.2016.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** Prefácio Pierre Bordieu; tradução
Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho**, 3 ed. São Paulo: LTr, 2000.

VIADEL, **Antonio Colomer. Inmigrantes y emigrantes.** Valencia: Editorial de la Universidad
Politécnica de Valencia, 2006.

ONG Repórter Brasil. **Migração: O Brasil em Movimento.** 2012. Disponível em:
<http://www.escravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2013/03/caderno_migracao_alta.pdf>.
Acesso em: 12 set. 2016.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA

Cristina Xavier

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares
Japeri - RJ

Gabriela dos Santos Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Mestranda do Programa de Pós-Graduação
em Educação, Contextos Contemporâneos e
Demandas Populares
Belford Roxo - RJ

Ramofly Bicalho dos Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Professor permanente do Programa de Pós-
Graduação em Educação Agrícola (PPGEA)
Nova Iguaçu - RJ

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo avaliar a implementação do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra como proposta do Governo Federal para reduzir as desigualdades educacionais no campo, a partir da comparação dos impactos socioeconômicos e educacionais sobre as comunidades beneficiadas. Ou seja, a investigação intenta diagnosticar até que ponto o Projovem Campo – Saberes da Terra se traduz em um instrumento capaz de minimizar as desigualdades por meio de políticas públicas que fortaleçam

a escolaridade no ensino fundamental e promova capacitação de jovens, respeitando e considerando as condições de vida da população camponesa, conforme preconiza as diretrizes operacionais da educação do campo. Estudo de caráter quantitativo cuja metodologia aplicada é a revisão de literatura a partir de três pesquisas com resultados publicados no âmbito das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos do Campo, considerando as dificuldades de acesso aos dados oficiais sobre este Programa. Quanto aos procedimentos de coleta, classifica-se como pesquisa bíbio-documental. Trata-se de pesquisa em andamento.

Palavras-chave: Projovem Campo; Educação do Campo; Educação de Jovens e Adultos do Campo.

ABSTRACT: The present research aims to evaluate the implementation of Projovem Campo - Saberes da Terra Program as a proposal of the Federal Government to reduce educational inequalities in the countryside, by comparing the socioeconomic and educational impacts on the beneficiary communities. That's, the research tries to diagnose the extent to which Projovem Campo – Saberes da Terra is translate into an instrument capable of minimizing inequalities through public policies that strengthen schooling in elementary education and promote the training

of young people, respecting and considering the conditions of the peasant population, as recommended by the operational guidelines of rural education. This's a quantitative study whose methodology is the literature review based on three researches with published results within the scope of public policies for Youth and Adult Education in the countryside, considering the difficulties of accessing the official data on this Program. As regards procedures, it's classified as Biblio-documentary research. This's research in progress.

KEYWORDS: Projovem Campo; Countryside Education; Youth and Adult Education in the Countryside.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar os resultados preliminares da pesquisa em andamento, intitulada “Educação do Campo e Políticas Públicas: o Projovem Campo – Saberes da Terra”, que tem como objetivo avaliar a implementação do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra como proposta do Governo Federal para reduzir as desigualdades educacionais no campo.

Nessa perspectiva, optamos por investigar como se concretiza o programa governamental como um instrumento capaz de minimizar as desigualdades por meio de políticas públicas que fortaleçam a escolaridade no ensino fundamental e promova capacitação de jovens, a partir da revisão de literatura de três pesquisas realizadas com resultados publicados no âmbito das ações para a Educação de Jovens e Adultos do Campo.

Quem não ouviu a expressão “gente da roça não precisa estudar”? Estereótipos, estigmas e preconceitos sempre marcaram o entendimento que a sociedade tem em relação às zonas rurais. As múltiplas diferenças educacionais no sistema brasileiro vêm reproduzindo práticas históricas que configuram um cenário de desigualdade, impactando de forma diferenciada a população camponesa no país.

Segundo Felipe (2006, p. 142), “para romper com a dicotomia campo-cidade é necessário desconstruir a ideia de que só são verdadeiras e válidas as formas de vida e de relação com a vida que constituem o modo de viver urbano”.

É preciso entender o campo representa muito mais que um espaço de produção agrícola e pecuário. Faz-se necessário compreendê-lo como território de muitas produções: de vida, de novas relações sociais, de relações entre os homens e a natureza, entre o rural e o urbano; de histórias e cultura; de luta de resistência dos sujeitos que vivem ali (MOLINA, 2006, p.8).

O Ministério da Educação (MEC), através do programa Projovem Campo – Saberes da Terra visa abarcar a necessidade de referenciar um plano à população rural de modo diferenciado, considerando a realidade vivenciada pelos sujeitos que residem neste território.

O percurso metodológico adotado para esta pesquisa qualitativa foi a revisão

de literatura a partir de três pesquisas com resultados publicados sobre o Projovem Campo – Saberes da Terra nos estados do Rio de Janeiro, Goiás e Ceará. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, classifica-se como pesquisa biblio-documental, utilizando-se de informações disponibilizadas pelo Governo Federal através do Portal do Ministério da Educação (MEC) acerca do Programa, bem como artigos, teses e dissertações publicadas sobre o assunto.

2 | O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

As múltiplas diferenças educacionais no sistema brasileiro vêm reproduzindo práticas históricas que configuram um cenário de desigualdade, impactando de forma diferenciada a população camponesa no país. Segundo Felipe (2006, p. 142), “para romper com a dicotomia campo-cidade é necessário desconstruir a ideia de que só são verdadeiras e válidas as formas de vida e de relação com a vida que constituem o modo de viver urbano”.

É preciso entender o campo representa muito mais que um espaço de produção agrícola e pecuário. Faz-se necessário compreendê-lo como território de muitas produções: de vida, de novas relações sociais, de relações entre os homens e a natureza, entre o rural e o urbano; de histórias e cultura; de luta de resistência dos sujeitos que vivem ali (MOLINA, 2006, p.8).

O Ministério da Educação (MEC), por meio do programa Projovem Campo – Saberes da Terra abarca a necessidade de referenciar um plano à população rural de modo diferenciado, considerando a realidade vivenciada pelos sujeitos que residem neste território. Nesta perspectiva, o presente trabalho visa analisar, a partir de três relatos de experiência em distintas localidades, se a implementação do programa citado corrobora com a redução das desigualdades educacionais, sobretudo, da população camponesa e agricultora.

Segundo Leher (2010), a década de 1990 marca um período de transições devido ao fenômeno da globalização, em resposta as mudanças estruturais do neoliberalismo. O objetivo político-educacional se concentrou em adequar a nova estrutura produtiva à formação cultural e científica da classe trabalhadora, sendo o Estado responsável por priorizar a produtividade, eficiência interna e externa do sistema.

Corroborando com os argumentos de Leher (2010), das análises elaboradas por Freitag (2005), que parte do eixo econômico (perspectiva da dependência) como fio condutor das etapas históricas da educação, podemos apreender que os efeitos dos modelos econômicos adotados no Brasil sempre foram replicados à política educacional.

A partir da década de 90 do século passado a pressão dos movimentos de luta pela terra intensifica os esforços por uma educação diferenciada para o povo

do campo. A educação do campo deve considerar, no âmbito das políticas públicas, a demanda histórica por igualdade no acesso aos direitos, sobretudo, no âmbito do sistema educacional, compreendendo as necessidades do povo camponês, os ciclos agrícolas e as diversidades sociais, culturais, étnicas, dentre outras, existentes no campo. Ou seja: “uma educação do campo para o campo”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/1996 (LDB/1996) em seu artigo 28 institui normas para a educação no meio rural, dentre elas as que destacam que os

Conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural e a organização escolar própria, podendo organizar o seu calendário conforme [...] as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas e a natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Hidalgo (2012, p. 253) destaca que “a ação dos movimentos sociais, juntamente com as universidades, organismos internacionais, entre outros, na retomada das discussões sobre a educação do campo, nos anos de 1990, é evidenciada quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera) em julho de 1997”. O ENERA instituiu um espaço de representação coletiva na luta por educação digna no campo, marcando a apresentação das experiências de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que considera a especificidade do campo como fundamental para compreender as particularidades do projeto de educação necessário a este povo. Como salientam Jesus&Bezerra (2013, p. 247),

Nesta perspectiva, podemos inferir que a educação do campo tem sua gênese nas reivindicações dos movimentos sociais, e incorporada às políticas públicas educacionais devido à atuação organizada dos movimentos sociais, bem como, devido às próprias necessidades da sociedade capitalista, cujas relações de trabalho têm-se complexificado e cada vez mais demandado outro perfil de trabalhador, tanto do campo quanto da cidade, a considerar que a escolarização tem papel fundamental na formação dos trabalhadores.

Dando prosseguimento a implementação de políticas públicas educacionais direcionadas aos povos camponeses, em 1998 surge o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que propõe a democratização do conhecimento no campo através dos cursos de formação da educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio, cursos de nível superior e pós-graduação. O ano de 2001 são aprovadas as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo como um dos resultados da mobilização das organizações camponesas em torno da educação do campo.

Em 2010, foi instituído o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO), com o objetivo de prestar apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e municípios na implementação da política de educação do campo, por meio da ampliação do acesso ao ensino básico, formação inicial, formação continuada de docentes e produção de material bibliográfico específico a população camponesa e

quilombola em todas as modalidades de ensino.

Neste contexto nasce o Programa Projovem Campo – Saberes da Terra.

3 | BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA

Em termos de legislação voltada à educação de jovens, o Estatuto da Juventude estabelece no artigo 7º que “o jovem tem direito à educação, de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada” (BRASIL, 2013). Outra referência legal encontra-se na LDBN/1996 (idem, 2005, p. 19) determinando em seu artigo 37 que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Todavia, tais garantias e políticas públicas para a educação de jovens e adultos denotam a ineficácia do Estado no sentido de garantir a oferta e a permanência de crianças e adolescentes na escola, através de políticas públicas adequadas a cada um destes segmentos populacionais.

A apresentação disponibilizada por meio do Ministério da Educação, pelas Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e de Educação Profissional e Tecnológica em seu projeto base (Edição 2009) do Projovem Campo – Saberes da Terra, o classificam como uma política educacional voltada a jovens (com faixa etária entre 18 a 29 anos), na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que leva em consideração a diversidade da população camponesa, compreendendo a pluralidade social, cultural, econômica, territorial, étnico-racial, de gênero e outras, como fatores importantes para desenvolvimento do mesmo, com o objetivo de capacitar profissionalmente estes jovens.

Além de estimular a formação do ensino fundamental destes sujeitos, o programa opera em alternância com os ciclos agrícolas, compreendendo o período tempo escola - estudo presencial acompanhado pelos educadores na escola - e tempo comunidade, caracterizado pela socialização através da prática daquilo que o aluno aprendeu em sala de aula, podendo esta ocorrer entre os próprios alunos e/ou a comunidade da qual ele faz parte.

4 | PROJOVEM CAMPO – SABERES DA TERRA: RELATOS DE EXPERIÊNCIA

4.1 Cambaíba (Campos dos Goytacazes/RJ)

Em 2015, a Revista Científica Interdisciplinar publicou artigo da professora Josiane Pessanha Ribeiro, que relata suas experiências como educadora do Projovem Campo – Saberes da Terra implantado na localidade de Cambaíba no município de Campos

dos Goytacazes/RJ, no período de agosto de 2012 a agosto de 2014. A professora participou do I Seminário de Formação do ProJovem Campo – Saberes da Terra, cujo objetivo foi a formação de professores para atuarem neste programa, realizado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF em parceria com a Secretaria de Estado de Educação/RJ, entre os dias 13 e 16 de agosto de 2014 na cidade campista.

A professora destaca que a “pesquisa revela uma invisibilidade da ruralidade nas escolas do campo e o desafio de fomentar o debate em torno da educação do campo a partir do ProJovem Campo – Saberes da Terra, que traz um novo olhar, onde a escola passa a ser vista como espaço de vida vinculada a realidade do campo” (RIBEIRO, 2015, p. 79).

Ao longo do artigo, a autora faz um relato “de superação e desafios dos educadores na turma de Cambaíba construindo juntos uma proposta que valorize a identidade cultural destas pessoas que já foram tão esquecidas e depreciadas” (Idem, 2015). Para Freire (2007, p. 30), “quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”.

Ribeiro (2015, p. 80), descreve a localidade da seguinte forma:

(...) de origem rural, próximo ao perímetro urbano do município de Campos dos Goytacazes-RJ, onde os habitantes têm uma identificação urbana. Poucos de seus habitantes baseiam sua economia na produção da agricultura familiar em suas pequenas propriedades rurais, e sim no trabalho na construção civil, casa de família e comércio. Grande parte da agricultura da região, deve-se a presença do assentamento Oziel Alves, que foi implantado na localidade, após muita luta desses assentados. Quanto à educação, a localidade possui apenas uma escola da rede municipal de primeiro segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), fato que proporciona aos habitantes dificuldade de acesso aos anos seguintes na educação escolar.

Prosseguindo em seu relato, a autora destaca que:

A formação da turma na localidade de Cambaíba foi uma grande conquista, visto que, muitos destes jovens e adultos pararam de estudar entre o 5º e o 7º ano do Ensino Fundamental e não tinham credibilidade em si próprios, o retorno à escola exigia deles superar os mesmos obstáculos que um dia os levaram a deixar a escola antes de concluir o Ensino Fundamental: falta de apoio familiar, necessidade de trabalhar e falta de transporte escolar” (p. 84).

E numa grandeza digna, a autora humildemente confessa que o grande desafio não foi a formação da turma, e sim:

Desenvolver e aplicar uma nova metodologia que foi apresentada aos educadores - trabalhar com Eixo Articulador, Eixos Temáticos e a interdisciplinaridade. Como saber o que fazer nesse desafio da Educação do Campo que vai além do convencional? Como tornar uma política pública efetivada, garantindo a esses que estão no campo o resgate a sua identidade e cultura? (p. 84).

Este relato de experiência da educação do campo na localidade de Cambaíba é um dos poucos publicados sobre o ProJovem Campo – Saberes da Terra em terras

fluminenses. Para se ter uma noção, naquela edição – 2012/2014 - foram oferecidas 39 localidades do programa, com destaque para o município de Campos com 20 localidades de assentamentos agrários.

Em sua avaliação, a autora conclui:

As dificuldades para a conclusão da turma foram inúmeras, entre elas a falta de interesse da grande maioria dos alunos, que sempre com uma desculpa, tentavam justificar suas frequentes faltas, outro fato, foi a falta de regularidade no pagamento das bolsas dos educandos, que deveria servir como estímulo para a participação destes, acabou por torna-se um ponto negativo. Por outro lado, a satisfação de boa parte dos alunos em ter a oportunidade de concluir o ensino fundamental, e ainda próximo a sua residência, e o interesse em aprender a cada dia um pouco mais, é o que torna os educadores cada vez mais apaixonados pelo que fazem e a lutarem por um futuro melhor e mais digno, principalmente para aqueles que tanto já foram desvalorizados e esquecidos (p. 88).

Conforme Freire (2007, p. 31), “a educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. O homem deve transformar a realidade para ser mais”.

4.2 Uruquê e Belém (Quixeramobim/CE)

Em artigo publicado nos Cadernos de Agroecologia, Vol. 6, No. 2, Dez 2011, intitulado “Importância do Projovem Campo - Saberes da Terra no Município de Quixeramobim – CE”, a professora Ana Monteiro de Sousa faz uma avaliação sobre a importância do Programa naquela localidade, “desde suas transformações na sociedade, como também nos alunos ” (SOUSA, 2011, p. 1).

Sobre o programa Projovem Campo - Saberes da Terra, a autora informa que o mesmo “teve início dia 22 de outubro de 2009 e término em 22 de outubro de 2011, contando com duas turmas de alunos em as escolas situadas nas zonas rurais das localidades de Alegre e Quinim” (Idem, p. 2). Em suas considerações finais, Sousa conclui que “o programa Projovem Campo é essencial para a mudança de vida e atitude dessas pessoas que vivem no campo, pois lhes mostra um futuro melhor e dentro de seu próprio estado de origem, tornando-se pessoas autônomas e capazes de pensar sozinhas em sua vida diária” (Ibidem).

Como salienta Freire (2007, p. 28),

A sabedoria parte da ignorância. Não há ignorantes absolutos. Se num grupo de camponeses conversamos sobre colheitas, devemos ficar atentos para a possibilidade de eles saberem muito mais do que nós. Se eles sabem selar um cavalo e sabem quando vai chover, se sabem semear, [...], o que lhes falta é um saber sistematizado.

4.3 A experiência em Goiânia/GO

Na pesquisa que tem por título “O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia”

(2012), os pesquisadores Márcia Friedrich, Claudio R. Machado Benite e Anna M. Canavarro Benite, objetivaram refletir sobre a EJA, com o debate voltado às questões ligadas as políticas públicas, e de forma especial, ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação Profissional e Ação Comunitária (Projovem), no município de Goiânia, capital de Goiás, “no sentido de avaliar se satisfazem determinados referenciais da teoria pedagógica dessa modalidade de educação” (FRIEDRICH&BENITE&BENITE, 2012, p. 186).

Ou seja, “analisar a relação entre a proposta pedagógica do Programa (discurso oficial) e o “vivido” (Idem, p. 188)”. A primeira turma do Projovem naquela localidade teve início em fevereiro de 2006, e a segunda, alvo da pesquisa desta investigação, em julho do mesmo ano.

Foram alvos da coleta de dados os jovens concluintes da Estação Juventude I da segunda entrada do Projovem – Goiânia, que registrou a matrícula de 376 jovens, dos quais, 107 prestaram exame de certificação final, composto pelas dimensões da Educação Básica e Ação Comunitária, sendo que deste total 59 concluíram o Programa com o curso de Qualificação Profissional, completando as três dimensões propostas pelo Programa. Do total de concluintes, 45 responderam o questionário de pesquisa.

Ao final da pesquisa, os professores concluíram que: os resultados permitem constatar a contradição e os conflitos vivenciados pelos jovens, demonstrando a fragilidade de políticas públicas implementadas; a busca do jovem pela formação visa à imediata inserção no mercado de trabalho; o objetivo da proposta pedagógica integradora não foi alcançado, uma vez que as categorias - acesso à escolarização, valorização pessoal e inserção social, sujeito de direitos e vínculo com o mundo do trabalho - se apresentaram desconexas e desarticuladas da proposta inicial e, por fim, fica evidenciado que “motivados por uma política assistencialista e compensatória [os educandos recebiam um auxílio financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais], os resultados parecem revelar que os egressos retornaram aos bancos escolares.

5 | ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA PROJOVEM CAMPO

De acordo com as análises iniciais, verificamos que o programa Projovem – Saberes da Terra desenvolvido nas regiões alvo da pesquisa – Campos/RJ, Quixeramobim/CE e Goiânia/GO, evidenciou que o mesmo, apesar de provocar a inserção e a oportunização social dos jovens camponeses, mostrou-se insuficiente como instrumento capaz de minimizar as desigualdades por meio de políticas públicas, dentre elas as questões de fundo que envolvem os povos do campo, tais como o direito à terra.

Percebeu-se por meio da análise dos dados: o cumprimento às determinações e normas do programa, dentre elas: a metodologia da Pedagogia da Alternância (Tempo

Escola/Tempo Comunidade) e da formação por áreas do saber – Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemática, Linguagens e Ciências Agrárias; o tempo estipulado de dois anos para o seu desenvolvimento; contemplou o público alvo: jovens dos 18 anos aos 29 anos que não completaram o ensino fundamental, e a qualificação profissional.

No tocante ao número de jovens que se pretendia atingir, o programa revelou-se frágil em suas estratégias, expondo os mesmos obstáculos que “um dia os levaram a deixar a escola antes de concluir o Ensino Fundamental: falta de apoio familiar, necessidade de trabalhar e falta de transporte escolar” (RIBEIRO, 2015, p.84), conforme quadro comparativo.

ESTADOS / MUNICÍPIOS	DADOS DA IMPLEMENTAÇÃO	RESULTADOS
<p>Rio de Janeiro/ Campos dos Goytacazes</p>	<p>#Localidade: Cambaíba #Período: 2012 /2014 # N° de turmas: 01 # N° de matrículas: 44 # N° de alunos concluintes: dado não informado # Público participante: moradores de Cambaíba, Mergulhão e Martins-Laje (localidades circunvizinhas) - maioria não trabalhava na área agrícola # Acompanhamento pedagógico: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) # Coleta de dados: relatos da autora</p>	<p># As dificuldades → Falta de interesse da grande maioria dos alunos; → Falta de regularidade no pagamento das bolsas dos educandos; # Os destaques → Satisfação de boa parte dos alunos em ter a oportunidade de concluir o ensino fundamental; → O local ser próximo à residência do educando; → O interesse em aprender a cada dia um pouco mais;</p>
<p>*Goiás / Goiânia</p>	<p>#Localidade: Goiânia #Período: 2006 / 2007* # N° de turmas: 05 # N° de matrículas: 376** # N° de alunos concluintes: 59 (Escalação +Qualificação Profissional) # Público participante: jovens urbanos na faixa etária específica do Programa (18 a 24 anos) # Acompanhamento pedagógico: dado não informado # Coleta de dados: relatos dos autores a partir das entrevistas semiestruturadas com 59 alunos egressos do Programa</p>	<p># As dificuldades → Continuidade do programa com a oferta do ensino médio nos mesmos moldes. # Os destaques → Aspectos mais interessantes do programa foram a possibilidade de escolarização (conhecimentos gerais e de inserção social (envolvimento social).</p>

<p style="text-align: center;">Ceará / Quixeramobim</p>	<p>#Localidade: Uruquê e Belém # Período: 2009 / 2011 # N° de turmas: 02 # N° de matrículas: dado não informado # N° de alunos concluintes: 168 # Público participante: lavradores dos assentamentos Alegre e Quinim # Acompanhamento pedagógico: Universidade Federal do Ceará (UFC) # Coleta de dados: relatos da autora a partir das entrevistas com alunos beneficiários do Programa</p>	<p># As dificuldades → Despertar os jovens do campo e fazer entender que o meio rural é possível de se viver; → Antes da participação no programa, os educandos não identificavam quais eram os princípios que envolviam a agricultura familiar. # Os destaques → Os educandos sabem diferenciar a importância da agricultura familiar no seu dia a dia, a divisão do espaço coletivo, o trabalho familiar; → Os educando reconhecem na comunidade e por meio das práticas, como produzir de forma agroecológica.</p>
--	--	--

QUADRO 1 - QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA PROJovem CAMPO

Os dados acima relacionados foram extraídos de trabalhos de pesquisas publicados e alvos do pre

sente estudo, adaptados pelas autoras, 2018.

* Projeto embrião do Projovem, instituído pela Lei nº. 11.129 de 30 de junho de 2005 (BRASIL, 2005b) (Revogado pela Lei nº 11.692, de 2008) e regulamentado pelo Decreto nº. 5.557 (BRASIL, 2005a)(Revogado pelo Decreto nº 6.629, de 2008).

** EJ-IB – Estação da Juventude – Turma IB.

CONCLUSÕES

Para o tamanho do Programa Projovem Campo – Saberes da Terra tanto em termos de abrangência geográfica, quanto de recursos financeiros e o envolvimento de um número considerável de pessoas em todas as suas etapas, há poucos trabalhos publicados a respeito do mesmo. Desta forma, compreendemos a importância desses relatos para entendermos e dimensionarmos o tamanho dos desafios da Educação do Campo em nosso país.

Conclui-se que as múltiplas diferenças educacionais no sistema brasileiro vêm reproduzindo práticas históricas que expressam um cenário de desigualdade que impacta de modo diferenciado a população campesina no país.

Neste sentido, podemos compreender que o Estado configura novas políticas educacionais de forma verticalizada. Esses relatos nos permitem contemplar como um mesmo Programa, que tem normas e orientações a serem seguidas, é implementado de forma diversa e absorvido e construído igualmente de modo diverso. Isto nos chama a atenção, mais uma vez, de como pesquisadores e agentes públicos responsáveis por pensar – preferencialmente coletivamente junto com os envolvidos numa determinada situação, formular e executar políticas públicas num país de dimensão territorial

fabulosa e rico em diversidade histórico-cultural e economicamente.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, E. **Escola Pública e Pobreza no Brasil**. RJ: Editora Lamparina, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 17 set. 2017.

_____. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Diário Oficial da União. 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 18 set. 2017

_____. Conselho Nacional de Secretários da Educação. **Programa Nacional de Educação do Campo**. Pronacampo. Ministério da Educação. Brasília, 5 de abril de 2012a. Disponível em: .Acesso em: 18 set. 2017

_____. **Portaria nº 86 de 1 de fevereiro de 2013**. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União. Seção 1. Ano CL - nº 24, Brasília- DF, segunda-feira, 04 fevereiro de 2013,p. 28. Disponível em: . Acesso em: 17 set. 2017

_____. Senado Federal. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 04 fev.2017.

FELIPE, E. Carta aos participantes do I Encontro Nacional de Pesquisadores – e não Pesquisadores – da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/.../educacao_do_campo_e_pesquisa.pdf. Acesso em: 25 mar.2017.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1979.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 7 ed.. São Paulo: Centauro, 2005.

FRIEDRICH, M; BENITE, C. R. M.; BENITE, A. M. C. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Projovem: uma análise entre a proposta oficial e a experiência vivida em Goiânia. In: **Ensaio: avaliação, políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 74, p. 185-206, jan./mar. 2012. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ensaio/v20n74/a10v20n74.pdf. Acesso em: 17 set. 2017.

GUIMARÃES, C. (Org.). **Trabalho, educação e saúde**: 25 anos de formação politécnica no SUS. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_25_anos.pdf. Acesso em: 20 abr.2017.

HIDALGO, A. M. Projetos educativos para as populações do campo nos anos de 1950 e ProJovem Campo – Saberes da Terra: desenvolvimentismo e proposições dos organismos internacionais. In: **Revista brasileira de história da educação**, Campinas-SP, v. 12, n. 2 (29), p. 239-266, maio/ago. 2012. Disponível em: ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/38793/20322. Acesso em: 08 maio.2018.

JESUS, A.C.; BEZERRA, M. C. S. A herança colonial e as implicações na educação do campo no Brasil. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 50 (especial), p. 238-250, mai.2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640305>. Acesso em 08 maio. 2018.

LEHER, R. 25 anos de educação pública: notas para um balanço do período. In: GUIMARÃES, C.

(Org.). **Trabalho, educação e saúde**: 25 anos de formação politécnica no SUS, p. 29-72. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/livro_25_anos.pdf. Acesso em: 20 abr.2017.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: nead.mda.gov.br/download.php?file=publicacoes/.../educacao_do_campo_e_pesquisa.pdf. Acesso em: 25 mar.2017.

RIBEIRO, J. P. Relato de experiência da Educação do Campo na localidade de Cambaíba, In: **Revista Científica Interdisciplinar**. Nº 3, volume 2, artigo nº 8, Jul./Set. 2015, p. 79-89. Disponível em: revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/viewFile/.../53. Acesso em: 23 out.2017.

SOUSA, A. M. Importância do Projovem Campo - Saberes da Terra no Município de Quixeramobim – CE, Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE – Dez./2011. In: **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 6, No. 2, Dez 2011, p. 1-6. Disponível em: aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/download/11150/7150/. Acesso em 17 de setembro de 2017.

_____. O Movimento da Educação do Campo, as Tensões na luta por um Direito Social e os Sinais da Construção de Políticas Públicas. In: **Revista ECCOS**, São Paulo, v. 11, n. 1. P. 39-56, jan/jun. 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/715/71512097003.pdf>. Acesso em: 23 set. 2017.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE

Flávia Pereira de Sá

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Elizangela Maria Vieira Dantas

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Josenildo André Barboza

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Maria do Socorro Souza Lima

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania-SMDSC
Serra Talhada-PE

Mariana dos Santos Silva

Instituição de Longa Permanência para Idosos
ILPI
Serra Talhada- PE

Fábia Maria de Santana

Instituição de Longa Permanência para Idosos
ILPI
Serra Talhada- PE

Profissionais de Serviço Social atuantes na Política de Assistência Social, que desenvolvem um trabalho intersetorial com idosos/as participantes do grupo HIPERDIA da Unidade Básica de Saúde-UBS, localizada no Distrito de Caiçarinha da Penha. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, questionário aplicado a 30 idosos/as da área de cobertura da UBS. Também foi realizada pesquisa documental aos arquivos internos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, da Secretaria executiva do Conselho Municipal do Idoso e revisitado o diagnóstico do idoso realizado em 2014. Ao realizar este estudo, foi possível constatar que a população Idosa sofre com a falta de profissionais qualificados. Identificou-se também que o município dispõe de equipamentos que desenvolvem ações estratégicas para promoção da saúde da Pessoa Idosa de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa-PNSI. Concluímos que há necessidade de criar novas formas de pensar e agir diante das demandas identificadas pelos/as participantes das atividades, apesar dos avanços ocorridos nesse setor, tendo em vista a ausência de atendimento profissional especializado e qualificado, os quais são de suma importância na identificação e tratamento de patologias triviais nas Pessoas Idosas. Desse modo, este estudo possibilitará levar aos gestores conhecimentos

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo avaliar a oferta dos serviços de saúde destinados a População Idosa do município de Serra Talhada- PE. Trata-se de um relato de experiência do trabalho desenvolvido por

sobre a situação que se encontra os serviços de saúde ofertados, para consequente melhoria da gestão do Sistema Único de Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento; Pessoa Idosa; Política Nacional de saúde do Idoso.

1 | INTRODUÇÃO

O fenômeno do envelhecimento populacional traz consigo enormes desafios a serem superados pelos/as gestores/as públicos e pela sociedade. Assim, ao Poder Público cabe a elaboração de Políticas Públicas para esse segmento, enquanto a sociedade civil tem papel determinante na formulação de propostas para que a Pessoa Idosa possa envelhecer com qualidade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o conceito de envelhecimento ativo, associando a independência e autonomia no cotidiano diário da Pessoa Idosa. Após este conceito, o Brasil vem demonstrando interesse em aprofundar estudos nessa área, construindo políticas, definindo normas e parâmetros que norteiam a disponibilização de serviços, bem como, a oferta de oportunidades para envelhecer com qualidade.

Esse trabalho justifica-se pela necessidade de analisar as estratégias adotadas pela gestão municipal (Política de Saúde), como forma, de assegurar à População Idosa as oportunidades para um envelhecimento ativo e bem sucedido à luz do que preconiza a Política Nacional de Saúde do Idoso-PNSI.

Esta pesquisa tem como objetivo geral avaliar a oferta dos serviços de saúde destinados à População Idosa, a partir do conhecimento empírico dos/as idosos/as usuários/as da Unidade Básica de Saúde- UBS localizada no Distrito de Caiçarinha da Penha, Serra Talhada –PE.

Quanto aos objetivos específicos: realizar levantamento dos serviços ofertados pela rede pública de saúde; analisar a oferta dos serviços de saúde; identificar a necessidade dos serviços de saúde a partir da demanda da população Idosa.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre um trabalho desenvolvido com idosos/as participantes do grupo de HIPERDIA da Unidade Básica de Saúde- UBS localizada no Distrito de Caiçarinha da Penha, Serra Talhada-PE.

Serra Talhada foi emancipada em 06 de maio de 1851, pela lei Provincial nº. 280, sendo desmembrado do município de Flores. Dispõem em sua territorialidade de 09 distritos: Distrito-sede, Bernardo Vieira, Pajeú, Tauapiranga, Caiçarinha da Penha, Logradouro, Luanda, Santa Rita e Varzinha. Está localizado na mesorregião do sertão pernambucano, microrregião do Pajeú, distante 410 km da Capital do Estado, o município ocupa uma área de 2.980 km², abrange cerca de 9% do território do Estado.

Limita-se ao norte: Estado da Paraíba; ao sul: Floresta; ao leste: Calumbi, Betânia e Santa Cruz da Baixa Verde e ao Oeste: São José do Belmonte e Mirandiba (IBGE, 2010).

O trabalho foi desenvolvido por Profissionais de Serviço Social, atuantes na Política de Assistência Social, os quais desenvolveram um trabalho intersetorial na Política de Saúde no município supracitado. Este foi realizado durante o mês de agosto de 2017, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados, questionário aplicado a 30 idosos/as da área de cobertura da UBS, o qual se buscou preservar a identidade social dos/as participantes. Também foi utilizada a pesquisa documental aos arquivos internos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, da Secretaria executiva do Conselho Municipal do Idoso e revisitando o diagnóstico do idoso realizado em 2014 pelo município campo de pesquisa.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados seguidos de suas análises, os quais foram realizados tomando como base o trabalho desenvolvido com os/as idosos/as usuários/as da UBS de Caiçarina da Penha, cujos participam do grupo de usuários de hipertensão e diabetes-HIPERDIA, objetivando analisar a oferta dos serviços de saúde destinados a Pessoa Idosa.

O Hiperdia destina-se ao cadastramento e acompanhamento de portadores de hipertensão arterial e/ou diabetes mellitus atendidos na rede ambulatorial do Sistema Único de Saúde – SUS, permitindo gerar informação para aquisição, dispensação e distribuição de medicamentos de forma regular e sistemática a todos os pacientes cadastrados. O sistema envia dados para o Cartão Nacional de Saúde, funcionalidade que garante a identificação única do usuário do Sistema Único de Saúde – SUS (BRASIL, 2002).

O questionário foi aplicado a 30 pessoas, sendo 13 do sexo feminino e 17 pessoas do sexo masculino, o que nos levou a refletir que os homens estão tendo maior cuidado com sua saúde na velhice.

Ao perguntar a opinião dos/as participantes sobre principais problemas que afetam a Pessoa Idosa em relação ao acesso ao serviço de saúde, foram analisados 07 (sete) eixos, conforme seguem abaixo:

O primeiro eixo abordou sobre a demora na marcação de exames, identificamos que dos 30 participantes, 08 informaram que tiveram dificuldade para realizar a marcação, enquanto 22 responderam que não tiveram dificuldades. Isso é uma das principais características do acesso à rede da Política Nacional de Saúde, que se pode perceber que não é uma dificuldade exclusiva para este município campo de pesquisa, mas para todos os municípios brasileiros. Tendo em vista a fila numerosa de pessoas que necessitam marcar consultas e exames médicos, mesmo necessitando realizá-los em caráter urgente, por sua vez, os/as usuários/as não dispõem de condição financeira

para custeá-los e assim ficando à mercê da oferta dos serviços da rede pública. Um dos principais desafios para o Poder Público é investir em estratégias para responder aos problemas demandados pela população, visto que, o direito à saúde está atrelado ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana e a existência para os demais direitos consagrados na Constituição Federal de 1988. “A saúde é, senão o primeiro, um dos principais componentes da vida, seja como pressuposto indispensável para sua existência, seja como elemento agregado à sua qualidade. Assim a saúde se conecta ao direito à vida” (GERMANO, 2001).

Em se tratando da demora no recebimento do resultado de exames, 04 informaram que tiveram dificuldade, enquanto 26 responderam que recebem os exames com rapidez.

No eixo três referente ao fornecimento das vacinas indicadas para a Pessoa Idosa pelas UBS, a maioria dos participantes informou que as UBS fornecem as vacinas indicadas e apenas 04 relataram que tiveram dificuldades no acesso às vacinas.

Com relação à oferta dos serviços referentes ao recebimento dos resultados dos exames e do fornecimento de vacinas no município, percebemos um avanço significativo para a quantidade de usuários/as que participaram do trabalho, visto que, a agilidade dos exames associada ao processo de imunização são mecanismos eficazes na prevenção, controle e eliminação das doenças. “O envelhecimento da população exige mudanças no modelo de atenção à saúde do idoso, sendo necessário um enfoque maior na promoção e educação em saúde, prevenção de doenças e promoção da independência e da autonomia” (RENATO, 2013).

No tocante ao não fornecimento pelas UBS das Carteiras de Saúde do Idoso, 07 pessoas que representam 23% informaram não possuir Carteiras de Saúde do Idoso e 21 que representam 77% informaram possuir as carteiras fornecidas pela UBS. É importante ressaltar que, o uso e o preenchimento correto deste instrumental permite acompanhar de forma detalhada como este usuário está sendo atendido/a nos serviços de saúde, suas necessidades básicas, dentre outras informações referentes à situação de saúde.

No eixo cinco referente à falta de profissionais qualificados para o atendimento à Pessoa Idosa, 21 informaram não perceber a ausência de profissionais qualificados, enquanto 09 informaram que na UBS faltam esses profissionais.

Em relação à falta de atendimento por médicos especializados (Geriatras): 14 que representa 46% informaram que possuem falta de atendimento por médicos especializados e 16 que representam 54% não souberam responder.

A população Idosa sofre com a falta de profissionais qualificados e capacitados, para ter um envelhecimento saudável, demanda, portanto, pessoal qualificado para o cuidado com essas pessoas. “É importante considerar que as necessidades de saúde dos idosos requerem uma atenção específica que pode evitar altos custos para o Sistema de Saúde e, sobretudo, proporcionar melhores condições de saúde a essas pessoas” (GORDILHO, 2001).

Ao indagarmos sobre a demora e/ou ausência de distribuição da medicação específica e gratuita: 05 informaram que tiveram dificuldade para receber medicamentos doados pela rede de saúde, enquanto 25 responderam que recebem medicamentos sem problemas. O presente estudo identificou que o acesso é insuficiente aos medicamentos foi um dos desafios que o município de Serra Talhada conseguiu superar, o qual apresentou melhorias no uso dos recursos através da distribuição de remédios de forma contínua e em quantidade adequada à população.

As dificuldades apontadas pelos/as participantes da pesquisa levou-nos a constatar que das violações identificadas no diagnóstico do idoso, elaborado no ano de 2014, onde foi realizado um levantamento de informações com um panorama geral sobre as condições de vida da população idosa nas mais diferentes áreas, tais como: saúde, educação, assistência social, dentre outras, podemos destacar a peregrinação para o atendimento médico nos hospitais e unidades de saúde da rede estadual e municipal, devido a insuficiência no atendimento de profissionais especializados e capacitados e/ou a ausência desses equipamentos conforme apontados pelos participantes do trabalho.

O município campo de pesquisa dispõe de diversos equipamentos que desenvolvem ações e estratégias para promoção da saúde da Pessoa Idosa de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa-PNSI, dentre eles podemos destacar: A coordenadoria Municipal de Saúde para Pessoa Idosa, as Unidade Básica de Saúde- UBS, as Academias da Saúde (localizadas nos bairros do Mutirão, IPSEP, Bom Jesus e São Cristóvão), os Centro de Atendimento Psicossocial-CAPS e o Núcleo de Ampliado à Saúde da Família-NASF, além de Hospitais e clínicas, desenvolvendo ações que proporcionam a melhoria da qualidade de vida, os quais têm levado as pessoas a envelhecer de forma mais tranquila, além de mantê-los ativos e independentes, que passam a ter capacidade para realizar as atividades cotidianas sem ajuda de terceiros, como: cuidar de si, da casa, das finanças, trabalhar, participar de momentos recreativos e esportivos, dentre outras atividades.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido com idosos/as usuários/as da Unidade Básica de Saúde-UBS requer novas formas de pensar e agir diante das demandas identificadas pelos/as participantes das atividades, apesar dos avanços ocorridos nesse setor, tendo em vista que, foram elencadas a ausência de atendimento profissional especializado e a falta de profissionais qualificados, as quais são de suma importância na identificação e tratamento de patologias triviais nas Pessoas Idosas. Desse modo, possibilitará levar conhecimento aos gestores sobre a situação que se encontram os serviços de saúde ofertados, para conseqüente melhoria da gestão do Sistema Único de Saúde. Portanto, considerando a amplitude dos impactos na área de saúde, evidencia a necessidade de

maiores investimentos nas Políticas Públicas, sobretudo as voltadas para as Pessoas Idosas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Atenção à saúde da Pessoa Idosa e envelhecimento**. Brasília-DF, 2016. [Acesso em 2017 set 07] Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_idosa_envelhecimento_v12.pdf

BRASIL, Ministério da Saúde. **Hiperdia– Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos**. Manual de Operação. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional**. [Acesso em 2017 set 07] Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=261390&search=pernambucolserratalhadalinfograficos:informacoes-completas>

GERMANO ADS. **Direito a Saúde: Efetivação em uma Perspectiva Sistêmica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, ano 2001, 51p.

GORDILHO A, et al. **Desafios a serem enfrentados no terceiro milênio pelo setor saúde na atenção integral ao idoso**. Bahia Análise & Dados mar. 2001; 10(4): 138-53p.

RENATO, PV; Célia, PC; Hesio, de AC. **Modelos de atenção à saúde do idoso: repensando o sentido da prevenção**. Physis: Revista de saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.23, n.4, p.1189-111, 2013. [Acesso em 2017 out 07] Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v23n4/09.pdf>

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO

Jefferson Davi Ferreira dos Santos

Universidade Cândido Mendes (UCAM)

Rio de Janeiro - RJ

RESUMO: Administração Pública é a responsável pelo funcionamento do Estado para atendimento das demandas da sociedade. A execução dos serviços públicos deveria passar pela etapa de planejamento, fase inicial de análise do ambiente e de como atingir os objetivos. A etapa de planejamento é uma das mais importantes no processo administrativo, pois é onde se estabeleceriam as diretrizes das ações a serem tomadas. Tais ações ao possuírem maior racionalidade e previsibilidade teriam maior capacidade de atingir os resultados de forma mais eficaz e eficiente. Entretanto, o baixo valor atribuído a esta fase importante do processo de gestão proporciona inúmeras digressões quanto ao bom uso do dinheiro público. Assim sendo, o objetivo deste trabalho acadêmico é revisar o que a bibliografia traz em se tratando do planejamento aplicado ao setor público. Por fim, conclui-se que a necessidade de mudança desse paradigma, através de exemplos que motivem desenvolver a qualidade do planejamento governamental.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento. Metas. Orçamento. Administração Pública.

ABSTRACT: Public Administration is responsible for the functioning of the State to attend the demands of society. The execution of public services should go through the planning stage, the initial phase of analysis of the environment and how to achieve the objectives. The planning stage is one of the most important in the administrative process, since it is where the guidelines of the actions to be taken will be established. Such actions, being greater rationality and predictability, may be a greater capacity to achieve results more effectively and efficiently. However, the low value attributed to this important phase of the management process provides numerous digressions regarding the good use of public money. Therefore, the objective of this academic work is to review what the bibliography brings with regard to planning applied to the public sector. Finally, we conclude that the need to change this paradigm, through examples that motivate to develop the quality of government planning.

KEYWORDS: Planning. Goals. Budget. Public Administration.

1 | INTRODUÇÃO

A administração dos recursos públicos no Brasil e mundo nunca foi tão fiscalizada pela sociedade civil como atualmente, em razão da evolução da globalização e do desenvolvimento

da tecnologia de informação, que proporcionaram acesso a informações de forma rápida, de baixo custo, não importando o local, bem como contribuíram com o aumento do nível de exigência dos cidadãos em relação às ações do governo.

Como forma a melhor atender aos anseios e necessidades da população, faz-se necessário um desenvolvimento do processo de planejamento que permita melhor compreender os ambientes externo e interno, assim como identificar os recursos disponíveis para responder aos apelos da sociedade por melhores serviços públicos, com custos adequados e qualidade de alto padrão.

2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A administração pública é o ramo da ciência administrativa aplicada nos diferentes tipos de esfera do governo (federal, estadual e municipal) de modo a entender o funcionamento do Estado, bem como a realização dos serviços públicos à sociedade em prol do bem comum. (PALUDO, 2010).

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil (2015, art. 37) menciona que a administração pública é o conjunto de normas legais e funções para administração do Estado com objetivo a atender o interesse público, baseando-se nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Segundo Chiavenato (2014), Henry Fayol foi o teórico pioneiro da administração clássica a mencionar as cinco ações que deveriam ser conduzidas pelos administradores dentro de uma estrutura organizacional de modo a exercer uma administração eficaz: planejar (visualizar o futuro e traçar o programa de ação), organizar (constituir o duplo organismo material e social da empresa), coordenar (unir e harmonizar os atos e esforços coletivos), comandar (dirigir e orientar a organização) e controlar (verificar se as normas e regras estabelecidas estão sendo seguidas).

O planejamento constitui-se na função inicial do processo administrativo, que possibilita o estabelecimento dos objetivos organizacionais em função dos recursos necessários para atingi-los de maneira eficaz. Dessa forma, faz-se necessário conhecer seu conceito para entendimento desta função administrativa. (CHIAVENATO, 2004).

Segundo Maximiano (1995), o planejamento compreende os fatores tempo e incerteza, bem como o fator de decisão. Assim, seu conceito compreende o processo de elaboração dos objetivos organizacionais a serem alcançados e dos meios para atingi-los, através da interferência na realidade, de modo a passar de uma situação conhecida para uma situação desejada, dentro de um prazo previamente definido, em que as decisões tomadas no momento atual, afetarão o futuro da organização.

Conforme Oliveira (1996), o planejamento define-se como um processo que considera os aspectos destacados pelas dimensões anteriormente demonstradas, no sentido de alcançar uma situação desejada de maneira mais eficiente e efetiva, com a melhor concentração de esforços e recursos pela organização. Desta forma, o

planejamento norteia a organização a seguir o rumo traçado, buscando uma situação almejada, diferente da atual, e empregando todo o seu potencial disponível.

O planejamento pode ser entendido como o exercício de escolha consciente de ações que aumentem as chances de obter um resultado específico. É uma atividade dinâmica que se opõe ao improviso total, buscando orientar as decisões a partir das informações disponíveis. O planejamento governamental acrescenta ao conceito as características da esfera pública, tornando a atividade ainda mais complexa. Para realizá-la, é preciso conhecimento aprofundado sobre as razões do estágio de desenvolvimento nacional, as formas de operação do Estado e as circunstâncias e possibilidades políticas de atuação. (BRASIL, 2015)

Segundo Maximiano (2002), p. 89, o processo de planejamento compõe-se através das três seguintes etapas:

- a. Etapa inicial de obtenção de obtenção ou produção de informações, onde se verificam as necessidades, ameaças ou oportunidades que servem de fundamento para o processo decisório;
- b. Análise das informações produzidas ou obtidas, mediante classificação, comparação, avaliação, ordenamento e interpretação dos dados com o intuito de tomar decisões. A análise de informações proporciona a produção de outras informações, como descrição da situação presente e situação desejada, identificação das alternativas, avaliação das alternativas e escolha de um curso de ação, entre outras.
- c. Preparação de um ou mais planos.

Um plano é a formalização e registro das decisões provenientes do processo de análise das informações obtidas a respeito da situação externa e interna da empresa, sendo uma diretriz para as ações futuras, a fim de que se alcancem os objetivos almejados, tendo em vista os recursos disponíveis e necessários para isso.

O plano é composto de alguns elementos como os objetivos, meios de realização dos objetivos e os meios de controle. Os objetivos são os resultados desejados e que orientam o intelecto e a ação. Geralmente, resulta-se em outros objetivos, que são os objetivos intermediários, sendo todos convergidos para um único fim. Um objetivo pode ser: uma situação ou estado futuro desejado; a realização de um produto ou a realização de um evento. Já os meios enquadram os cursos de ação, a execução de atividades e os recursos empregados. Os cursos de ação definem o caminho a seguir e as estratégias. Existem também os meios de controle, que se constituem em informações, geralmente sob a forma de indicadores de desempenho, utilizados para avaliar se os objetivos estão sendo atingidos e se os cursos de ação definidos são realmente apropriados. (MAXIMIANO, 2002).

Segundo Chiavenato (2014), os níveis de planejamento organizacional apresentam-se sobre três dimensões de acordo com o nível hierárquico e complexidade:

- a. Estratégico: estabelece a missão, visão e objetivos da organização, considerando as ameaças e oportunidades do ambiente externo, além de outros

fatores interno, como suas fraquezas e forças. Apresenta caráter de médio-longo prazo, sendo de responsabilidade da alta administração. O plano de longo prazo “define a direção em que a organização pretende caminhar, não é um objetivo exato pelo qual se possa avaliar diretamente o desempenho individual ou a realização organizacional”. (GRAHAM Jr. e HAYS, 1994)

- b. Tático: elaborados pela gerência intermediária para possibilitar a realização dos planos estratégicos; abrangem áreas de atividades especializadas da empresa, tendo caráter de curto-médio prazo;
- c. Operacional: processo de definir e executar os meios para a consecução de objetivos planejados pela média-alta gerência, através da seleção e especificação das atividades e recursos que são necessários para a realização das metas da empresa.

O planejamento estratégico está imbricado diretamente com a estratégia organizacional, ao atuar no desempenho a longo prazo das organizações, levando aos administradores a visão de longo prazo, ao identificar as tendências de comportamento futuro da organização, bem como do ambiente no qual está inserida.

Visualiza-se que a estratégia funciona à medida que há integração entre o planejamento estratégico e os objetivos da organização, pois análise do futuro da organização é imprescindível para um bom planejamento estratégico. (PORTO, 2006).

Apesar de todas as ferramentas e mecanismos que o planejamento apresenta, o mesmo não é infalível, pois está sujeito a falhas e erros, caso se deixe de efetuar determinados critérios operacionais. Verifica-se que em muitas empresas, o planejamento estratégico fica formalizado no papel, mas na prática não é exercido, nem propagado pela alta gerência, prejudicando o alcance de desempenho sustentável do desenvolvimento e crescimento da organização. (SILVA, 2012)

O Planejamento Estratégico, no âmbito público ou privado, necessita de revisões periódicas que o ajustem à realidade e envolvam toda a organização, haja vista que mudanças bruscas das metas, de demandas sociais e dos objetivos governamentais prejudicam a sua eficácia. (KEINERT, 1997)

“A strategy is formulated to direct energies in a certain direction; momentum is, therefore, not only the inevitable result but the desired one. And the more clearly the strategy is articulated, the more deeply embedded it becomes, in both the habits of the organization and the minds of this people”. MINTZBERG(1994:175).

Mesmo sob condições de incerteza, o planejamento auxilia na busca pela clareza nos objetivos organizacionais e aprimoramento de práticas e processos.

Dentre os inúmeros benefícios do planejamento, pode-se citar o estabelecimento de uma diretriz, ou seja, um curso de ação a ser tomado que favoreça a coordenação e organização dos recursos internos de acordo com seus desafios externos, de modo a unir as funções organizacionais em prol do alcance dos objetivos organizacionais. (SORD e WEISCH, 1964 apud SILVA, 2012, p. 7).

Uma segunda vantagem do planejamento é a ajuda aos administradores públicos na tomada de decisões de forma mais eficaz, permitindo conhecer o posicionamento da organização, os recursos disponíveis, bem como qual caminho a ser tomado para atingir os objetivos almejados.

Segundo Silva (2012), outro proveito provém da avaliação das condições presentes e futuras, além do encorajamento e apoio aos administradores para estabelecerem objetivos. As decisões racionais são majoradas quando os gestores têm a visão ampliada sobre um grupo de alternativas entre as quais podem escolher. Dessa forma, diminuem-se as ações baseadas na emoção ou na intuição, pois ao se planejar evita-se um estado permanente de emergência, gerando bases para ações ponderadas, controladas, além de reagir melhor para desenvolver oportunidades e evitar ameaças.

O planejamento proporciona o controle organizacional através do estabelecimento de padrões de desempenho, que permitem uma comparação dos níveis individuais e organizacionais de realização com padrões institucionais (“benchmarking”), algo que já é realizado por ocasião de análise de gestão dos recursos públicos executados e gastos pelos órgãos governamentais. (SILVA, 2012).

No âmbito dos recursos financeiros governamentais do Brasil, a Constituição Federal (BRASIL, 2015), estabeleceu os seguintes instrumentos de planejamento das despesas e receitas orçamentárias:

- a. PPA (Plano Plurianual): com duração de quatro anos, estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada, exigindo que os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição mencionada estejam de acordo com o plano plurianual;
- b. LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias): compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orienta a elaboração da lei orçamentária anual, bem como dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c. LOA (Lei Orçamentária Anual): estabelece a previsão da receita e fixação da despesa, compreendendo o orçamento fiscal referente aos Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), o orçamento de investimento das empresas do ente, orçamento da seguridade social, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Os problemas enfrentados pelos brasileiros advindo da má qualidade do planejamento justificam-se em parte por um gerenciamento de recursos baseado num “orçamento criativo”, bem como pelo mau planejamento e dimensionamento de custos de obras e programas, contribuindo para uma menor eficiência dos gastos públicos

num país como o Brasil que possui uma carga tributária altíssima e serviços públicos precários.

O Brasil dispõe de baixa qualidade na implementação de programas e realização de gastos públicos, em razão da baixa capacidade de planejamento. Percebe-se o nosso atraso institucional ao comparar com iniciativas na Suíça, onde se executou a obra do túnel de São Gotardo, com extensão de cinquenta e sete quilômetros sob os Alpes suíços, inaugurando-o seis meses antes que o previsto, em junho de 2016, a um custo de onze bilhões de euros, vinte por cento acima do estipulado duas décadas antes de sua conclusão. A pontualidade e o orçamento sob controle da empreitada na Suíça é vista como um exemplo na execução de obras públicas, que se baseiam também num planejamento abrangente antes da contratação, manutenção da memória e experiência institucional, grande participação dos cidadãos, reavaliação constantes dos riscos e custos, além da vigilância financeira contínua. (LUPION, 2016).

Outro grande problema proveniente do pouco valor atribuído ao orçamento público no Brasil, e que contribuiu com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, está na existência do “orçamento criativo”, ou seja, peças orçamentárias que não seguem princípios de contabilidade ao fixar despesas e prever as receitas, gerando previsões de ingressos superestimadas, além de ignorar despesas de outros exercícios financeiros, como os restos a pagar, que foram empenhadas em anos anteriores, mas por diversas razões não foram concluídas, nem efetivamente pagas. (MENDES, 2014).

Além dos problemas explicitados anteriormente, integram a problemática do “orçamento criativo” o **pagamento de dividendos ao Tesouro Nacional por empresas que estão fora do conceito de setor público, a venda de patrimônio público a empresas estatais que estão fora do conceito de setor público, a antecipação de receitas futuras, os empréstimos a empresas públicas que estão fora do conceito de setor público por meio de emissão de títulos, a fabricação de receita primária fictícia e o pagamento de despesas com a entrega de títulos públicos.** O uso da contabilidade criativa mascara a real situação financeira do governo, o que gera incertezas e afastamento do investimento privado, que é um dos grandes motores do desenvolvimento econômico. (MENDES, 2014).

3 | METODOLOGIA

Este trabalho utilizou-se da investigação qualitativa, sendo que, quanto aos fins, foi utilizada pesquisa exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos e Marconi (1992), a pesquisa bibliográfica aproxima o pesquisador ao que foi abordado anteriormente sobre o assunto, contribuindo para referenciação e análise de pesquisas. Segundo as autoras:

a pesquisa bibliográfica pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para a se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

[...] Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas utilizando métodos científicos. (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 43).

3.1 Materiais e Métodos

Conforme Martins (1994), após escolha do material bibliográfico, o próximo passo deve ser realizada a leitura crítica do material. Desta forma, o presente trabalho teve os seguintes procedimentos: seleção do material; leitura; registro; elaboração de fichas; ordenação e análise das fichas, de modo a atribuir maior consistência científica.

3.2 Análise e Interpretação dos Dados

A análise e interpretação dos dados foram efetuadas com a crítica do material coletado, em que os elementos foram retirados da pesquisa bibliográfica. Desta forma, a partir do referencial teórico, verifica-se que o bom planejamento não deve apenas prever o futuro, entretanto, antecipar possíveis mudanças, seja na organização, quanto no seu ambiente, que podem significar para uma organização pública um uso mais eficiente dos recursos públicos em prol do atendimento da demanda dinâmica de bens e serviços públicos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento é de grande importância para a definição de onde se queira chegar, pois a partir daí consegue-se organizar os recursos disponíveis e escolher o melhor caminho para se alcançar os objetivos, que no ambiente público, é o adequado uso do recurso público para atendimento das demandas sociais dos mais necessitados.

Neste trabalho pôde-se também verificar os principais benefícios de um bom planejamento (tomada de decisões mais racionais, estabelecimento de uma diretriz clara, comparabilidade, análise de ambientes), além dos efeitos nefastos de práticas contábeis irregulares e dos grandes problemas que o povo brasileiro enfrenta pelo pouco valor atribuído à capacidade de planejamento. Embora o Brasil esteja atrasado nesta área, há bons exemplos positivos no mundo, de que é possível haver uma sociedade mais justa, com bons serviços públicos e que exerça melhor controle naquilo que ela tem parte, o dinheiro público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 48. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **O que é planejamento**

governamental? Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamentogovernamental/visaogeral/o-que-e-acute-planejamento-governamental>>. Acessado em: 08 abr. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 610p.

_____. **Introdução à teoria geral da administração**. 9ª ed. São Paulo: Manole, 2014.

GRAHAM JÚNIOR, Cole Blease; HAYS, Steven W. **Para administrar a organização pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Planejamento governamental e políticas públicas: a estratégia “Cidades Saudáveis”**. Saude soc., São Paulo, v. 6, n. 2,

p.55-64, dez. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412901997000200007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 08 abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S010412901997000200007>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico. Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992. 214p.

LUPION, Bruno. **5 lições da Suíça sobre uma obra pública. E as comparações com o Brasil**. S.l.:NEXO JORNAL, 13 jun. 2016. Disponível em <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2016/06/13/5-li%C3%A7%C3%B5es-daSu%C3%AD%C3%A7a-sobre-uma-obra-p%C3%BAblica.-E-as-compara%C3%A7%C3%B5es-com-o-Brasil>> Acessado em: 11 abr. 2017.

MENDES, Marcos. **O que é “contabilidade criativa”?** Brasil, Economia e Governo. 17 de fev. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2014/02/17/o-que-e-contabilidade-criativa/>>. Acessado em: 09 abr. 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de Monografias e Dissertações**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 118p.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995. 471p.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução à Administração**, ?Ed., São Paulo: Atlas, 2002.

MINTZBERG, H. **The rise and fall of strategic planning**. Prentice Hall International, 1994.

OLIVEIRA, D de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias, prática**. 10. ed São Paulo: Atlas, 1996. 294p.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PORTO, Maria Alice Guedes. **O Planejamento estratégico como forma de otimizar o gerenciamento nas organizações**. XIII SIMPEP, Bauru, 6 a 8 de Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/1022.pdf>. Acessado em: 12 abr. 2017.

SILVA, Gerson. **Planejamento Estratégico na Administração Pública**. 2012.
Disponível em: < http://www.ice.edu.br/ice/pag_arquivos/pdf/Artigo_-_Planejamento_Estrategico_na_Adm._Publica.pdf>. Acessado em 09/04/2017.

OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Michele Lins Aracaty e Silva

Doutora em Desenvolvimento Regional, Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br.

Marcela Fróes da Costa

Especialista em Marketing; Administradora. Tutor presencial (UNIASSELVI e ANHANGUERA) Tutora a distância (UFAM). marcefroes@gmail.com. <http://lattes.cnpq.br/1495432952116538>

RESUMO: A prática do contrabando no Brasil é atividade comum na faixa de fronteira e já faz parte do cotidiano da população. O Brasil, há anos, tem recebido produtos contrabandeados que são comercializados em mercados, feiras, shoppings populares e até podem ser encontrados em lojas físicas em meio a produtos legalizados. O fato de o produto ser contrabandeado não remete apenas à sua avaliação de qualidade, mas a falta de recolhimento de tributos. Temos como propósito analisar o contrabando no Brasil enfatizando as suas consequências econômicas com base nas estatísticas oficiais e nos principais produtos apreendidos nos últimos anos, seus impactos sobre a sociedade, o mercado e o meio ambiente. Através de levantamento bibliográfico, temos uma pesquisa qualitativa,

exploratória, de caráter observacional com análise de conteúdo. O contrabando é uma prática desleal no mercado de concorrência perfeita, visto que não recolhem os tributos e não atendem à legislação trabalhista como as empresas formalizadas, desarmonizando o mercado, foi responsável por uma perda de 2,3 bilhões na arrecadação federal (2017), perda de 30 mil empregos formais, é usado para lavar dinheiro, financiar o tráfico de drogas e armas, contribui para elevar o índice de violência, compromete a prestação dos serviços públicos, a geração de novos empregos, contribui para a informalidade, elevam os preços dos produtos legalizados e impactam direta e indiretamente na saúde dos consumidores. Tendo o cigarro como produto mais contrabandeado que entra no país via fronteira terrestre e fluvial e tem como destino os mercados populares em especial no estado de São Paulo. Elevou-se os investimentos em segurança, fiscalização, inteligência, número de operações e apreensões, mas temos déficit de pessoal para combate e fiscalização. Porém, enquanto houver demanda por produtos contrabandeados eles continuarão a fazer parte do mercado e continuaremos a realizar trabalhos paliativos não resolvendo em definitivo o problema.

PALAVRAS-CHAVE: Economia do Crime; Concorrência Perfeita; Contrabando.

INTRODUÇÃO

A prática do contrabando no Brasil é atividade comum nas faixas de fronteira e já faz parte do cotidiano da população que ali reside. Sendo o Brasil um país continental e que faz fronteira com inúmeros outros países. Nosso país, há anos, tem recebido produtos contrabandeados que são comercializados em mercados, feiras, shoppings populares e até podem ser encontrados em lojas físicas em meio a produtos legalizados. O fato de o produto ser contrabandeado não remete apenas à sua avaliação de qualidade, mas à falta de pagamento dos tributos incidentes sobre a entrada de produtos oriundos de atividades econômicas de outros países.

Sabemos também que o contrabando é um fator preponderante para a elevação da violência e da criminalidade que envolvem crianças, adolescentes e viciados que são atraídos pela comercialização ou mercado destes produtos. Além disso, o financiamento do crime organizado que se encontra muitas vezes ligado à prática do contrabando. Tais práticas fazem parte do cotidiano da população em especial a que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Levando-se em consideração o impacto do contrabando no mercado de trabalho a situação parece ainda mais grave quando se observa que 12,2 % da população economicamente ativa (PEA) está desempregada (IBGE, 2018), contribuindo também para a informalização no mercado de trabalho e no planejamento da aposentadoria.

Dentre os produtos mais contrabandeados estão: roupas, calçados, relógios e cigarros (este último lidera o *ranking* em todas as pesquisas). Segundo dados da Receita Federal no ano de 2017, foram 2,3 bilhões de reais que deixaram de ser arrecadados (no mercado informal de tabaco, vestuário, combustíveis, cosméticos, medicamentos, entre outros), e durante uma pesquisa constatou-se que 1 em cada 4 brasileiros consomem conscientemente produtos contrabandeados. Ou seja, 25% da população brasileira afirma conhecer e consumir produtos que impactam na economia e são conscientes da sonegação de impostos.

A concorrência do contrabando com as empresas que recolhem corretamente seus impostos leva o empresário consciente a pensar duas vezes antes de fazer um investimento que pode fracassar ou ficar em dificuldades, devido a prática ilícita e desleal. Uma vez que a concorrência não é justa, pois o comerciante recolhe os impostos e o contrabandista não.

Ao adquirir um produto contrabandeado, o consumidor perde a qualidade e o comerciante legítimo deixa de vender o seu produto. Ao deixar de vender, o comerciante estabelecido vê o seu negócio declinar e o empregado perde o emprego formal. Como podemos observar, todos os agentes econômicos perdem no final da cadeia produtiva nacional. O produto contrabandeado ocupa o lugar do verdadeiro no mercado, burlando o fisco e produzindo prejuízos materiais e morais à sociedade como um todo. A contrafação¹ e o contrabando são crimes em que a principal vítima é

¹ Falsificação; ação de falsificar produtos, assinaturas etc.

o consumidor individualmente e a sociedade coletivamente.

O Setor Público, por sua vez, perde, pois, a cadeia produtiva fragilizada impacta na arrecadação. Esta por sua vez impacta nos serviços oferecidos ou que seriam oferecidos à sociedade, tais como: educação, saúde, segurança, dentre outros. Porém, percebe-se que em alguns momentos o Setor Público não se empenha na repressão por considerar tratar-se de atividade exercida apenas por indivíduos integrantes da população menos favorecida, que face ao desemprego, procura ganhar a vida no mercado informal.

O contrabando envolve usualmente um esquema complexo, depende de agentes no exterior para remeter a mercadoria a uma rede interna que a distribua. Os produtos “piratas” entram no País de inúmeras formas e passam pelas mais variadas rotas – existentes ou criadas pelos contrabandistas para esse fim.

A rede para a operacionalização do sistema tático-logístico do contrabando em países que apresentam vulnerabilidade social, principalmente no Brasil, ocasiona o cometimento de vários crimes paralelos. As organizações criminosas que se prestam a essas condutas delituosas corrompem todo tipo de pessoa, acabando por ter uma enorme vantagem sobre os agentes econômicos que seguem as regras do jogo.

Nenhum país está imune à ameaça da pirataria e do contrabando, mas evidentemente, àqueles com um ambiente de proteção de propriedade intelectual menos favorável são os que mais sofrem. Somado a isto, está o investimento deficitário em pessoal, armamento, equipamento e tecnologia por parte do Estado às instituições de segurança pública.

Hoje, no Brasil, amparadas por legislações específicas temos instituições que trabalham para combater o contrabando, são elas: Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Agência Brasileira de Inteligência.

Para analisar o contrabando no Brasil e suas consequências econômicas, é preciso estudar o mercado de fatores de produção em concorrência perfeita e seus princípios o que constitui o embasamento teórico para a discussão.

Dessa forma, temos como propósito analisar o contrabando no Brasil enfatizando as suas consequências econômicas; levantar em estatísticas oficiais os principais produtos contrabandeados que foram apreendidos no Brasil nos últimos anos; analisar os principais impactos do contrabando sobre a sociedade, o mercado e o meio ambiente; destacar as principais ferramentas e métodos utilizados por órgãos competentes para combater o contrabando de produtos; bem como destacar as medidas que possam minimizar os impactos do contrabando à economia brasileira.

CONTRABANDO E DESCAMINHO (BASE LEGAL)

O crime de contrabando, se encontra definido no Artigo 334 – A do CP, sendo destacado que o mesmo fora introduzido em nossa legislação recentemente, ou seja, em 2014, modificando a redação anterior que fazia a junção de ambas as condutas.

Importante ressaltar que o legislador, ao fazer a cisão das duas condutas ilícitas, acabou por impor pena privativa de liberdade maior em relação ao descaminho, ainda presente na explicação do art. 334 da mesma norma.

Desta maneira, quando se analisa o preceito secundário do delito de contrabando, verificamos que foi cominada a reprimenda de 2 (dois) a 5 (cinco) anos de reclusão, tendo como o primário a seguinte conduta: “[...] importar mercadoria proibida”. Conclui-se, portanto, que o seu núcleo está pautado no ato de receber produtos de origem diversa da nacional e, ainda, a sua conduta delitiva se enquadra no que chamamos de norma penal em branco, pela necessidade da análise de regras quanto à licitude ou não da mercadoria (não encontradas em nosso Código Penal). (BRASIL, 2014)

Ao se analisar o crime de descaminho, definido no artigo 334 do CP, conforme já ressaltado anteriormente, oportunidade em que a pena cominada figura como mais branda, tendo em vista que foi prevista a de 01 (um) a 04 (quatro) anos de reclusão. A diferença básica entre ambos os tipos penais consiste no fato de que, neste a mercadoria figura como legalmente permitida, mas seu agente não procede ao devido recolhimento de certos tributos, declinados na sequência, relativos à entrada, saída e consumo de mercadorias, sob pena do mesmo ser incurso nos termos da Lei n. 8.137/90 (Crimes Contra a Ordem Tributária). Segundo a lei, o mesmo configura-se quando uma pessoa pretende “iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria. (BRASIL, 2014).

ASPECTOS HISTÓRICOS DO CONTRABANDO E DESCAMINHO NO MUNDO E NO BRASIL

De acordo com Siviero (2009, p. 01 apud Código do Império Romano), há séculos surgiu a necessidade de regularizar o ato de importar e exportar. O art. 177 do Código do Império Romano assim dispunha: “Importar ou exportar gêneros ou mercadorias proibidas; ou não pagar os direitos dos que são permitidos, na sua importação ou exportação. Pena: perda das mercadorias ou gêneros e multa igual à metade do valor deles”.

Ainda segundo o Siviero (2009, p.05), o diploma de 1.890, por sua vez, previa, “importar ou exportar gêneros ou mercadorias proibidas; evitar, no todo ou em parte, o pagamento dos direitos e impostos estabelecidos sobre a entrada, saída e consumo de mercadorias, e por qualquer modo iludir ou defraudar esse pagamento”, enquanto o Código Penal Português de 1.886, Arts. 279 a 280, definiu distintamente as espécies do contrabando e descaminho.

Para Prado (2002, p. 529 apud SIVIERO, 2009), o contrabando, termo originário do latim *contra* e *bandum*, remonta da antiguidade e, segundo, “consistia na conduta de atravessar os limites territoriais estabelecidos, com mercadorias, sem o devido pagamento de taxas cobradas à época”.

Para Hungria (1959, p. 443), o termo contrabando “vem de *contra* (oposição) e

bando (edito, ordenança, decreto), e, em sentido amplíssimo, quer dizer todo comércio que se faz contra as leis”. Logo, é o comércio que se faz infringindo as leis.

Segundo Siviero (2009), na Idade Média, as penas para essa e outras condutas eram muito severas, chegando a ser instituída a pena de morte. Observa-se que sempre houve uma preocupação dos governantes com relação à entrada e saída de mercadorias dos países, pois este tipo de comércio influencia diretamente na economia interna de uma nação.

O Contrabando e o descaminho não começaram no Brasil a pouco tempo. Eles vêm ocorrendo desde o período colonial, quando as nações europeias se lançaram aos mares devido às Grandes Navegações. Guilhermino Cesar menciona sobre o contrabando no Sul do Brasil. Os Estados europeus atravessavam um período de intensas transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas. Cada vez mais, necessitavam de insumos e recursos naturais, além disso buscavam novos territórios e mercados consumidores para seus produtos.

Durante todas as fases históricas em que passou o Brasil, o contrabando esteve presente de maneiras variadas, e constantemente, incorporando novos processos e rotas diante das dificuldades e barreiras nas quais contrabandistas enfrentavam para alcançar seus objetivos. Todo o território brasileiro foi acometido pela prática do contrabando, devido ao interesse econômico, principalmente áreas pouco ocupadas e proporcionadoras de fácil e variado acesso territorial, estando em destaque a região Sul e Norte do país.

O Direito Penal Brasileiro, dentre as várias condutas a que atribuiu caráter ilícito, cuidou também daquelas consistentes na exportação ou importação de mercadorias proibidas, bem como na fraude, parcial ou total, ao pagamento de impostos devidos.

No Brasil, por incrível que pareça, o contrabando já foi o delito mais coibido, uma vez que se tratava de Terras Novas, não se sabia o que poderia ser retirado dessa nova fonte de riquezas. Remontando à época pré-colonial, basta recordar-se do estanco – corte de Pau-brasil. Fernando de Noronha era o detentor do monopólio concebido pela Coroa Portuguesa.

No Brasil colonial, em que a estrutura jurídico-social existente foi totalmente importada de Portugal sem qualquer adequação à realidade brasileira, o contrabando era previsto de forma assimilada nas Ordenações Afonsinas. Não havia respeito à reserva legal, pois apenas sistematizavam-se quais mercadorias eram proibidas de entrar ou sair sem o consentimento do rei. Assim, procedeu-se também com as Ordenações Manuelinas, em 1521, e com a promulgação das Ordenações Filipinas, em 1603, as quais constituíram o verdadeiro Código Penal Brasileiro, por estruturar-se numa parte Geral e outra Especial. (JAPIASSÚ, 2000).

Posteriormente, com a Proclamação da Independência por D. Pedro I, em 1822, foi editado o Código Criminal de 1830, dispondo em seu Art. 177, os crimes de contrabando e descaminho. Já em 1890, após a Proclamação da República, surgem figuras assimiladas a contrabando ou descaminho, as quais foram somente

codificadas, pois já constavam em leis esparsas.

Porém, é em 1940, com o Código Penal Brasileiro, que se cria a distinção entre contrabando e descaminho. (JAPIASSÚ, 2000).

MERCADO DE FATORES DE PRODUÇÃO EM CONCORRÊNCIA PERFEITA

Para Vasconcelos e Pinho (2005, p. 139), no mercado de fatores de produção em concorrência perfeita, “os empresários sempre maximizam lucro e os consumidores maximizam satisfação ou utilidade derivada do um consumo de um bem, ou seja, os agentes agem racionalmente (é o chamado Princípio da Racionalidade ou *Homos Economicus*)”.

Esses indivíduos para o mercado econômico são denominados compradores e consumidores. Assim, mercado para Mankiw (2001, p. 66) “[...] é um grupo de compradores e vendedores de um dado bem ou serviço.”

No mercado competitivo, “cada vendedor tem um controle limitado sobre o preço pelo qual outros vendedores oferecem um produto similar. [...]. De forma análoga, nenhum comprador individual pode influenciar seu preço porque compra apenas uma pequena fração do total.” (MANKIW, 2001, p. 66).

“As estruturas de mercado são modelos que captam aspectos inerentes de como os mercados estão organizados.” (TROSTER R. L., 2005 apud VASCONCELOS; PINHO, 2005, p. 191). A estrutura de mercado em que se fará a análise oriundas da economia do contrabando será a concorrência pura e perfeita que incorporam de maneira basilar a atomização do mercado e a homogeneidade dos bens objetos das transações, sendo a impessoalidade como característica do modelo econômico em questão. Ferguson (1994).

Para Garófalo (2006) a estrutura de mercado pura e perfeita, convém adicionar aos determinantes, atomização de mercado e a homogeneidade dos bens objetos das transações, outras especificações. Assim, a atividade do contrabando apresenta livre mobilidade na perspectiva a longo prazo, pois o custo de produção é baixo pelo fato de não haver o pagamento de impostos e de encargos sociais, como também, pela razão de ter mão de obra não qualificada, ou seja, não faz investimentos para qualificar o pessoal.

Desta forma, os agentes que executam a atividade do contrabando entram e saem do mercado facilmente, aproveitando o melhor custo de oportunidade. Quanto a ausência de externalidade, como prevalece o princípio da indiferença, a efetiva transação dos bens dá-se pelo sucesso do sistema tático-logístico, ou seja, depende da transposição do produto contrabandeado pelas fronteiras. Os vendedores ao receber o produto contrabandeado executam a comercialização (GARÓFALO, 2006, p. XXXX).

De acordo com Pindyck e Rubinfeld (2005), na estrutura de mercado pura e perfeita há uma relação economicamente natural entre compradores e vendedores. Em um mercado acometido pelo contrabando e descaminho, os vendedores formais

passam a não conhecer seu mercado, devido a existência de vendedores não formais e clandestinos que possuem uma logística paralela. Para os autores, evidencia-se claramente, que a transparência é comprometida, já que o mercado formal de fornecedores desconhece as empresas informais responsáveis de fornecer um mercado consumidor. (PINDYCK; RUBINFELD, 2005).

Assim, as empresas responsáveis pelo contrabando atuam em um cenário paralelo, informal e clandestino levando vantagens devido ocultação da informação mercadológica para com as empresas formais e fornecedoras do produto ao mercado consumidor.

A quantidade e a qualidade dos insumos que são necessários à produção dos bens contrabandeados é uma incógnita para o mercado formal, desta forma não se observa, e também, é difícil notar a divisibilidade perfeita dos insumos e produtos. Assim, a mensuração será fundamentada no tempo. E, para que se compreenda algo em relação a isso será necessário a apreensão do produto contrabandeado. (PINDYCK; RUBINFELD, 2005). Contudo, durante a produção dos bens contrabandeados, certamente haverá um controle interno da quantidade de insumos necessários para que se possa contabilizar os custos de produção e analisar lucros. (PINDYCK; RUBINFELD, 2005).

Os mercados perfeitamente competitivos se definem por meio de duas características, para Mankiw (2001):

(1) os bens oferecidos à venda são todos iguais, e (2) os compradores e vendedores são tão numerosos que nenhum único comprador ou vendedor pode influir no preço de mercado. Como compradores e vendedores em mercados perfeitamente competitivos devem aceitar o preço que o mercado determina, diz-se que são *tomadores* de preços. (2001, p. 66).

Para Garófago (2006), a fabricação de produtos contrabandeados, aparentemente, segue uma regra quanto ao período, preferindo o curto prazo. Somado a isso, os produtores têm aversão aos riscos, pois não é conveniente manter grandes estoques, pois a possibilidade da perda do estoque é plausível, devido a ação dos agentes de segurança no combate ao contrabando.

Sobre a hipótese da mobilidade, Vasconcelos (2005, p. 139) esclarece que “existe completa mobilidade de produtos entre regiões, ou seja, não existe custos de transporte, [...]. Enfim, não considera a localização especial de vendedores e compradores.”

Torna-se interessante frisar que a hipótese da Mobilidade em mercado de concorrência perfeita é apenas incorporada aos produtos contrabandeados a partir do momento que esses produtos atravessam a fronteira. Não sendo apreendidos pelo aparelhamento público fiscalizador, alcançando seu destino, o comércio. Antes disso, os produtores têm a mobilidade dos produtos comprometida entre as regiões que esses produtos oriundos de uma cadeia produtiva ilegal têm que percorrer, tendo custos considerados com sua logística (transporte).

Quando se trata de produto proveniente do contrabando no modelo de concorrência perfeita percebe-se que a propaganda não é um artifício usado pelos produtores para divulgação do produto. Já que o produto é proveniente de uma cadeia produtiva e logística paralela às normas legais vigentes e causa prejuízos aos direitos de marcas e patentes. De certa forma, os produtores e os vendedores de produtos contrabandeados, principalmente produtos contrabandeados que “imitam” produtos de marcas e patentes reconhecidas, acabam se beneficiando da propaganda das firmas que atuam legalmente no mercado, ou seja, eles pegam “carona”.

Pois, consumidores desejosos em garantir satisfação e que possuem poder de compra reduzido acabam preferindo adquirir o produto contrabandeado pelo fato de ter características bem próximas do produto original e, dependendo de onde é comercializado, por um preço menor. Também, é necessário levar em conta a utilidade e o desejo do consumidor. O desejo está ligado às questões psicológicas pessoais, pois atenderá a um fetiche do consumidor. (VARIAN, 2012).

Assim, considerando as características dos mercados perfeitamente competitivos percebe-se que uma economia afligida pelo contrabando ocasiona diferenças quantitativas e qualitativas sobre os bens oferecidos, em comparação com os bens oferecidos pelas empresas formais e pagadoras de impostos. (VARIAN, 2012).

A diferença quantitativa encontra-se relacionada a uma produção maior, pois não aplica as técnicas produtivas especificadas para alcançar produtos de excelente qualidade. A produção de maior número de bens possíveis é considerada bem mais importante do que a qualidade. O preço do bem contrabandeado dentro da cadeia de transposição das fronteiras e distribuição é menor. (VARIAN, 2012).

Para Vasconcelos e Garcia (2011), enquanto o consumidor final paga o preço em vigor do mercado formal, sendo que o produto contrabandeado possui qualidade duvidosa e que não segue especificações técnicas em sua rede de produção e cuja composição estrutural, química, física e organoléptica, podem causar sérios prejuízos à saúde do consumidor. Os vendedores de bens contrabandeados, de certa forma, praticam os preços em vigor do mercado, apesar das vantagens advindas do não pagamento de impostos sendo tomadores de preços, caracterizando o mercado perfeitamente competitivo.

A influência que os bens contrabandeados têm sobre o mercado cuja concorrência é perfeita e pura afeta diretamente o comportamento dos consumidores, já que preço e renda afetam a demanda e a oferta de bens e serviços. (FERGUSON, 1994).

PREJUÍZOS ECONÔMICOS DO CONTRABANDO E DESCAMINHO PARA O BRASIL

De acordo com a teoria microeconômica da concorrência perfeita, o mercado de fatores de produção sofre influência de diversos princípios como o da hipótese de racionalidade onde os consumidores maximizam a utilidade derivada do consumo.

Para Moreira et al. (2016), o contrabando e o descaminho são causas desse desequilíbrio mercadológico nos mais diversos setores da sociedade, o que impede a criação de milhões de empregos por ano e prejudica a economia formal. Além disso, representa concorrência desleal em relação às empresas e indústrias que honestamente recolhem em dia seus tributos e encargos sociais.

Para Monchón (2007 apud MOREIRA et al., 2016), as lojas de comércio popular são apontadas como os maiores pontos de venda e distribuição. O contrabando que entra no país e é comercializado traz consigo grandes prejuízos econômicos, com a não arrecadação de impostos.

Dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), apontam que o Brasil perde hoje cerca de R\$ 130 bilhões anualmente (em 2016) com contrabando prejuízo que poderia ser revertido em geração de políticas públicas e benefícios para toda a população. Ainda segundo o Idesf, os itens mais contrabandeados são:

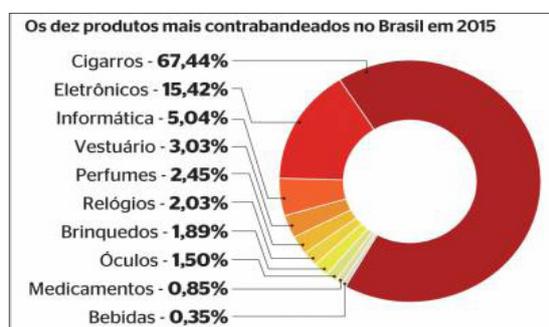


Figura 01 - Itens mais contrabandeados no Brasil (2015).

Fonte: Idesf (2015).

Podemos observar na figura 01 que o item mais contrabandeado no Brasil é o cigarro, que afeta diretamente a saúde do consumidor. Posteriormente, temos: eletrônicos, informática, vestuário, perfumes, relógios, brinquedos, óculos, medicamentos e bebidas.

Segundo a Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), os Estados brasileiros preferidos como destino dos produtos contrabandeados são: São Paulo; Paraná; Rio Grande do Sul; Minas Gerais; Bahia; Pernambuco; Goiás; Pará; Rio de Janeiro. A quantidade de produtos contrabandeados apreendidos cresceu 34% nos últimos 12 meses na comparação com o mesmo período anterior. No total, foram 1.200 operações em conjunto com a Polícia civil.

De acordo com a Receita Federal (2017, apud BRITO, 2018), os dados² mostram que a apreensão de drogas, mercadorias e cigarros contrabandeados no Brasil somou mais R\$ 2,3 bilhões em 2017. O valor é recorde e representa um crescimento de 9,4% em relação a 2016, quando foram apreendidos R\$ 2,1 bilhões.

² Dados publicados no site da Agência Brasil em 26 de janeiro de 2018, com base nas informações disponibilizadas pelas Receita Federal. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Destaque que o balanço divulgado pela Receita mostra que a apreensão de cigarros cresceu mais de 11%, com um volume de mais de 221 milhões de maços. Foram realizadas 436 operações tendo como resultado a apreensão de mais de 650 mil maços de cigarro e 1,3 milhão de peças de roupas. No segmento de luxo (bolsas, óculos e acessórios) houve 10 mil artigos apreendidos, 3.500 unidades charutos, 20 mil rolos de fios e cabos elétricos, 10 toneladas de autopeças e 20 mil unidades de cerveja e bebidas.

Período	R\$
2015	1,8 bilhão
2016	2,1 bilhões
2017	2,3 bilhões

Quadro 01 – N°s de Apreensões de Drogas, Mercadorias e Cigarros Contrabandeados no Brasil (R\$)

Fonte: Brito (2018).

Ressaltamos ainda que a Receita Federal aplicou R\$ 281 milhões em multas no ano de 2017 com 3.181 operações 32 % na região do Paraná e Santa Catarina. Na figura a seguir, podemos comprovar o crescimento de 9,46% em detalhes do ano de 2017 em relação a 2016 que foi apresentado no quadro 1. Segundo Rolli (2018), um terço de todo material recolhido no país se concentrou na região de Foz do Iguaçu (PR), onde ocorreram 1.513 ações da Receita Federal e operações integradas com as policias Federal e Rodoviária Federal, conforme podemos observar abaixo:

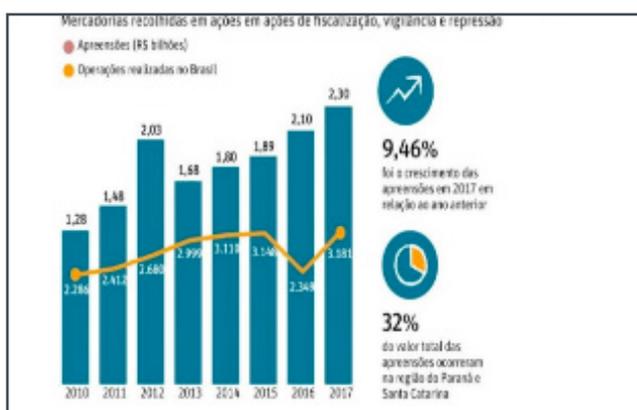


Figura 02- Operações e Apreensões feitas pela Receita Federal (2017)

Fonte: Rolli (2018)

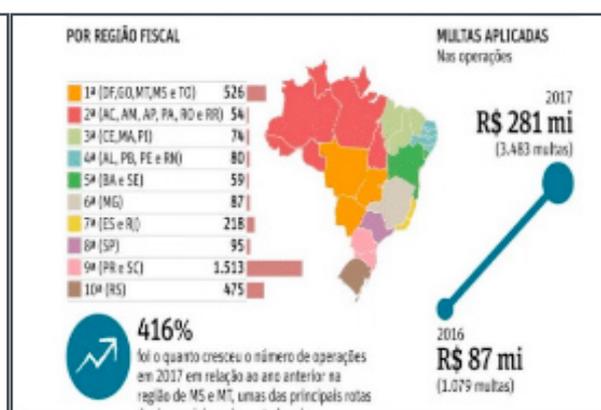


Figura 03 – Operações e Apreensões por Região Fiscal

Fonte: Rolli (2018).

Na figura 04, que será apresentada a seguir podemos observar a atuação dos servidores por país de origem no controle aduaneiro. A China lidera o ranking de contingente de servidores que atuam no controle aduaneiro mundial, seguida pelos

EUA e o Brasil só fica na frente da Bolívia e do Chile, com o total de 2.601 servidores, sendo 521 atuando diretamente em 27 postos e inspetorias.

QUEM ATUA NO CONTROLE ADUANEIRO E NA FISCALIZAÇÃO AQUI E LÁ FORA

Número de servidores



Fonte: Sindireceita (sindicato dos analistas tributários da RF)

Figura 04 – Quem atua no Controle Aduaneiro e na Fiscalização aqui e lá fora

Fonte: SINDIRECEITA (2017 apud ROLLI, 2018).

Na próxima figura 5, apresentaremos os números da Polícia Rodoviária Federal, onde podemos observar o crescimento do número de prisões e o volume de drogas apreendidas.

OS NÚMEROS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

	2016	2017	Variação
Prisões realizadas	31.736	38.339	20,8%
Drogas mais apreendidas			
Maconha	220,5 t	344,9 t	56,5%
Cocaína	6,7 kg	9,3 kg	40,5%

Fonte: Polícia Rodoviária Federal



60%

das apreensões feitas pela PRF aconteceram na região de Mato Grosso do Sul, principal rota de entrada de drogas no Brasil



10.244

policiais rodoviários federais trabalham hoje no país. 2.854 é o déficit de policiais, considerando que a PRF tem um quadro legal de 13.098 servidores

Figura 05 – Números da Polícia Rodoviária Federal.

Fonte: Polícia Rodoviária Federal (2017 apud ROLLI, 2018).

De acordo com uma pesquisa realizada, com 2 mil pessoas em todo o país, pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), 25% dos brasileiros tem o hábito de consumir produtos contrabandeados (eletrônicos, roupas, calçados e cigarros). Após receberem a informação de que o contrabando favorece a violência, 46% dos entrevistados disseram que deixariam de comprar os itens.

Ainda segundo a pesquisa, para 49% dos entrevistados o governo é o principal responsável pela entrada dos produtos contrabandeados. Acrescentam também que a elevada carga tributária que incide sobre os produtos brasileiros contribui demasiadamente para o contrabando.

De acordo com a figura 01, visualizada anteriormente, o cigarro é o item mais contrabandeado no mercado brasileiro e ao longo dos anos percebemos uma evolução no sistema de contrabando e um aumento no volume de produtos que entram no

território nacional. Veja abaixo, o aumento do contrabando de cigarro segundo o FNCP.

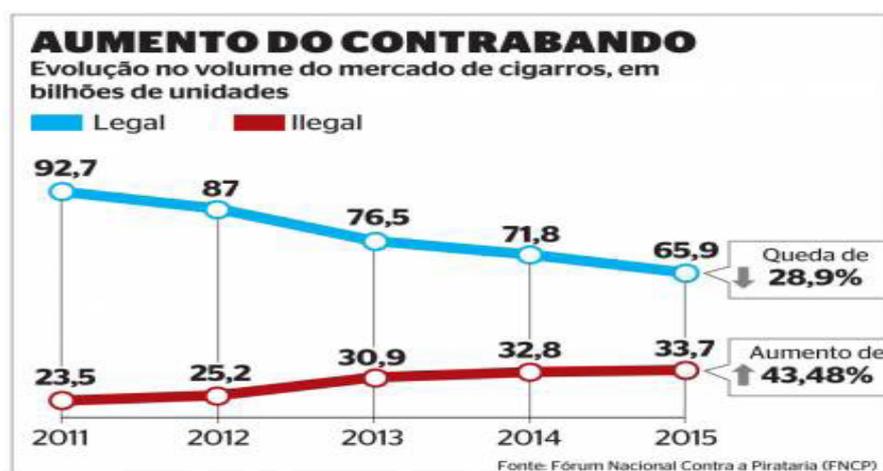


Figura 06 – Evolução do Volume do Mercado de Cigarro.

Fonte: Fórum Nacional Contra a Pirataria (FNCP) (2015).

Atualizando as informações acerca do principal produto contrabandeado no Brasil, o cigarro, segundo dados da Receita Federal com base no ano de 2017, o volume de perdas foi de aproximadamente R\$ 2,3 bilhões na arrecadação federal.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), os principais problemas causados pelo contrabando de cigarro ao mercado brasileiro são:

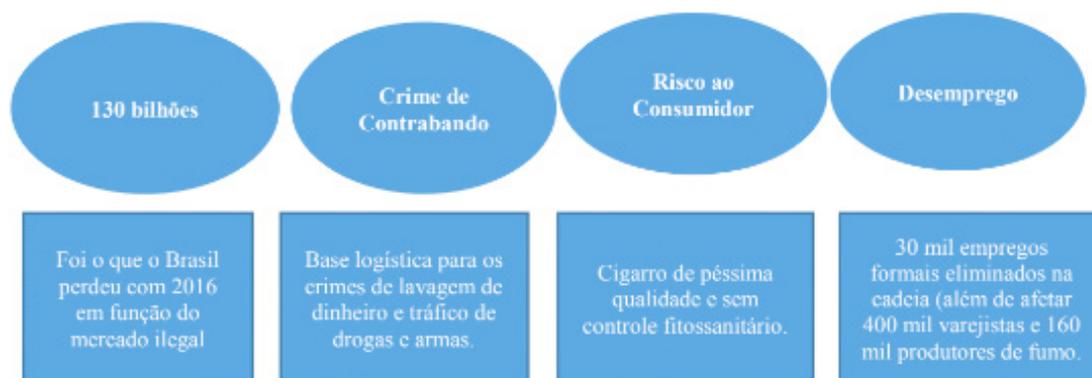


Figura 07 - Principais Problemas do Contrabando de Cigarro para o Mercado Brasileiro

Fonte: ABIFUMO (2015).

Assim, o contrabando de cigarros traz consequências econômicas negativas para o Brasil, são elas: Para a atividade industrial; O contrabando incentiva o crime organizado, o tráfico de drogas e de armas; A elevada carga tributária brasileira incentiva o contrabando de produtos vindos do Paraguai; Produtos contrabandeados

prejudicam a geração de empregos no Brasil.

ANALISE DE RESULTADOS

Acerca do surgimento da prática do contrabando e descaminho no mundo, vimos que trata-se de uma prática secular e data do império romano e pode ser observado no art. 177 (do Código do Império Romano), assim dispunha: “Importar ou exportar gêneros ou mercadorias proibidas; ou não pagar os direitos dos que são permitidos, na sua importação ou exportação. Pena: perda das mercadorias ou gêneros e multa igual à metade do valor deles”. Já no Brasil, esta prática nos remete ao período colonial, quando as nações europeias se lançaram aos mares devido às Grandes Navegações.

O fato é que, durante todas as fases históricas em que passou o Brasil, o contrabando esteve presente de maneiras variadas, e constantemente, incorporando novos processos e rotas diante das dificuldades e barreiras nas quais contrabandistas enfrentavam para alcançar seus objetivos. Todo o território brasileiro foi acometido pela prática do contrabando, devido ao interesse econômico, principalmente áreas pouco ocupadas e proporcionadoras de fácil e variado acesso territorial, estando em destaque a região Sul e Norte do país.

Como vimos, a estrutura de mercado em que se fará a análise oriunda da economia do contrabando será a concorrência pura e perfeita que incorpora de maneira basililar a atomização do mercado e a homogeneidade dos bens objetos das transações.

A transparência no que tange às empresas fornecedoras de bens contrabandeados ao mercado consumidor é prejudicada. Pois, apesar de participarem ativamente do mercado, não se sabe muito sobre a rede de operações que inclui as seguintes etapas: fabricação, fornecimento e venda.

Essa logística paralela que envolve a complexa rede de corrupção é por vezes administrada pelo crime organizado e não recolhe tributos nem encargos trabalhistas. Assim, seus produtos podem ser vendidos a preços mais baixos do que as empresas formalizadas (que recolhem os tributos e encargos trabalhistas) no mercado que tem uma interação natural entre compradores, trabalhadores e vendedores.

Trata-se de uma concorrência desleal para as empresas legalizadas que ficam desnorteadas no que diz respeito à definição dos preços de um certo produto que é contrabandeados pelas fronteiras de um país, ou seja, a interação entre vendedores e consumidores no mercado aberto sofre desequilíbrio.

Dessa forma, podemos afirmar que a lucratividade alta a curto prazo da indústria de bens contrabandeados fomenta o aparecimento expressivo de novas empresas. “Isso ocorre porque, em concorrência perfeita, como o mercado é transparente, se existirem lucros extraordinários a curto prazo, isso atrairá novas firmas para o mercado, pois não há barreiras ao acesso.”

Ainda para a Receita Federal, mais de 65% das mercadorias contrabandeadas que entram no país são cigarros. Em 2016, o volume de cigarros ilegais atingiu 31.521

bilhões de unidades e para 2017 o crescimento foi de aproximadamente 11% chegando a 221 milhões de maços. (dados da Receita Federal do Brasil). Além do abandono das fronteiras, a disparidade tributária entre o Brasil e o Paraguai é um dos principais estímulos ao contrabando.

Dizer que a aquisição de produtos contrabandeados é um hábito dos brasileiros nos remete a investigação e o embasamento de números oficiais. De acordo com uma pesquisa realizada, com 2 mil pessoas em todo o país, pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), 26% dos brasileiros tem o hábito de consumir produtos contrabandeados (eletrônicos, roupas, calçados e cigarros). Após receberem a informação de que o contrabando favorece a violência, 46% dos entrevistados disseram que deixariam de comprar e 44% deixariam de comprar os itens.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), os principais problemas do contrabando de cigarro para o mercado brasileiro são: Perda de arrecadação, serve de base para a lavagem de dinheiro, contribui para alavancar o tráfico de drogas e armas, o cigarro contrabandeado é péssimo em qualidade e não possui controle fitossanitário, contribui para o desemprego e eleva a informalidade no mercado de trabalho.

O propósito inicial deste trabalho foi analisar o contrabando no Brasil enfatizando as suas consequências econômicas fato que foi tratado ao longo do primeiro capítulo onde apresentamos dados atualizados (2017) acerca do valor financeiro proveniente da prática do contrabando que deixam de ser arrecadados pelo setor público (2,3 bilhões de reais) através do cumprimento da legislação tributária. Além disso, tivemos a oportunidade de apresentar ao leitor o número exato de vagas de emprego (30 mil empregos formais) que deixaram de ser geradas em função desta prática.

Os principais produtos contrabandeados no Brasil são: cigarro, eletrônicos, produtos de informática, vestuário, perfumes, relógios, brinquedos, óculos, medicamentos e bebidas e vimos que o principal destino destes produtos são as feiras e mercados populares em especial dos estados de: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Goiás, Pará e Rio de Janeiro.

Para a sociedade e para a economia, vimos que o contrabando é o responsável por: praticar deslealdade concorrencial com as empresas legalizadas que recolhem impostos e atendem à legislação trabalhista, contribuem para a lavagem de dinheiro, são usados para financiar o tráfico de drogas e armas, contribuem para elevar os índices de violência, comprometem a arrecadação e os serviços públicos, comprometem a geração de emprego e renda, contribuem para a informalidade, contribuem para a elevação do preço dos produtos legalizados, são agentes impactadores direta e indiretamente na saúde dos consumidores: no caso, do cigarro ou demais produtos consumíveis.

Com relação às ferramentas e métodos utilizados por órgãos competentes para combater o contrabando de produtos bem como destacar as medidas que possam

minimizar os impactos do contrabando à economia brasileira. Com relação a estes pontos, vimos que as autoridades brasileiras, entre estas, nosso destaque se dá para a Receita Federal que através de investimentos, investigações e operações trabalha dia e noite para coibir as práticas de contrabando em especial nas fronteiras. Muito se coloca como uma prática de “enxugar gelo” visto que não são operações que resolvem o problema, mas apenas coíbem a prática.

Elevou-se o volume dos investimentos nos últimos anos para aparelhar as instituições e uma ocorreu mudança na legislação, elevando a pena. Porém, a comercialização dos produtos contrabandeados eleva-se dia após dia como podemos observar nos noticiários que mostram as estatísticas de apreensões e operações deflagradas pelas instituições competentes.

POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA O CONTRABANDO NO BRASIL

Analizamos os principais documentos entregues ao Ministro da Justiça oriundos dos principais órgãos e institutos que coletam e acompanham o mercado do contrabando no Brasil e apresentamos a seguir:

O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), entregou ao Ministro da Justiça uma carta com sugestões ao governo federal que podem ser adotadas no curto e médio prazo, e que teriam efeito positivo no combate ao contrabando. Nesta carta, destacam-se três medidas: Maior investimento na segurança de nossas fronteiras; Manutenção da atual carga tributária e Agenda Brasil/Paraguai.

Para o Idesf, tais soluções podem ser implementadas para coibir o contrabando de produtos oriundos de outros países para o território nacional: Valorização das fronteiras, com reforço da segurança; Agenda positiva com o Paraguai; A revisão da carga tributária brasileira.

Por fim, para a ABIFUMO, faz-se necessário fazer: Estabelecer senso de urgência nacional contra o contrabando; Pacto para enfrentamento da excessiva carga tributária brasileira; Maior controle e investimentos na fronteira com o Paraguai; Melhor aparelhamento e mais recursos para os órgãos de Segurança Pública; Campanha Nacional de reeducação dos malefícios do contrabando para a população.

Podemos perceber semelhanças nas agendas de solicitações destes órgãos em vista da análise dos seus documentos entregues ao ministério da justiça. Resta ao governo brasileiro implementar uma agenda para iniciar tais prováveis soluções.

CONCLUSÕES

A compra “inocente” de uma mercadoria “igual” por preço menor que o do comércio formal não é censurada pela população e, muitas vezes, é vista como “um bom negócio”, muitos podem afirmar que é apenas reflexo de uma situação econômica (desfavorável aos que tem renda mais baixa), mas temos autores que defendem que

esta prática é fruto de uma tendência cultural. Seja o que for, de forma geral esta prática compromete a harmonia do mercado inibindo a concorrência, sufocando os comerciantes legalizados que recolhem impostos e respeitam a legislação trabalhista.

A aquisição de produto contrabandeado traz como consequências: a baixa qualidade do produto, ausência de teste de segurança, ausência de controle de qualidade que podem causar morte por intoxicação, envenenamento ou sufocamento, uso de remédios sem que estes tenham sido devidamente registrados nos órgãos competentes, anabolizantes sem registro, equipamentos médicos e pesticidas sem lastro, dentre outros.

A concorrência do contrabando com as empresas que recolhem honestamente seus impostos vai levar o empresário consciente a pensar duas vezes antes de fazer um investimento que pode fracassar ou ficar em dificuldade devido à prática ilícita e desleal. Uma vez que a concorrência não é justa pois o comerciante recolhe os impostos e o contrabandista não.

A concorrência do produto legalizado com os contrabandeados traz à tona uma outra discussão, os produtos contrabandeados muitas das vezes não incorrem em investimento em pesquisa e desenvolvimento, custos de produção, salários e encargos, impostos, etc. para conseguir o menor preço os piratas usam, sem nenhum escrúpulo, material barato e sem qualidade, não se importando com a proveniência ou propriedades químicas.

Sabemos que nenhum país está imune à ameaça da pirataria e do contrabando, mas evidentemente, àqueles com um ambiente de proteção de propriedade intelectual menos favorável são os que mais sofrem. Somado a isto, está o investimento deficitário em pessoal, armamento, equipamento e tecnologia por parte do Estado às instituições de segurança pública.

Hoje, no Brasil, amparadas por legislações específicas temos instituições que trabalham em cooperação para combater o contrabando, são elas: Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e Agência Brasileira de Inteligência.

O cigarro, lidera o ranking de produto mais contrabandeado do Brasil, seguido dos produtos eletrônicos, produtos de informática, vestuário, perfumes, relógios, brinquedos, óculos, medicamentos e bebidas que entram no país via rotas já conhecidas ou recém-descobertas pelas mãos de quadrilhas que atuam nas regiões de fronteira e tem como destino principal as feiras e mercados populares dos seguintes estados: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Goiás, Pará, Rio de Janeiro.

Vamos elucidar a partir deste momento, as consequências da prática do crime do contrabando para a sociedade e para a economia. Deixamos de gerar em torno de 30 mil empregos formais isto no momento em que nos deparamos com uma das maiores crises econômicas da história econômica brasileira, são aproximadamente 12,7 milhões de pessoas, ou seja, 12,2 % da População Economicamente Ativa (PEA)

está desempregada (IBGE, 2018)³.

Algo curioso que apresentamos neste trabalho e que vale mais uma vez a reflexão é que mediante o resultado de uma pesquisa com 2 mil pessoas em todo o país, realizada pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) constatou-se que 25% dos entrevistados tem o hábito de consumir produtos contrabandeados (eletrônicos, roupas, calçados e cigarros). Após receberem a informação de que o contrabando favorece a violência, 46% dos entrevistados disseram que deixariam de comprar os itens e demonstraram surpresa com a ligação de uma simples aquisição de um produto contrabandeado com a violência, o tráfico de drogas e armas.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (ABIFUMO), os principais problemas do contrabando de cigarro para o mercado brasileiro são: perda de arrecadação, serve de base para a lavagem de dinheiro, contribui para alavancar o tráfico de drogas e armas, o cigarro contrabandeado é péssimo em qualidade e não possui controle fitossanitário, contribui para o desemprego e eleva a informalidade no mercado de trabalho.

Em se tratando das prováveis soluções para esta prática, falou-se muito em ações de cooperação entre a Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal com elevação de investimentos, trabalho de inteligência, números de atuações e apreensões, elevação do volume de produto apreendido e de práticas e ações conjuntas com os países que fazem fronteira com o Brasil, mas sabemos que nada disso surtirá efeito se a demanda por produtos contrabandeados continuar a ser elevada, ou seja, cabe à sociedade a quebra desta cadeia negativa. Quem sabe uma campanha nacional de reeducação dos malefícios do contrabando para a população.

Não podemos deixar de elucidar também, o recém-criado Ministério Extraordinário da Segurança Pública, instituído pela Lei 13.690 de 11 de julho de 2018, que terá como competência: coordenar e promover a integração da segurança pública em todo o território nacional em cooperação com os demais entes federativos; planejar, coordenar e administrar a política penitenciária nacional; entre outras. Tendo como órgãos integrantes: o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Segurança Pública, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

BRITO, Débora. Contrabando aumenta 9,4% e atinge 2,4 bilhões no ano passado. **Repórter Agencia Brasil**, Brasília, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

FERGUSON, Charles E. **Microeconomia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994. 616p.

GARÓFALO, Gilson. **Teoria Microeconômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

³ Dados de janeiro de 2018.

HUNGRIA, Néilson. **Comentários ao código Penal**. 2. ed. Rio de Janeiro. Forense, 1959. IX

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. **O Contrabando**: Uma revisão de seus fundamentos teóricos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

MANKIW, N.G. **Introdução à economia**: Princípios de Micro e Macroeconomia – 2ª ed., São Paulo, Elsevier Campus, 2001.

MOREIRA, Dielem. LOPES, Mônica. REIS, Natália. BOSQUE, Veridiana. JUNIOR, Jarbas. **Impacto do Contrabando e Descaminho na Economia Brasileira**. UNILAGO, 2016. Disponível em: <http://www.unilago.edu.br/revista>. Acesso em: 26 dez. 2017.

PINDYCK, R.S.; RUBINFELD, D.L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2005.

BRASIL. **Lei nº 13.008, de 26 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROLLI, Claudia. **Uma Muralha da China por ano**: Mercado Ilegal cresce no país em Plena Crise de Segurança. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SIVIERO, Filipe Andrios Brasil. **Aplicabilidade do Princípio da Insignificância nos Crimes de Contrabando e Descaminho**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2009.

VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. PINHO D.B. (Org). **Manual de Economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

VARIAN, HAL R. **Microeconomia**: Princípios Básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2012. 710p.

EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL

Mariana de Barros Souza

Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP)
Ribeirão Preto – São Paulo

Adriana Cristina Ferreira Caldana

Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP)
Ribeirão Preto – São Paulo

Lara Bartocci Liboni

Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP)
Ribeirão Preto – São Paulo

RESUMO: Ao se tratar dos atuais problemas globais, apresentam-se, frequentemente, discussões acerca da sustentabilidade. Por isso, é válido verificar quais práticas vem sendo realizadas por empresas reputadamente sustentáveis. O Modelo de Criação de Valor Sustentável (CVS) aponta, nesse contexto, a importância das ações vinculadas à responsabilidade social corporativa. Naji (2010), conseqüentemente, cita a relevância do componente cultural como base para o desenvolvimento social. O presente trabalho revela, por meio do método de análise de conteúdo aplicado em

pesquisa documental, práticas culturais que vem sendo desempenhadas por empresas reputadamente sustentáveis no Brasil. A partir de então, vinculam-se tais práticas à legislação de incentivo à cultura atualmente vigente e verificam-se quais aspectos poderiam ser mais bem explorados no ambiente corporativo.

PALAVRAS-CHAVE: Índice de Sustentabilidade Empresarial; Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento Social; Cultura.

ABSTRACT: Sustainability is one of the most discussed global issues. That is why it is important to verify what the most sustainable companies in Brazil are practicing. Hart and Milstein (2003) developed a Sustainable Value Framework that points out, in this context, the importance of actions related to corporate social responsibility. Naji (2010) then, cites the relevance of the cultural component as the basis for social development. The present work reveals, based on the method of content analysis, cultural practices that have been supported and financed by sustainable companies in Brazil. From then on, these practices were linked to fiscal incentive legislation. The authors verified some aspects that could be better exploited in the corporate environment.

KEYWORDS: Corporate Sustainability Index; Sustainable development; Social development; Culture.

1 | INTRODUÇÃO

Ao se tratar dos atuais problemas globais, apresentam-se, frequentemente, discussões acerca da sustentabilidade. Abordar tópicos referentes à marginalização de grupos sociais significativos, por exemplo, assim como a degradação ambiental, torna-se cada vez mais necessário nos dias de hoje (JABBOUR e SANTOS, 2008).

Nobre e Ribeiro (2013) estudaram a sustentabilidade em organizações listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O trabalho revelou que as empresas estudadas atuam, com maior facilidade, nos campos de Gerenciamento de Produto e Combate à Poluição. De acordo com o Modelo de Criação de Valor Sustentável (CVS), o campo “Gerenciamento de Produto” envolve práticas relacionadas, por exemplo, à ecologia industrial, ao seu ciclo de vida, ao gerenciamento de *stakeholders* e à responsabilidade social corporativa.

Esse conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) – ou Responsabilidade Social Empresarial (RSE) – surge de maneira formal, primordialmente, em estudos da década de 50, com a vanguarda de Howard R. Bowen (CARROL, 1999).

No Brasil, o conceito se forma a partir da realização de diversos projetos liderados por ícones de lutas pelas causas sociais, como Herbert José de Souza. Tais projetos buscaram conscientizar os cidadãos e envolvê-los na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. É nesse contexto que o setor econômico também começa a se engajar, procurando reconhecimento pelo mercado consumidor (SOUSA et al, 2011).

Ashley (2002) considera que tais práticas são uma tendência gerada por mudanças no comportamento dos consumidores, que passaram a sentir afeição por produtos e práticas que trazem melhorias à sociedade ou ao meio ambiente.

A partir dos resultados apresentados por Nobre e Ribeiro (2013) e com base nas definições acerca de RSC, assume-se a hipótese de que empresas brasileiras com perfil sustentável tendem a adotar não apenas práticas de caráter ecológico e ambiental, mas também concentrar esforços na melhoria dos padrões de vida da sociedade. Recorre-se, portanto, a Naji (2010), que cita a importância do componente cultural como base para o desenvolvimento social.

O investimento cultural não apenas gera impactos econômicos, mas, principalmente, benefícios à comunidade, em termos de melhorias sociais – é importante, portanto, que haja atuação governamental, ao menos no sentido de exercer o papel de investidor público (COMUNIAN; MOULD, 2014). No Brasil, para atender a essa problemática, destaca-se a atuação governamental através das leis de incentivo fiscal à cultura.

Por todo o supracitado, este trabalho objetiva, primeiramente, verificar quais são as ações culturais realizadas e/ou apoiadas por empresas que se destacam como organizações engajadas com o desenvolvimento sustentável. Isso porque a cultura é um componente de grande importância para o aspecto social e este, por sua vez, é um dos pilares do desenvolvimento sustentável. Em um segundo momento, pretende-se

descobrir se tais práticas fazem proveito da legislação de incentivo atualmente vigente no Brasil e, por outro lado, quais aspectos das leis poderiam ser mais bem explorados.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Socioambiental

Durante os anos 1960, começam a surgir preocupações relacionadas à responsabilidade socioambiental corporativa, levantadas em meio às discussões sobre o *Apartheid* e a Guerra do Vietnã, por exemplo. Mais adiante, nas décadas de 80 e 90, veem-se aumentar as iniciativas relacionadas à temática ambiental, abordadas, entre outros fatores, pelo fortalecimento do movimento ambientalista (MONZONI, BIDERMAN e BRITO, 2006).

Também nesse período, mais precisamente em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) divulga o Relatório Brundtland, que traz a definição de “Desenvolvimento Sustentável” como um desenvolvimento que vai de encontro às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras no alcance de suas próprias necessidades.

A responsabilidade socioambiental, por sua vez, pode ser definida como uma obrigação, enfrentada pela gerência organizacional, referente à decisão e ao empreendimento de ações que visem à melhoria do bem-estar social e sejam compatíveis com os interesses da sociedade e da organização (DAFT, 1997).

Em busca de se determinar as melhores formas para que se atinja um desenvolvimento sustentável, destaca-se a abordagem “*Triple Bottom Line*”. De acordo com tal modelo, a garantia de sucesso na adoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável somente se faz possível quando há ênfase em três diferentes dimensões: econômica, ambiental e social. Esses três aspectos estão inter-relacionados, exercendo influência uns sobre os outros e, portanto, uma organização que pretende desenvolver práticas de sustentabilidade corporativa não pode visualizar separadamente a sustentabilidade econômica e as práticas sociais e ambientais (ELKINGTON, 1998; 2004).

2.2 O Aspecto Social do Desenvolvimento Sustentável

Com base em extensa revisão literária, Amini e Bienstock (2014) propuseram uma definição multidimensional para o que chamam de Sustentabilidade Corporativa, ilustrando-a por meio de *framework*. O modelo compreende cinco dimensões de sustentabilidade que podem se apresentar em quatro níveis de sofisticação, de acordo com as práticas adotadas por empresas.

Uma das dimensões de sustentabilidade apresentada por tais autores considera

a ênfase nos aspectos econômicos, ecológico-ambientais e social-igualitários. Considera-se que as organizações que apresentam menor nível de sofisticação enfatizam apenas a sustentabilidade econômica, pois não estão preocupadas com os aspectos socioambientais ou não conseguem entender sua relação com as questões financeiras.

Segundo Amini e Bienstock (2014), conforme se amplia a sofisticação nesses quesitos, gradualmente se começa a entender qual a importância de cada uma das dimensões sustentáveis e, conseqüentemente, novas práticas são adotadas. As organizações mais sofisticadas, portanto, adotam a abordagem *Triple Bottom Line* e incorporam, dessa forma, preocupações econômicas, ambientais e sociais na estratégia empresarial.

Pretende-se, aqui, explorar o pilar social da sustentabilidade. Para isso, olha-se, primeiramente, para Vallance et al (2011). Em seu estudo, os autores identificaram a existência de três tipos de sustentabilidade social: (1) “sustentabilidade social de desenvolvimento”, relacionada com as necessidades da sociedade, como a redução da pobreza e das desigualdades; (2) “sustentabilidade social de ponte”, referente às mudanças comportamentais que precisam ocorrer para que se atinjam os objetivos ambientais na sustentabilidade; e (3) “sustentabilidade social de manutenção”, que diz respeito à preservação de práticas e padrões socioculturais em um contexto de mudança econômica e social. Ou seja, os autores argumentam que a sustentabilidade social é atingida quando se trabalha com questões como subdesenvolvimento, necessidades básicas da população, fortalecimento de sua ética ambiental e preservação de seus valores sociais, suas tradições culturais e seu estilo de vida.

Outros autores (SACHS, 1999; AGYEMAN, 2008), entretanto, defendem que a sustentabilidade social está fundamentada pelos conceitos de igualdade, democracia e justiça social.

Desvincilhando-se do aspecto puramente conceitual, atenta-se à questão das práticas socialmente sustentáveis realizadas por empresas. Nesse contexto, nota-se que dois tipos de público compreendem seu universo: o interno e o externo. No que diz respeito ao público interno, Jabbour e Santos (2008) apontam o fato de que o desempenho social de uma organização pode ser avaliado a partir da efetividade no gerenciamento da diversidade de seus recursos humanos. Quanto ao público externo, Ashley (2002), aponta que uma postura empresarial socialmente responsável está vinculada a todo tipo de ação que contribui para a qualidade de vida da sociedade.

A responsabilidade social empresarial, segundo o Instituto ETHOS (2010) pode ser definida como:

(...) a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, em busca de evidenciar seu comprometimento com práticas sociais, as empresas trazem a questão da responsabilidade social como a forma com que se preocupam com as pessoas. Em alguns casos, as práticas estão mais voltadas à preocupação com seus colaboradores. Em outros, as organizações se empenham, também, em atender e apoiar as comunidades locais ou as famílias de seus funcionários. Há, ainda, empresas que interpretam a responsabilidade social como seu potencial de contribuir para uma melhor qualidade de vida dos indivíduos (EHNERT, 2008).

Nesse contexto, portanto, questiona-se de que forma se pode garantir essa qualidade de vida, demonstrando tal preocupação com as causas sociais. Por isso, recorre-se a Naji (2010) para evidenciar que o desenvolvimento de aspectos culturais representa importante papel no processo de desenvolvimento das comunidades. Isso porque, sem uma identidade cultural independente, nenhuma nação poderia se tornar um país desenvolvido. O autor destaca, ainda, que o aspecto cultural é base para o desenvolvimento econômico, político e social. Por isso, para que se alcancem tais metas, é preciso direcionar esforços para a promoção de práticas culturais.

Ou seja, tem-se um cenário construído em torno de um tema extremamente importante para o progresso social: o desenvolvimento de cultura. É interesse do governo e das empresas, portanto, que os processos concernentes a esse tema sejam amplamente executados – e de forma efetiva.

2.3 A Cultura Como Componente da Responsabilidade Social

A Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural aponta que devemos ver a cultura como um conjunto de características materiais, espirituais, intelectuais e emocionais que diferenciam uma sociedade ou um grupo social. Não se deve pensar em cultura apenas como arte ou literatura, pois ela também é compreendida por estilos de vida, formas de vivência em comunidade, tradições, sistemas de valores e convicções (UNESCO, 2002).

As nações precisam de uma identidade cultural independente para que se desenvolvam, pois a formação cultural embasa o desenvolvimento nos campos econômico, político e social. Por isso, é importante atingir um nível de desenvolvimento cultural tal que propicie expansão de acesso à cultura a toda população de maneira igualitária (NAJI, 2010).

Yúdice (2006) aponta, ainda, que por associar-se às práticas políticas e econômicas, a cultura está também envolvida com o campo da cidadania. As iniciativas políticas, nesse contexto, são capazes de exercer tanto influências positivas quanto negativas na gestão cultural.

No que diz respeito aos benefícios que podem ser gerados, Nemati (2012) propõe que o governo forneça liderança em nível macro, deixando que os detalhes de

dinamização do mercado sejam tratados por organizações não governamentais. Dessa forma, a iniciativa privada deve contar com administradores da cultura para assumir tais atividades. No Brasil, conta-se com as Leis de incentivo à Cultura como principal mecanismo para o funcionamento dessa dinâmica (BRASIL, 1991; 1993; 1995).

2.4 LEGISLAÇÃO REFERENTE AO INCENTIVO À CULTURA ATUALMENTE VIGENTE NO BRASIL

Grande parte da produção cultural brasileira hoje se apoia nas leis de incentivo fiscal federais, estaduais e municipais. Tal realidade é, em parte, reflexo de um movimento mundial que teve início nos anos 1980, motivado pela crise econômica e que apresentou soluções embasadas no quadro neoliberal vigente. Nesse contexto, governos buscaram cortes de seus financiamentos em áreas sociais e, particularmente, em cultura. Poucos países deixaram de seguir essa tendência – a França é destaque em tal cenário, pois manteve as práticas estatais de financiamento às atividades (BOTELHO, 2001).

No Brasil, logo no início de 1990, quando o Presidente Fernando Collor de Mello acabara de tomar posse, um pacote de medidas foi anunciado reduzindo investimentos governamentais para a área cultural. Nesse momento, diversos órgãos foram extintos, entre eles, o próprio Ministério da Cultura, que se transformou em uma secretaria de governo. No campo cinematográfico, extinguiram-se a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme), o Conselho Nacional de Cinema (Concine) e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), que sustentavam a política cinematográfica nacional (IKEDA, 2013).

Nesse momento, as leis de incentivo fiscal passam a representar importante papel no que diz respeito à produção cultural brasileira (ARRUDA, 2003).

Segundo Kavantan (2012), uma das principais diferenças entre as leis federais, estaduais e municipais reside na abrangência dos impostos que podem ser repassados para o financiamento de projetos culturais – enquanto as federais lidam com Imposto de Renda, as estaduais garantem redução do valor patrocinado no pagamento de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços). As municipais, por sua vez, tratam de impostos como ISS (Imposto sobre serviços) e IPTU (Imposto predial e territorial urbano).

Todas essas leis de Incentivo à Cultura, sejam elas federais, estaduais ou municipais, têm como principais fundamentos: (a) o fato de oferecerem redução fiscal a incentivadores de produtos culturais mediante contribuição financeira; (b) o princípio de que não oferecem recursos, mas sim a chance de que os recursos sejam captados na iniciativa privada; (c) a possibilidade de cadastramento de projetos, com as condições de que tenham como objeto a cultura e de que sejam de acesso público (não obrigatoriamente gratuitos); e (d) o fato de que os recursos obtidos de patrocinadores são tomados como recursos públicos, uma vez que incluem o incentivo

fiscal e, por isso, o realizador deve prestar contas da execução financeira e artística do projeto ao governo (KAVANTAN, 2012).

Sendo assim, conforme Kavantan (2012), o realizador de um projeto incentivado é chamado proponente. Ele representa o produtor de cultura. Há também um incentivador que, por sua vez, é aquele que destina o dinheiro à execução do projeto, assumindo a condição de patrocinador. Por fim, o governo é apenas o órgão regulador em questão, pois é ele quem fiscaliza a execução do projeto cultural.

Ou seja, a iniciativa privada representa importante papel na produção cultural do país que adota um modelo de financiamento no qual o Governo, segundo Alexander e Bowler (2014), é visto apenas como um “facilitador” para o mercado de artes e cultura, pois age por meio da concessão de benefícios fiscais às empresas incentivadoras.

Contudo, as empresas precisam perceber a importância da causa para que assumam esse papel. É de se esperar, portanto, que organizações reputedamente sustentáveis lidem com isso da melhor forma possível – já que se trata de um tema diretamente ligado ao desenvolvimento social.

Por isso, tem-se, no item subsequente, uma explanação sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o qual foi usado neste trabalho para determinação de uma amostra de empresas que adotem, realmente, práticas sustentáveis.

2.5 Índice de Sustentabilidade Empresarial (Ise)

A BM&FBOVESPA, em parceria com outras importantes instituições – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC); Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); International Finance Corporation (IFC); Instituto Ethos, Ministério do Meio Ambiente e Fundação Getúlio Vargas (FGV) –, criou o ISE como um referencial para os investimentos sustentáveis e responsáveis no Brasil.

O índice é calculado e gerido tecnicamente pela BM&FBOVESPA e reflete o retorno de uma carteira composta por ações de empresas reconhecidas por seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, tais empresas destacam-se para investidores e, assim, a bolsa de valores de São Paulo atua como indutora de boas práticas no meio empresarial brasileiro (MACEDO et al, 2014).

Para que se avalie o desempenho das empresas em relação à sustentabilidade e, assim, selecionem-se quais delas compõem o índice, existe uma parceria técnica entre a BM&FBOVESPA e Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A metodologia de avaliação foi desenvolvida pelo GVces e conta com um questionário responsável por avaliar o desempenho sustentável das organizações que emitem as 200 ações mais negociadas da BM&FBOVESPA. Esse

questionário se baseia no conceito “*Triple Bottom Line*”, que considera elementos ambientais, sociais e econômico-financeiros de maneira integrada, além de tratar de questões como governança corporativa, características gerais de postura em relação ao desenvolvimento sustentável e, ainda, a natureza do produto comercializado pelas empresas (MACEDO et al, 2014).

Segundo Macedo et al (2012), o ISE se confirma, a cada ano, como um elemento indutor de empresas na busca de um modelo de negócios que seja adequado ao desenvolvimento sustentável. Por sua vez, as organizações brasileiras também conseguem notar, de forma cada vez mais clara, quais os benefícios gerados pela aparição na carteira do índice.

Em sua perspectiva, torna-se evidente o valor da participação em iniciativas voluntárias relacionadas à sustentabilidade, pois por elas são proporcionados ganhos intangíveis – tais como a reputação e o compartilhamento de experiências no meio empresarial – e, ainda, ganhos tangíveis – relacionados ao valor de mercado, ao desempenho financeiro e ao valor das ações de empresas sustentáveis.

3 | METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Realiza-se um estudo documental qualitativo para abordar a questão das práticas culturais desempenhadas por empresas sustentáveis no Brasil.

3.2 Amostra e Coleta De Dados

O corte amostral deste estudo selecionou empresas que, além de estarem listadas no ISE de 2013, também já apareceram, ao menos uma vez mais, nas listas dos últimos cinco anos de publicação do índice. Selecionam-se, assim, empresas atualmente reconhecidas em relação à responsabilidade social e à sustentabilidade empresarial, que tem um histórico de preocupação com o desenvolvimento sustentável.

Destaca-se que, a princípio, a carteira vigorava de 1º de dezembro do ano em curso a 30 de novembro do ano posterior. Porém, em 2011, houve alteração nesse período, que passou a iniciar-se na primeira segunda-feira de janeiro, perdurando até o dia que antecede a vigência da nova carteira, em janeiro do próximo ano (MACEDO et al, 2014).

De todas as empresas listadas nos últimos seis anos de elaboração do índice, foram exclusas as cinco empresas que apareceram pela primeira vez em 2014 (CIELO, EDP, FLEURY, KLABIN e OI). As outras 34 empresas de 2014 compõem a amostra deste estudo (Quadro 1).

Empresas que compõem a amostra				
AES TIETE	BRASIL	BICBANCO	BRADESCO	BRASKEM
BRF FOODS	CCR AS	CEMIG	CESP	COELCE
COPASA	COPEL	CPFL ENERGIA	DURATEX	ECORODOVIAS
ELETROBRAS	ELETROPAULO	EMBRAER	EVEN	FIBRIA
GERDAU MET	ITAUSA	ITAUNIBANCO	LIGHT	WEG
NATURA	SABESP	SANTANDER	SULAMERICA	SUZANO PAPEL
TELEFONICA	TIM PART S/A	TRACTEBEL	VALE	

Quadro 1: Empresas que compõem a amostra deste estudo. Fonte: Elaborado a partir da análise da composição da carteira ISE, no período de 2008 a 2014.

A coleta de dados se iniciou com a busca pelo último relatório de sustentabilidade de cada uma das empresas da amostra. O Relatório de Sustentabilidade, segundo Rover et al. (2008), é um documento elaborado pela própria empresa, voluntariamente, para que se demonstre sua relação com o meio ambiente e a sociedade. Esses relatórios foram salvos em formato pdf e foi feita busca pelos seguintes termos no corpo de texto dos arquivos: “cultura” (que encontra também os termos “cultural” e “culturais”), “arte” (que encontra também os termos “artes cênicas” e “artes visuais), “livro”, “musica” (que encontra os termos “música”, “musical” e “musicais”), “exposições”, “exposição”, “acervo”, “biblioteca”, “museu”, “cinema” (que encontra também o termo “cinemateca”), “audiovisual” e “teatro”.

A escolha dos termos de busca se baseou na redação do artigo 18 da Lei Rouanet, que determina segmentos passíveis de recebimento de doação e patrocínio na produção cultural, com isenção total do dispêndio. Esta lei foi escolhida, pelo fato de ser considerada a mais antiga das leis de incentivo fiscal à cultura no Brasil, após ter reformado a Lei 7.505, de 2 de julho de 1986. A escolha se justifica, também, pelo fato de ser uma lei federal e, portanto, todas as empresas listadas na amostra, em qualquer região do país que atuem, serem por ela atingidas.

Foram então compiladas as ações culturais executadas por cada uma das empresas da amostra e, em seguida, houve categorização de tais iniciativas seguindo o critério da análise de conteúdo, o qual envolve a análise das comunicações, por meio de um conjunto de técnicas, a fim de se obter indicadores capazes de gerar determinada inferência de conhecimentos referentes a essas mensagens (BARDIN, 2006).

3.3 Análise dos Dados

Flick (2009) garante que a análise de conteúdo representa um procedimento clássico para análise de material textual, não importando a origem desse material. Por isso, realizou-se a pré-análise – segundo Bardin (2006), a fase em que há organização do material a ser analisado para torná-lo operacional –, na qual foram coletadas, nos Relatórios de Sustentabilidade, as iniciativas empresariais em relação à cultura.

Em seguida houve exploração do material com a definição de categorias e, por fim, o tratamento dos resultados e interpretações. Verificou-se, então, o vínculo entre as ações culturais realizadas e as leis de incentivo fiscal vigentes no Brasil. Assim, foi possível perceber quais das práticas culturais desempenhadas por empresas sustentáveis estão alinhadas com os mecanismos determinados pela legislação de incentivo à cultura e, por outro lado, quais vertentes legislativas poderiam ser mais bem exploradas. Para isso, utiliza-se de intuição, além de análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2006).

Por meio da análise de conteúdo, conforme Vergara (2005), foi possível trabalhar os dados coletados para que os mesmos identificassem o que está sendo dito a respeito do tema “Cultura” em organizações reconhecidamente sustentáveis. Para isso, fez-se uso da técnica de análise temática ou categorial, a qual consiste em desmembrar os textos em unidades (categorias), seguindo reagrupamentos analógicos (MINAYO, 2000).

4 | RESULTADOS E CONCLUSÃO

Depreendeu-se, como primeiro resultado da análise, que as empresas com perfil sustentável no Brasil têm percepções diferentes acerca da importância das práticas culturais. Nem todas elas realizam ou, pelo menos, evidenciam tais ações em seus relatórios de sustentabilidade – fato que pode ser interpretado de duas diferentes formas: (1) o tema não lhes parece atrativo a ponto de que seus recursos sejam alocados em prol de tais ações; ou (2) a cultura não é percebida como um componente do desenvolvimento social e, conseqüentemente, como um aspecto relevante do desenvolvimento sustentável.

Quanto a esta segunda interpretação, é importante demonstrar que diferentes pontos de vista são apresentados nos relatórios em relação à conceituação de termos ligados à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

Enquanto algumas empresas consideram o componente cultural como um dos aspectos principais desse desenvolvimento, outras nem sequer citam a relevância de tais práticas. Da mesma forma, algumas destacam fortemente a importância das práticas culturais para a realização de seus negócios, ao passo que outras não o veem da mesma forma.

O Quadro 2 apresenta exemplos de definições trazidas por empresas engajadas com a prática cultural e determinadas a expor tais ações em seus relatórios como parte importante de sua atuação em prol do desenvolvimento sustentável.

Empresa	Conceito	Definição da Companhia	Conclusão
Eletrobras	Desenvolvimento Sustentável	"A Eletrobrás é uma empresa indutora do desenvolvimento sustentável no Brasil, seja por meio do investimento em cultura, educação, saúde, direitos infantis, geração de trabalho e renda (...), seja por meio das ações de redução de impactos socioambientais nos processos de licenciamento."	O investimento em cultura é abordado pela companhia como forma de indução do desenvolvimento sustentável, criando-se, portanto, um link direto entre os dois conceitos.
EcoRodovias	Diretrizes de Sustentabilidade	"A atuação da EcoRodovias na área socioambiental é orientada pelas Diretrizes de Sustentabilidade, que define o modelo de negócio considerando as questões ambientais e socioculturais na gestão da Companhia."	As Diretrizes de Sustentabilidade adotadas pela companhia enfatizam, além do ambiental e do social, o componente cultural.
Duratex	Compromisso com a sustentabilidade	"Para a Duratex, o compromisso com a sustentabilidade está diretamente relacionado à perenidade de seus negócios. (...) Na prática, esse comprometimento se traduz em um modo mais abrangente de pensar o negócio, que contempla: utilizar critérios socioambientais e culturais e na tomada de decisão (...)."	Ao definir seu compromisso com a sustentabilidade, a companhia aponta dois fatores determinantes no momento de tomada de decisão: o socioambiental e o cultural. Assim, inclui a cultura como componente do conceito de sustentabilidade.
CCR	Portal de Governança da Sustentabilidade	"(...) um banco de informações e evidências de todas as ações de sustentabilidade e projetos sociais, culturais e ambientais da Companhia. Ele também permite uma gestão integrada dos capitais, garantindo geração de valor."	Ao tratar da sustentabilidade, destacam-se projetos sociais, ambientais e a gestão de capitais (aspecto econômico). Além disso, um único componente é destacado além dos três pilares definidos pelo <i>Triple Bottom Line</i> : a cultura.
CPFL Energia	Programa de Responsabilidade Socioambiental	"Em 2013, foram investidos no Programa de Responsabilidade Socioambiental cerca de R\$ 2 milhões. Desse total, R\$ 1,9 milhão foram destinados a 37 projetos das quatro leis de incentivo fiscal."	O investimento na Lei de Incentivo à cultura é abordado pela companhia como uma ação de Responsabilidade Socioambiental.
Itaú Unibanco	Sustentabilidade	"Incentivadores das artes, da cultura e da responsabilidade socioambiental, dotamos nossas empresas de estruturas autônomas e eficientes, cujo objetivo é a disseminação de conhecimentos e práticas em prol da sustentabilidade."	A disseminação de conhecimentos e práticas em prol da sustentabilidade envolve, na concepção do grupo, o incentivo à cultura.

Quadro 2: Definições trazidas por empresas que consideram a cultura como componente do Desenvolvimento Sustentável.

Seguindo linha similar, o Quadro 3 vem demonstrar exemplos de empresas que consideram as ações culturais como parte essencial de sua estratégia de atuação, independentemente de haver link desse conceito com a sustentabilidade. Expõe-se, portanto, que a cultura destas empresas parece estar fortemente voltada à valorização de práticas de cunho cultural.

Empresa	Trecho do Relatório
VALE	“Temas prioritários foram definidos (...): Respeitar e compreender as comunidades próximas às nossas operações e projetos, incluindo sua diversidade cultural.”
Banco do Brasil	“Os investimentos realizados pelo Banco para apoiar o desenvolvimento da educação, da cultura e do esporte fortalecem o reconhecimento da marca pelos clientes e pela sociedade.”
SABESP	“O respeito à diversidade humana e cultural e a não discriminação são princípios essenciais para nós.”
BRF Foods	“Em 2013, a BRF obteve receita média de R\$ 8,1 mil para cada R\$ 1 investido em projetos sustentáveis. As iniciativas abrangem aspectos como valorização dos funcionários, respeito ao meio ambiente, saúde, educação, projetos culturais e esportivos.”

Quadro 3: Empresas que integram a ação cultural à sua estratégia.

Por outro lado, há de se destacar que algumas empresas destinam pouca ou nenhuma atenção, em seus relatórios, a projetos relacionados à promoção e ao incentivo da cultura no Brasil. É o caso, por exemplo, da Itaúsa. A única menção referente ao tema em seu relatório diz respeito ao fato de a empresa aparecer listada pela 10^a vez na carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), o que garante seu compromisso social, cultural e ambiental. Entretanto, não se aponta como isso ocorre. Interessante é que empresa controla a Itaú Unibanco Holding S.A., que também foi objeto de estudo deste trabalho. Esta, por sua vez, evidencia várias ações realizadas em prol do incentivo à cultura.

Outras empresas chegam a citar que apoiam e incentivam iniciativas culturais, mas não há grande ênfase a isso. Apenas um parágrafo em todo o relatório. Ou, ainda, apenas evidenciam em seu Balanço Social Anual que houve investimento interno e externo em cultura, mas não há explicitação de como isso ocorreu. É o caso de companhias como SulAmérica, Coelce, Embraer e Gerdaul.

Ainda sustentando a afirmação de que as empresas sustentáveis no Brasil têm perfis diferentes acerca da realização de práticas culturais, aponta-se que nem todas elas utilizam as leis de incentivo quando financiam projetos voltados à cultura. Ou, ao menos, nem todas evidenciam o conhecimento e a utilização das leis em seus relatórios anuais, pois apenas 22 das 34 empresas dizem fazer uso dessas leis.

Esse número fica ainda mais escasso quando tratamos exclusivamente da Lei do Audiovisual (BRASIL, 1993), pois, em geral, as empresas que financiam projetos via Lei de Incentivo, costumam fazê-lo por meio das leis estaduais ou pela Lei Rouanet (BRASIL, 1991). Foram apenas três as empresas que citaram explicitamente a Lei do Audiovisual em seus relatórios. Isso pode ser um indício de desconhecimento, no mundo corporativo, dos mecanismos legais, pois, como explicita Ikeda (2013), a Lei do Audiovisual, quando comparada à Lei Rouanet, garante mais benefícios ao investidor.

A principal diferença entre as leis supracitadas é que os valores aportados por meio da Lei do Audiovisual não são apenas um patrocínio ou uma doação – como ocorre com a Lei Rouanet. Para a primeira, esses valores são contabilizados como

um investimento. O agente que aporta recursos, portanto, assume papel de investidor. Os valores investidos também são integralmente abatidos do imposto de renda devido pelo investidor, assim como ocorre com os projetos enquadrados no Art. 18 da Lei Rouanet. Entretanto, além desse abatimento, o investidor pode incluir esses valores como uma despesa operacional, o que faz com que o percentual de abatimento real no imposto de renda a pagar seja superior a 100%. Além disso, ainda há a possibilidade de o investidor vincular sua marca ao material promocional da obra. Por fim, o investimento à Lei do Audiovisual garante a aquisição de um percentual dos direitos de comercialização da obra. Assim, divergentemente da Lei Rouanet, o retorno financeiro existe obrigatoriamente, por previsão legal (IKEDA, 2013).

O que, então, poderia justificar a falta de investimento em obras de audiovisual é o fato de que nenhuma das empresas estudadas trabalha em um ramo diretamente ligado a esse e, por isso, não há uma cobrança externa nesse sentido. Seuring e Müller (2008) afirmam que, em diversos casos, as iniciativas sustentáveis são motivadas por pressões externas à companhia, provenientes, por exemplo, de agências governamentais, clientes e *stakeholders* em geral. Neste estudo, verificou-se que, realmente, muitas das ações culturais apresentadas pelas empresas impactam diretamente seus *stakeholders*. O Quadro 4 traz alguns trechos que comprovam o supracitado.

Empresa	Trecho do Relatório
Brasken	"Projetos sociais, ambientais, educativos e culturais desenvolvidos pela Braskem encontram-se em áreas protegidas ou na vizinhança das unidades industriais da Companhia, em regiões de rica biodiversidade. Nesse sentido, a Companhia identifica, monitora e reporta os riscos associados às atividades desenvolvidas para preveni-los e/ou minimizá-los. No período de 2011 a 2013, o total de áreas protegidas foi de 972 hectares e o de áreas restauradas foi de 50 hectares."
Duratex	"A Duratex também investe em diversos projetos sociais e culturais, com o objetivo de estabelecer um relacionamento mais próximo com as comunidades do entorno das unidades industriais e florestais."
Eletrobras	"A Eletrobras investe em programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco e dá assistência a empregados, seus familiares e membros da comunidade com relação a doenças graves. Conheça algumas iniciativas: atividades de massoterapia, coral, teatro amador, auxílio-academia, ginástica laboral."
Vale	"A Vale atua para estabelecer relacionamento construtivo, de benefícios mútuos, baseado no respeito à diversidade cultural e aos direitos específicos, com foco no etnodesenvolvimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais."

Quadro 4: Ações culturais motivadas e realizadas em função de *stakeholders*.

Outra possível justificativa está relacionada ao nível de sofisticação das empresas ao implementarem suas ações sustentáveis. Amini e Bienstock (2014) afirmam que, conforme as organizações se tornam mais sofisticadas em sustentabilidade, suas atividades deixam de apenas cobrir apenas aquilo que lhes é

imposto por regulamentações, ou que é simples de ser desenvolvido, devido a seu *core business*. Empresas com alto grau de sofisticação chegam, inclusive, a participar do desenvolvimento e da alteração de tais regras. As companhias mais sofisticadas conseguem reconhecer que uma abordagem proativa voltada às práticas sustentáveis pode reduzir seus custos.

Verifica-se, com o Quadro 5, que as ações culturais realizadas por algumas empresas estão diretamente ligadas a seu ramo de atuação, o que pressupõe maior facilidade e relativo comodismo.

Empresa	Setor de atuação	Trecho do Relatório
CEMIG	Energia Elétrica	"No biênio 2012-2013, a Cemig promoveu (...) a iluminação de 150 campos de futebol amador (...). Entre os benefícios proporcionados pelo programa podem ser citados: a melhoria da prática esportiva e de atividades culturais; maior tranquilidade dos moradores; maior utilização dos espaços existentes; diminuição do índice de criminalidade e vandalismo e melhoria na qualidade de vida das comunidades."
EVEN	Construção e Engenharia	"A EVEN manteve parceria com o Liceu de Artes e Ofício de São Paulo, com o objetivo de disseminar os conceitos de construção sustentável e alinhar a prática à teoria para os estudantes do Curso Técnico em Edificações."
Suzano	Papel e Celulose	"Citamos como um grande diferencial em 2012, o nosso papel Polén®, que esteve em alguns dos mais importantes lançamentos do mercado editorial, como a trilogia 'Cinquenta Tons de Cinza', líder por vários meses na lista dos livros mais vendidos no Brasil."

Quadro 5: Ações culturais motivadas e realizadas em função do setor de atuação empresarial.

Nesse sentido, levando em conta a questão da proatividade para apontar empresas com maior nível de sofisticação, vale destacar, por exemplo, qual o papel assumido pela empresa ao se envolver com as Leis de Incentivo à Cultura.

Para todo e qualquer projeto incentivado, conforme Kavantan (2012), o governo é o órgão regulador em questão, pois é ele quem cadastra e fiscaliza a execução do projeto cultural. O realizador, por sua vez, é o proponente, o produtor de cultura. Por fim, o incentivador é aquele que destina o dinheiro à execução do projeto, o que o coloca na condição de patrocinador. Em geral, as empresas estudadas assumem o terceiro papel, apenas incentivando projetos por elas selecionados. Há, entretanto, empresas envolvidas com as práticas culturais e familiarizadas com as leis a ponto de não apenas atuarem patrocinadoras. Tais empresas assumem a função de produtoras de cultura. A Tractebel Energia, por exemplo, expõe em seu relatório (Tractebel, 2013, p.155):

A implantação desses locais ["Centro de Cultura" ou "Centro de Cultura e Sustentabilidade"] em diferentes regiões vem sendo viabilizada por meio de recursos próprios da Companhia e também, de forma inovadora, por recursos incentivados. Isso porque a construção dos Centros pode ser contemplada pela Lei Rouanet, atendendo às diretrizes do Ministério da Cultura, com foco no resgate, preservação e valorização da história, costumes e tradições locais, geração de emprego e renda, inclusão social e digital. O maior resultado dessa política é,

portanto, a união de esforços em torno de um bem maior e duradouro: o acesso à cultura.

Outras delas, apesar de não demonstrarem fazer uso das leis nesse sentido, também atuam como produtoras culturais, já que mantêm fundações, centros, teatros, entre outros – os quais realizam ações culturais como atividade principal ou eventualmente. Esse é o caso, por exemplo, da Fundação Bradesco; da Fundação CESP; da Fundação Itaú Social; do Instituto Itaú Cultural; do Instituto Unibanco; do Instituto Unibanco de Cinema; da Fundação Banco Santander (Espanha); do Santander Cultural (Brasil); da Fundação Telefônica; da Fundação Vale; do Museu Vale; do Museu WEG, etc.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais uma vez, portanto, pode-se afirmar a heterogeneidade presente na atuação cultural das empresas sustentáveis no Brasil, que se apresenta tanto em forma, quanto em intensidade, já que há variação no que diz respeito ao escopo de atividades desempenhadas pelas empresas e, ainda, no que diz respeito à frequência e quantidade de projetos financiados, elaborados e divulgados por elas.

Sabendo-se que o Ministério da Cultura divulga lista das empresas que apoiam projetos incentivados no Brasil, sugere-se, como importante trabalho, uma investigação de quais das empresas listadas emitem relatórios anuais de sustentabilidade e se, de fato, todas elas evidenciam esse apoio em seus relatórios. Isso porque, assim, perceber-se-ia se, realmente, todas as empresas que não divulgam o contato com as leis em seus relatórios, de fato não apoiam projetos via lei de incentivo. Dessa forma, seria possível descobrir se há companhias que não veem a prática cultural como um componente do desenvolvimento sustentável ou se, simplesmente, essas empresas não estão dispostas a apoiar tais iniciativas.

Outro estudo pertinente refere-se à descoberta de motivos concretos pelos quais há pouca utilização – ou, ao menos, evidenciação – da Lei do Audiovisual (BRASIL, 1993). Considerando todos os benefícios trazidos por tal mecanismo legal, é importante verificar por que não há maior aderência por parte das empresas – sustentáveis, ou não.

REFERÊNCIAS

AES TIETE. **Relatório de Sustentabilidade**, 2013. 53p. Disponível em <<http://ri.aestiete.com.br/Download.aspx?Arquivo=wU+gRjHUC2IOHLWMWnaEgQ==>>, Acesso em 23/10/2014.

AES ELETROPAULO. **Relatório de Sustentabilidade**, 2013. 69p. Disponível em <<http://ri.aeseletropaulo.com.br/Download.aspx?Arquivo=Bg2TGOk78sClnZwxHiGvkQ==>> Acesso em 23/10/2014.

AGYEMAN, J. Toward a “just” sustainability? **Continuum**, v. 22, n. 6, p. 751–756, 2008.

Alexander, V. D.; Bowler, A. E. Art at the crossroads: The arts in society and the sociology of art. **Poetics**, v. 43. p. 1-19, 2014.

AMINI, M.; BIENSTOCK, C. Corporate sustainability: an integrative definition and framework to evaluate corporate practice and guide academic research. **Journal of Cleaner Production**, v. 76, p. 12–19, 2014.

ARRUDA, M.A.N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 177–193, 2003.

ASHLEY, P.A. (coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.
BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**, 2013. 131p. Disponível em <www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Port2013.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BICBANCO. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2013. 92p. Disponível em <www5.bicbanco.com.br/RAO/2013/port/.../BICBANCO-RA13.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.2, 2001.

BRADESCO. **Relatório Anual**, 2013. 130p. Disponível em <<https://www.bradescom.com.br/site/contendo/download/Download.aspx?file=%7e%2fuploads%2f635370721991269531-bradesco-ras2013-completo-20140529v2.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

BRASIL, Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 1991. Seção 1, p. 30261.

BRASIL, LEI No 8.685, DE 20 DE JULHO DE 1993. Cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jul. 1993. Seção 1, p.10107.

BRASIL, Decreto nº 1.494, de 17 de Maio de 1995. Regulamenta a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, e dá outras providências. **Diário Oficial {da} República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mai. 1995. Seção 1, p.7069. Retificado no DOU de 22 mai. 1995. Seção 1, p.7224.

BRASKEN. **Relatório Anual**, 2013. 166p. Disponível em <<http://rao2013.braskem.com/>>. Acesso em 23/10/2014.

BRF. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2013. 111p. Disponível em <<http://ri.brf-global.com/arquivos/BRF%20RA%20PT%20140609.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

CARROLL, A.B. Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct. **Business & Society**, p. 268-295, 1999.

CCR. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2013.42p. Disponível em <http://www.grupoccr.com.br/ri2013/home/downloads/CCR_SUST_Relatorio_Anual_e_de_Sustentabilidade_CCR-pt_br.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

CEMIG. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2013. 164p. Disponível em <http://www.cemig.com.br/pt-br/relatorio_anual/Documents/relatorio/impressao.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

CESP. **Relatório de Sustentabilidade**, 2013. 104p. Disponível em <<http://asp-br.secure-zone.net/v2/6088/6396/6357/Relat%C3%B3rio-de-sustentabilidade.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

COELCE. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2011: Demonstrações Financeiras**, 2011. 75p. Disponível em < www.endesabrazilra.com.br/pdf/END_RA2011_COELCE_DFs_vf.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

COMUNIAN, R.; MOULD, O. The weakest link: Creative industries, flagship cultural projects and regeneration. **City, Culture and Society**, v.5, p. 65-74, 2014.

COPASA. **Relatório de Sustentabilidade**, 2013. 309p. Disponível em < http://www.mzweb.com.br/copasa/web/download_arquivos.asp?id_arquivo=95B496F5-0682-44C8-A62C-8736F9273BDC>. Acesso em 23/10/2014.

COPEL. **Relatório Anual**, 2013. 192p. Disponível em <[http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/dfp_2013/\\$FILE/dfp_2013.pdf](http://www.copel.com/hpcopel/root/sitearquivos2.nsf/arquivos/dfp_2013/$FILE/dfp_2013.pdf)>. Acesso em 23/10/2014.

CPFL ENERGIA. **Relatório Anual**, 2013. 76p. Disponível em < <http://www.cpf.com.br/institucional/relatorio-anual/Documents/ra-cpfl-2013.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

DAFT, R. L. **Management**. Fort Worth: Dryden Press, 1997.

DURATEX. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2013. 225p. Disponível em < www.duratex.com.br/ri/pt/download/Duratex_RA_13.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

ECORODOVIAS. **Relatório de Sustentabilidade**, 2013. 226p. Disponível em < <http://www.ecorodovias.com.br/Content/Sustentabilidade/Arquivo/Relat%C3%B3rio%20Anual%202012.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

ELETROBRAS. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2013. 103p. Disponível em < <https://www.matrizlimpa.com.br/wp-content/plugins/download-monitor/download.php?id=Relatorio-Anual-e-de-Sustentabilidade-Eletronbras-2013.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: the Triple Bottom Line of the 21st Century**. New Society Publishers, Stoney Creek, CT, 1998.

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: Henriques, A., Richardson, J. (Eds.), **The Triple Bottom Line: Does it All Add up?** Earthscan, London, UK, 2004.

EHNERT, I. **Sustainable Human Resource Management: A Conceptual and Exploratory Analysis from a Paradox Perspective**. Heidelberg: Springer, 2008.

EMBRAER. **Relatório Anual**, 2013. 92p. Disponível em <www.embraer.com.br/Documents/RA13_Pt_Completo.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

ETHOS. **O que é RSE**. 2010. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx>. Acesso em: 10/09/2014.

EVEN. **Relatório Anual e de Sustentabilidade**, 2014. 124p. Disponível em <http://www.even.com.br/sustentavel/wp-content/uploads/2014/09/AF_relatorio_even_2014_final-aprovado.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

FIBRIA. **Relatório de 2013**, 2013. 86p. Disponível em <<http://www.fibria.com.br/relatorio2013/shared/relatorio-de-2013-firmes-no-rumo-7abr2014.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artemed, 2009.

GERDAU. **Relatório Anual**, 2013. 47p. Disponível em <<http://www.gerdau.com.br/relatoriogerdau/2013/ra-br/download/RelatorioAnual2013Completo.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

IKEDA, M. O impacto da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual no processo de “retomada” do cinema brasileiro. In: **III Encontro Internacional de Direitos Culturais**. Fortaleza: 2014.

ITAUSA. **Relatório Anual**, 2013. 60p. Disponível em < http://www.itausa.com.br/PT/Documentos/5647_RA13.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. **Relatório Anual Consolidado**, 2013. 666p. Disponível em < https://www.itau.com.br/_arquivosstaticos/RAO/PDF/PT/2013RAO.PDF>. Acesso em 23/10/2014.

JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A. The central role of human resource management in the search for sustainable organizations. **The International Journal of Human Resource Management**. P. 2133-2154, 2008.

KAVANTAN, S. **Elaboração de projetos culturais**. São Paulo: SP Leituras, 2012. 120 p.

MACEDO, F.; BARBOSA, H.; CALLEGARI, I.; MONZONI, M.; SIMONETTI, R. **O Valor do ISE: Principais estudos e a perspectiva dos investidores**. São Paulo: BM&FBOVESPA, 2012.

LIGHT. **Relatório de Sustentabilidade**, 2013. 198p. Disponível em < http://www.light.com.br/Repositorio/Sustentabilidade/Relatorio%202013/Relatorio%20de%20Sustentabilidade%20LIGHT_2013.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 269 p.

MONZONI, M.; BIDERMAN, R.; BRITO, R. Finanças Sustentáveis e o Caso do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 9, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2006.

NAJI, M. Management and Cultural Development. **International Journal of Business and Management**, v. 5, n. 11, p. 171-176, 2010.

NATURA. **Relatório Natura**, 2013. 175p. Disponível em < http://www.relatoweb.com.br/natura/13/sites/default/files/natura_2013_completo_gri.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

NEMAT, E. Cultural management and government role. **Management Science Letters**. Tehran, v. 2, p.1717-1720, 2012.

NOBRE, F.S.; RIBEIRO, R.E.M. Cognição e Sustentabilidade: Estudo de Casos Múltiplos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 499-517, 2013.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; BORGERT, A. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais? **Custos e @ gronegocio**. v. 4, n. 1, p. 2-25, 2008.

SABESP. **Relatório de Sustentabilidade**, 2013. 225p. Disponível em < http://site.sabesp.com.br/uploads/file/sociedade_meioamb/rs_2013_portugues.pdf>. Acesso em 23/10/2014.

SACHS, I. Social sustainability and whole development: exploring the dimensions of sustainable development. In **Sustainability and the Social Sciences**. Londres: Zed Books, 1999.

SANTANDER. **Relatório Anual**, 2013. 116p. Disponível em < http://www.santander.com/csgs/Satellite/CFWCSancomQP01/pt_PT/Corporativo/Sustentabilidade/O-Santander-e-a-sustentabilidade/Relatorios.html>. Acesso em 23/10/2014.

SÃO PAULO (estado), Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006. Institui o Programa de Ação cultural

– PAC, e dá providências correlatas. **Diário Oficial {do} Estado de São Paulo** Poder Executivo, São Paulo, SP, 21 fev. 2006, Seção I, p.1.

SEURING, S., MULLER, M. From a literature review to a conceptual framework for sustainable supply chain management. **Journal of Cleaner Production**, v. 16, 2008.

SOUSA, F.A.; ALBUQUERQUE, L.S.; RÊGO, T.F.; RODRIGUES, M.A. Responsabilidade Social Empresarial: Uma Análise sobre a Correlação entre a Variação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Lucro das Empresas Socialmente Responsáveis que compõem esse Índice. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**. vol. 1, n. 1, p.52-68, 2011.

SUZANO. **Relatório de Sustentabilidade**, 2012. 116p. Disponível em <<http://v4.suzano.infoinvest.com.br/ptb/4567/RELATRIODESUSTENTABILIDADE2012.pdf>>. Acesso em 23/10/2014.

TELEFÔNICA. **Relatório de Sustentabilidade: Ser mais transparente**, 2013. 57p. Disponível em <<http://www.telefonica.com>>.

OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Secretário Executivo da Reitoria da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Discente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). rennercma@gmail.com.

Janaina Machado Simões

Docente do Departamento de Administração e Turismo, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). janainamsimoes@gmail.com

RESUMO: Documentos governamentais servem de condutores para a criação de políticas públicas na área da cultura. Uma vez elaborado o escopo de atuação estatal, as políticas desencadeiam ações de impactos sociais, em estudo, os impactos no campo da cultura. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, apresenta a discussão teórica sobre cultura, Estado e políticas culturais. Baseada em pesquisa documental, o estudo objetiva entender como os documentos oficiais apresentam os conceitos orientadores para a elaboração de políticas culturais em Estados Partes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela). Em cada país, foram analisados os documentos delineadores de políticas culturais, cujos emissores consistiam em organizações estatais ministeriais. A partir

desses ministérios, esta investigação buscou as definições relacionadas à cultura, ao papel do Estado e às políticas culturais, de forma a apreender os conceitos adotados em cada país. Posteriormente à identificação desses conceitos, procurou-se avaliar as relações entre os países latino-americanos estudados. Já na fase de tratamento dos dados, foram utilizadas as diretrizes de análise de conteúdo, com discussão das etapas delineadoras. Na última sessão, a pesquisa apresenta as considerações finais sobre os dados avaliados. Uma vez evidenciada a importância da cultura nos mais diversos setores sociais dos países do Mercosul, esta investigação constatou que os documentos norteadores apresentados por parte do Estado podem influenciar a forma como as políticas culturais são desenvolvidas em seus territórios.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, políticas culturais, Mercosul.

1 | INTRODUÇÃO

Debater sobre cultura estabelece o desafio de considerar as peculiaridades da ação humana em seu núcleo, em sua expressão individual, em âmbito local. Compreendida como manifestação cognoscível do ato humano

(GREENFELD; MALCZEWSKI, 2010), a cultura converge o olhar do pesquisador para as questões relacionadas ao ser humano localizado em um espaço delimitado, por exemplo, o território em que habita. A partir do Estado, as políticas culturais expressam a representação estatal diante dos interesses dos cidadãos, da sociedade e da administração pública.

Nesse sentido, a interação entre grupos sociais promove ações interculturais, de maneira que ao Estado compete estabelecer a agenda a ser implementada. Discutir políticas culturais, para Sá-Earp (2008, p. 181), envolve “fornecer aos cidadãos acesso àqueles bens e serviços” de natureza cultural, sobretudo aquilo que não é adequadamente fornecido pela economia mercantil. Com essa visão, a formulação de políticas culturais também serve como passos para promover o desenvolvimento do indivíduo, superar falhas de mercado, assegurar a continuidade de determinadas expressões culturais com ameaças de serem extintas, entre outras alternativas de atuação cultural.

Ao refletir sobre aspectos culturais entre países da América Latina, nota-se uma complexa variedade de manifestações culturais. Além de a Língua Espanhola coexistir com outros idiomas de origem europeia, o território latino-américo é permeado por linguagens provenientes dos povos autóctones cujas raízes remetem ao período anterior à colonização promovida a partir da ampliação das rotas marítimas do século XV (LINHARES, 1990). Se a reflexão sobre a língua já evidencia a diversidade cultural latino-américa, o mesmo ocorre em outras áreas de atuação humana, como música, dança, teatro, artes plásticas, moda etc.

Como forma de organizar os interesses e conduzir o uso de recursos, as políticas culturais são registradas em documentos emitidos por organizações governamentais, no caso em estudo, organizações latino-américas. A consolidação de conceitos nesses documentos oficiais define a configuração de políticas, programas, projetos, ações e efeitos no campo da cultura. Assim, as definições relacionadas a cultura, Estado e políticas culturais foram retiradas dos documentos analisados.

Para tanto, buscou-se definir vínculos intergovernamentais que favorecessem a identificação de intercâmbio cultural, como a existência de acordos internacionais a que pertencessem as nações estudadas. O entendimento didático de conceitos concebidos em países dotados de ampla diversidade cultural foi desenvolvido a partir da seleção de Estados Partes do Acordo de Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, 2017). Essa configuração intergovernamental propiciou estabelecer as equivalências ministeriais, os regimentos legais e demais registros oficiais sobre a cultura.

Assim, o objetivo desta pesquisa consiste em entender como os documentos oficiais apresentam os conceitos orientadores para a elaboração de políticas culturais em Estados Partes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela).

2 | POLÍTICAS CULTURAIS

O conceito de cultura, de acordo com Greenfeld e Malczewski (2010), é considerado como o simbolismo impresso pelo homem a partir da percepção cognoscível de sua realidade. Além dessa visão sobre cultura, Eagleton (2003) discutiu mais dois sentidos atribuídos à cultura, como “civilidade” e “civilização”. Assim, é evidente o caráter social da cultura, a qual é desenvolvida por meio de distintas ações humanas.

Além disso, a tentativa de envolver cultura e políticas públicas também promove amplos debates entre agentes envolvidos. De acordo com as exposições de Garretón (2008, p. 46), a cultura está conectada com “as formas de comunicação, as identidades e a linguagem, com a maneira de pensar, os modelos éticos e de conhecimento, com o significado que damos a nossas ações, com a criatividade e com a maneira como definimos o espaço, o tempo, a natureza e a relação com os outros”. Nesse sentido, a cultura atua como substrato que permeia a ação humana em suas mais distintas manifestações.

A essa visão sobre cultura também são associadas as organizações, as quais consolidam os símbolos instituídos. Nesse cenário, configuram áreas do aparelho estatal “a educação, a ciência, a tecnologia, a criação artística, as indústrias culturais”, ao passo que “uma política cultural ou o conteúdo das políticas culturais é sempre uma referência a esses campos, reconhecendo a autonomia de cada um” (GARRETÓN, 2008, p. 47). Assim, a cultura permeia transversalmente diversos campos independentes e interconectados, os quais são objetos de políticas públicas.

No contexto da América Latina, há estudos que relatam a forma como a cultura é tratada por meio de políticas públicas. Para alguns pesquisadores da área, a exemplo de Canclini (1987, p. 13, tradução nossa), os políticos tendem a priorizar problemas considerados mais urgentes, principalmente em momentos “de austeridade, de modo que preferem deixar que as demandas culturais de setores tão pequenos, cujas atividades interessam a minorias e repercutem pouco nos movimentos do eleitorado, se resolvam na competição entre grupos, tendências e organismos privados”. Essa tendência da configuração latino-americana, por vezes, remete à cultura espaços secundários.

Em outra visão diferente dessa tendência, cabe ao Estado envidar esforços para que as organizações públicas atuem com responsividade no que tange a assuntos culturais. Nesse sentido, Denhardt (2012, p. 171) ressalta o ideal da democracia, pelo qual “o estado administrativo só conseguirá legitimidade se puder demonstrar capacidade de promover o valor individual, a igualdade entre todos os cidadãos e a participação universal”. Com um Estado democraticamente atuante, Canclini (1987) evidencia a necessidade de políticas culturais que envolvessem tanto patrimônios históricos como a inclusão de classes populares excluídas.

Há também outras temáticas alvo de debates, como o uso econômico da cultura, que estão presentes nas sociedades contemporâneas. Nesse cenário, Espinoza (2014)

argumentou que os distintos fenômenos e processos sociais evidenciam o avanço da economia no campo cultural. Com a aproximação mercadológica, a economia criativa (ou indústria criativa, expressão em alguns países) amplia o valor dos bens e serviços de natureza cultural. Presente nas mais diversas nações, a economia criativa (MADEIRA, 2014) desta a necessidade da presença do Estado para induzir a realização de políticas culturais, quando possível, associadas ao mercado (NUSSBAUMER, 2007).

Ainda sobre a presença estatal, a observação das organizações culturais de um país, inicialmente, envolve a análise local, o contexto no qual as variáveis impactam o arranjo estrutural, os agentes, as ferramentas de interações entre cidadão e Estado, além de outras questões. Esse exercício, também discutido por Alves (2014), aos poucos, direciona os estudos da localidade para um âmbito maior, considerando-se as relações com outras localidades, pertencentes ou não à mesma região. Assim, ao refletir sobre políticas culturais, os primeiros pensamentos meandram pequenas unidades institucionais, de modo a se expandirem às relações entre macroinstituições.

Em âmbito internacional, destaca-se a influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017) para a condução de políticas públicas no campo da cultura. Nesse sentido, as diretrizes emitidas pela UNESCO são implementadas pelos países latino-americanos estudados. Como exemplo de normatizações adotadas por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, citam-se a “Convenção para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural”, de 1972, a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”, de 2001, e a “Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais”, de 2005.

Além da UNESCO, o debate sobre as dinâmicas culturais em países latino-americanos também é motivado por outras macroinstituições regionais, a exemplo do Mercosul Cultural (2017). Essa organização, criada em 1998, destina-se à integração regional, com conseqüente desenvolvimento de áreas voltadas para “o intercâmbio de políticas culturais, o desenvolvimento de estudos, a integração de sistema de informação e estatística, a promoção do intercâmbio técnico e artístico, a gestão do patrimônio cultural e a valorização da memória social e da diversidade cultural” (MERCOSUL CULTURAL, 2017).

A respeito da América Latina, são extensas as discussões sobre os desafios relacionados à cultura. Para Garretón (2001), a dificuldade da forma particular da modernidade latino-americana se baseia na divergência da matriz nacional popular com a incorporação de modelos de consumo e cultura de massas estadunidenses. Ainda em relação à discussão do autor, o cenário latino-americano possui sua própria dinâmica e especificidade, com lutas em torno de questões como cidadania plena, algo proveniente da presença estatal e transversal à cultura (RUBIM; MIRANDA, 2008).

Outros desafios culturais em países latino-americanos tangem à interculturalidade, o multiculturalismo e o pluriculturalismo. Para Claro e Juan (2016, p. 17, tradução nossa), esse cenário exige

Planejar a interculturalidade desde parâmetros da globalização e dos direitos universais dos indivíduos, [...] planejado desde a mundialização como projeto emancipador, supõe reconhecer as diferenças entre culturas e aceitá-las de tal maneira que se dê a oportunidade de criar e manifestar sua própria visão de mundo, através de instituições que permitam e fortaleçam a expressão das diversas concepções do mundo e formas organizativas dos povos.

Assim, diversas instituições sociais, pertencentes a campos governamentais, comerciais ou a outros segmentos, precisam estar associadas para assegurar a plena promoção da cultura na América Latina. Estado, sociedade e cidadão precisam estar envolvidos no desafio de promover os bens culturais de maneira democrática, com admissão da diversidade cultural.

3 | PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se baseia na análise qualitativa de fenômenos, segundo Minayo (2009), já que são avaliados o registro de conceitos socialmente construídos. Para tanto, admite-se que a heterogeneidade de experiências de distintas pessoas presentes nos países investigados. Dessa forma, foram consultadas instituições governamentais responsáveis por desenvolver políticas culturais em cinco países latino-americanos: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

País	Instituição pesquisada
República Argentina	Presidência (CASA ROSADO, 2017) e Ministério de Cultura (MCN, 2017)
República Federativa do Brasil	Presidência (BRASIL, 2017b) e Ministério da Cultura (MINC, 2017)
República do Paraguai	Presidência (PARAGUAI, 2017) e Secretaria Nacional de Cultura (CULTURA PY, 2017)
República Oriental do Uruguai	Presidência (URUGUAI, 2017) e Direção Nacional de Cultura do Ministério de Educação e Cultura (MEC, 2017)
República Bolivariana da Venezuela	Presidência (VENEZUELA, 2017) e Ministério do Poder Popular para a Cultura (MPPC, 2017)

Quadro 1 – Países e instituições pesquisadas.

Fonte: Elaboração do autor.

Para este estudo, foram considerados cinco governos de países da América Latina, sendo eles, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Em cada nação, foram analisados os documentos delineadores de políticas culturais, cujos emissores consistiam em organizações estatais ministeriais. A partir desses ministérios, esta investigação privilegiou as definições e os sentidos atribuídos à cultura, ao papel do Estado e às políticas culturais, de forma a apreender os conceitos adotados em cada país.

País	Fontes consultadas
Argentina	Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais (UNESCO, 2005) Constitución de la Nación Argentina (ARGENTINA, 2017)
Brasil	Plano da Secretaria da Economia Criativa (MINC, 2012) Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2017a)
Paraguai	Plano Nacional de Cultura – 2014-2018 (CULTURA PY, 2017) Secretaria Nacional de Cultura (CULTURA PY, 2017) Lei Nacional de Cultura (CULTURA PY, 2017) Presidência da República do Paraguai (PARAGUAY, 2017)
Uruguai	Direção Nacional de Cultura, do Ministério de Educação e Cultura (MEC, 2017) Institucionalidade cultural no Uruguai (MEC, 2009) Regionalização cultural do Uruguai (AROCENA, 2011) Carta Cultural Iberoamericana da XVI Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno (OEI, 2017)
Venezuela	Ministerio del Poder Popular Para la Cultura (MPPC, 2017) Lei Orgânica de Cultura (MINCI, 2015)

Quadro 2 – Fontes consultadas.

Fonte: Elaboração do autor.

Para o desenvolvimento do objetivo desta pesquisa, a técnica de coleta de dados se pautou em pesquisa documental (LAKATOS; MARCONI, 2003), realizada no primeiro semestre de 2017. Nesse sentido, Bauer (2002, p. 192) considera o texto como “um *meio de expressão*”, por meio do qual depreendem-se representações dos contextos simbólicos em que foram criados. Dessa forma, foram coletadas as informações oficiais de cada governo, como documentos, atos administrativos ou planos de desenvolvimento de políticas culturais.

Já na fase de tratamento dos dados, foram utilizadas as diretrizes de análise de conteúdo, em conformidade com as exposições de Vergara (1998). Assim, as etapas delimitadoras foram: a) recorte dos conteúdos (documentos governamentais sobre cultura); b) definição das categorias analíticas (cultura, Estado e políticas culturais); e, c) análise qualitativa de conteúdo (apreciação das categorias pesquisadas).

4 | DELINEAMENTOS CULTURAIS EM PAÍSES DO MERCOSUL

Entre os Estados Partes do Mercosul, a cultura tem inúmeros instrumentos norteadores, a exemplo de decretos, leis, planos de atuação ou tratados internacionais. Ao consolidar a pesquisa pela categoria “cultura”, cada país apresentou, ao delinear esse conceito, referência ao caráter social, simbólico, material e imaterial da cultura, conforme as exposições de Eagleton (2003), Garretón (2008) e Greenfeld e Malczewski, (2010). Assim, o Quadro 3 apresenta trechos dos documentos que apresentam conceitos associados a cultura, obtidos a partir dos Estados Partes do Mercosul.

País	Cultura
Argentina	<p>“Artigo 4 – Definições [...]”</p> <p>Para efeitos da presente Convenção:</p> <p>1. Diversidade cultural</p> <p>A ‘diversidade cultural’ se refere à multiplicidade de formas em que se expressam as culturas dos grupos e sociedades. Estas expressões se transmitem dentro e entre os grupos e as sociedades. [...]</p> <p>2. Conteúdo cultural</p> <p>O ‘conteúdo cultural’ se refere ao sentido simbólico, a dimensão artística e os valores culturais que emanam das identidades culturais ou as expressam.</p> <p>3. Expressões culturais</p> <p>As ‘expressões culturais’ são as expressões resultantes da criatividade de pessoas, grupos e sociedades, que possuem um conteúdo cultural” (UNESCO, 2005, p. 4-5, tradução nossa).</p>
Brasil	<p>“Por vários caminhos, o pensamento sobre a cultura conduz, hoje, mais do que nunca, à sua relação com o desenvolvimento. De um lado, a experiência des- construiu a tese da existência de uma correlação direta e linear entre crescimento econômico e desenvolvimento, convergindo para ideias como as de Amartya Sen de que não há desenvolvimento sem a garantia de direitos e liberdades: direito ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia; liberdades políticas, culturais, étnicas e religiosas. De outro, um quadro complexo e mutante: a crescente ampliação do conceito de Cultura, somada aos avanços tecnológicos - mas não apenas - redundando na dissolução de fronteiras entre linguagens e mídias e em alterações profundas nas formas de produção e de acesso a bens e serviços culturais” (MINC, 2012, p. 78).</p>
Paraguai	<p>“A cultura é um bem público. A vida cultural da cidadania deve ser protegida em seus direitos culturais fundamentais, dando cumprimento à Constituição Nacional e à Carta dos Direitos Humanos, com garantia da criação, produção, acesso aos bens e serviços culturais. O Estado e a sociedade devem cumprir cada qual a sua parte” (CULTURA PY, p. 5, 2017b, tradução nossa).</p>
Uruguai	<p>“A cultura já não é somente patrimônio e artes: o turismo cultural, o lazer, as indústrias culturais e criativa, a comunicação, o design, a moda, a arquitetura, etc., são âmbitos cada vez mais reivindicados como próprios pelos responsáveis das políticas culturais. Assim, o crescente impacto de outros âmbitos sobre o cultural e vice-versa completam esta perspectiva expansiva” (MEC, 2009, p. 64, tradução nossa).</p>
Venezuela	<p>“CULTURA: é a maneira de conceber e interpretar o mundo, as formas de relacionar-se os seres humanos entre si, com o meio criado e com a natureza, o sistema de valores, e os modos de produção simbólica e material de uma comunidade” (MINCI, 2017, p. 11, tradução nossa).</p>

Quadro 3 – Delineamentos sobre cultura em documentos de Estados Partes do Mercosul.

Fonte: Elaboração do autor.

Em todos os países foi registrado a preocupação com a diversidade cultural, o que representa o reconhecimento de expressões simbólicas relacionadas pessoas, grupos e sociedades amplamente diversificadas. Houve, conforme demonstra o Quadro 3, o registro da importância da cultura como algo a ser protegido e fomentado pelo Estado. Esses pressupostos foram discutidos por Garretón (2008), ao conceituar cultura como algo conectado aos significados atribuídos às ações humanas, envolvendo criatividade e a maneira como se define espaço, tempo, natureza e relações humanas.

Além disso, a importância do Estado para a promoção da cultura também foi observada nos países pesquisados, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Notar a influência estatal para cultura reforça as exposições de Canclini (1987) e

Nussbaumer (2007). Associadas às nações existem as instituições internacionais que também contribuem com diretrizes para o papel do Estado mediante a cultura, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO), em conformidade com os registros consolidados no Quadro 4.

País	Papel do Estado
Argentina	<p>“Ditar leis que protejam a identidade e pluralidade cultural, a livre criação e circulação das obras do autor; o patrimônio artístico e os espaços culturais e audiovisuais” (ARGENTINA, 2017b, p. 41, tradução nossa).</p> <hr/> <p>“IV. Direitos e obrigações das partes</p> <p>Artigo 7 - Medidas para promover as expressões culturais</p> <p>1. As Partes procurarão criar em seu território um entorno que incite as pessoas e os grupos a:</p> <p>a) criar, produzir, difundir e distribuir suas próprias expressões culturais, e ter acesso a elas, prestando a devida atenção às circunstâncias e necessidades especiais das mulheres e de distintos grupos sociais, compreendidas as pessoas pertencentes a minorias e os povos autóctones;</p> <p>b) ter acesso às diversas expressões culturais procedentes de seu território e dos demais países do mundo” (UNESCO, 2005, p. 6, tradução nossa).</p>
Brasil	<p>“Compete ao Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nossa inserção geopolítica no mundo contemporâneo, fazendo confluir vozes e respeitando os diferentes agentes culturais, atores sociais, formações humanas e grupos étnicos. - QUALIFICAR A GESTÃO CULTURAL [...]. - FOMENTAR A CULTURA [...] - PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE CULTURAL [...]. - AMPLIAR E PERMITIR O ACESSO [...]. - PRESERVAR O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL [...]. - AMPLIAR A COMUNICAÇÃO E POSSIBILITAR A TROCA ENTRE OS DIVERSOS AGENTES CULTURAIS [...]. - DIFUNDIR OS BENS, CONTEÚDOS E VALORES [...]. - ESTRUTURAR E REGULAR A ECONOMIA DA CULTURA [...]” (LEI Nº 12.3423, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010). <hr/> <p>“Começando pelo Estado, de uma maneira muito sintética, poderíamos dizer que seu papel é tomar decisões: escolher o que deve ser feito, e como, para que a gestão dos patrimônios de um país possa ter resultados positivos para sua sociedade, economia, ambiente e cultura” (MINC, 2012, p. 130).</p>
Paraguai	<p>“o Estado deve facilitar as condições para que as comunidades, diversos setores e indivíduos expressem suas potencialidades criativas e reflexivas, e alcancem o uso e consumo dos bens culturais, mediante intervenções oportunas, em espaços de formação, inter-relação e conhecimento” (CULTURA PY, 2017b, p. 2, tradução nossa).</p>

País	Papel do Estado
Uruguai	“Os direitos culturais devem ser entendidos como direitos de caráter fundamental segundo os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência. Seu exercício se desenvolve no marco do caráter integral dos direitos humanos, de forma tal, que esse mesmo exercício permite e facilita, a todos os indivíduos e grupos, a realização de suas capacidades criativas, assim como o acesso, a participação e o desfrute da cultura. Esses direitos são a base da plena cidadania e fazem dos indivíduos, no coletivo social, os protagonistas do que fazer no campo da cultura” (OEI, 2017, tradução nossa).
	“uma complexa e dinâmica relação expressadas sem ordem de transcendência: a) o Estado concebido como a expressão de uma comunidade cultural; b) sua obrigação de intervir para o reconhecimento da autonomia da cultura; c) quando deve ‘não fazer’ para permitir que a vida cultural se desenvolva por si mesma; d) sua atuação direta no desenvolvimento cultural através de suas produções e serviços; e) o papel do Estado com relação a outros sujeitos do âmbito internacional em função do intercâmbio intercultural; e f) também o Estado determinado pela cultura dominante” (AROCENA, p. 309, tradução nossa).
Venezuela	“Dos recursos para o desenvolvimento da cultura Artigo 24. O Estado Venezuelano garantirá os recursos necessários para o processo pleno da criação, desenvolvimento, formação, investigação, produção, promoção, preservação, estímulo e consolidação da atividade cultural nacional. Esses recursos devem contribuir para gerar vias estruturais para a descolonização e contribuir para coletivizar as múltiplas manifestações culturais herdadas por nosso povo em resistência” (MINCI, 2017, p. 18, tradução nossa).
	“Proteção das culturas populares Artigo 8º. É dever do Estado proteger e promover as culturas populares constitutivas da venezuelanidade, conforme o princípio da interculturalidade e diversidade das culturas através de políticas públicas, planos, projetos, programas e iniciativas dirigidas para potencializar as capacidades criadoras e críticas do povo, com especial atenção aos povos fronteiriços a fim de preservar e proteger a soberania cultural venezuelana” (MINCI, 2017, p. 14, tradução nossa).

Quadro 4 – Registros sobre o papel do Estado

Fonte: Elaboração do autor.

Ao destacar como os Estados Partes do Mercosul registravam políticas públicas no campo da cultura, as descobertas revelaram semelhanças em relação aos esforços internacionais. Ou seja, em cada país foi recorrente a existência de documentos que mencionavam a necessidade de promover a cultura em seus diversos âmbitos, local, regional, nacional e internacional. Seja por meio da economia criativa (MADEIRA, 2014), seja em busca do reconhecimento dos bens culturais de uma nação (CLARO; JUAN, 2016), as políticas culturais permeiam ações complexas e, por vezes, de amplitude internacional.

Nesse sentido, emergem-se os delineamentos emitidos pelo Mercosul Cultural (2017), macroinstituição latino-americana destinada à integração regional no âmbito cultural. Assim, as políticas culturais propostas pelo Mercosul Cultural (2017) ampliam o acesso às diversas expressões culturais provenientes de cada país-membro. Há, também, conforme demonstrado no Quadro 4, o interesse dos Estados em destinar recursos para diversos setores sociais com potencialidades criativas e reflexivas, inclusive em áreas estratégicas para inserção de grupos sociais vulneráveis (SÁ-EARP, 2008). Em escala ampliada, o debate sobre grupos sociais minoritários ou marginalizados é mencionado pelos países estudados nesta pesquisa.

O Quadro 5, a seguir, apresenta fragmentos de políticas culturais encontrados nos documentos norteadores dos Estados Partes do Mercosul. Dessa forma, são

evidenciados os objetivos a serem alcançados pelos países aqui investigados.

País	Políticas culturais
Argentina	<p>“Artigo 4 – Definições</p> <p>6. Políticas e medidas culturais</p> <p>As ‘políticas e medidas culturais’ se referem às políticas e medidas relativas à cultura, já sejam estas locais, nacionais, regionais ou internacionais, que estão centradas na cultura como tal, ou cuja finalidade é exercer um efeito direto nas expressões culturais das pessoas, grupos ou sociedades, em particular a criação, produção, difusão e distribuição das atividades e os bens e serviços culturais e o acesso a eles” (UNESCO, 2005, p. 5, tradução nossa).</p>
Brasil	<p>“Art. 3º Compete ao poder público, nos termos desta Lei:</p> <p>III - fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;</p> <p>IV - proteger e promover a diversidade cultural [...];</p> <p>V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural [...];</p> <p>VI - garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial [...];</p> <p>VII - articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras;</p> <p>VIII - dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura brasileira no exterior [...];</p> <p>IX - organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura” (LEI Nº 12.3423, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010).</p>
Paraguai	<p>“Artigo 3º.- O termo ‘políticas culturais’ designa o conjunto de critérios e projetos sistematicamente adotados pelo poder público para promover, regular e proteger processos, bens e serviços culturais. Os processos culturais estão constituídos pela criação, circulação e utilização de bens culturais” (CULTURA PY, 2017a, tradução nossa).</p>
Uruguai	<p>“Dessa forma, as políticas culturais começam a intervir em âmbitos anteriormente tão longes como a promoção econômica, o urbanismo, o bem-estar social, a educação. Aumenta, pois, a complexidade na hora de abordar sua gestão (os ministérios, os departamentos, as áreas de cultura não podem atuar individualmente para incidir na melhora do entorno cultural). Por isso, as estruturas tradicionais de delegação de competências entre as distintas áreas de governo têm sido superadas pela realidade.</p> <p>Esses dois novos fatores, que têm consequências diretas sobre as formas de governar a cultura, vêm abrigados por um terceiro câmbio, este de alcance mais geral. As políticas culturais têm transitado por novos portos, fruto das profundas transformações que estão experimentando as sociedades ocidentais, como consequência, na maioria das vezes, do aumento dos fluxos migratórios externos” (MEC, p. 64-65, tradução nossa).</p>

País	Políticas culturais
Venezuela	“GESTÃO CULTURAL PÚBLICA: Para os efeitos do presente Decreto [...] entende-se por gestão cultural pública, o conjunto coordenado de processos, procedimentos e ações levadas a cabo pelo Estado em matéria de política cultural” (MINCI, 2017, p. 13, tradução nossa).
	<p>“Princípios orientadores</p> <p>Artigo 4º. As políticas culturais devem orientar-se pelos princípios de: multietnicidade, unidade na diversidade, pluriculturalidade, plurilinguismo, interculturalidade, dentro de um marco de descolonização e ecossocialismo, liberdade de criação, democracia, pluralismo político, humanismo, paz, justiça social, igualdade, equidade, inclusão, solidariedade, soberania, responsabilidade social, corresponsabilidade, participação, reconhecimento das tradições, dignidade, integridade, respeito aos direitos humanos, não discriminação, liberdade de cultos, aos valores éticos e morais, e consolidação da união latino-americana e caribenha fundamentada no pensamento de nossos libertadores e libertadoras” (MINCI, 2017, p. 13, tradução nossa).</p>

Quadro 5 – Políticas culturais pelos Estados Partes do Mercosul.

Fonte: Elaboração do autor.

Em todos os países estudados, políticas culturais estão relacionadas à articulação de temas culturais a partir do empreendimento governamental. Dessa forma, são constantes as referências ao fomento da cultura, seja local, regional, nacional ou internacional, de maneira a estabelecer o conjunto de critérios e projetos a serem desenvolvidos pelo poder público. A importância da presença estatal como indutor de políticas culturais foi discutida por Canclini (1987) e Nussbaumer (2007). Assim, os processos de criação, circulação e utilização de bens culturais, no contexto da América Latina, exigem a presença estatal para assegurar o pleno desenvolvimento.

Entre convergências e peculiaridades, cada país pretende atender as necessidades de seus cidadãos. Preservar patrimônios materiais e imateriais é uma das políticas culturais registradas nos documentos pesquisados. No entanto, o debate sobre a temática cultural também assume os efeitos de transformação social promovida a partir de investimentos destinados a esse setor.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou as complexas convergências dos documentos oficiais dos Estados Partes do Mercosul, sobretudo no que tangia às aos conceitos orientadores para elaboração de políticas culturais. Assim, esses documentos representam a consolidação dos objetivos a serem alcançados pelos Estados. Ou seja, uma vez registrados oficialmente, os conceitos norteadores definem a forma em que o Estado promove as ações na área cultural.

Dessa forma, as mais variadas expressões culturais são alvos de ações estatais. No caso latino-americano, foi recorrente a existência de políticas voltadas para grupos sociais minoritário ou marginalizados, representando-se atuação governamental como estratégia para promoção ou preservação de setores sociais em vulnerabilidade

socioeconômica.

Além disso, esta pesquisa possibilitou apontar como os documentos oficiais dos Estados Partes do Mercosul reconhecem a presença transversal da cultura em todos os segmentos sociais. Nesse contexto de transversalidade, o papel do Estado se torna essencial ao implementar as políticas culturais de forma integrada com educação, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento econômico, planejamento urbano, entre outras áreas.

Distante de abarcar toda a discussão sobre a área pesquisada, esta investigação sobre cinco países latino-americanos também demonstrou os fluxos de interação intercultural, sobretudo nos esforços para a integração dos países estudados. Respeitadas as peculiaridades de cada país, essas políticas culturais vislumbram o estabelecimento de interações de natureza econômica, social e cultural. Em outros termos, cada país constrói diretrizes que dimensionam suas características nacionais, de maneira a propiciar pontes internacionais com as demais nações a que estão vinculados.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. F. A cultura em questões. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 50, n. 3, p. 218-224, set.-dez. 2014.

ARGENTINA. **Casa Rosada de la Presidencia de la Nación**. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/>>. Acesso em: 29 abr. 2017a.

_____. **Constitución de la Nación Argentina**. Ministerio de Cultura: Programa Libros y Casas, 2017b.

AROCENA, F. (Coord.). **Regionalización cultural del Uruguay**. Montevideo: Dirección Nacional de Cultura, 2011.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017a.

_____. **Presidência da República**. Disponível em: <www2.planalto.gov.br/>. Acesso em: 28 abr. 2017b.

CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, N. G. (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. México, DF: Grijalbo, 1987. p. 14-61.

CLARO, A. M. R.; JUAN, D. H. S. Los retos de la diversidad cultural en América Latina desde el enfoque intercultural en el marco de la globalización y la mundialización. **Sincretismo Sociológicos – Nuevos Imaginarios**, v. 1, n. 2, p. 1-20, set.-fev. 2016.

DENHARDT, R. B. **Teorias da Administração Pública**. Tradução técnica e glossário Francisco G.

Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. Tradução de Sofia Rodrigues. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais, 2003.

ESPINOZA, L. I. V. Economía política cultural: una nueva propuesta teórica para el estudio de la economía y la cultura. **Polis** - Revista Latinoamericana, v. 13, n. 39, p. 463-486, 2014.

GARRETÓN, M. A. **Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina**. Santiago, Chile: ONU, 2001.

_____. El espacio cultural latinoamericano revisitado. In: RUBIM, L.; MIRANDA, N. (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 45-58.

GREENFELD, L.; MALCZEWSKI, E. Politics as a cultural phenomenon. In: LEICHT, K. T.; JENKINS, J. C. **Handbook of politics: state and society in global perspective**. New York: Springer, 2010. p. 407-422.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LINHARES, M. Y. (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. rev. atual. São Paulo: Elsevier, 1990.

MADEIRA, M. G. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.

MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL). **Página inicial**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/>>. Acesso em: 2 maio 2017.

MERCOSUL CULTURAL. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.mercosurcultural.org/>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Ministério da Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014**. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

MINISTERIO DE CULTURA DE LA NACIÓN (MCN). **Publicaciones**. Disponível em: <<https://www.cultura.gob.ar/>>. Acesso em 29 abr. 2017.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CULTURA DEL URUGUAY (MEC). **Dirección Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://cultura.mec.gub.uy/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **Institucionalidad cultural**. Montevideo: Dirección Nacional de Cultura, 2009.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN (MINCI). **Ley Orgánica de Cultura**. Caracas: Imprenta Nacional y Gaceta Oficial, 2015.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA CULTURA (MPPC). **Institución**. Disponível em: <<http://www.ministeriodelacultura.gob.ve/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

NUSSBAUMER, G. M. (Org.). **Teorias políticas da cultura**: visões multidisciplinares. Salvador: EDUFBA, 2007.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI). **Carta Cultural Iberoamericana da XVI Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno**. Disponível em: <<http://www.oei.es/historico/xvicumbrecarta.htm>>. Acesso em: 2 maio 2017.

PARAGUAY. **Presidencia de la República del Paraguay**. Disponível em: <www.presidencia.gov.py/>. Acesso em: 21 abr. 2017

RUBIM, L.; MIRANDA, N. (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SÁ-EARP, F. A segunda revolução cultural: progresso técnico, novo entretenimento e exclusão digital no Brasil. In: RUBIM, L.; MIRANDA, N. (Orgs.). **Transversalidades da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 181-195.

SECRETARÍA NACIONAL DE CULTURA DEL PARAGUAY (CULTURA PY). **Ley nº 3.051/2006 – Ley Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/tipolegal/leyes/>>. Acesso em: 30 abr. 2017a.

_____. **Plan Nacional de Cultura**. Disponível em: <www.cultura.gov.py>. Acesso em: 21 abr. 2017b.

_____. **Publicaciones**. Disponível em: <www.cultura.gov.py>. Acesso em: 21 abr. 2017c.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Convención sobre la protección y la promoción de la diversidad de las expresiones culturales**. UNESCO: Paris, 2005. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/es/>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. **Legal instruments in culture**. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/en/>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

URUGUAY. **Presidencia de la República Oriental del Uruguay**. Disponível em: <<https://www.presidencia.gub.uy/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

VENEZOELA. **Despacho de la Presidencia**. Disponível em: <www.presidencia.gob.ve>. Acesso em: 23 abr. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Doutora em Desenvolvimento Regional Economia e Meio Ambiente (UNISC). Mestre em Desenvolvimento Regional (UFAM). Economista Docente do Departamento de Economia e Análise da FES/ UFAM. michelearacaty@ufam.edu.br. <http://lattes.cnpq.br/9852711626925841>

Lorena Ravielly Carlos Almeida

Bacharela em Ciências Econômicas (UFAM). lorenaravielly_@hotmail.com.

RESUMO: A situação degradante do atual sistema carcerário brasileiro é um dos maiores problemas enfrentados pelo país. Infelizmente, o assunto ainda é tratado com pouco interesse pelas autoridades responsáveis e até mesmo pela maioria da população. Ao passo que o Estado negligencia diversos casos de tratamento desumano aos detentos, a situação vai se agravando e aumentando os índices de reincidência. Nos últimos 14 anos, o número de detentos em unidades prisionais do país aumentou 116%, alcançando a terceira posição no ranking mundial de população prisional. Todos os estados brasileiros possuem superlotação nas unidades prisionais, o Estado do Amazonas tem o maior índice do país. A fragilidade do sistema ficou mais evidente nos últimos 2 anos, como foi possível acompanhar nos meios de comunicação. Quanto aos aspectos

metodológicos, este trabalho classifica-se de acordo com a sua natureza como qualitativo, de fontes de cunho bibliográfico e documental, com a utilização de informações oriundas de artigos, trabalhos acadêmicos e livros e do relatório do Infopen (2016) de grande relevância para a análise de conteúdo. Dos detentos do Estado do Amazonas, 83,95% são homens, 40% tem entre 18 a 24 anos, 84% são da cor negra, 69% são solteiros, 65% não chegaram a terminar o ensino fundamental, apenas 11,3% estão em atividades laborais e 55% deles não recebem remuneração. Dos 214 estrangeiros presos no estado, 207 são de países da América. O estudo revelou ainda um alto índice (16,05%) de mulheres privadas de liberdade no estado se comparado ao restante do país.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Prisional; População Carcerária; Amazonas; Infopen; Aspectos Socioeconômicos.

INTRODUÇÃO

O Brasil é destaque negativo quando o assunto é nosso sistema prisional. Não é de hoje que a superlotação e a precariedade dos presídios brasileiros são questionadas e discutidas pela população e pelos defensores dos direitos humanos. Nos últimos anos o crescimento da população carcerária foi muito

expressivo e preocupante, além de transparecer que o crime vem só aumentando no nosso país, o número de vagas nos presídios e delegacias não aumentou na mesma proporção, o que gerou a superlotação.

Em 2004 o número de detentos em unidades prisionais do país era de 336 mil e em 2016 esse número chegou a 726,7 mil encarcerados. O Brasil é o 3º país no ranking mundial de população prisional. Outro dado que vem chamando atenção é o aumento de mulheres nos presídios, o Brasil é quarto no ranking mundial de população carcerária feminina. O governo não tem conseguido frear o aumento da população carcerária que de 2005 a 2016 teve acréscimo de 197% por vaga disponível. A cada ano os indicadores assustam mais e as rebeliões e tentativas de fuga em vários presídios do Brasil deixam evidente a fraqueza do sistema.

Dados do Infopen (2016), apontam que todos os estados do país possuem mais encarcerados do que vagas disponíveis. Ressalta-se que o Estado que possui o maior índice de população carcerária é o Amazonas, a taxa de ocupação chega a 484% a mais do que as vagas disponíveis nas unidades prisionais do estado. Tendo o ano de 2017 sido marcado por rebeliões em unidades prisionais onde a situação é de precariedade e superlotação.

Ciente que o crime no Brasil, e neste caso, no Estado do Amazonas tem aumentado e superlotado das unidades prisionais do Estado, surgem alguns questionamentos relevantes quanto à origem destes detentos e como acabaram chegando a este destino precário. Por exemplo, quais os crimes foram causados por esses presidiários, se possuem alguma profissão, quais eram as expectativas profissionais e sociais destes, se já eram marginalizados pela sociedade, de forma que possamos nos aproximar da motivação ao mundo do crime e traçar o perfil dos encarcerados do nosso estado.

Dessa forma chega-se a seguinte indagação: Quais os aspectos socioeconômicos da população carcerária do Amazonas? Acredita-se na hipótese de que a maior parte dos encarcerados do Amazonas são homens, faixa etária de 18 a 30 anos, negros, com escolaridade máxima de ensino fundamental, estado civil solteiro, sem filhos e a maior motivação das detenções seja o tráfico de drogas.

Assim, temos como propósito levantar as características socioeconômicas dos encarcerados do Amazonas, bem como analisar o perfil (idade, cor, sexo, escolaridade, etc.) dos encarcerados do Amazonas, observando o motivo dos crimes e condenações aos encarcerados e a situação socioeconômica da população feminina encarcerada.

CENÁRIO INTERNACIONAL – EUA, CHINA E RÚSSIA

“O desenvolvimento social de um país poderia ser avaliado pela forma como o Estado trata aqueles que são punidos com a privação da liberdade. Nos países democráticos, com a responsabilidade de garantir um sentimento de segurança, os serviços prisionais são encarados como o culminar do processo de justiça penal.” (CAMPOS, 2015, apud PEREIRA, 2015 p.4).

Zaffaroni & Pierangeli (2004), conceituam o Sistema Prisional como sendo “o controle social punitivo institucionalizado”.

Ao longo dos anos foram surgindo vários modelos de sistemas prisionais, como apontou OLIVEIRA (2006), alguns dos modelos são: Modelo Prisional Panótico; O Sistema Filadélfico; Sistema de Auburn-Nova Iorque; O Regime Irlandês; O sistema progressivo inglês;

Estes modelos deram início e serviram de embasamento e inspiração para os sistemas prisionais da atualidade. Muitos países adotaram e utilizam diversas características apontadas séculos atrás pelos precursores filósofos que criaram esses modelos.

É certo que há diferenças nos sistemas prisionais de cada país, entretanto algumas características são comuns entre diversos países. Ao adotar sistemas com características peculiares, alguns países se destacam seja de forma positiva ou negativamente. São eles: Estados Unidos da América (EUA), China e Rússia.

Os Estados Unidos têm uma população de 323,1 milhões de habitantes (2016) e como descreveu Blume (2017): são conhecidos como o país da lei e da ordem (“law and order”).

Apesar de o país ser mundialmente conhecido por sua economia, cultura, língua, dentre tantos aspectos positivos que causam inveja aos demais. Quando o assunto é sistema prisional, os EUA não estão dando aula de como ser o melhor do mundo, mas sim de como ser o país que lidera ranking de maior população carcerária do mundo. Por ter um sistema prisional cuja política é extremamente rígida e as leis que vigoram condenam os criminosos a penas muito longas, o país acabou chegando a este patamar.

Nos anos 1980 começou a “guerra às drogas”, nesta época a população carcerária era de 500 mil e na metade da década de 1990 o número já tinha dobrado. Hoje, são cerca de 2.217.947 (Gráfico. 1) detentos nos EUA e este número representa 25% de toda a população carcerária do mundo. De acordo com números federais e estaduais, são mais de 206 mil pessoas cumprindo penas por crimes relacionados a drogas em presídios estaduais e outros 82 mil em prisões federais. (BLUME, 2017).

A China tem uma população de 1,379 bilhões de pessoas (2016) e é o segundo país com maior população carcerária do mundo atingindo a marca de 1.657.812 detentos (Gráfico 2). Ao contrário, dos Estados Unidos, a quantidade de presos vem crescendo gradualmente.

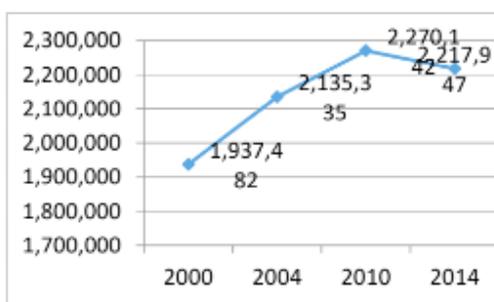


Gráfico 1 - Variação da População Prisional dos EUA

Fonte: World PrisonBrief, 2017

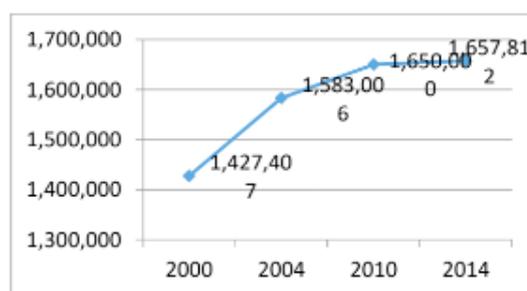


Gráfico 2 - Variação da População Prisional da China

O sistema prisional Chinês recebe diversas críticas por ser muito cruel. Segundo BLUME (2017), até 2013 muitos dos presos ainda eram enviados a campos de trabalhos forçados onde permaneciam por até 4 anos. Após duras críticas, esta prática foi encerrada no fim de 2013.

“O sistema de justiça criminal da China ainda está fortemente dependente de confissões forçadas obtidas através de tortura e maus-tratos, com advogados que persistem em levantar reclamações de abusos muitas vezes ameaçados, molestados ou mesmo detidos e torturados.” (POON, 2015, p.1). Além de extrair confissões e obter provas para processar criminosos, na China a tortura é usada para punir.

Com 144,3 milhões de habitantes (2016) e território de 17.100.000 km², a Rússia é o quarto no ranking de população carcerária do mundo com um pouco mais de 646.085 mil detentos. (Gráfico. 3).

A Rússia não tem problema de superlotação nas suas penitenciárias, segundo dados do Infopen (2016) a taxa de ocupação das vagas é de 79%, mas possui uma alta (439) taxa de encarceramento por 100 mil habitantes.

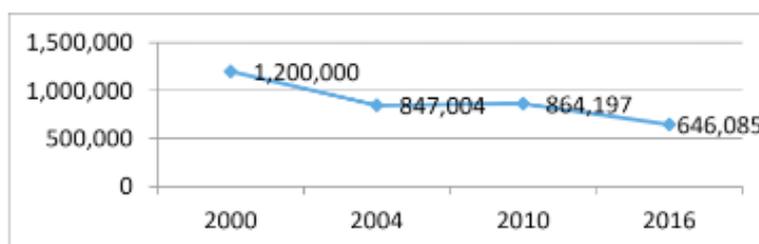


Gráfico 3 - Variação da População Prisional da Rússia

FONTE: World PrisonBrief, 2017

Segundo Blume, (2017), “Abusos, arbitrariedades, violações de direitos humanos e falta de transparência no cuidado com presos são frequentes. A maior parte dos prisioneiros russos estão em colônias corretivas de trabalho. Nessas instituições, os presos fazem trabalho remunerado. Mas a maior parte da remuneração é revertida para a manutenção da própria instituição.

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Para Marques et al. (2015) foi a partir do século XVII que a prisão se tornou a essência do sistema produtivo. De forma que a finalidade do encarceramento passou a ser não só isolar o detento, mas recuperá-lo para convívio na sociedade.

Foi então que em 1890, o novo Código Penal do Brasil aboliu a pena de morte, penas perpétuas, açoite e as galés que previa quatro tipos de prisão: celular; reclusão em “fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares”, destinada aos crimes políticos; prisão com trabalho, e disciplinar, cumprida em estabelecimentos especiais para menores de 21 anos. Uma inovação desse Código foi estabelecer limite de 30 anos para as penas (SANTIS & ENGBRUCH, 2016).

O problema de superlotação das cadeias públicas brasileiras não é de hoje. Em 1906, conforme afirmou Santis & Engbruch (2016), foram condenados 976 presos no Estado de São Paulo, porém existiam apenas 160 vagas.

As cadeias brasileiras eram todas precárias, até que em 1920 foi inaugurada a Penitenciária de São Paulo a cadeia modelo do Brasil. Nascimento (2014) descreveu como era a rotina na Penitenciária:

“(...) quase não haviam funcionários, eles eram em um número bastante reduzido se comparado ao número de detentos. Mas não haviam motins ou rebeliões. Tudo era feito pelos prisioneiros, que produziam sua comida, cuidavam do pomar, fabricavam o próprio pão, faziam seus próprios calçados e até faziam a enfermagem, orientados por médicos e outros profissionais. Nos horários livres podiam estudar na escola do presídio, ir à missa na capela e até aprender artes plásticas.” (NASCIMENTO, 2014, p.1)

Para Santis & Engbruch (2016) nem tudo era maravilhoso, “a violência e a arbitrariedade dos funcionários e responsáveis, principalmente no caso de punições, já que a penitenciária seguia um regime rigoroso de disciplina.” Enquanto para Nascimento (2014), “por pelo menos duas décadas a Penitenciária de São Paulo seguiu com um grande exemplo de um sistema prisional eficiente, exemplar e que realmente era capaz de recuperar e devolver para a sociedade a grande maioria daqueles que cometeram delitos.” E ele ainda acrescentou: “Em que momento de nossa história perdemos a capacidade de administrar nossos presídios de uma maneira assim tão exemplar?”

Em todo território brasileiro, há atualmente, 1.422 mil unidades prisionais, onde estão 726.712 (Gráfico 4) detentos ocupando 368.049 vagas disponíveis no sistema penitenciário estadual e federal, nas Secretarias de Segurança e Carceragens de Delegacias, o que representa um déficit de 358.663 vagas e uma taxa de ocupação de 197,4%.

São 689.510 detentos em penitenciárias estaduais, 36.765 pessoas em carceragens de delegacias ou espaços administrados pelas Secretarias de Segurança Pública e 437 em penitenciárias federais.¹

Atualmente, o sistema prisional brasileiro, pelas palavras de Marques et al. (2015, p.5): “faz parte de uma política penitenciária e de segurança pública que, ao invés de proporcionar a reabilitação do preso, acaba por “criar novos” infratores, mais violentos e revoltados com a sociedade.” O sistema atual vive um momento de forte crise, problemas como unidades prisionais precárias e superlotadas, morosidade processual e a corrupção dentro das cadeias contribuíram para o Brasil ser hoje o terceiro país no ranking de maior população carcerária do mundo. A situação só não é pior, pois o Brasil possui inúmeros mandados de prisão que ainda não foram cumpridos.

De acordo com o relatório do Infopen (2016), os crimes mais comuns no país são: primeiramente roubos e furtos (37%), segundo o tráfico (28%) e os homicídios (17%). Os três juntos representam 76% dos motivos das prisões no Brasil. Algo que chama atenção é que de todas as mulheres que estão presas, 62% delas são por crimes ligados ao tráfico. Já a maioria dos homens estão presos por roubo e furto (38%) e tráfico (26%). (Gráfico 5)²

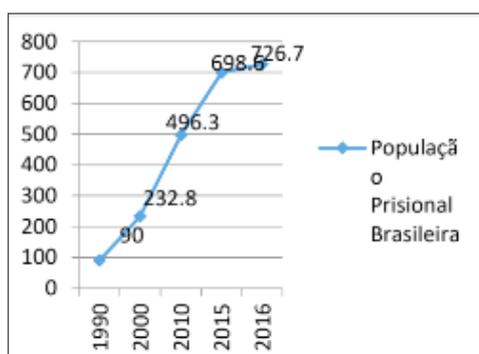


Gráfico 4 - Variação da População Prisional do Brasil

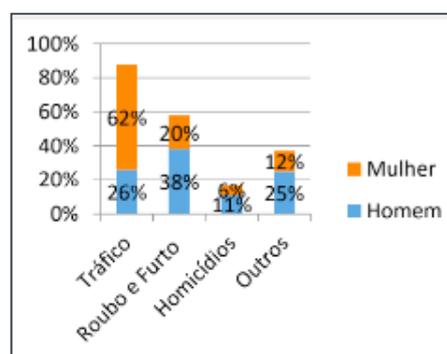


Gráfico 5 - Crimes Cometidos no Brasil por Homens e Mulheres

A Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984 que Institui a Lei de Execução Penal, prevê no art. 10. que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.” e no art. 11. que “a assistência será: I - material; II - à saúde; III -jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa.” Entretanto não é o que acontece, na prática as leis não são cumpridas e problemas são acumulados. Segundo o relator da ONU, Juan Méndez (2016), em visitas feitas por ele em algumas unidades prisionais brasileiras, diversos prisioneiros relataram o uso de torturas e maus-tratos no momento da detenção pelos policiais e dentro das prisões pelos agentes penitenciários com chutes, tapas, choques elétricos, balas de borracha, entre outros.

Na maioria das cadeias, isto é, exceto as federais, não existe uma divisão dos detentos conforme os crimes cometidos. Para Almeida et. al. (2015), isto é um problema:

1 Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, junho/2016, p. 7-8.

2 Fonte: dados do Infopen junho-2016

“O sistema carcerário brasileiro não se dispõe a fazer uma triagem de seus detentos, apesar de ser mínimo gera vastas consequências, pois detentos que cometeram crimes de pequena expressão que poderiam ser apenados com alguma medida socioeducativa e de fato não representam ameaça real à sociedade são alocados junto com detentos de alta periculosidade e que ostentam serem partes de organizações criminosas.” (ALMEIDA et. al. 2015, p. 320).

Outro problema é a superlotação das unidades prisionais que tem chamado a atenção do mundo inteiro. Nos últimos anos, a população carcerária do Brasil aumentou de forma alarmante e a realidade vivenciada pelos presos é cruel e desumana. Além do sistema está desrespeitando as leis que determinam quantos presos devem ocupar cada cela e ir contra os direitos humanos que resguardam os direitos dos presidiários, as unidades prisionais estão colocando em risco a saúde e integridade física dos mesmos. Como afirma Souza, (2015, p.15):

“As consequências da superlotação e a falta de estrutura dos presídios favorecem a propagação de doenças, enquanto o direito ao acesso à saúde básica continua representando letra morta na legislação”. (SOUZA, 2015, p. 15).

Ademais, a morosidade processual é um dos grandes problemas do sistema penal atual, como mostra o gráfico 6 abaixo, 40% dos detentos estão dentro das unidades prisionais brasileiras ainda estão aguardando julgamento, o Ceará é o Estado com maior taxa (66%).

Para o STF, tem que haver uma avaliação do quadro de funcionários, pois não tem como fazer todas as audiências de custódias, sendo que a procura só aumenta, mas continuam o mesmo número de juízes, promotores e defensores.

Além disso, sabemos que dentro das unidades prisionais, os detentos têm acesso a celulares, bebidas alcoólicas, entorpecentes, diversos aparelhos eletrônicos e fazem até festas particulares.

O ano de 2017 não foi bom para o sistema penitenciário nacional. No dia 01 de janeiro de 2017, uma rebelião no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, deixou 56 mortos. No mesmo mês, mais 26 mortos em um massacre num presídio no Rio Grande do Norte. Nos meses seguintes, outras rebeliões em unidades prisionais de vários estados brasileiros, ressaltando a falência do sistema.

Dentre todos os estados da federação alguns se destacam seja pela quantidade de detentos que possuem, pelos casos de fugas e rebeliões ou pela superlotação das unidades prisionais, com destaque para: Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, juntos eles representam 59,18% de toda a população carcerária do país. (Gráfico 7).

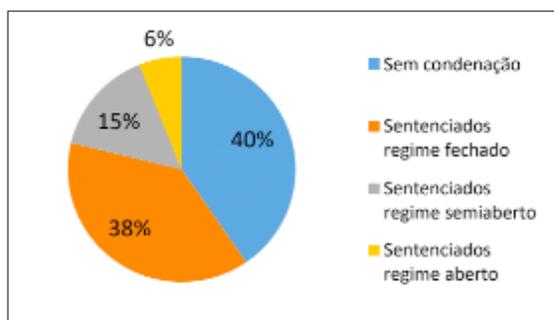


Gráfico 6 - Natureza de Prisão e Tipo de Regime dos Encarcerados

Fonte: Infopen (2016)

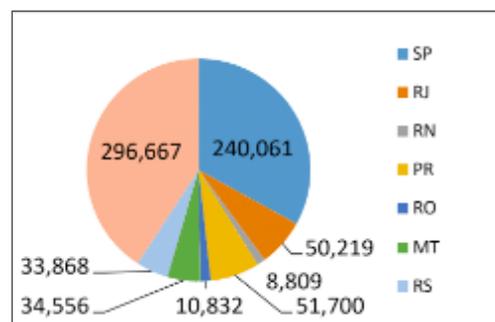


Gráfico 7 - Quantidade de Detentos por Estado da Federação

A população carcerária brasileira é em sua maioria formada por jovens de até 29 anos, conforme dados do Infopen eles representam 55% do total dos encarcerados. A população brasileira de 18 a 29 anos representa atualmente 18% do total de toda a população do país. Esta disparidade existe em todos os estados da federação, entretanto alguns se destacam (Gráfico 8).

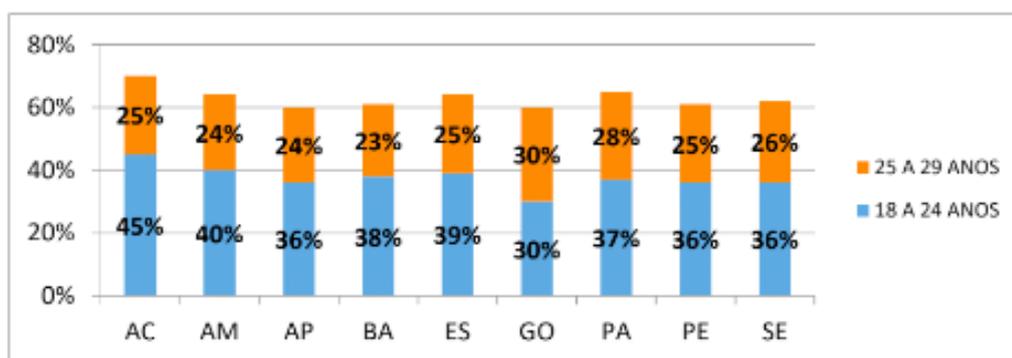


Gráfico 8 – Faixa Etária dos Encarcerados por Estado da Federação

Fonte: Infopen (2016)

O PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Conforme dados do Infopen (2016), o Estado do Amazonas possui taxa de aprisionamento de 284,6%. Ao todo o estado tem 20 unidades prisionais, sendo 10 deles para recolhimento de presos provisórios.

O sistema prisional amazonense é gerido pelo estado e por uma iniciativa privada, a empresa Umanizzare. Esta empresa é responsável por administrar cinco unidades prisionais do estado, tendo o custo mais alto do país. Apesar de ter um custo altíssimo, as condições atuais das unidades prisionais do Amazonas estão entre as piores do país. Segundo os defensores públicos que avaliaram o modelo terceirizado de gestão do sistema, já “existe recomendação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para que o Estado adote outro sistema de gestão que “não coloque a Secretaria de Estado refém de serviços privatizados” (DEFENSORIA PUBLICA DO

ESTADO DO AMAZONAS, 2017, p.1).

As unidades de detenção do estado estão precárias e os detentos estão sendo mantidos em situações degradantes e desumanas. Em análise do Complexo Penitenciário Anísio Jobim Regime Fechado, gerido pela Umanizzare, o diagnóstico lista graves problemas:

No dia 01 de janeiro de 2017, o massacre ocorrido no Compaj chocou o país inteiro. As rebeliões em três unidades prisionais do estado, motivadas pela guerra entre duas facções e revolta pela superlotação da unidade, deixaram 56 mortos e 130 foragidos. E partir daí a atenção dos órgãos de segurança se voltaram para o sistema carcerário. Segundo o CNJ (2017) a falta de segurança dentro das casas prisionais foi traduzida nestes episódios.

Quanto à superlotação das unidades prisionais, o Amazonas possui a maior taxa de ocupação do país, são 484% (cinco presos por vaga). A capacidade total é para 2.354 detentos, mas mantêm 11.390 detentos encarcerados. Segundo dados do Infopen (2016) apenas 3 unidades prisionais do Estado atuam sem déficit de vagas, as outras 17 atuam com quantidades de presos acima da sua capacidade.

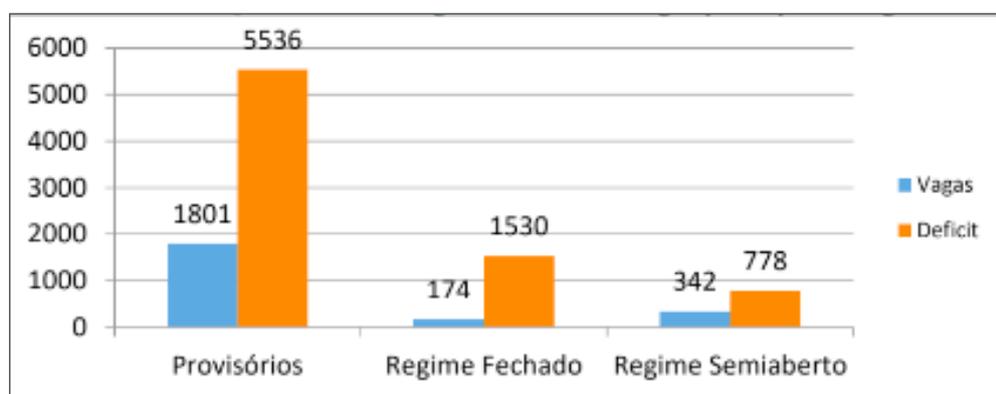


Gráfico 9 - Quantidade de Vagas e Déficit de Vagas por Tipo de Regime

Fonte: Infopen (2016)

No Amazonas, 64% dos detentos estão presos sem condenação. O estado possui três sistemas diferentes de tramitação eletrônica de processos e não existe uma integração entre os mesmos, o que gera morosidade processual e até mesmo abre brecha para equívocos nas decisões. No início de 2017 foi realizado um mutirão para verificar a situação dos detentos provisórios (sem julgamento).

Em relatório feito pela Defensoria Pública do Amazonas apresentando um diagnóstico do sistema prisional do estado a questão do sistema de informações foi destacada.

✓ Gênero

Em relação ao gênero, cerca de 83,95% dos detentos do Amazonas são do sexo masculino, enquanto as mulheres representam 16,05%.

Apesar da maioria dos detentos do estado ser homens, em termos relativos, o

Amazonas possui um alto índice de mulheres privadas de liberdade comparado aos demais estados do país.

✓ Faixa Etária

A maioria dos detentos, 40%, se encontra na faixa etária entre 18 a 24 anos de idade; 24% deles se situam entre 24 a 29 anos de idade. Caracterizando a população carcerária amazonense como sendo de maioria jovens de 18 a 29 anos.

Outros 17% tem idade de 30 a 34 anos; de 35 a 45 anos somam 15% e de 46 a 60 anos 4%. O percentual de detentos com idades maiores de 60 anos é insignificante.

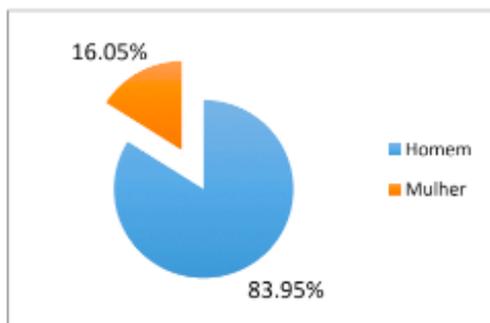


Gráfico 10 - Gênero dos Encarcerados do Amazonas

Fonte: Infopen (2016)

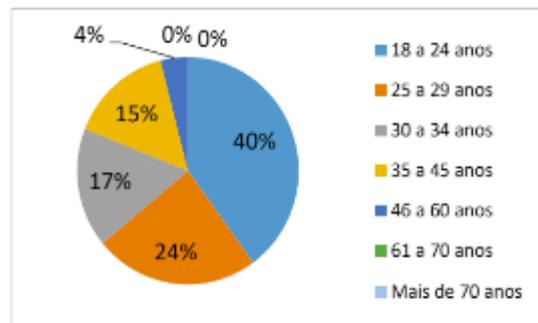


Gráfico 11 - Faixa Etária dos Encarcerados do Amazonas

✓ Raça/cor

Em referência a raça/cor/etnia a maioria dos detentos, 84% se autodeclararam de cor negra. O segundo resultado mais encontrado foi para “a cor branca”, 16%. Enquanto “amarela” e “indígena” representam 0% e “outras” 1% (gráfico 12).

✓ Estado Civil

A situação conjugal dos detentos aponta para a maioria ser solteiro(a), 69%. Vivendo com outra pessoa, de forma estável foi o segundo maior resultado com 22%. Em terceiro casado(a) com 7%. O número de separados, divorciados e viúvos é quase insignificante. No Gráfico 13 expressa o resultado obtido sobre a condição matrimonial dos detentos.

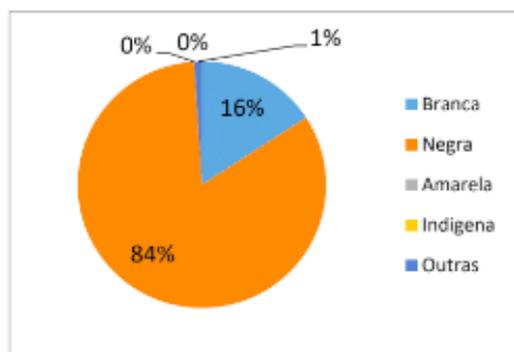


Gráfico 12 - Raça/Cor dos Encarcerados do Amazonas

Fonte: Infopen (2016)

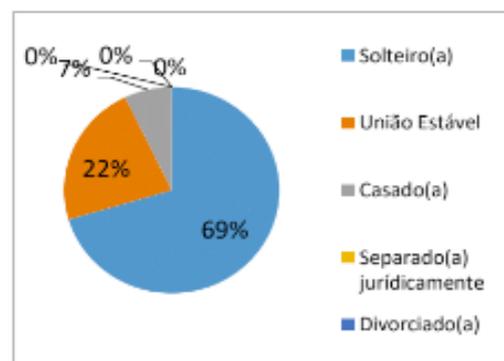


Gráfico 13 - Estado Civil dos Encarcerados do Amazonas

✓ Escolaridade

A maioria dos detentos, 65%, relatou que não terminaram o ensino fundamental e 8% chegaram a concluir o ensino fundamental. Outros 12% dos detentos informaram que chegaram a iniciar o ensino médio, mas que não concluíram e 11% destes afirmaram ter concluído o ensino médio (gráfico 14).

✓ Estrangeiros

O Amazonas possui o segundo maior número de detentos estrangeiros em unidades prisionais brasileiras, ficando atrás apenas de São Paulo que possui o maior número de encarcerados do país. Segundo dados do Infopen de junho de 2016, o número total de detentos estrangeiros era de 214, sendo 207 deles de países da América. (gráfico 15).

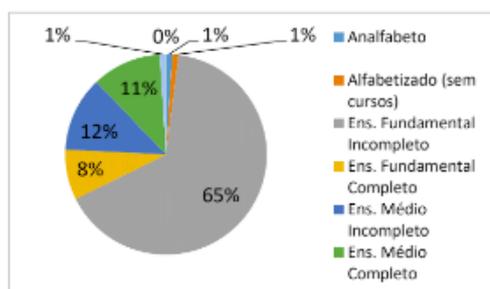


Gráfico 14 - Grau de Escolaridade dos Encarcerados do Amazonas

Fonte: Infopen (2016)

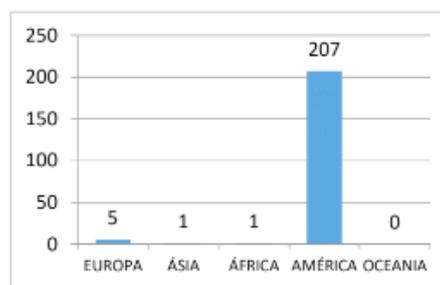


Gráfico 15 - Estrangeiros Encarcerados do Amazonas

✓ Atividade Laboral

Segundo a Lei de Execução Penal, o detento possui direito ao trabalho. Este trabalho deve ter finalidade educativa e produtiva e poderá ser realizado no interior da unidade prisional, para presos provisórios e condenados, ou fora da unidade, para

condenados que já tenham cumprido pelo menos 1/6 da pena total. No Amazonas apenas 11,33% (1.291 detentos) estão em atividades laborais (gráfico 16). (INFOPEN, 2016). 55% dessas atividades não é remunerada (gráfico 17).



Gráfico 16 - Encarcerados do Amazonas em Atividade Laboral

Fonte: Infopen (2016)

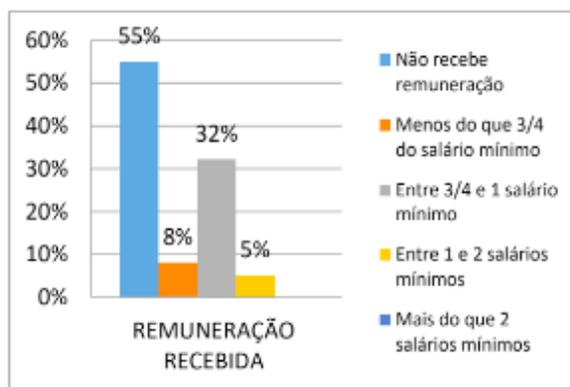


Gráfico 17 - Remuneração Recebida em Atividade Laborais no Amazonas

✓ Custo dos presos para o Estado

“Os custos com cada detento refletem gastos com segurança, contratação de agentes penitenciários e outros funcionários, serviços como alimentação e compra de vestuário, assistência médica e jurídica, entre outros.” (SOUZA, 2017, p.6) Estes gastos variam de acordo com o porte das unidades prisionais e de acordo com a região.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a média nacional de custo por preso é de R\$ 2.400,00 reais. Enquanto os detentos do Amazonas custam em média R\$ 4.129,00 reais por mês, sendo mais caros que os do resto do país.³

O gasto com os detentos no Amazonas é, inclusive, maior que o gasto nas penitenciárias federais, administradas pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) onde o gasto com vigilância e segurança é muito maior que em unidades estaduais. O gasto nas quatro unidades é em média R\$ 3.472,22 por cada preso. (SOUZA, 2017).

No gráfico 18 é possível visualizar a diferença que há entre os custos que alguns estados têm com seus encarcerados. Ressaltando que o recurso utilizado para arcar com os custos de cada detento e manutenção do sistema prisional é oriundo do Fundo Penitenciário Nacional ou Estadual, segundo o Souza (2017):

A maior parte dos Fundos Penitenciários Estaduais é proveniente dos recursos do Funpen. Mas, além disso, eles contam com outras arrecadações: “como doações, multas decorrentes de sentenças penais, fianças quebradas ou perdidas, parcela descontada da remuneração do trabalho dos detentos, parte da receita da venda de

3 Segundo o G1, Bom Dia Brasil (2017), Edição do dia 06/01/2017.

bens produzidos nas unidades penais do estado, entre outros.” (SOUZA, 2017, p.10).

No Amazonas, atualmente, há uma parceria público privado responsável pela administração prisional (também chamado de cogestão).

✓ Auxílio-Reclusão

O Art. 80 da Lei nº 8.213/91 dispõe sobre o direito ao auxílio-reclusão: “será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço.” (BRASIL, 2018, p. 45).

Segundo o Art. 5º da Portaria nº 15 de 16 de janeiro de 2018, o auxílio-reclusão, a partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser “devido aos dependentes do segurado cujo salário de contribuição seja igual ou inferior a R\$ 1.319,18 (um mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos), independentemente da quantidade de contratos e de atividades exercidas.” (BRASIL, 2018, p. 26). O valor do benefício é calculado de acordo com o salário de contribuição, a cada ano o valor limite é reajustado. (Gráfico 19).

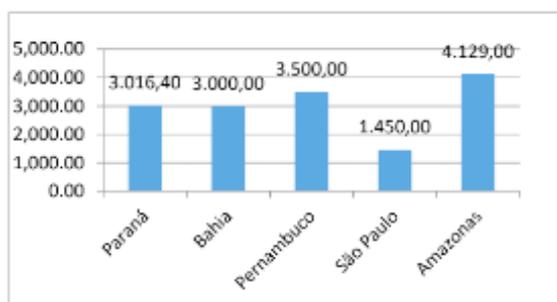


Gráfico 18 – Custo dos Detentos em Alguns Estados Brasileiros (em R\$)

*Gasto por detento

Fonte: Infopen, (2016)

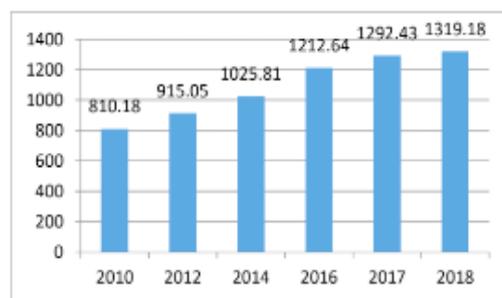


Gráfico 19 - Limite de Salário para ter Direito ao Auxílio-Reclusão (em R\$)

** Limite de salário para ter direito ao auxílio-reclusão

Fonte: O Globo (2018)

O auxílio-reclusão é dividido em partes iguais entre todos os dependentes do detento, sendo estes: “pais, cônjuge ou companheiro de união estável com mais de dois anos de relacionamento, filhos, enteados, menor tutelado ou irmãos que comprovem a dependência e tenham menos de 21 anos.” (BARROS & DEMANI, 2018, p.3).

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS MULHERES ENCARCERADAS DO AMAZONAS

As mulheres representam 16,05% da população carcerária no Estado do Amazonas. A seguir abordaremos alguns aspectos da população carcerária feminina do estado, com base no Levantamento de Informações Penitenciárias realizado em junho de 2014 pelo Departamento Penitenciário Nacional.

✓ Faixa Etária

A maioria das encarceradas (24%) se encontra na faixa etária entre 18 a 24 anos de idade; 23% delas se situam entre 25 a 29 anos de idade; 24% 30 a 34 anos; 17% 35 a 45 anos; 12% maiores de 45 anos. Caracterizando a população feminina carcerária amazonense como sendo 47% de jovens de 18 a 29 anos. O percentual de detentos com idades maiores de 60 anos é insignificante. (Gráfico 20).

✓ Raça/cor

Em referência a raça/cor/etnia a maioria das presas (81%) se autodeclararam de cor negra. O segundo resultado mais encontrado foi para “a cor branca”, 19%. Enquanto “amarela” e “indígena” representam 0%. E “outras” 0%. (Gráfico 21).

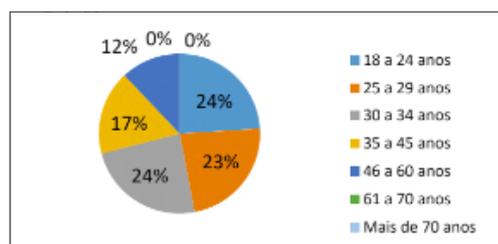


Gráfico 20 - Faixa Etária das Mulheres Presas no Amazonas

Fonte: Infopen (2014)

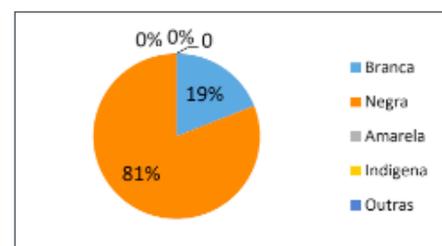


Gráfico 21 - Raça/Cor das Mulheres Presas no Amazonas

✓ Estado Civil

A situação conjugal das mulheres: 42% são solteiras, 43% estão vivendo com outra pessoa de forma estável, 6% são casadas e 6% viúvas. O número de separadas e divorciadas é quase insignificante. No Gráfico 12 expressa o resultado obtido sobre a condição matrimonial dos encarceradas. (Gráfico 22).

✓ Escolaridade

A maioria das detentas (61%) relataram que não concluíram o ensino fundamental e 11% chegaram a concluir o ensino fundamental. (16%) delas informaram que chegaram a iniciar o ensino médio, mas que não concluíram. E 8% dos presos afirmaram ter concluído o ensino médio. (Gráfico 23).

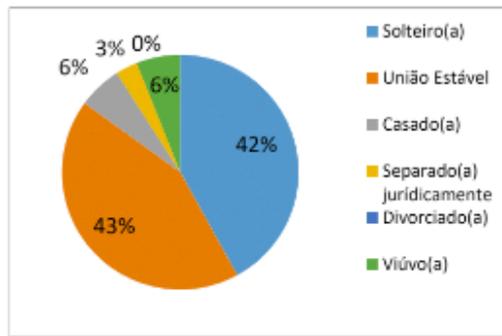


Gráfico 22 - Estado Civil das Mulheres Presas no Amazonas

Fonte: Infopen (2014)

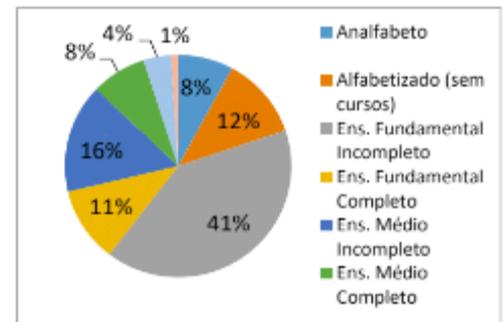


Gráfico 23 - Grau de Escolaridade das Mulheres Presas no Amazonas

✓ Estrangeiros

Segundo dados do Infopen de junho de 2014, haviam 7 mulheres estrangeiras presas no Amazonas, sendo todas de países da América.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Reiterando o foco centra da pesquisa que dispunha a verificar os aspectos socioeconômicos dos encarcerados do Amazonas em 2016, é valido destacar alguns pontos que possam explicar como estes detentos chegaram às unidades prisionais a fim de não levar em consideração apenas o crime cometido.

A hipótese de que a maior parte dos encarcerados do Amazonas são homens, na faixa etária de 18 a 30 anos, negros, com escolaridade máxima de ensino fundamental, estado civil solteiro, sem filhos e a maior motivação das detenções sendo o tráfico de drogas. Porém, após análise, o resultado encontrado foi de que a maior motivação são os “roubos e furtos”.

Para traçar o perfil dos detentos, vamos analisar algumas variáveis: em relação ao gênero, cerca de (83,95%) dos detentos do Amazonas são do sexo masculino, enquanto as mulheres representam (16,05%). Apesar da maioria dos detentos do estado ser homens, em termos relativos, o Amazonas possui um alto índice de mulheres privadas de liberdade comparado aos demais estados do país.

Parte relevante dos detentos (40%) se encontra na faixa etária entre 18 a 24 anos de idade; (24%) deles se situam entre 24 a 29 anos de idade. Caracterizando a população carcerária amazonense como sendo de maioria jovens de 18 a 29 anos.

Em relação à raça/ cor/ etnia parte expressiva dos detentos (84%) se autodeclararam de cor negra. O segundo resultado mais encontrado foi para “a cor branca” (16%). Este índice se dá principalmente pelo fator regional.

A situação conjugal dos detentos aponta para a prevalência de solteiro(a) (69%). Vivendo com outra pessoa, de forma estável foi o segundo maior resultado (22%). Em terceiro casado(a) com (7%). O número de separados, divorciados e viúvos é quase

insignificante.

Com relação à escolaridade, 65% dos detentos relatou que não concluíram o ensino fundamental, somente 8% chegaram a conclusão do curso. Outros 12% dos detentos informaram que chegaram a iniciar o ensino médio, mas que não concluíram e 11% dos presos afirmaram ter concluído o ensino médio.

O Estado do Amazonas possui um número elevado de detentos estrangeiros em unidades prisionais brasileiras, ficando atrás apenas de São Paulo. Segundo dados do Infopen (2016), o número total de detentos estrangeiros é de 214, sendo 207 deles de países da América.

No gráfico 24, a seguir, podemos observar o perfil dos Encarcerados do Amazonas, de acordo com os dados da Infopen (2016).

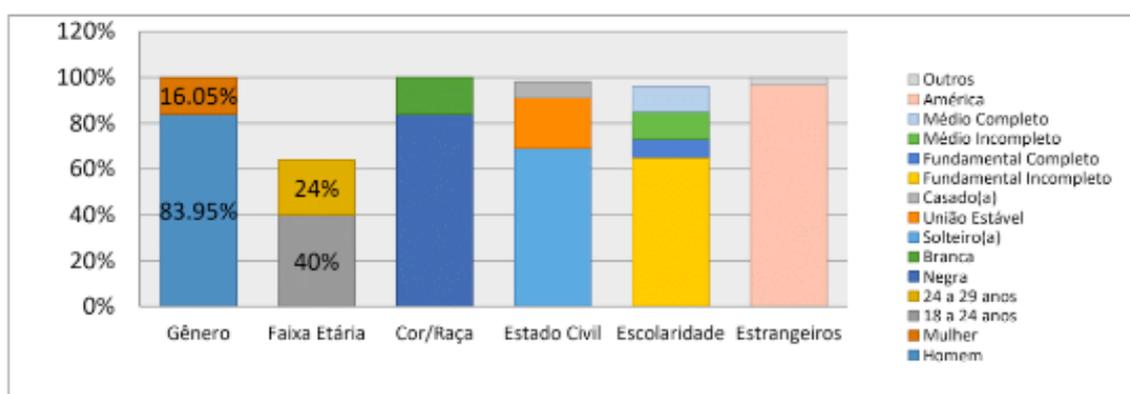


Gráfico 24 – O Perfil dos Encarcerados Amazonas

Fonte: Infopen (2016)

Como o Brasil possui um índice muito alto de detenções e ao longo dos anos a proporção do aumento da população carcerária foi acima do nível de todos os outros países do mundo, isto pode facilmente ser interpretado como o aumento da criminalidade. Com isso, é muito importante saber o motivo dessas prisões e quais as condenações dadas a esses criminosos.

Ao longo deste trabalho, vimos através das informações coletadas no banco de dados do Levantamento do Infopen realizado no período de 2016 que os crimes mais comuns no país são, primeiramente, roubos e furtos (37%), segundo o tráfico de drogas (28%) e depois os homicídios (11%). Os três juntos representam 76% dos motivos das prisões no Brasil. (Gráfico 25).

Vale ressaltar que 62% das mulheres que estão presas, cometeram crimes ligados ao tráfico. Enquanto a maioria dos homens foram presos por roubo e furto (38%) e por tráfico (26%).

Sabemos que os crimes na maioria das vezes estão ligados, onde uns servem de motivação para os outros. Por exemplo, os homicídios em sua maioria são motivados por acertos de contas do tráfico de entorpecentes, ou por consequência de assaltos. O mesmo ocorre com os roubos e furtos, muitas vezes esses crimes são cometidos com a finalidade de comprar entorpecentes.

Sabemos que 40% dos encarcerados no Brasil ainda estão presos sem condenação. Dos 60% que já têm condenação decretada, 54% tem pena de até 8 anos de detenção. O percentual de penas de mais de 15 anos até 50 anos é de 22%. No Amazonas, 56% dos presos tem sentença de até 8 anos de prisão. O percentual de penas de mais de 15 anos até 50 anos é de 17%, conforme podemos observar no Gráfico 26.

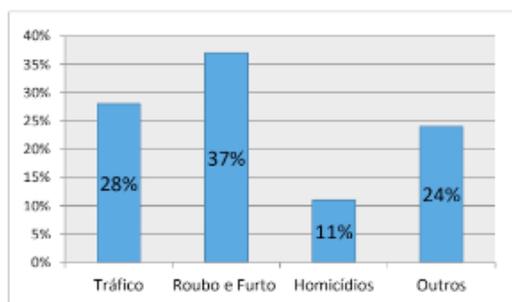


Gráfico 25 – Crimes Cometidos pelos Detentos

Fonte: Infopen (2016)

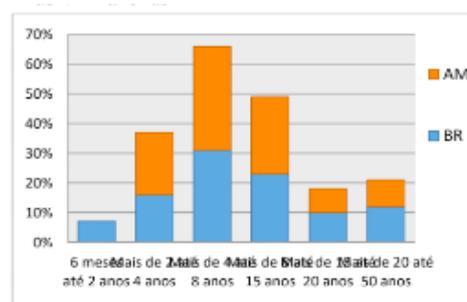


Gráfico 26 – Tempo de Pena dos Encarcerados Brasil/Amazonas

As mulheres representam 16,05% da população carcerária total do estado, enquanto a média no restante do país é em torno de 6%.

Analisaremos a faixa etária, estado civil, escolaridade e nacionalidade da população feminina encarcerada do Amazonas para traçar o perfil destas presidiárias. Além destes aspectos, é de suma importância constatar o motivo destas prisões e por quanto tempo foram condenadas. (Gráfico 27).

Existe um equilíbrio em relação ao perfil etário das mulheres, são (24%) na faixa etária entre 18 a 24 anos de idade; (23%) delas têm entre 24 a 29 anos de idade, (24%) delas têm entre 30 a 34 anos de idade e (17%) têm idade de 35 a 45 anos. (Gráfico 27).

Em referência à raça/ cor/ etnia a maioria dos detentos (81%) se autodeclararam de cor negra. O segundo resultado mais encontrado foi para a “cor branca” (19%). Este índice se dá principalmente pelo fator regional. Significa que 4 em cada 5 mulheres presas são negras.

A situação conjugal das mulheres presas está equilibrada com (43%) delas vivendo com outra pessoa, de forma estável e (42%) são solteiras. Em terceiro, casadas e viúvas com (6%) cada. (Gráfico 27).

Parte significativa das encarceradas (61%) relataram que não terminaram o ensino fundamental e 11% chegaram a concluir o ensino fundamental. Outros 16% das mulheres informaram que chegaram a iniciar o ensino médio, mas que não concluíram. E 8% delas afirmaram ter concluído o ensino médio. (Gráfico 27).

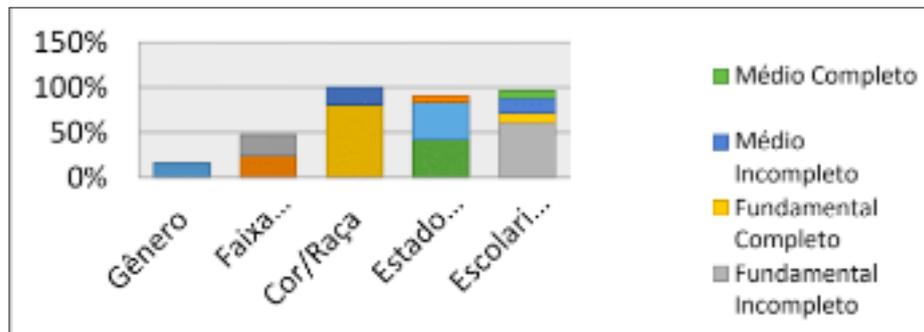


Gráfico 27 – O Perfil da População Feminina Encarcerada no Amazonas

Fonte: Infopen 2014

Segundo dados do Infopen, até o ano de 2014 encontravam-se encarceradas 7 mulheres estrangeiras presas no Amazonas. Sendo todas elas de países da América.

Quanto aos crimes cometidos pelas mulheres, o levantamento do Infopen não especifica os crimes cometidos por estados da federação, apenas aponta o índice geral do país. Assim, as maiores incidências são por tráfico, roubo, furto e homicídio. O percentual de mulheres presas por crimes relacionados ao tráfico chega a 68%, um índice muito maior que o dos homens. O percentual de roubos é 8%, furtos 9% e homicídios 7%. (Gráfico 28).

Quanto às condenações por estes crimes, o tempo de pena a ser cumprido pelas presas no estado está previsto da seguinte forma: 45% de 4 até 8 anos, 37% mais de 8 até 15 anos, 9% mais de 2 até 4 anos. No geral, 54% das mulheres foram condenadas a até 8 anos de detenção. (Gráfico 28).

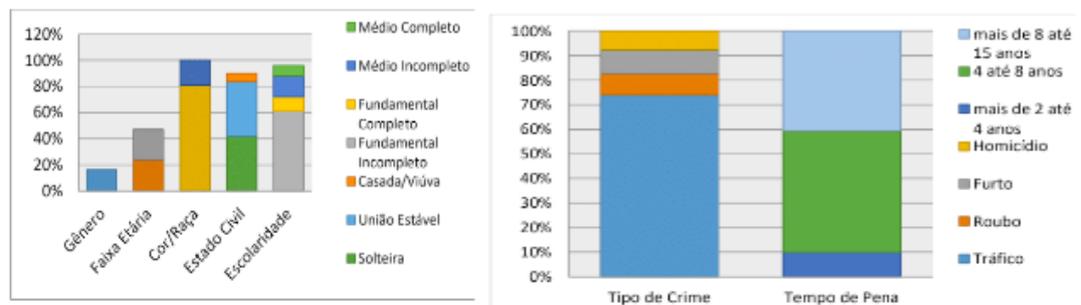


Gráfico 27 – O Perfil da População Feminina Encarcerada no Amazonas

Fonte: Infopen 2014

Gráfico 28 – Os Crimes e Tempo de Penas das Mulheres Encarceradas no Amazonas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, evidenciar neste estudo, as características socioeconômicas dos encarcerados no Amazonas. Primeiramente, foi apresentado o cenário internacional do sistema carcerário destacando os países com maior número de detentos do mundo: Estados Unidos, China e Rússia, depois o cenário do sistema carcerário no Brasil, traçando o perfil dos encarcerados de sete estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do

Norte, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, e por fim o Amazonas, objeto específico deste estudo.

Tendo como ideia central levantar as características socioeconômicas dos encarcerados do Amazonas com base no Levantamento do Infopen. Para isso, de forma específica, analisar o perfil (idade, cor, sexo, escolaridade, estado civil) dos encarcerados do Amazonas, levantar os principais crimes e condenações aos encarcerados e analisar a situação socioeconômica da população feminina encarcerada.

Em relação ao perfil dos encarcerados do Amazonas, cerca de 83,95% dos detentos são do sexo masculino, quanto à idade, 64% têm entre 18 a 29 anos. 84% se autodeclararam de cor negra. Em relação à situação conjugal, 22% deles têm união estável e 69% são solteiros. A maioria dos encarcerados (65%) relataram que não terminaram o ensino fundamental e 8% chegaram a concluir o ensino fundamental. Somente 11% concluiu o ensino médio. Além disso, o número total de detentos estrangeiros no estado do Amazonas é de 214, sendo 207 deles oriundos de países da América.

Como foi visto, o número de prisões no Brasil, nos últimos anos, aumentou numa proporção maior que dos outros países. E um dos objetivos deste trabalho era levantar as motivações destas prisões e quais as condenações. Portanto, foi visto que os crimes mais comuns no Brasil são, primeiramente, roubos e furtos (37%), segundo o tráfico de drogas (28%) seguido dos homicídios (11%). Vale ressaltar que 62% das mulheres que estão presas, cometeram crimes ligados ao tráfico. Enquanto a maioria dos homens foram presos por roubo e furto (38%) e por tráfico (26%). Quanto às condenações, 40% dos encarcerados no Brasil ainda estão presos sem condenação. Dos 60% que já têm condenação decretada, 54% tem pena de até 8 anos de detenção. O percentual de penas de mais de 15 anos até 50 anos é de 22%. No Amazonas, 56% dos presos tem sentença de até 8 anos de prisão.

Quanto à situação socioeconômica da população feminina encarcerada, as mulheres representam 16,05% da população carcerária total do estado. Destas, 47% têm de 18 a 29 anos. 81% se autodeclararam de cor negra, sendo uma proporção de 4 em cada 5 mulheres presas. Quanto a situação conjugal, 43% delas têm união estável e 42% são solteiras. A maioria das encarceradas (61%) relataram que não terminaram o ensino fundamental e 11% chegaram a concluir o ensino fundamental. Somente 8% concluiu o ensino médio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.; PEREIRA, J.; MACÊDO, N.; GONÇALVES, A; ROCHA, R. Dekasseguis a as Penitenciárias: Pesquisando as Fronteiras Entre o Brasil e o Japão. Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura - V. 01, nº 01, ano 2015, p. 317-332

AMAZONAS. Defensoria Pública. Defensoria Pública apresenta diagnóstico do sistema prisional do

Amazonas com recomendações ao Estado e aos órgãos do sistema de justiça. 2017. Disponível em: <<http://www.defensoria.am.def.br>>. Acesso em: 11 de fev de 2018.

BLUME, B. Sistemas prisionais em outros países. fev, 2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/>. Acesso em: 15 de dez de 2017.

BRASIL, Lei Nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>

CAMPOS, S. Sistemas Prisionais Europeus. Lisboa, 2015, p.4.

INFOPEN. Atualização – jun de 2014 / Organização, Thandara Santos & Renato Campos, colaboração, Alexandre Vaz de Oliveira Moraes [et al.] – Brasília: Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional, 2015.

INFOPEN. Atualização – jun de 2016 / Organização, Thandara Santos, colaboração, Marlene Inês da Rosa [et al.] – Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

MARQUES, J.; BARRETO, L.; SANTOS, L.; SANTOS, S.; MATO GROSSO, V. A realidade do sistema prisional no Brasil: um dilema entre as Penas e os direitos humanos. Trabalho apresentado no V Seminário da Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento. Bahia, 2015. p. 1-12.

MENDEZ, J. Relator da ONU denuncia situação ‘cruel’ em prisões do Brasil. G1, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com>>. Acesso em: 02 de fev de 2018.

NASCIMENTO, D. A história da Penitenciária de São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/>>. Acesso em: 20 de jan de 2018.

OLIVEIRA, H. O caráter ressocializador da atividade laborativa. Presidente Prudente-SP: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. ETIC - Encontro de Iniciação Científica - Issn 21-76-8498, Vol. 2, nº 2 (2006).

POON, P. China: Torture and forced confessions rampant amid systematic trampling of lawyers’ rights. Amnesty International. 2015. Disponível em:<<https://www.amnesty.org>>. Acesso em: 07 de Jan de 2018.

SANTIS, B.; ENGBRUCH, W. A Evolução Histórica do Sistema Prisional. Revista Pré-Univesp.Nº.6, UNIVERSO, dez 2016 / Jan 2017. Disponível em: <<http://pre.univesp.br>>. Acesso em: 08 de jan de 2018.

SOUZA, L. Análise jurídica do sistema penitenciário brasileiro à luz dos Tratados internacionais em direitos humanos. Revista Direito em Ação, Brasília, v. 14, n. 1, p. 1-21, jan./jun.2015. 68

WORLD PRISONBRIEF. Disponível em: <<http://www.prisonstudies.org/world-prison-brief-data>>. Acesso em: 02 de jan de 2017.

ZAFFARONI, E.; PIERANGELI, J. Manual de Direito Penal Brasileiro. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - RS

Carla Negretto

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - RS

RESUMO: Este trabalho tem origem numa caminhada acadêmica que já dura mais de dez anos e que envolve pesquisa, ensino e extensão e tem sido realizada com diversos grupos de mulheres na região sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Trata-se de uma experiência acadêmica que tem a intencionalidade de trazer uma colaboração na construção de uma pedagogia feminista que incorpore as questões de gênero, tendo como ponto de partida a proposta pedagógica advinda da educação popular em diálogo com o feminismo. A proposta é interdisciplinar, incorporando elementos da área de educação, da sociologia do trabalho e dos estudos de gênero, a partir de histórias de vida que são coletadas em oficinas de produção artesanal com grupos de mulheres camponesas assentadas participantes do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), no interior do município de Pinheiro

Machado, estado do Rio Grande do Sul. Como objetivo busca-se contribuir para um processo de emancipação e empoderamento dessas mulheres camponesas, através da implantação de cursos de artesanato para as mulheres envolvidas. O artesanato funciona aqui como uma importante ferramenta metodológica de trabalho pois, além de oferecer uma aprendizagem que pode auxiliar na ampliação da renda dessas famílias, também se torna um espaço de formação coletiva onde são encaminhadas outras atividades de formação na área de gênero (como filmes, palestras, debates, etc.) onde as mulheres envolvidas podem se repensar a partir do conhecimento da trajetória das mulheres no mundo e na história.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; artesanato; campesinato.

ABSTRACT: This work originates in an academic journey that has lasted more than ten years and involves research, teaching and extension, and has been carried out with several groups of women in the southern region of the state of Rio Grande do Sul, Brazil. It is an academic experience that has the intention of bringing a collaboration in the construction of a feminist pedagogy that incorporates gender issues, starting with the pedagogical proposal coming from popular education in dialogue with feminism. The proposal is interdisciplinary,

incorporating elements from the area of education, work sociology and gender studies, from life histories that are collected in workshops of artisanal production with groups of peasant women settled participants of the Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), in the interior of the municipality of Pinheiro Machado, state of Rio Grande do Sul. The objective is to contribute to a process of emancipation and empowerment of these peasant women through the implementation of handicraft courses for the women involved. The handicraft works here as an important methodological work tool because, in addition to offering a learning that can help increase the income of these families, it also becomes a collective training space where other training activities in the area of genre (such as films , lectures, debates, etc.) where the women involved can rethink from the knowledge of the trajectory of women in the world and in history.

KEYWORDS: gender; handicrafts; peasantry.

1 | INTRODUÇÃO

Esta escrita é parte de uma trajetória acadêmica que vem sendo realizada com grupos de mulheres brasileiras, da região sul do país. Trata-se de uma proposta que vem sendo desenvolvida pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel e coordenada pela Profa. Dra. Márcia Alves da Silva.

A proposta tem caráter interdisciplinar e se ancora, especialmente, na área de educação, na sociologia do trabalho e nos estudos de gênero. O projeto tem como meta principal a implementação de oficinas de artesanato com grupos de mulheres, nos mais variados espaços e contextos. Aqui vamos abordar a experiência de produção artesanal com mulheres camponesas assentadas, participantes do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), no interior do município de Pinheiro Machado / RS. A intenção é levantarmos o debate sobre os saberes das mulheres na construção de uma pedagogia popular feminista, na sua interface com os saberes acadêmicos.

Com esse trabalho buscamos contribuir com um processo de empoderamento das mulheres envolvidas, compreendendo empoderamento não como um processo individual ou compreendendo poder na visão patriarcal, mas como a capacidade de ativar o potencial criativo de alguém. Guareschi (2010) aproxima o empoderamento do conceito de conscientização, mas reconhece que vai além disso, afirmando que o empoderamento é o eixo que une consciência e liberdade. Portanto,

Empoderamento é assim para Freire um processo que emerge das interações sociais em que nós, seres humanos, somos construídos e, à medida que, criticamente, problematizamos a realidade, vamos nos “conscientizando”, descobrindo brachas e ideologias; tal conscientização nos dá “poder” para transformar as relações sociais de dominação, poder esse que leva a liberdade e à libertação (GUARESCHI, 2010, p. 148).

O artesanato funciona aqui como uma importante metodologia de trabalho

pois, além de ofertar uma aprendizagem que pode auxiliar na ampliação da renda dessas famílias, também se torna um espaço coletivo onde são encaminhadas outras atividades de formação na área de gênero e feminismo (como filmes, documentários, palestras, debates, minicursos, etc.) onde as mulheres envolvidas podem se repensar tendo como ponto de partida o conhecimento da trajetória das mulheres no mundo e na história. Dessa forma, as oficinas se materializam como espaços de construção coletiva e de trocas de experiências de vida onde, aos poucos, a intenção é que as mulheres envolvidas valorizem o que fazem, reconheçam o artesanato como arte e como trabalho feminino e não como algo ‘menor’ e que possa, inclusive, se constituir como uma possibilidade de geração de renda.

Com os grupos de mulheres assentadas da reforma agrária o trabalho realizado já dura mais de três anos e envolve quatro assentamentos na região rural da mesma cidade. Neste período de tempo é possível vislumbrarmos uma trajetória que já demonstra situações possíveis de serem analisadas. Aqui a intenção é fazermos esse exercício de análise e reflexão sobre a caminhada feita.

Este trabalho foi apresentado no XXXI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia - ALAS, realizado em dezembro de 2017, na cidade de Montevideu, Uruguai, sob o título *Saberes e fazeres de mulheres na construção de uma pedagogia feminista*.

2 | ASPECTOS DO REFERENCIAL TEÓRICO E CONCEITUAL ADOTADO

A partir dos estudos de gênero, categorias como patriarcado (SAFFIOTI, 2004) e divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2003; HIRATA e KERGOAT, 2007) tem se constituído no referencial teórico que possibilita a abordagem das trajetórias de gênero e trabalho feminino. Sobre o patriarcado, Heleieth Saffioti, conhecida como sendo a autora da primeira tese feminista defendida no Brasil, no início da década de 70 do século passado, já afirmava a importância da indissociabilidade entre gênero, classe e raça, o que atualmente denominamos de interseccionalidade. Saffioti (1987, 2013), durante toda sua vida, se dedicou a caracterizar o patriarcado e denunciar sua violência.

O termo patriarcado se refere a toda uma dinâmica de construção social e familiar no qual o homem (enquanto patriarca) submete todas as outras pessoas da família ao seu poder, especialmente as mulheres, mas incluindo também, além das filhas mulheres, os filhos homens.

Na manutenção do patriarcado, sabemos que este sustenta um caráter pedagógico que lhe garante sua hegemonia. Sobre essa construção pedagógica, percebemos que

O que precisamos significativamente é avançar na compreensão do aspecto ideológico de propagação do patriarcado, suas ferramentas de inserção e de reprodução que fazem com que as próprias mulheres, ainda que não sejam machistas, pois não possuem privilégios masculinos, passem a perpetrar e a reproduzir ações sexistas umas com as outras. (LOPES; SILVA, 2016, p. 264)

Dessa forma, o referencial pedagógico utilizado baseia-se na pedagogia popular feminista (OCHOA, 2008), alicerçada na educação popular, com base na obra do brasileiro Paulo Freire. Sabemos que a pedagogia feminista, de cunho popular, não é algo totalmente novo. Faz tempo que sabemos da existência de inúmeras experiências populares realizadas com grupos de mulheres. Nossa experiência com mulheres assentadas do MST também é uma destas. No entanto, o que vemos de forma recorrente são inúmeras iniciativas educativas realizadas em espaços não formais de educação e que se constituem de práticas de oficinas, rodas de conversas e outras atividades pedagógicas que, por diversas vezes, carecem de uma reflexão teórica mais aprofundada. Assim, é fundamental que se sistematize essas experiências, de forma a construir-se uma base teórica, metodológica e epistemológica de uma pedagogia popular feminista.

O conceito de *situações-limite* construído por Freire pode nos auxiliar na compreensão da materialidade que o patriarcado assume, pois ele é a situação-limite imposta às mulheres. Para Freire (2011), as situações-limites são situações entendidas pelos indivíduos como inevitáveis, constituintes da vida em sociedade, normatizadas e naturalizadas no cotidiano da vida social. É dessa forma que percebemos o patriarcado, e não apenas ele, mas também na interseccionalidade com o racismo e o capitalismo, como seus grandes aliados.

Para superarmos essa construção, precisamos construir formas de *percebido-destacado*, que nada mais é do que o processo de consciência, que deve resultar no *inédito-viável*, enquanto construção efetiva de um processo de transformação social emancipatória. Um elemento fundamental para essa tomada de consciência de gênero está na construção de uma *sororidade* entre as mulheres. Para Lagarde y de Los Ríos (2016) sororidade nada mais é do que uma aliança feminista entre as mulheres. É o apontamento de uma consciência crítica, que surge de um processo coletivo de solidariedade entre as mulheres. Portanto, não é um processo individual, mas sim uma caminhada coletiva, de compromisso das mulheres com seu próprio processo emancipatório e de libertação.

É a partir dessas compreensões que podemos avançar na construção de uma pedagogia feminista, com base popular, comprometida com os interesses de classe de uma grande parcela de mulheres que estão alijadas das estruturas de poder e, mais do que isso, estão submetidas de forma violenta e cruel, a essas estruturas.

3 | SOBRE A METODOLOGIA UTILIZADA

No que se refere ao aspecto metodológico adotado nessa experiência, nosso ponto de partida é a *pesquisa participante*, pois essa metodologia investigativa nasce na educação popular e coloca os saberes populares em outro patamar, trazendo para o mundo acadêmico essas representações do mundo de forma respeitosa, valorizando

as experiências populares.

A partir das mobilizações como o Movimento de Educação de Base (MEB) e dos Círculos de Cultura, a pesquisa em educação no Brasil acrescenta para o campo investigativo muitas possibilidades metodológicas de pesquisa. Pesquisa que, tanto na teoria quanto na empiria, buscou um comprometimento com a realidade social. (EGGERT; SILVA, 2011, p. 53)

Dessa forma, a pesquisa em educação vem aumentando seus referenciais metodológicos e seus métodos, ampliando o leque de estudos autobiográficos, tendo o uso de narrativas como elemento central.

Quanto ao uso do artesanato, as mulheres historicamente possuem uma aproximação e um vínculo muito forte com os chamados “trabalhos manuais”. Mesmo na atualidade, com a manualidade sendo suplantada pela produção capitalista mecanizada em massa, muitas mulheres seguem a herança de suas antepassadas e tem na produção manual advinda do artesanato seu sustento, compondo um contexto e um conhecimento pouco analisado pela ciência.



Figura 1: Artesanato produzidos pelas mulheres agricultoras do MST – Brasil, participantes do Projeto. Município de Pinheiro Machado/RS/ Brasil. (Fonte: Acervo fotográfico do Projeto, 2016)

Essa construção de conhecimento é uma atividade laboral, de trabalho, que muitas vezes é invisibilizado pelas próprias mulheres. Há tempos pesquisando esse contexto, não é raro nos depararmos com mulheres que, sustentando suas famílias com a comercialização da produção artesanal, afirmam que “não trabalham” pois, como estão fora do trabalho na lógica do capital, não se percebem como trabalhadoras.

Portanto, a metodologia empregada em nossa investigação está situada no campo das pesquisas de cunho qualitativo, tendo como ponto de partida a experiência da pesquisa participante e adotando ferramentas da pesquisa-formação (situada no campo metodológico das histórias de vida), especialmente do referencial de Josso

(2004) pois, nessa perspectiva, compreende-se o processo investigativo como parte de uma trajetória de vida das envolvidas, constituindo-se a pesquisa como uma experiência formativa, com a possibilidade de se constituir em um espaço para se refletir sobre sua própria trajetória, visando se apropriar-se de sua vida, elaborando e reelaborando sua trajetória, visando a construção do futuro. Dessa forma, “[...] as experiências individuais das mulheres artesãs funcionaram nessa investigação como pano de fundo para a análise de situações mais abrangentes de enfrentamento ou submissão à lógica, tanto do capital quanto do patriarcado” (EGGERT; SILVA, 2011, p.61).

4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DE ALGUNS DADOS

Com os assentamentos, o projeto já atendeu mais de 40 mulheres em quatro assentamentos do MST. A experiência tem sido lócus de pesquisas no âmbito da pós-graduação na área de educação onde, atualmente, se realiza a segunda dissertação de mestrado na área.

Na primeira pesquisa de pós-graduação realizada com as mulheres assentadas participantes desse projeto, as agricultoras narraram suas histórias de vida em um bordado, na técnica de bordado chileno denominado *arpillera*. A Arpilharia ou Arpillera é uma técnica têxtil chilena que possui raízes numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras de Isla Negra, localizada no litoral central chileno. As arpilleras originais eram montadas em suporte de aniagem, pano rústico proveniente de sacos de farinha ou batatas, geralmente fabricados em cânhamo ou linho grosso, por nós mais conhecido como juta. Toda a costura é feita à mão, utilizando agulhas e fios. Importante ressaltar que nos primórdios dessa construção, as primeiras bordadeiras usavam como tecidos nos bordados as roupas dos seus familiares desaparecidos políticos no período da ditadura chilena. Por isso constituem um trabalho que não só é uma peça artesanal com fins estéticos, mas uma forma de expressão popular, de luta, resistência e, muitas vezes, denúncia – por isso o seu caráter político. (In: GODINHO; SILVA, 2016)

A dissertação de Godinho (2016), na área de educação, provocou-as a confeccionar suas trajetórias de vida de forma estética, a partir da prática de bordar. A seguir apresentamos um desses bordados confeccionados durante a pesquisa citada.



Figura 2: Bordado realizado por uma agricultora do MST, participante do Projeto. Município de Pinheiro Machado/RS/ Brasil. (Fonte: GODINHO, 2017)

A figura 2 mostra um dos bordados confeccionados na pesquisa de mestrado vinculada ao projeto. Este bordado mostra a importância que da produção agrícola na vida da mulher camponesa. A família também aparece como elemento fundamental e em destaque. No trecho abaixo, além desses aspectos fundantes de seu bordado, ela destaca fortemente o processo de luta pela terra no movimento social, a mudança de lugar, a dificuldade de adaptação, etc.

Sinto que bordei a minha vida nesta tela, porque é muito importante para mim ter um lugar onde eu possa ter animais, a minha casa, o meu lote, a minha horta, ter o meu lar. Antes do assentamento aqui só tinha quase fazendeiros, mas com o passar do tempo isso foi mudando e claro que ainda tem. E também tem gente que ainda fala mal de nós, mas são pessoas que não entendem nossa luta. Pois foi com a nossa chegada no município que a cidade começou a melhorar e a evoluir. O lugar onde temos a nossa casa era chão de mato, não tinha banheiro, mas quando a nossa casa veio ela tinha banheiro, quanta coisa veio quebrada, quando mudança chegou, tudo estava estragado. Quando cheguei aqui em 1997 me deu um desespero, era tudo mato, chorei muito debaixo da lona preta, levamos um ano para ganhar a nossa casa. Começamos a lidar na terra e plantar. Hoje temos de tudo! (Narrativa de agricultora do MST e autora do bordado, 2016).

Sob a perspectiva da definição do artesanato como trabalho e não como algo menor, nossa prática investigativa aborda o universo feminino, como vimos, discutindo as potencialidades do artesanato na produção de conhecimento e de empoderamento das mulheres envolvidas. Diversas mulheres declararam que nunca haviam pensado sobre a complexidade do trabalho exercido por suas mães, costurando, cuidando da manutenção da casa, trabalhando na roça, etc. Isso demonstra que as atribuições dos papéis sociais a cada sexo, construído socialmente pelo patriarcado, explora e oprime a vida feminina, fazendo com que o trabalho doméstico, manual e artesanal, seja realizado pela mulher de forma naturalizada e invisível no ambiente privado, enquanto aos homens é reservado a atuação na esfera pública, gerando valorações distintas entre ambos.

É na dialética entre teoria e prática, que essas mulheres constroem saberes que movimentam-se socialmente e politicamente em direção a equidade de gêneros. A apropriação da temática feminista empodera e oferece elucidações para a mulher camponesa combater o patriarcado, desapegando-as da normatização que lhes foram impostas desde o nascimento.

As oficinas artesanais não apenas constroem ambientes para reflexão e emancipação na vida da mulher camponesa, mas favorecem um ambiente propício para a socialização, amizade e troca de experiências, construindo-se, dessa forma, os alicerces para um processo de sororidade, algo que em diversos momentos já foi possível observar-se nos grupos. Essas relações vinham se extinguindo em decorrência das demandas dos afazeres domésticos e do isolamento do trabalho rural que, consomem todas as horas do dia, tornando-se um trabalho repetitivo e cansativo, não restando tempo no dia a dia para uma atuação mais orgânica e coletiva.



Figura 3: Grupo de mulheres agricultoras do MST, participantes do Projeto. Município de Pinheiro Machado/RS/ Brasil.

(Fonte: Acervo do Projeto, agosto de 2014).

Os grupos atendidos pela pesquisa apresentaram características bem distintas. De um lado, encontramos mulheres mais desprendidas da dominação patriarcal, mas que sentem culpa por deixarem seus filhos e atividades domésticas para trás no dia que realizamos oficina, o que demonstra o estímulo histórico da sociedade machista de naturalizar o serviço doméstico e cuidado da família como sendo obrigação exclusiva da mulher, vinculada ao aspecto biológico. Do outro lado, temos um grupo de mulheres que não se imagina deixando seus maridos e filhos sem o almoço pronto, visto que no dia que são realizados os encontros, estes ocorrem durante todo o dia, incluindo o almoço coletivo como forma de unificar o grupo.

Não obstante todas estas diferenças, que tornam a vida de mulher mais ou menos difícil, a responsabilidade última pela casa e pelos filhos e imputada ao elemento

feminino. Torna-se, pois, clara a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico a mulher. A sociedade investe muito na naturalização deste processo. E tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico a mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz (SAFFIOTI, 1987, p.09).

Compreender essas especificidades da realidade local é de extrema importância nessa construção coletiva, pois elas enriquecem o processo, tornando possível cumprir as premissas da pesquisa de acordo com a metodologia da educação popular feminista e das relações sociais de gênero.

A construção dialógica das oficinas leva em conta a pertinência dos relatos trazidos pelas próprias participantes sobre a supremacia masculina. Nelas ocorrem o desenvolvimento de dinâmicas, vídeos, debates e *rodas de conversa*, que contribuem em muito para enfrentar a ideologia da “inferioridade feminina” e a dominação patriarcal.

A proposta das *rodas de conversa* é realizada com os grupos antes e durante a confecção artesanal, e serve para que as participantes possam perceber as diferenças intrínsecas que existem entre homens e mulheres, e que os gêneros não ocupam posições iguais na sociedade brasileira.

A reflexão do conceito de divisão sexual do trabalho revisita a literatura pertinente das categorias de relação de sexo e gênero de Saffioti (2013), Lagarde (1997), Carrasco (2003) entre outras, pois essas leituras nos auxiliam na teorização da luta feminista em todas as ações que as mulheres fazem ao longo da vida, que vão desde o cuidado da casa, educação das crianças, cuidado do lote e as atividades agrícolas. Se pararmos para averiguar, contemplaremos dentro desses assentamentos pesquisados, que as atividades desempenhadas pelas mulheres camponesas são em sua grande maioria triplicadas, em relação as atividades realizadas pelos homens.

São as mulheres, em sua grande maioria, que primeiramente despertam no alvorecer do dia no campo. São elas que ordenham as vacas, aprontam o desjejum, desadormecem e preparam as crianças para a escola e executam rapidamente o serviço doméstico antes de destinar-se com o companheiro nas atividades do lote. Na metade do dia são elas que, mesmo cansadas da lavragem do campo, preparam o almoço e se encarregam das demais atividades domésticas que ficaram para trás. No intervalo da tarde, elas reassumem as atividades do lote, regressando para casa no final do dia para efetuar as mesmas tarefas reprodutivas relacionadas ao cuidado e aos afazeres domésticos.

[...] torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Carrasco (2003) problematiza o trabalho doméstico, desenhando um novo paradigma, que ela denomina de paradigma da sustentabilidade da vida humana. Nessa nova teoria, o trabalho doméstico e tudo o que acontece nesse espaço do

privado passa a ser o centro da vida em sociedade, pois é nesse espaço que se constrói todo o alicerce que vais permitir a manutenção da vida, tanto biológica, como psicológica e social.

Essa relação assimétrica entre os sexos reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas e marcadas pela exploração de um sexo sobre o outro. É nesse contexto que a educação popular feminista entra em ação, transformando as reclamações e queixas, que muitas vezes aparecem nas *rodas de conversa*, em pautas de luta feminista pelo direito da equidade entre os gêneros, direito a ter voz nos espaços de decisão, direito a participação econômica nos lucros e direito à felicidade plena.

[...] o conhecimento do mundo também é feito através das práticas do mundo; e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar às classes populares. [...] há modos de conhecer o mundo e as classes populares têm um modo peculiar de conhecimento (FREIRE, 2011, p. 20).

Dessa forma, as narrativas advindas das histórias de vida, tem nos permitido compreender e discutir como ocorre as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres dessa localidade, onde “a memória é o elemento chave do trabalho com pesquisa (auto)biográfica, em geral Histórias de vida, Biografias, Autobiografias, Diários, Memoriais” (Abrahão, 2004, p. 202).

As (auto)biografias são constituídas por narrativas em que se desvelam trajetórias de vida. Esse processo de construção tem na narrativa a qualidade de possibilitar a autocompreensão, o conhecimento de si, àquele que narra sua trajetória (ABRAHÃO, 2004, p. 203).

Nessa perspectiva, podemos dizer que a produção das peças artesanais ocorre como valorização da trajetória e do trabalho feminino. É muito importante que as mulheres agricultoras percebam que o papel da mulher dentro do contexto histórico foi fundamental para a sobrevivência da humanidade, pois foram as mulheres que, mesmo reclusas, desenvolveram as primeiras técnicas de agricultura, a arte da cerâmica, da pintura, os cestos de palha, enquanto os homens se destinavam à caça e a pesca. Elas desenvolveram a prática do uso de ervas para uso medicinal. Não podemos deixar de reconhecer nossa importância na história, mesmo que seja doloroso conhecer a discriminação à que fomos historicamente submetidas.

Sobre a experiência, uma agricultora disse:

Eu gosto de artesanato, gosto de vir participar das oficinas, primeiro porque as oficinas unem o o grupo né... nós somos sozinhas aqui e precisamos umas das outras pra se sentir mais forte (risos)... e segundo, porque a gente aprende um montão de coisas diferentes, que daí a gente faz e vende pro pessoal da cidade. (Assentada A).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa experiência foi salientado, tanto por parte das pesquisadoras como

por parte das pesquisadas, a valorização do conhecimento acumulado nas práticas do cotidiano – ponto de partida para compreensão e construção de novos conhecimentos. É possível perceber que a prática de oficinas coletivas de artesanato como atividade de emancipação – tanto financeira como feminista - reflete sobre as relações sociais e auxilia fortemente no aprendizado de como a realidade do patriarcado acontece.

É no íntimo dos diálogos que permeiam as oficinas que as narrativas trazem forte significado pessoal. É discutindo o feminismo e revisitando os pressupostos da vida que lembramos de fatos curiosos que nos tornaram o que somos. É através dessa memória resgatada que entrelaçamos passado, presente e futuro, pois é olhando o passado que conseguimos compreender as cicatrizes da opressão, para planejarmos o futuro.

Importante salientar a sensibilidade que a equipe da Universidade procura ter com as mulheres envolvidas, reconhecendo seus saberes e incorporando seus desejos e opiniões em todo o processo, isso quer dizer que partimos do conhecimento delas, jamais impondo nosso olhar sobre o grupo, mas sim construindo com elas a caminhada, revisitando nossa própria história de vida, conforme Josso (2004) já nos ensinou, na sua elaboração de compreensão da pesquisa como um processo de “caminhar para si”.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena M. B. (org.). **A aventura (auto)biográfica – teoria & empiria**. v. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). **A produção do viver**. São Paulo: SOF, 2003. p. 11-49.
- EGGERT, Edla; SILVA, Márcia Alves da. Observações sobre pesquisa autobiográfica na perspectiva da educação popular nos estudos de gênero. **Contexto & Educação**, v.26, n.85, 2011. p. 51-68.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GODINHO, Eliane. **O “Artesanato de Si” de mulheres assentadas do MST: um processo político pedagógico feminista pelo viés da educação popular** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas – Brasil, 2017.
- GODINHO, Eliane; SILVA, Márcia Alves da. O trabalho de mulheres assentadas do MST retratado em arpilleras enquanto uma proposta pedagógica feminista. **I Congresso Internacional de Memória e Educação: narrativas (auto)biográficas**. Santa Maria, 2017.
- GUARESCHI, Pedrinho. Empoderamento (verbete). In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p.147-148.
- HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, 2007, p. 595-609.
- JOSSO, Marie-Christine. **Histórias de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Em M. Emílio, et al (Eds.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, M. Sororidad. In: CASTRO, Amanda; MACHADO, Rita de Cássia (orgs.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016. p. 25-33.

LOPES, Daniele, SILVA, Márcia Alves da. Da educação não sexista à pedagogia feminista. In: CASTRO, Amanda, MACHADO, Rita de Cássia. **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016. p. 263-275.

OCHOA, Luz Maceira. **El sueño y la práctica de sí - Pedagogía feminista: una propuesta**. México, D.F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes Humanidades e Letras
Cachoeira – Bahia

RESUMO: No Brasil, os festejos juninos se constituem como uma das grandes expressões culturais nacionais. Na Bahia, notadamente, essa expressão cultural é influenciada pela espetacularização, bem como pela mercantilização que ocasiona uma produtificação ou turistificação desses festejos. Nesse sentido, observamos que o São João da cidade de Conceição do Almeida (Bahia), embora não se diferencie do contexto junino de outras localidades, apresenta uma singularidade com relação aos eventos juninos realizados em praça pública. Nessa cidade existem os “arrastões”, manifestações culturais que acontecem durante o São João e que nos oferecem uma luz peculiar para estudo e análise. Neste trabalho pretendemos discutir, ainda que brevemente, como os “arrastões” se configuram em uma espécie de produto consumível a partir da espetacularização dos festejos juninos característicos do Recôncavo baiano.

PALAVRAS-CHAVE: Arrastão; Consumo; Espetacularização; Ressignificação.

ABSTRACT: In Brazil, the June celebrations constitute one of the great national cultural expressions. In Bahia, notably, this cultural expression is influenced by the spectacularization, as well as the commercialization that causes a production or touristification of these festivities. In this sense, we observe that the São João of the city of Conceição do Almeida (Bahia), although it does not differ from the June context of other localities, presents a singularity in relation to the June events held in public square. In this city there are the “trawlers”, cultural manifestations that happen during the São João and that offer us a peculiar light for study and analysis. In this work we intend to discuss, although briefly, how the “trawlers” are configured in a kind of consumable product from the spectacularization of the typical June festivities of the Bahia Recôncavo. **KEYWORDS:** Trawler; Consumption; Spectacularization; Re-signification

1 | INTRODUÇÃO

“Arrastão” é a denominação de um tipo de evento que ocorre nos festejos juninos em Conceição do Almeida, Bahia. Desde os anos 90, o fenômeno vem ganhando contornos espetaculares na região do Recôncavo baiano,

e como aponta CASTRO (2012), provocou uma mudança espacial no local da festa que passou da casa para a praça pública.

É importante salientar que Conceição do Almeida é um município que está localizado no Recôncavo Sul Baiano, nas adjacências das cidades ao Norte (Sapeaçu e Cruz das Almas); ao Leste (São Felipe e Dom Macedo Costa); ao Sul (Santo Antônio de Jesus); e ao Oeste (Castro Alves).

Conceição do Almeida tem aproximadamente 19 mil habitantes e faz parte da zona turística *Caminhos do Jequiriçá*, que compreende o Circuito do Vale do Jequiriçá e Recôncavo Sul, e tem nas festas populares seus atrativos mais notórios, seja no sentido turístico ou de apelo midiático, assim como ocorre em Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas e, recentemente, na cidade de Santo Antônio de Jesus.

Observamos que os “arrastões” de São João característicos de Conceição do Almeida, compõem um subproduto de uma esfera cultural que faz parte de um cenário turístico, o que se caracteriza como um importante elemento para nossa problematização e análise já que buscamos compreender o processo de surgimento de suas significações sociais de inserção dentro desse contexto.

Em outras palavras, queremos entender como os “arrastões” se constituem enquanto produto cultural autonomizado e fortemente influenciado pelos entrecruzamentos da espetacularização e da mercantilização das festas juninas no Recôncavo baiano.

Buscaremos, também, focalizar a partir de um diálogo teórico, como esses “arrastões” figuram no cosmos festivo do Recôncavo. Abordaremos o fenômeno sob a premissa do consumo, e ainda que de forma prematura, buscaremos validar a hipótese de que os “arrastões” são frutos da mudança dinâmica dos festejos juninos a partir de sua espetacularização.

Nesse sentido, o São João espetáculo tornaria favorável a criação de produtos culturais, uma vez que nessas ocasiões são reinventadas as práticas culturais que, de forma ressignificada e reconfigurada, encontram no investimento financeiro de patrocinadores do poder público e da iniciativa privada a força potencializada para sua realização.

2 | A CULTURA SOB O PRISMA DO CONSUMO

O consumo, fato social observado de forma um tanto tímida pelas ciências sociais, tem como um dos seus principais marcos teóricos a discursão promovida por Mary Douglas e Baron Isherwood (2004).

No que se refere ao uso dos bens, DOUGLAS & ISHERWOOD (2004) se propõem a **redefinir** o lugar do consumo no que se relaciona aos estudos antropológicos buscando fundar uma possível antropologia do consumo nos idos dos anos 60. Os pesquisadores passaram a buscar uma definição antropológica de consumo vendo

nisso um desafio, uma vez que falar desse assunto em contexto industrializado e capitalista não deveria distorcer a maneira de observar as também consumidoras sociedades tribais ou comunidades étnicas que não experimentaram o comércio tal qual o conhecemos em nossa sociedade.

Visualizando duas fronteiras, a primeira de que o consumo não é imposto, mas, uma escolha soberana exercida pelo consumidor, e a outra fronteira, que consiste no fato do consumo começar onde termina o mercado, DOUGLAS & ISHERWOOD (2004) propõem que essas duas fronteiras apreendem o interior da questão e devem ser detalhadas de forma convencionada, definindo o consumo como “um uso de posses materiais que está além do comércio e é livre dentro da lei”. Para eles, a ‘fundação’ da abordagem antropológica do consumo percorre com eficiência a discussão uma vez que este ‘o consumo’ pode ser adequado a usos paralelos em todas as comunidades étnicas que não experimentam o comércio.

A afirmação de que o consumo seria como um transmissor de significados, que, em determinado contexto emerge, quando os autores apontam que “O consumo é a própria arena em que a cultura é objeto de lutas que lhe conferem forma” (DOUGLAS/ ISHERWOOD p.103), os autores apontam o consumo como um expressor/gerador de cultura, uma vez que as escolhas objetivadas pelos consumidores divulgam seus gostos, que são por sua vez determinados socialmente e de expressões infinitas, concluindo que “São as escolhas de consumo que podem envolver custos elevados e que, uma vez feitas, podem determinar a evolução da cultura” (DOUGLAS/ISHERWOOD p.103). Sendo assim assumidos essa premissa para pensar, os bens como também sugerido por esses autores quando, buscam estabelecer epistemologicamente o que seria o universo etnográfico existente em torno do consumo.

Aqui nesse estudo, o universo etnográfico evidenciado a partir do consumo de produtos culturais, nesse caso os arrastões, nos traz a ideia, de que os arrastões, que ocorrem em Conceição do Almeida, são por si só, transmissores de significados culturais, partindo dessa premissa nós apreendemos que, este produto, está revestido de uma espécie de resignificação, pois, a partir da compra de camisas, e da participação de uma massa festiva, as pessoas exercem seu livre direito de consumir emoções, e para além disso, tratam produto enquanto um dos momentos ápicos de suas experiências na cosmo festividade junina do recôncavo baiano.

A relações sociais estabelecidas a partir do consumo dos Arrastões de São João na cidade de Conceição do Almeida, nos sugere que estes funcionam como uma espécie de condensador cultural, que faz com que as pessoas, a partir do seu consumo, possam experimentar o São João do espetáculo, porém sem a perda dos laços comunitários, bem como dos contatos de solidariedade que os envolve, de forma que, a partir do uso de uma camisa, adquirida com os idealizadores deste evento torna as pessoas parte integrante dessa manifestação cultural, que de forma ativa, são foliões e ao mesmo tempo parte constituinte fundamental para a realização deste evento.

3 | OS ARRASTÕES DE SÃO JOÃO E A CULTURA DO ESPETÁCULO

Como surgem estes arrastões? Quem são seus idealizadores? O que são esses arrastões? Para responder essas questões podemos recuperar a descrição obtida a partir de uma página hospedada na extinta rede social Orkut, que foi criada pelos fãs do Arrastão e Forró do Passa-Passa, um arrastão que ocorre desde a segunda metade dos anos 1990 na cidade de Conceição do Almeida, que diz o seguinte:

O Arrastão e Forró do Passa-Passa começou a partir da ideia baseada num grupo de jovens de meia idade que se encontram no São João da cidade de Conceição do Almeida, realizado em praça pública no mês de Junho, para comemorar e dançar muito forró, passando e trocando de casais uma brincadeira entre amigos.

Em 1998 o grupo de 8 amigos liderado por Antônio Jorge Gomes Santos formaram o primeiro arrastão do Passa-Passa, dando significado a brincadeira, hoje pelos foliões/forrozeiros é considerado o melhor arrastão da cidade.

Este arrastão consiste numa espécie de caminhada ao som de bandas no Mini Trio-Elétrico percorrendo as ruas da cidade, logo após o arrastão os foliões/forrozeiros seguem para uma área fechada para curtir mais forró e dançar a noite inteira. (ORKUT)

Acerca do processo de espetacularização das festas juninas no Recôncavo baiano, podemos lançar mão das reflexões trazidas por Jânio Roque Barros de Castro no livro *De Casa a Praça Pública (2012)*. Em que a partir de uma perspectiva estruturalista este analisa o processo de mercantilização bem como o de espetacularização dos festejos juninos nas cidades de Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas. Segundo ele, esse processo traz mudanças no ponto de vista espacial, e elas podem ser observadas na criação dos palcos das festas juninas, assim como na transferência da realização dos festejos das casas e dos seus terreiros para as praças de largo. Para Castro:

“As festas populares se constituem em uma importante manifestação cultural que pode ter sua origem em um evento sagrado, social, econômico ou mesmo político do passado e que constantemente passam por processos de recriações e atualizações; como destaca Claval (1999), a cultura como herança transmitida, pode ter sua origem em um passado longínquo, porém não se constitui em um sistema fechado, imutável de técnicas e comportamentos. (...)” (CASTRO, 2012: 42)

Outra reflexão que também pode ser trazida para esta análise é a feita por Edson Farias(2000), quando este vai analisar a o desenvolvimento de um mercado do entretenimento a través da produtificação da cultura em que este autor afirma que:

Em vista disso a identificação das culturas populares na contemporaneidade revela facetas bem mais diversas e complexas, cujas historicidades demonstram combinações inusitadas e bem mais sinuosas do que aquelas entre os gêneros e a produção industrial da cultura. E ainda assim, as manifestações culturais populares se mostram expressivas e constitutivas de um amplo campo cultural. Por isso considero que a processualidade de espetacularização de algumas matrizes culturais constitui um problema original a ser mais bem conhecido, quando se trata de compreender algumas das tendências presentes na redefinição das identidades socioculturais, a partir da simbiose cultura e entretenimento, sob a ótica da correlação entre ócio e negócio. (FARIAS, 2000:44)

Aqui apontamos que o produto originado desse processo, os Arrastões de São João, se encaixam num nicho festivo, em que, ainda segundo Edson Farias:

“(…) os significados em torno da solidariedade comunal e do carisma permanecem, apesar da recriação do sentido das festas populares como peças e contextos de diversão cosmopolita e núcleos das pautas turísticas de exportação cultural. As hibridações mais que apontarem ao popular de massa, creio, descortinam então o entretenimento e a economia do lúdico como mecanismos institucionais fundamentais às redes extensas de interdependências funcionais, com ingerência sobre o desencaixe e o encaixe das experiências humanas, de outras instituições, símbolos, habilidades e práticas no ambiente da globalidade, porem em consonância com a ordem da sociedade de consumidores.” (FARIAS, 2000: P.44)

É importante aqui, salientar que o “arrastão”, mesmo sendo junino, é um termo que possui certa ambiguidade. Reconhecemos aqui, a mesma simbologia impressa nas “quadrilhas” juninas, uma vez que estas também possuem certa ambiguidade, sendo um termo utilizado para denominar um tipo de dança típica dos festejos juninos no Brasil conforme aponta Chianca (2013).

Salientamos que, “quadrilha” é também um termo utilizado para denominar organizações criminosas. Já “arrastão” foi utilizado pela mídia carioca para denominar uma série de assaltos ocorridos na década de 90 na praia de Copacabana no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo “arrastão” é o nome dado a barcos de pesca que operavam redes de arrasto, para captura dos peixes.

Ao apreender o sentido do consumo dos “Arrastões de São João”, partindo dessa perspectiva, com o viés de um consumo da cultura, estes enquanto um produto do processo de espetacularização, e mercantilização turística dos festejos juninos a partir dos anos 1990, bem como das ressignificações simbólicas, espaciais e da infinidade de expressões a serem observadas.

É sabido que a modernidade constitui uma sociedade de consumo, uma nova maneira de pensar os bens, em outras palavras, as ressignificações desse contexto, propiciam aos bens várias conotações simbólicas, que funcionariam como ‘pontes’ para outros significados que são construídos midiaticamente. Acreditamos que os “arrastões” funcionam como esse mecanismo, ponte, que consegue concentrar um tipo de acontecimento festivo, que envolve ao mesmo tempo, uma dinâmica festiva comunitária, adaptada ao contexto espetacularizado e mercantilizado dos festejos Joaninos do Recôncavo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como este trabalho ainda está em caráter construtivo, uma vez que, este artigo está em diálogo um projeto de pesquisa ainda em processo de realização, o que podemos apreender em torno da mercantilização dos festejos juninos, é que estes já se configuraram num sistema entrecortado, que torna essa expressão um exemplo expresso de um fato social que envolve um entrecorte de esferas, sociais, econômicas,

e políticas, uma vez que estes já se consolidam enquanto uma manifestação cultural bastante significativa nas tramas festivas constituídas no Recôncavo baiano a partir da década de 90.

A modernização provocada pelo processo de autonomização de uma esfera cultural transforma os costumes e as formas de sociabilidades das comunidades, tornando-as um produto acabado e pronto a ser consumido pelas mais diversas parcelas das sociedades que os envolve, criando, portanto, um elemento, que exige uma apreensão cuidadosa, afim de que se análide com bastante parcimônia os meandros que revolvem os “arrastões” juninos constitutivos da rica e diversa expressão cultural da Bahia.

Ainda que em caráter não conclusivo, essa pesquisa apresenta contornos que diferenciam os festejos juninos de Conceição de Almeida das demais cidades do interior da Bahia e isso se dá através dos “arrastões” que se mostram como uma forma ressignificada de festejar o São João, uma vez que, mesmo com suas transformações de caráter espetacular e mercantilista, eles propõem um rearranjo espacial e configuracional, sendo necessários estudos mais detalhados, no que tange a dinâmica destes eventos bem como a sua negociação com as esferas econômicas, políticas e socioculturais.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Janio Roque Barros de. **Da Casa a Praça Pública: A Espetacularização das Festas Juninas no Espaço Urbano**. Salvador, EDUFBA, 2012.

CHIANCA, Luciana. “O auxílio luxuoso da sanfona”: Tradição, espetáculo e mídia nos concursos de quadrilhas juninas. **Revista Observatório Itaú Cultural: A festa em múltiplas dimensões**, São Paulo, n. 14, p.91-102, maio 2013. Quadrimestral. Itaú Cultural.

DOUGLAS, Mary. **O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo**/ Mary Douglas, Baron Isherwood; trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004

FARIAS, Édson Silva. **Ócio e Negócio: Festas Populares e Entretenimento-Turismo no Brasil**. 2000. 511 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2000.

GEERTZ, Clifford, 1926. **A Interpretação Das Culturas** - Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

ORKUT, Comunidade do. **Forró da Turma do Passa-Passa**. Disponível em: <<http://orkut.google.com/c12508181.html>>. Acesso em: 23 fevereiro 2015.

RANGEL, Lucia Helena Vitalli. **Festas Juninas, Festas de São João: Origens, Tradições e História**. São Paulo: Publishing Solutions, 2008. 129 p. Disponível em:

<http://www.festajunina.com.br/2014/biblioteca/livro_festas_juninas.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

TURISMO, Governo do Estado da Bahia - Secretaria de (Comp.). **Zonas**

Turísticas. Disponível em: <<http://www.setur.ba.gov.br/zonas-turisticas/>>. Acesso em: 08 maio 2015.

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

Turismóloga, Discente no Programa de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, PPMTUR/IFS
Aracaju – Sergipe

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo identificar a Festa do Caminhoneiro de Itabaiana-Se enquanto atrativo turístico do Turismo Religioso e Cultural local. O desenvolvimento deste trabalho teve como base metodológica o levantamento bibliográfico, cujas temáticas foram: Turismo Religioso, Turismo Cultural, Turismo de Eventos, Cultura, Religião e Patrimônio. Foi pesquisado como subsídio de informações, outras festas existentes no Brasil para mostrar que o Turismo Religioso está associado ao Turismo Cultural e é viável para o desenvolvimento econômico, cultural e social da localidade. É um evento cultural de cunho religioso, onde é perceptível à miscelânea entre o sagrado e o profano. O que afirma dizer que a Festa do Caminhoneiro de Itabaiana é um atrativo turístico do Turismo Religioso e Cultural local é a devoção ao Santo Padroeiro, Santo Antônio, atraindo milhares de pessoas sempre.

PALAVRAS-CHAVE: turismo religioso, festa, cultura, festa do caminhoneiro.

ABSTRACT: The objective of this research is

to identify the Itabaiana-Se Truck Driver's Party as a tourist attraction of the local Religious and Cultural Tourism. The development of the research had as a methodological basis the bibliographical survey, whose themes were: Religious Tourism, Cultural Tourism, Event Tourism, Culture, Religion and Patrimony. As an information subsidy, other festivals in Brazil were researched to show that Religious Tourism is associated with Cultural Tourism and is feasible for the economic, cultural and social development of the locality. It is a cultural event of a religious nature, where it is perceptible to the miscellany between the sacred and the profane. What affirms to say that the Party of the Truck driver of Itabaiana is a tourist attraction of the Local Religious and Cultural Tourism is the devotion to the Patron Saint, Saint Antonio, attracting thousands of people always.

KEYWORDS: religious tourism, party, culture, party of the truck driver.

1 | INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno social, pois, integra diversas pessoas de culturas diferentes, é dinâmico devido a sua agilidade de sempre estar se renovando, criando oportunidades de crescimento e é complexo, por não ser uma ciência e por não existir uma coesão de

pensamentos em torno do seu conceito.

Este trabalho tem como objeto de estudo a Festa do Caminhoneiro realizada no município de Itabaiana no estado de Sergipe, cujo objetivo central é identificar a Festa enquanto atrativo turístico do Turismo Religioso e Cultural local.

A Festa do Caminhoneiro acontece anualmente no mês de junho com o objetivo de celebrar o santo padroeiro da cidade, Santo Antônio, bem como agradecer a sua proteção e graças alcançadas aos caminhoneiros da região, pois, Itabaiana é uma cidade que apresenta o maior número de profissionais do caminhão do estado de Sergipe.

O desenvolvimento deste trabalho teve como base metodológica o levantamento bibliográfico em livros e revistas, por explicarem tais temáticas, a saber, Turismo Religioso, Turismo Cultural, Turismo de Eventos, Cultura, Religião e Patrimônio.

Para compreender toda a complexidade do fenômeno turístico, seus conceitos e categorias citadas acima, vários autores serviram como respaldo para o desenvolvimento e análise crítica sobre o tema aqui explorado. O estudo desta pesquisa: Turismo Religioso tem como embasamento teórico as ideias de Dias (2003), Oliveira (2004), Steil (2001) e Aoun (2004).

A análise sobre o Turismo Cultural prossegue com Camargo (2002), Casasola (2003), Bauman (2005) em meio a outros autores que expressam diversos pontos sobre o segmento. As ponderações feitas sobre Eventos e a sua importância para a atividade turística foram realizadas por Canton (2004) e Tenan (2002). As considerações feitas a respeito desta segmentação são para que o leitor perceba que a Festa do Caminhoneiro é um evento cuja motivação central é a devoção ao Santo Padroeiro, Santo Antônio e assim ser considerado como um evento cultural de cunho religioso. Para finalizar, o foco principal da pesquisa, A Festa do Caminhoneiro, tem como principais autores, entre dados pesquisados em meios eletrônicos e periódicos, Reis (2004) e Martires (2007).

Na visita de campo, houve um contato direto com caminhoneiros e pessoas envolvidas na organização da Festa do Caminhoneiro com o propósito de obter dados e curiosidades importantes que os livros muitas vezes não escrevem.

Após todos os dados coletados na pesquisa de campo, através das respostas de questionários aplicados, estes foram analisados, resultando em subsídios reais para a fundamentação deste trabalho científico.

É visível o potencial turístico da cidade de Itabaiana, em especial a Festa do Caminhoneiro enquanto atrativo turístico focado nos segmentos Turismo Religioso e Cultural, pois consegue atrair inúmeras pessoas, não apenas das regiões vizinhas, mas também dos demais estados do Brasil.

Este trabalho, assim como a atividade turística apresenta uma diversidade de interpretações e de olhares, servindo como base para futuras produções científicas e cumprimento do papel do pesquisador a se empenhar em explicar os novos olhares da temática aqui abordada, por isto, este trabalho de pesquisa estará em constante

análise.

2 | FESTAS, RELIGIÃO E TURISMO

O Brasil é um país que possui uma grande diversidade de credos, com muitas cidades religiosas que, se destacam com o desenvolvimento do turismo religioso, englobando inúmeras manifestações da religião que juntas com a cultura se transforma em festas devocionais que misturam cultos religiosos e festejos profanos, atraindo milhares de peregrinos, visitantes, romeiros, turistas, curiosos, estudiosos, entre outros.

Para a compreensão do turismo religioso, “a viagem movida pela fé tem seu clímax na realização de uma festa sacro-profana” (OLIVEIRA, 2004, p. 34). Dentre as motivações, além da fé, inclui-se a festa e o evento, expressando assim um conjunto de motivações ligadas a fatores espirituais e culturais da localidade visitada.

A festa está muito relacionada à religiosidade, suas realizações são mais antigas quanto à devoção à divindade. O homem primitivo pedia aos deuses proteção e colheitas fartas, usando comida, bebida, música e dança como oferendas.

A explicação da origem, significado e características da palavra festa encontra-se na obra ‘As Formas Elementares da Vida Religiosa’ publicada em 1968, escrita por Emile Durkheim, que afirma que uma característica importante de toda religião é a presença do elemento religião junto à diversão em que “toda festa tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência” (DURKHEIM apud AMARAL, p. 6, 1998).

As principais características de qualquer festa são: diminuir as diferenças entre os indivíduos, ocasionando uma maior interação entre pessoas, resultando em um momento de harmonia, entretenimento, união. Não se ater à ideia de seriedade e sim de descontração e divertimento.

Nas festas, as comunidades estreitam laços de amizade, atualizam mitos, ritos, revivendo e colocando em cena a história do seu povo celebrando a vida.

No Brasil, as festas apareceram no período colonial com a influência dos portugueses, marcadas pela cultura e religiosidades medievais. “Estabelecer a comunicação entre as culturas foi à tarefa principal da festa no período colonial e nosso modelo de sociabilidade, que é de busca da semelhança dentro da diversidade” (AMARAL, p.11, 1998). Os colonizadores europeus deixaram um legado cultural muito vasto no território brasileiro, incluindo a realização das festas, em que eles buscavam unir pessoas de culturas diferentes em um mesmo espaço num determinado tempo.

A festa tinha como objetivo estabelecer uma linguagem onde diferentes povos pudessem se comunicar. Ela foi um elemento facilitador da comunicação até quase os últimos tempos do período colonial, quando a Igreja Católica comandava e as

procissões e festas de santos eram realizadas com frequência. Era obrigatória a participação de todos os portugueses, cristãos, índios e escravos (AMARAL, 1998).

A presença da Igreja e do Estado era muito forte no desenvolvimento de qualquer atividade. “O rei e a religião, numa aliança colonizadora, estendiam o seu manto protetor e repressor sobre as comunidades, manto este que apenas por ocasião de festividades coloria-se com exuberância” (DEL PRIORE apud AMARAL, p. 30, 1998). Tal afirmativa diz que independentemente da rigidez das ordens da Igreja e do Estado e da forma opressiva de administrar, em tempos de festa tudo era alegria onde as diferenças eram esquecidas.

No Brasil, durante o período em que a sociedade estava começando a formar os seus extratos sociais e o seu modo de vida, já era possível perceber a presença de realizações e organizações de festas de caráter religioso e a sua importância para a sociedade:

O constante festejar brasileiro, de caráter essencialmente religioso, de fato, não é recente e a literatura dos viajantes nos prova isto. Chegando ao Brasil, muitos deles ficavam simplesmente perplexos quando, já a partir da porta das primeiras igrejas avistadas, e por todo o percurso das inúmeras procissões que se realizavam constantemente [...] gente de todas as raças fantasiada dos mais diversos personagens, ricamente vestidos e adornados, corporações de ofício e irmandades religiosas, desfilavam, lado a lado, todos juntos (AMARAL, p. 29, 1998).

Segundo Amaral (1998), as festas se desenvolvem entre dois polos: a cerimônia, como forma de culto e a festividade, como forma de demonstração de alegria e bem-estar. E que, na verdade, possuem semelhanças em relação à religiosidade, no aspecto festivo da religião e na cerimônia religiosa onde um objeto sagrado tem a necessidade de comportamentos profanos para se desenvolver.

As festas religiosas estão presentes entre as mais fortes expressões da cultura brasileira. É impressionante a quantidade e a diversidade de celebrações que acontecem em todos os estados do Brasil. Ressaltando o estado de Sergipe, por volta de 1870, começavam as transformações na vida social e as festas religiosas apareciam misturadas com as tradições das festas populares: Reisados, São Gonçalo, Taieiras, Cacumbi, Chegança, as quais mantem vivo um dos mais ricos folclores do país (COSTA, 2001, p. 28).

Nas festas que acontecem nos municípios sergipanos em devoção aos santos padroeiros, são sempre acompanhadas por elementos sagrados: missas, procissões, romarias, novenas e elementos profanos: brincadeiras, folias, danças, apresentação de grupos folclóricos, entre outros que em um ato religioso se misturam com os objetivos centrais estudados nesta pesquisa, que são as homenagens ao Padroeiro, Santo Antônio, e aos caminhoneiros da cidade de Itabaiana, onde os atos religiosos se harmonizam com os atos profanos.

Um acontecimento que existe até hoje em Itabaiana é o ato de enfeitar portas e janelas, calçadas das casas, seja como forma de agradecimento, pagamento de promessa ou uma forma de homenagem ao padroeiro da cidade conforme mostra a

imagem 1. Muitos moradores, devotos do Padroeiro, Santo Antônio, já praticam este ato há muito tempo, sendo algo deixado de pai para filho.



Imagem 1 - Decoração para Santo Antônio.

Fonte: Leylane Meneses Martins, 2016.

Segundo Pellegrini (1993, p. 28) “as festas religiosas são um dos tipos de manifestações tradicional-populares com maior potencialidade de atração turística, impulsionados pelas procissões”. Junto às procissões, estão às romarias, as missas, as visitas a santuários e templos, os espetáculos teatrais entre outros acontecimentos que contribuem para a realização de uma festa religiosa, se manifestando de acordo com o surgimento de novos destinos sagrados, milagres e aparições.

Segundo Ansarah (1999, p. 127) “à medida que surgem boatos ou fatos sobre aparições de seres e curas efetuadas por algum religioso ou místico multiplicam-se os locais de destino e os turistas desejando conhecê-lo”. Então, muitas cidades atraídas por milhares de fiéis, são conhecidas por esses fenômenos, tornando-as verdadeiros centros de peregrinação e festa religiosa.

A Basílica de Aparecida em São Paulo, o Padre Cícero em Juazeiro do Norte, o Círio de Nazaré em Belém no Pará, a Festa do Divino no Espírito Santo, Bom Jesus da Lapa na Bahia, a Festa do Senhor dos Passos em Sergipe, o Santuário de Madre Paulina em Santa Catarina são exemplos de localidades, festas e santidades homenageadas que entre cantos, ladainhas, rezas e penitências demonstram que o Brasil se multiplica em uma infinidade de roteiros religiosos. Segundo Sá (2002, p. 28),

esses lugares demonstram que o brasileiro possui várias formas de cultivar sua fé, através das festas e lugares santos, por um milagre, uma imagem ou pelo sincretismo religioso que através das danças populares revelam o culto da água, do fogo e do ar, confirmando as mais variadas formas de expressão.

Oratórios, Capelas, Santuários, Igrejas, Catedrais, são elementos que retratam a presença da religiosidade em uma determinada localidade, que possuem valor simbólico permitindo as pessoas de expressar sua crença através de homenagens voltadas para Jesus, Maria e aos santos da Igreja Católica. Esta homenagem acaba se tornando uma festa religiosa de devoção, agradecimento, perdão entre outros sentimentos de fé e assim ocasionando uma grande demanda devido a tal homenagem, a sua repercussão em outros lugares e devido a muitos devotos que existem no Brasil que saem do seu local de origem para receber uma benção, para louvar ao seu santo, enfim devido à fé, principal motivadora deste deslocamento.

Muitos destinos religiosos recebem uma grande demanda de peregrinos, romeiros, que devotos de algum dos muitos santos identificados pela Igreja Católica, além daqueles que estão em processo de beatificação ou que nem são canonizados, buscam a paz espiritual e proteção.

A atividade turística começa a se desenvolver em uma localidade religiosa quando o número de visitas começa a crescer, ocasionando a movimentação de todos os aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais da localidade.

Surge então a necessidade do desenvolvimento de equipamentos e serviços turísticos para atender à crescente demanda, ou seja, construção de hotéis, pousadas, dormitórios, restaurantes, especialização dos profissionais que irão prestar serviços, divulgação dos atrativos turísticos culturais e naturais além da festa religiosa, entre outras atividades que competem a todos os envolvidos, seja poder público, privado e a comunidade local para que a localidade venha a se tornar um destino turístico.

A Festa do Caminhoneiro é um evento cultural de cunho religioso que acontece anualmente durante quatro dias no mês de junho, nas datas 10, 11, 12 e 13 e que está inserida no contexto religioso do Trezenário de Santo Antônio, reunindo caminhoneiros, comunidade itabaianense e visitantes de diversos estados do Brasil, que participam de uma vasta programação envolvendo atividades artísticas e religiosas durante estes quatro dias.

O Trezenário de Santo Antônio é realizado durante treze dias e nos últimos quatro dias acontece a Festa do Caminhoneiro, onde ambas têm o intuito de homenagear o caminhoneiro e o santo padroeiro, agradecendo a vossa proteção. Este acontecimento festivo tem sido intensamente explorado como atrativo turístico pelo poder público municipal e pelos próprios dirigentes.

Assim, o Trezenário de Santo Antônio juntamente com a Festa do Caminhoneiro são divulgados em todo o Estado, por meio dos meios de comunicação de massa e pelo popular 'boca a boca' e tem atraído cada vez mais devoto de Santo Antônio, como também curiosos que vêm não só para assistir, mas também para participar, muitas vezes sem o intuito de devoção, mas de entretenimento. Esta homenagem ao Caminhoneiro e a Santo Antônio passa então a identificar o município de Itabaiana.

A homenagem ao caminhoneiro se explica porque a cidade de Itabaiana é conhecida nacionalmente como a capital nordestina dos caminhões, possuindo o

maior número per capita de caminhões em todo o Brasil. Possui uma frota estimada em cinco mil caminhões proporcional para uma população de aproximadamente 100 mil habitantes, passam por Itabaiana muitos produtos que são consumidos em todo o Estado de Sergipe e em outros estados do Brasil (REVISTA PERFIL, jun, 2008).

Durante a festa do Padroeiro Santo Antônio há fatos em que sentir esclarece mais do que tentar explicar. Pés descalços, olhos fechados, mãos postas em oração e lá estão eles, os devotos com seus terços, nas ruas ou nas missas ao som de cânticos e louvores ao padroeiro na Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, todas as noites desde o dia 31 de maio até o dia 13 de junho. Uma tradição que se mantém viva graças ao povo itabaianense com muita devoção, fé, alegria e comemoração.

A Festa do Caminhoneiro, como qualquer festa religiosa, tem seu lado sagrado e seu lado profano. A Trezena de Santo Antônio é um ato religioso composto de procissões, missas, louvores e cânticos em agradecimento, devoção e homenagem ao padroeiro da cidade e como a Festa do Caminhoneiro está inserida neste período de atos religiosos, além de ser uma festa de devoção ao Santo, é ela também que movimenta o comércio ambulante e toda a economia do município, promove shows com cantores da música nacional, oferece uma programação com gincanas e brincadeiras para os caminhoneiros e visitantes, entre outros acontecimentos que são opostos ao viés do aspecto sagrado. Nela, os lados históricos, religiosos e profanos se unem com a tradição e se mesclam de maneira harmoniosa, fazendo o município de Itabaiana ter reconhecimento e sucesso em âmbito nacional.

Um exemplo de Festa religiosa, que não foge à regra de mesclar o sagrado e o profano é a Festa do Senhor dos Passos em São Cristóvão também no estado de Sergipe. Segundo Dantas (2006) é um evento que acontece na Semana Santa, onde as missas e procissões são as cerimônias mais significativas, atraindo centenas de fiéis que se deslocam para o município a fim de participar dos atos religiosos, agradecer e pagar promessas, mas durante a sua realização há também um grande crescimento do comércio formal e informal.

Devoção, fé e penitência. Palavras que representam de maneira concisa a Procissão de romeiros do Senhor dos Passos. Manifestação religiosa de ordem católica, onde devotos da região e de vários estados lotaram as ruas do município de São Cristóvão, quarta cidade mais antiga do Brasil e primeira capital de Sergipe.

Outra festa que mescla o sagrado e o profano na sua realização é a Festa do Divino, realizada no domingo de pentecostes, 42 dias depois do Domingo de páscoa, onde tem o objetivo de comemorar a vinda do Espírito Santo e exaltar o poder do rei como agente de Deus na Terra. No desenvolvimento da festa acontecem muitas encenações, com as cavalcadas de mouros e cristãos, com o cortejo do império e com o imperador eleito, o maior investidor da festa, para realizar a festa que tem a liberdade de mandar e desmandar, bastando um simples gesto seu para que alguma atividade seja realizada (FUNARI; PINSKY, 2002). A festa é envolvida de muita alegria nas ruas da cidade, distribuição de comidas e bebidas, queima de fogos, muitas danças e por

último a missa solene para os devotos do Divino Espírito Santo.

Nestas festas que envolvem uma mistura de sagrado com profano para um visitante pode parecer estranho ou curioso tudo que acontece: os rituais, o participar da procissão, o andar descalço, a coroação do imperador, os bailados e outras atividades. Mas o devoto, o peregrino, o romeiro que ocupa uma posição de liderança no momento da festa, que veste uma fantasia de rei, rainha, mouro ou cristão, que caminha quilômetros descalço para pagamento de promessas, sabe do profundo sentido religioso que aquele momento tem. Então “numa palavra: quem vive o fato normalmente não está preocupado em fazer espetáculo para público de fora” (PELLEGRINI, 1993, p. 128).

A Festa do Divino realizada na cidade de Paraty, no Rio de Janeiro, no período de sua realização, tem alguns pontos semelhantes com a Festa do Caminhoneiro, além de possuir a devoção ao Santo Antônio ou ao Divino Espírito Santo em forma de missas e procissões, como forma de homenagem, quando verificada pelo viés dos acontecimentos profanos existe a semelhança da grande movimentação do comércio formal e informal, as brincadeiras e gincanas feitas para a comunidade e para os caminhoneiros entre outros elementos. Um acontecimento social interessante entre ambas é que na Festa do Caminhoneiro é servido um café da manhã nordestino para os caminhoneiros para homenageá-los e na Festa do Divino de Paraty é servido um almoço para todos os participantes da festa como um ato de reforço ao amor ao próximo e solidariedade (TAVARES, 2005).

Ainda na região sudeste do Brasil, existe uma cidade considerada a capital brasileira da fé, Aparecida, 170 km de São Paulo apresenta uma das maiores festas religiosas do país, onde milhares de pessoas se deslocam no dia 12 de outubro para agradecer as graças alcançadas, fazer e pagar promessas, enfim prestar homenagens à padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. A cidade se transforma em um verdadeiro atrativo do turismo religioso, onde todos os setores, dentre os quais está o comércio, os restaurantes, os hotéis, os equipamentos de entretenimento, as empresas de transportes, se envolvem para receber os peregrinos durante período de estada apresentando uma programação de eventos que instiga o turista/visitante a continuar mais de um dia na cidade.

É inegável, encontrar uma festa religiosa sem acontecimentos profanos no decorrer da sua realização, pois muitas pessoas que vão motivadas pela religião, devoção, também aproveitam para conhecer a localidade como um todo, comprar *souvenirs*, participar de atividades recreacionais, entre outras atividades que estão inseridas no contexto da festa.

Retornando para a região Nordeste, na cidade de Juazeiro do Norte no Ceará, as peregrinações congestionam a cidade, com milhares de devotos em busca da satisfação espiritual nas romarias em louvor ao Padre Cícero, conhecido como “Padim Ciço”, respeitado por todos da região. Juazeiro do Norte recebe nos meses de março e julho milhares de fiéis que chegam para participar das romarias, celebrações

eucarísticas, missas, procissões, bênçãos de imagens e peregrinações, visitar a estátua do Padre Cícero e aproveitar para comprar artigos religiosos e artesanais. A festa do Padre Cícero acontece no dia 20 de julho, aonde milhares de fiéis vão para participar das festividades à Padre Cícero Romão Batista, injetando dinheiro no município e movimentando o comércio.

Santo Antônio é reverenciado da mesma forma que o Padre Cícero, tornando-se até uma característica do devoto brasileiro de ter muita fé e acreditar nos milagres advindos de tais santidades por meio das suas orações.

A região nordeste é palco da religiosidade, sendo perceptível à devoção às santidades. O Frei Rolim apud Azzi (1978, p.83) explica que o povo nordestino:

corta sua semana de trabalho para ir a romaria, hoje de ônibus ou de caminhão, antigamente a pé ou a cavalo. O tempo para o santo não é sobra de tempo. A semana de trabalho cortada não é semana perdida. É semana investida de poder sagrado. O cansaço da viagem, como as horas de trabalho não pagas, não tem importância. O que conta é o santo na vida dos romeiros.

O fenômeno religioso nas realizações das festas em homenagem aos santos padroeiros tem gerado novos empregos e beneficiado tanto a população local, como estimulado o poder público para o desenvolvimento da atividade turística. As festas religiosas são verdadeiras impulsionadoras da atividade turística na localidade, pois com os exemplos das festas citadas, foi possível perceber o quanto está crescendo o segmento turismo religioso, valorizando a cultura nas localidades que possuem um local sagrado, uma cura, uma aparição, um fato milagroso, uma comemoração ao padroeiro da cidade, enfim, qualquer acontecimento onde a principal motivação é a fé, atraindo milhares de pessoas para um agradecimento, um pedido ou uma homenagem.

3 | A FESTA DO CAMINHONEIRO DE ITABAIANA

No âmbito nacional, a devoção dos caminhoneiros se dá ao padroeiro dos motoristas, São Cristóvão, porém, há alguns anos atrás, o município de Itabaiana, conhecido nacionalmente como a Terra dos Caminhoneiros, por possuir uma das maiores frotas de caminhões do país, reverenciam o padroeiro da cidade, Santo Antônio, que os guia e os protege dos perigos advindos desta profissão.

A Festa do Padroeiro do município de Itabaiana, Santo Antônio é um acontecimento de fé e devoção, período em que fiéis desta comunidade e de cidades circunvizinhas homenageia o santo que protege todos os itabaianenses e quem busca suas graças. A Igreja Matriz de Itabaiana, Santo Antônio e Almas é considerada um marco secular, localizada na Praça Fausto Cardoso e que no período de festas religiosas torna-se cenário de demonstração de fé e religiosidade.

No período de 31 de maio a 13 de junho são realizadas as Trezenas de Santo Antônio, a imagem do padroeiro percorre as ruas da cidade em procissão, com saída

de diferentes locais da cidade em direção a Igreja Matriz, onde se iniciam as novenas em homenagem ao santo padroeiro. As procissões e novenas são momentos de os fiéis pedirem, agradecerem e renovarem suas esperanças para dias melhores sob a proteção de Santo Antônio.

No dia 10 de junho, a cidade encontrava-se repleta de caminhões provindos de várias localidades, onde os caminhoneiros, tendo um retorno, mesmo que temporariamente, aos seus lares para junto de suas famílias agradecer a proteção ao santo padroeiro, bem como caminhoneiros de outros lugares que vieram com o propósito de conhecer a festa e participar da devoção dos seus colegas de estrada. Segundo relatos de alguns caminhoneiros, muitos preferem perder o emprego, a deixar de ir para a Festa, onde este momento resulta em estar mais próximo da família, encontrar amigos caminhoneiros, dividirem as histórias da boléia e celebrar com fervor a Festa do seu padroeiro, Santo Antônio.

No primeiro dia da Festa do Caminhoneiro, nota-se uma grande movimentação na cidade em todos os setores, comércio, bares e restaurantes, pousadas e hotéis, inclusive a presença de grandes montadoras nacionais como: Mercedes Benz, Kia Motors, Citroen, Iveco, Ford, Wolkswagen, além da Pirelli, Michellin, Petrobrás entre outras marcas nacionais, onde expõem através da Feira Nacional do Caminhão que acontece em conjunto com a Festa do Caminhoneiro, na Praça de Eventos com uma exposição de produtos e novas tendências para os homens da estrada.

Durante o período da realização da Festa do Caminhoneiro, foram aplicados dez questionários por dia onde as pessoas entrevistadas foram aquelas que estavam nas ruas, na Praça da Igreja Matriz e na Praça de Eventos. A Festa do Caminhoneiro é uma festa que já integra o calendário turístico do Estado de Sergipe, sendo um atrativo religioso de cunho cultural, em que envolve o sagrado e o profano no mesmo período, ou seja, envolve o momento religioso e o momento social festivo.

No primeiro dia da Festa, foi constatada através do questionário aplicado, que o que atrai para a Festa do Caminhoneiro é a religião, ou seja, o motivo maior de ir para Itabaiana, no período da Festa do Caminhoneiro é a devoção a Santo Antônio, o momento de agradecer a proteção concedida do padroeiro, momento de ser abençoado.

Conforme coleta de dados nos questionários, é possível perceber que a religião com 40% dos entrevistados foi o objetivo principal da ida para a Festa do Caminhoneiro, ficando em segundo lugar, com 30% às atrações musicais que aconteceram todas as noites na Praça de Eventos, que paralela à exposição da Feira Nacional de Caminhão, apresentou uma programação artística em um palco principal, onde aconteceram shows com diversas atrações nacionais e regionais durante os quatro dias do período da Festa do Caminhoneiro.

Em comunhão com a fé católica, pela devoção ao santo Padroeiro de Itabaiana, Santo Antônio, o município é tomado por milhares de visitantes de diversas partes do país. Dando continuidade à programação realizada para homenagear os caminhoneiros,

agradecer as bênçãos alcançadas e pedir proteção ao padroeiro Santo Antônio, no dia 12 de junho Itabaiana desperta com as buzinas dos caminhões, dando início assim ao Dia do Caminhoneiro, acompanhado da celebração da novena dos caminhoneiros.

Às 5 horas da manhã, alguns raios de sol começam a surgir, onde milhares de pessoas esperam ansiosos nas ruas da cidade, a continuidade de uma tradição: A alvorada festiva com a carreata dos caminhoneiros em homenagem a Santo Antônio. Apontando logo na entrada da cidade, os primeiros faróis de inúmeros caminhões, todos eles ornamentados, com seus motoristas buzinando acompanhados de muitos fogos de artifício, anunciando a chegada dos caminhões. Muitos caminhoneiros para homenagear os amigos falecidos, colocam faixas com mensagens na frente e nas laterais do caminhão, momentos estes carregados de muita emoção.

A alvorada festiva passa por várias ruas da cidade, encontrando a maior parte da população acordada, com aplausos, varandas cheias para ver melhor os caminhões, acenavam sorridentes para mais um dia de homenagem ao Santo Padroeiro e aos profissionais do caminhão.

Ao finalizar a carreata, na Praça de Eventos, apesar da movimentação, o ambiente é solene, dando abertura para celebração da primeira missa em homenagem aos profissionais do caminhão. Neste momento é perceptível que a fé destes homens é maior do que qualquer dificuldade, entregando-se aos pés do Santo que os protegem durante as suas jornadas nas estradas.

No final da missa, o padre abençoa um dos principais instrumentos de trabalho dos caminhoneiros que são as chaves que transportam seus caminhões pelas estradas do Brasil afora. Momento único de conversa com Santo Antônio, onde é possível ouvir os agradecimentos e os pedidos em voz baixa de todos ali presentes.

Por este e outros motivos, é evidente que a Festa do Caminhoneiro de Itabaiana como atrativo turístico do Turismo Religioso e Cultural local é uma realidade, atraindo uma grande demanda de várias localidades do país, onde a devoção a Santo Antônio é o principal elemento que os leva a esta cidade e que paralelo a isto, existe um símbolo itabaianense, o profissional do caminhão, que leva consigo toda a devoção ao Santo Padroeiro.

Quem vai a Itabaiana no período de 10 a 13 de junho, vivencia grandes momentos de devoção e alegria, sendo possível constatar que o povo itabaianense sabe fazer grandes festas a exemplo da Festa do Caminhoneiro que revelou a autenticidade, a devoção ao Santo Padroeiro e as características culturais de um povo trabalhador, ordeiro e cortês na figura do profissional do caminhão.

As frases alusivas a Santo Antônio nos caminhões, carrocerias padronizadas e o carisma são características marcantes desses bravos homens que percorrem as estradas desse Brasil afora, levando desenvolvimento econômico, devoção ao seu Santo Protetor e o exemplo de ser um povo lutador e de uma grande fé cristã.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa resultou de uma vivência que contribuiu de maneira direta para o enriquecimento acadêmico e profissional, por entender que o Turismo em toda a sua diversidade e complexidade estimula a encontrar respostas para os questionamentos de qualquer pesquisa.

Pesquisar a Festa do Caminhoneiro de Itabaiana enquanto atrativo do Turismo Religioso e Cultural Local foi um desafio, para compreender o quão é forte a presença da devoção capaz de motivar muitas pessoas ao município de Itabaiana. Vivenciar a tradição de um povo cuja devoção a Santo Antônio está sempre presente foi de fundamental importância para consolidar esta pesquisa que foi baseada nas linhas do Turismo Religioso, Cultural e todas as suas vertentes.

O resultado desta pesquisa é semelhante à atividade turística, sendo um campo inesgotável de leituras e descobertas, onde o pesquisador tem a função de buscar cada vez mais novos olhares sobre o objeto de estudo.

Conhecer o município de Itabaiana auxiliou no entendimento da Festa do Caminhoneiro como um atrativo turístico do Turismo Religioso e Cultural, pois em contato direto com os itabaianenses, os profissionais do caminhão, seus costumes, hábitos e festas, vivenciando a cultura e tradição do povo de Itabaiana, foi possível ter subsídios reais para afirmar que os segmentos Turismo Religioso e Cultural é uma realidade durante o período da Festa do Caminhoneiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita de Cassia de Mello Peixoto. **Festa à Brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”**. 1998. 387 f. Tese (Doutorado de Antropologia)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-21102004-134208/pt-br.php>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ANSARAH, Marília Gomes do Reis (Org.). **Turismo: Segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999.

AOUN, Sabáh. Turismo e Religião. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro**. São Paulo: ROCA, 2004, p. 313-323.

AZZI, Rilando. **O catolicismo Popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 9. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BORBA, Rosangela Ramos. **Turismo e Cultura em Nossa Senhora das Dores: Potencialidades e Desafios para a implementação de estratégias de desenvolvimento local**. Universidade Tiradentes. Relatório apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Turismo. Aracaju: jun, 2001.

BRASIL. MTUR. Turismo Cultural. **Segmentação do turismo - Marcos Conceituais**, São Paulo: Ministério do Turismo – Roteiros do Brasil.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMINHONEIROS de Santo Antônio. **Jornal Cinform**, Aracaju, 10 jun. 2007. Cinform Municípios, p. 01-19.

CANTON, Antonia Marisa. Eventos. In: ANSARAH, Marília Gomes do Reis (Org.). **Turismo: Como aprender, como ensinar**. 3. ed. vol. 2. São Paulo: Editora SENAC, 2004, p. 305-329.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Santas Almas de Itabaiana**. Itabaiana: O SERRANO, 1973.

CARVALHO, João Paulo Araújo de. **Nossa Senhora das Dores dos Enforcados: uma herança de martírio e devoção**. 2006. 256 f. Monografia (Graduação em História)– Universidade Tiradentes, Aracaju, 2006.

CASASOLA, Luis. **Turismo e Ambiente**. São Paulo: Roca, 2003.

DANTAS, Beatriz Góis. Entre o sagrado e o profano. In: VIEIRA, Marcio José Garcez. **Senhor dos Passos em todos os passos**. Aracaju: Gráfica J Andrade: Banco do Nordeste, 2006.

COSTA, Sheila Silveira. **Divina Pastora e as perspectivas para o Turismo Religioso**. Relatório apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Turismo. Universidade Tiradentes, Aracaju: jun, 2001.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson José Sena da (Org.). **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2003.

DUARTE, Renato. Aparecida do Norte - SP. **Revista Turismo**. Aracaju, 03 set. 2007. Passeios. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/passeios/aparecida.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

FESTA do Caminhoneiro. **Jornal da Cidade**, Aracaju, p. 01-19, 10 jun. 2007.

FESTA do Caminhoneiro. **Revista Perfil**. Cidades. ed. 101. ano 11. nº3. Aracaju, jun 2008, p. 26 – 33.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 2. ed. Coleção Turismo Contexto. São Paulo: Contexto, 2002.

HOELLER, Elisete Helena. Turismo de eventos: Centreventos Cau Hansen de Joinville – SC. In: ANSARAH, Marília Gomes do Reis (Org.). **Turismo: Segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999, p. 75-81.

ITABAIANA: 118 anos amada por seu povo. **Jornal Cinform**, Aracaju, ed. 1220, nº 487, 28 agos. - 03 set. 2007. Publicidade. Cinform Municípios, p. 07.

ITABAIANA vive turismo religioso com festa a Santo Antônio. **Revista Perfil**. Aracaju, 30 jun. 2005.

MACHADO, Fernanda. Itabaiana e suas paixões. **Revista Perfil**. Capa. Ano 11. nº 5. Aracaju, ago. 2008. p. 12-15.

MARTIRES, Rosilene Souza. Itabaiana de um povo feliz. **Revista Perfil**. Aracaju, 03 set. 2007. Seção Capa. Disponível em: <<http://linux.alfamaweb.com.br/perfil/index.php>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Turismo Religioso**. São Paulo: Aleph, 2004.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

REIS, Francisco. Paixão e fé movem uma cidade. **Revista Caminhoneiro**: onde tem caminhão, tem caminhoneiro. 204. ed. São Paulo, jun. 2004. Feira do caminhão. Disponível em: <http://www.itabaianase.com.br/mais_noticias.php?gerais_id=269>. Acesso em: 12 nov. 2015.

CAMINHONEIROS de Santo Antônio. Cinform Municípios. Especial Festa do Caminhoneiro. **Jornal Cinform**. Aracaju, jun 2007.

SÁ, Iran Azevedo. **Turismo Religioso: Uma Realidade Possível em Carmópolis**. 2002. Relatório apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (Curso de Turismo)– Universidade Tiradentes, Aracaju: jun, 2002.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

STEIL, Carlos Alberto. Catolicismo e Cultura. In: VALLA, Victor Vincent (Org.). **Religião e Cultura Popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TAVARES, Themilson. **Festa do Divino Espírito Santo em Paraty**. Rio de Janeiro: mai. 2005. Disponível em: <<http://www.igrejaparati.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

TENAN, Ilka Paulete Svissero. **Eventos**. São Paulo: Aleph, 2002.

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Bahia/IFBA. Eunápolis-BA

José Paulo Siefert Brahm

Universidade Federal de Pelotas/UFPel – Bolsista
CAPES (Código de financiamento 001). Pelotas-
RS

Diego Lemos Ribeiro

Universidade Federal de Pelotas/UFPel. Pelotas-
RS

RESUMO: Este artigo propõe uma avaliação do espaço cemiterial pela noção de patrimônio cultural, utilizando-se, para isto, os conceitos de alma (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013; YÁZIGI, 2001) e ressonância (GREENBLATT, 1991). Os *Britishes Cemeteries*, localizados nas cidades de Salvador e do Recife, são salientados como exemplos nos quais tais conceitos encontram adequação analítica.

PALAVRAS-CHAVE: Cemitério, patrimônio cultural, memória, alma, ressonância.

ABSTRACT: This article proposes an evaluation of the cemetery space by the notion of cultural patrimony, using, for this, the soul concepts (GONÇALVES; GUIMARÃES; BITAR, 2013; YÁZIGI, 2001) and resonance (GREENBLATT, 1991). The *Britishes Cemeteries*, located in the cities of Salvador and Recife, are highlighted as

examples in which such concepts find analytical adequacy.

KEYWORDS: Cemetery, cultural heritage, memory, soul, resonance.

1 | INTRODUÇÃO

Os espaços cemiteriais – aqui compreendidos os espaços cemiteriais ocidentais contemporâneos dos séculos XIX até meados do século XX de concepção ou influência judaico-cristã – apresentam ações rituais que, segundo Fernando Catroga (2010, p. 169), “têm nas práticas de conservação, de simulação e de dissimulação as suas atitudes simbólicas mais significativas”, as quais ajudam a compreender a edificação cemiterial e os elos entre a morte e a memória. Na simbólica do cemitério, é nítida a evocação e a identificação do ausente, e o dever de memória passa pela invocação; nesse caso, a invocação do morto pelo nome próprio, fazendo-o sair do esquecimento e renovando sua identidade (CATROGA, 2010, p. 169). A memória reavivada pelos ritos de recordação do morto (visita ao cemitério, culto dos túmulos, deposição de flores, recolhimento, etc.) “tem uma função pragmática de (...), em nome de um patrimônio espiritual e material comum, integrar os indivíduos em cadeias de filiação identitária” (CATROGA, 2010, p.169).

Pela mirada de Jean-Didier Urbain (1978), esses espaços estão eivados de signos a reproduzirem a concepção dos vivos em relação ao mundo dos mortos - um mundo fechado, de tempo encerrado, lugar do eterno, da eterna presença, da conservação. Por isso, podem ser considerados *La Société de Conservation*, e apresentam uma *L'idéologie de la Conservation*.

Todavia, se forem compreendidos como objeto de interesse histórico, artístico e cultural - isto é, como bem cultural -, esses espaços podem se configurar em algo mais: podem incorporar novos sentidos e significados, por exemplo, como museu (quando musealizados, o acervo se constitui de objetos funerários materiais e imateriais), ou sítio histórico, no qual está registrada a memória de uma localidade; da mesma forma podem ser observados como espaços de lazer, constituindo-se numa atração a mais para o mercado turístico. Três possibilidades que aparecem com regularidade quando os espaços cemiteriais são alvos de patrimonialização, ou seja, passam à categoria de patrimônio cultural (por preservarem a história, a identidade e a memória da sociedade e instituições no contexto de sua inserção, bem como “linkarem” o tempo presente com o passado, dando um sentido de continuidade à história).

A ação de patrimonializar tem como finalidade fomentar os usos sociais da memória através de valorizações e revitalizações de determinadas culturas e seus patrimônios. A forma utilizada na realização destas revitalizações culturais é valer-se do instrumento de patrimonialização quando este atua como um mecanismo de afirmação e legitimação de identidades sociais, com atribuições de valor, sentidos, usos e significados, voltados para um processo de ativação de memórias passíveis de esquecimento (PEREIRO, 2006).

No entanto, espaços cemiteriais de grande apelo histórico e artístico continuam à espera de uma oportunidade para se transformarem em patrimônio cultural da cidade e atrativos polos turísticos. Tais equipamentos, como grande parte dos complexos arquitetônicos localizados em áreas históricas da cidade, carecem de restauro/revitalização. A população que circula diariamente em seu entorno, na maioria dos casos, não se dá conta de que ali existe um lugar com forte potencial patrimonial, que pode ser utilizado em prol delas próprias. Por outro lado, apesar de já serem patrimonializados/tombados, alguns desses espaços cemiteriais continuam em precário estado de conservação, como prova da falta de relevância e reconhecimento por parte da população e do Estado.

Segundo Françoise Choay, o patrimônio material não sobrevive a menos que tenha um espaço garantido no exercício da memória e da cultura de determinada população (CHOAY, 2006). Ou seja, um patrimônio que não é reconhecido pelo grupo social no qual está inserido corre o risco de ser esquecido e conseqüentemente desvalorizado, uma vez que não ocupa um lugar na memória afetiva daquele grupo. Nesse caso, nem mesmo a patrimonialização será relevante para a preservação de um bem.

No âmbito dessas considerações, este texto se desdobra no sentido de justificar

que, efetivamente, os espaços cemiteriais requerem para sua permanência, sobretudo ao serem alvo de patrimonialização, mais que projetos e políticas públicas e medidas legais. Junto a tais ações também se faz necessário o desvelamento de suas almas e a garantia de suas ressonâncias no contexto social de suas inserções. Os *Britishes Cemeteries*, localizados nas cidades de Salvador e Recife, servirão de ancoragem à reflexão proposta.

2 | O ESPAÇO CEMITERIAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL

Sob a ótica do patrimônio cultural, como “[...] tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares” (FUNARI; PINSKY, 2015, p. 8), os espaços cemiteriais, da mesma maneira que elementos que compõem o conjunto da produção humana, podem ser apropriados como representantes ou como bens de referência cultural para determinado grupo ou lugar. A Constituição Federal do Brasil, em seu art. 216, estabelece que seja considerado patrimônio cultural:

[...] os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - o modo de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 240).

É importante destacar que todo objeto na atualidade tem o potencial de ser patrimônio. “Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem para isso tenha tido, na origem uma destinação memorial. [...] todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial” (CHOAY, 2006, p. 26). A autora complementa: “quando deixar de ser objeto de um culto irracional e de uma valoração incondicional, não sendo, portanto, nem relíquia, nem *gadget*, o reduto patrimonial poderá se tornar o terreno inestimável de uma lembrança de nós mesmos no futuro” (CHOAY, 2006, p. 257).

O conceito atual de patrimônio não se restringe mais apenas aos monumentos individuais criados com a intenção de rememoração, como foi inicialmente compreendido por Alois Riegl (2013), ou que apresente um valor de nacionalidade e excepcionalidade; é relativo aos “materiais de ancianidade, frequentemente privados de datas ou de nomes, além de todos os recursos do imaterial” (POULOT, 2009, p. 226, 227). Ou seja, todo objeto que representa coletivamente um grupo ou sociedade tem, na atualidade, o potencial de ser patrimônio independente de sua natureza.

Considera-se assim que os “campos santos” se encontra(ria)m, por diferentes aspectos, dentre os bens ou espaços a serem preservados por seu caráter identitário, memorialista, pelas diferentes manifestações artístico-culturais presentes em suas

construções funerárias, e por seus ritos. No Brasil e no exterior, algumas iniciativas, como por exemplo, associações, declarações, leis, tombamentos e atividades turísticas têm lançado novos olhares e novas questões sobre a preservação do patrimônio funerário. Acompanhar tais discussões evidencia que o tema dos cemitérios como bens culturais é antigo, apesar de ainda encontrar resistências.

Nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) se encontra a preservação de cemitérios ou parte de conjuntos funerários, como esculturas, túmulos, e portões de entrada a partir da década de 1930. Elisiana Castro apresenta um levantamento (feito nos arquivos do IPHAN) sobre o assunto até meados dos anos de 2008, totalizando o quantitativo de quinze tombamentos direcionados a cemitérios e partes de seus conjuntos como túmulos, portões e inscrições tumulares efetuados pelo órgão governamental. Cf. Castro (2008). Em 2013, Renata Nogueira, retoma o assunto e observa que até meados de julho de 2011 consta um acréscimo: a notificação do tombamento do Mausoléu Ícaro, onde está enterrado o aviador Alberto Santos Dumont, localizado no Cemitério São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro. Ver Nogueira (2013). Se o quantitativo não é expressivo, a presença desse patrimônio cemiterial como objeto de ação governamental federal já se constitui em ganho para a cultura do país.

No caso de tombamento de espaços cemiteriais, além das iniciativas federais, alguns Estados já incluem os cemitérios em seu conjunto de bens patrimoniais. Como no caso do Paraná, que tombou elementos funerários pela Secretaria de Estado da Cultura Estadual, como o jazigo da família Correia em Paranaguá. Em São Paulo, o Cemitério da Consolação foi tombado pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), em 09/07/2005, e vem se firmando como lugar de visitação turística nesta cidade. O tombamento também incluiu o Cemitério dos Protestantes, de 1864 e o Cemitério da Ordem Terceira do Carmo, localizados na mesma área.

Registre-se também, no interesse específico deste trabalho, o tombamento do Cemitério dos Ingleses de Salvador, em 1993, pelo Governo do Estado da Bahia, e o Cemitério dos Ingleses do Recife, em 1982, pelo Governo do Estado de Pernambuco. Ambos são considerados patrimônio cultural dos seus Estados de localização.

3 | OS BRITISHES CEMETERIES NO NORDESTE

Os *Britishes Cemeteries* (popularmente conhecidos como Cemitérios dos Ingleses), localizados respectivamente na cidade do Recife (Figuras 1 a 4) e cidade do Salvador (Figuras 5 a 8), são “campos santos” de grande valor histórico e cultural e social para os seus Estados e, por extensão, para o Brasil.



Figura 1 – Fotografia da entrada do Cemitério dos Ingleses do Recife.

Fonte: Autores, 2016.



Figura 2 - Fotografia da parte interna do Cemitério dos Ingleses do Recife.

Fonte: Autores, 2016.



Figura 3 - Fotografia de parte interna do Cemitério dos Ingleses do Recife.

Fonte: Autores, 2016.



Figura 4 - Fotografia da parte interna do Cemitério dos Ingleses do Recife.

Fonte: Autores, 2014.



Figura 5 – Fotografia da entrada do Cemitério dos Ingleses de Salvador

Fonte: Autores, 2015.



Figura 6 - Fotografia da parte interna do Cemitério dos Ingleses de Salvador.

Fonte: Autores, 2015.



Figura 7 - Fotografia da entrada do Cemitério dos Ingleses do Recife.

Fonte: Autores, 2016.



Figura 8 - Fotografia da parte interna do Cemitério dos Ingleses do Recife.

Fonte: Autores, 2016.

Eles surgem em pleno período joanino, logo após os Tratados Comerciais de 1810 entre a Inglaterra e Portugal, que, em conjunto com a Abertura dos Portos implementada em 1808, terminaram por introduzir uma série de importantes mudanças no panorama das relações sociais, políticas e culturais no Brasil. Suas implantações estão, portanto, inegavelmente associadas ao crescimento da população estrangeira, ampliada a partir de 1808, especialmente a de imigrantes britânicos, que necessitavam de um lugar para sepultar seus mortos.

E também testemunham a preponderância do poderio britânico sobre Portugal, da qual resultou a conquista da tolerância religiosa, obtida nos tratados de 1810, necessária inclusive à legitimação de um lugar específico em que protestantes seriam enterrados ao seu próprio modo. À época, o morrer e seus desdobramentos eram monopólio da Igreja Católica. Isso incluía a questão do local da inumação dos corpos. Por não serem católicos, os ingleses (e muitos outros estrangeiros ou não) não tinham

direito a enterro nos templos católicos ou nos pequenos cemitérios anexos a eles, sendo seus corpos enterrados em qualquer lugar ermo.

Através do Tratado do Comércio e da Amizade, assinado entre D. João VI e o rei George III, da Grã-Bretanha, em 19 de fevereiro de 1810, ficaria permitido o “enterramento de vassallos de Sua Majestade Britânica que morressem nos territórios de Sua Alteza real, o Príncipe Regente de Portugal, em convenientes lugares que seriam destinados para este fim” (BUENO, 2002, p. 28).

A concessão para a implantação do Cemitério dos Ingleses de Salvador foi viabilizada em 1811, pelo Conde dos Arcos, num pleito liderado por *Frederico Lindeman*, cônsul britânico ali naquela data, mais alguns empresários. Por sua vez, o Cemitério dos Ingleses do Recife foi viabilizado em 1814, pelo governador de Pernambuco – Caetano Pinto de Miranda Montenegro -, tendo em vista o pleito da colônia inglesa em Pernambuco, espelhando-se no que ocorrera no Rio de Janeiro e em Salvador, que mandou demarcar um terreno de 120 palmos de frente por 200 de fundos, em Santo Amaro das Salinas, o qual foi desapropriado e doado ao cônsul inglês *John Lempriere*, destinado à instalação de um cemitério para os ingleses naquela cidade.

Se o contexto daquela época tornou necessária a edificação de um cemitério exclusivo para a Comunidade Britânica em terras brasileiras, após a passagem do tempo, hoje, esses espaços cemiteriais podem ser vistos como “extensões de memória” (CANDAU, 2014), marca identitária de um povo, herança de uma cultura religiosa. Por isso, são monumentos reconhecidos através do instituto jurídico do tombamento em patrimônio cultural de seus respectivos Estados. O cemitério da cidade de Salvador pelo Decreto de Tombamento de número 2.457, de 20 de setembro de 1993, estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC. O cemitério da cidade do Recife pelo Decreto N° 9.131, de 23 de janeiro de 1984, homologando a Resolução N° 15/83, do Conselho Estadual de Cultura.

Após longo período de abandono e degradação, o cemitério de Salvador passou por um processo de restauração com recursos do Estado e da Fundação Clemente Mariani. Desde 2010, ele é administrado pela Associação da Igreja de São Jorge e Cemitério Britânico, uma ONG sem vínculo direto com a Paróquia Anglicana, em Salvador. Está aberto ao público em geral para visitaçã o e conhecimento. Bastando, para isso, ir até ao local no horário disponibilizado para tal pela Administração. (O trabalho acadêmico de Ernesto Regino Xavier de Carvalho intitulado “Uma Necrópole Renascida – a história do Cemitério dos Ingleses da Bahia” trata da instauração (no início do século XIX) e do processo de restauração do cemitério (ocorrida entre 2004 e 2006).)

Além disso, tem sua divulgação contínua ao constar do rol dos produtos turísticos posto à disposição pela capital baiana nos diversos meios midiáticos de divulgação. (Ver, entre outros meios, a *homepage* <<http://www.bahia-turismo.com/salvador/barra/cemiterio.htm>> e o *blog* <<http://cemingba.blogspot.com.br/>>. Ambos acessados em: 23 mai. 2016.) O que o faz ser visitado diariamente ou quase isto. Nesse sentido, pelo

menos em aparência, o cemitério está “vivo” e pulsante na sociedade soteropolitana.

Ao contrário de seu congênere baiano, o cemitério do Recife não lhe segue o exemplo: até o momento da confecção deste texto constatam-se sérios problemas administrativos e de conservação (o que decorre de vários anos de processo deteriorante do tempo, furto, vandalismo, etc.), encontrando-se em estado de quase abandono. Seu acesso é restrito, uma vez que se encontra permanente fechado. Exceto nos momentos de inumação (visto que seu uso primário não cessou ao ser Tombado), ou com prévio agendamento de visitação junto ao administrador do mesmo, ou ainda por contato com interposta pessoa que tenha familiar ali enterrado. Talvez, por isto, sua divulgação é nenhuma, ou quase isto, como atrativo turístico. A Sociedade Administradora do Cemitério dos Ingleses, criada em 25 de abril de 1979, na pessoa de seu representante (o administrador), apresenta questões econômicas (principalmente) e de apoio governamental, além da falta de participação da comunidade inglesa que possui familiares ali jacentes, como sendo causas fundamentais para o estado de penúria no qual se arrasta o patrimônio há muitos anos. (Em conversa com um dos autores do texto, ele apresentou essa argumentação.) Nesse sentido, o cemitério está “morto” na e para a sociedade recifense e para quem o deseja conhecê-lo.

4 | A ALMA DO ESPAÇO CEMITERIAL

Elaborado por Eduardo Yázigi (2001), e alocado em seu livro “A Alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas”, o conceito de alma enuncia:

O que fica de melhor de um lugar e que por isso transcende o tempo – mas não existe sem um corpo. Alma são materialidades, práticas e representações com uma aura que se contrapõem ao que chamaríamos ‘desalmados’. Não creio que possa ser entendida por processos lógicos. Há alma quando há paixão correspondida das gentes com o lugar (YÁZIGI, 2001, p. 24).

Esse autor expõe ainda que a alma do lugar seria uma criação do sujeito. O “homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar”. (YÁZIGI, 2001, p. 45). Baseado nisso, pode-se entender, então, que a alma não estaria ou emanaria dos lugares, mas se complementaria na relação com o sujeito: “a alma do lugar seria feita de homens com coisas” (YÁZIGI, 2001, p. 25).

Pensamento similar é oferecido por Gonçalves, Guimarães e Bitar (2013) ao argumentarem que a alma dos objetos é uma atribuição dos sujeitos. Para eles, os objetos são detentores de uma alma e espírito que se complementam na relação entre os sujeitos, a partir de suas percepções.

É preciso também não esquecer que, enquanto portadora de uma **alma**, de um **espírito**, as coisas não existem isoladamente, como se fossem entidades autônomas; elas existem efetivamente como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmicas, nas quais desempenham funções mediadoras fundamentais entre a natureza e cultura, deuses e seres humanos, **mortos e vivos**, passado e presente, cosmos e sociedade, corpo e alma, etc. Essa possibilidade nunca desapareceu completamente de nosso horizonte moderno (GONÇALVES;

Nessa interação entre sujeito, objeto, lugar e memória, os autores Silveira e Lima Filho (2005) complementam:

É nesse sentido que é possível falar numa memória que impregna e restitui **a alma nas coisas**, referida a uma paisagem (inter)subjetiva onde o objeto (re)situa o sujeito no mundo vivido mediante o trabalho da memória, ou ainda, é da força e dinâmica da memória coletiva que o objeto, enquanto expressão da materialidade da cultura de um grupo social, remete à elasticidade da memória como forma de fortalecer os vínculos com o lugar, considerando as tensões próprias do esquecimento (SILVEIRA; LIMA FILHO, 2005, p. 39, destacou-se).

A partir desses vieses, o que, efetivamente, pode-se pensar como a “alma dos cemitérios”?

Considerar a “alma dos cemitérios” significa avaliar os espaços cemiteriais em sua materialidade e imaterialidade, mediadores das relações que os vivos estabelecem com os mortos, das relações dos sujeitos com as religiosidades/espiritualidades expressas nos mesmos; mediadores também do social com o cosmológico, com o que se encontra invisível, mas que se manifesta simbolicamente por meio do olhar dos sujeitos a partir da relação travada com os objetos e túmulos que guardam os mortos. A alma dos cemitérios não emanaria dele, mas seria uma atribuição dos sujeitos. No momento que esses lugares ajudam na evocação de memórias, na afirmação de identidades, no despertar de suas emoções por parte de seus observadores pode-se falar numa “alma dos espaços cemiteriais”.

5 | PATRIMÔNIO, RESSONÂNCIA, ESPAÇO CEMITERIAL

O patrimônio é motivo de inspiração, estímulo à imaginação, fonte de sensações físicas - visuais e táteis -, bem como catalisadoras de emoções que servem de porta de acesso ao passado, conjuntamente com a memória e a história escrita (HERNÁNDEZ E TRESSERAS, 2007). O patrimônio pode ser considerado como algo vivo; ajuda na construção das identidades dos diversos grupos ou sociedades às quais ele faz parte. Sua vitalidade, porém, é garantida quando observada por uma lente que transcende à epiderme da coisa, projetando o olhar para os valores históricos, simbólicos e culturais que ligam e conectam o invisível ao visível. Essa lente possibilita evocar memórias de tempos distantes, ligando o passado ao presente e, conseqüentemente, servindo como testemunhos de uma história (POULOUT, 2009).

Esse mesmo autor, e na mesma obra, ressalta que o patrimônio não pertence somente ao passado ou ao futuro, pertence à sociedade no presente. São as pessoas ou grupos que fazem parte dessa sociedade que devem eleger pra si os bens patrimoniais que julgam importantes, por seu potencial biográfico ou por ajudarem na evocação de lembranças e na afirmação de identidades e que mereçam, dessa forma, serem preservados e conservados também para as próximas gerações. Em outros termos, e

por essa mirada, o patrimônio deve ser reivindicado, elegido, apropriado e reconhecido pelas pessoas ou grupos no presente, legando os instrumentos meramente jurídicos para segundo plano.

A ideia de reconhecimento pode ser, outrossim, compreendida pelo viés de ressonância, conceito sistematizado por Stephen Greenblatt, em seu texto “*Resonance and Wonder*”, da seguinte maneira:

Por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no espectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o espectador, o representante (GREENBLATT, 1991, p. 42 apud GONÇALVES, 2007, p. 215 – destaque do autor).

Esse conceito também é incorporado por José Reginaldo Gonçalves (2007) como algo que teria relação com o impacto que determinada referência patrimonial tem nas pessoas; como essas referências são pensadas, utilizadas e significadas. Nesse sentido, o patrimônio não é visto como uma “entidade”, mas como atividades e formas de ação (GONÇALVES, 2012). O autor ainda considera que

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto a seu público (GONÇALVES, 2007, p. 214-215).

É essa apropriação e reconhecimento do sujeito e dos grupos de seu patrimônio no presente que fará com que esses os valorizem, preservem, conservem, comuniquem e os transmitam, garantindo a vitalidade e o espírito dos lugares. Porém, antes disso ocorrer, segundo Roca (2008), é necessário conhecer os bens patrimoniais para poder amá-los. Um patrimônio não pode ser apropriado se o sujeito não o conhece.

Merece registro, por oportuno, o fato de que o valor de patrimônio só pode ser construído, aprendido e reconhecido caso seja fraqueado ao público, tendo como plataforma de embarque a comunicação; sob pena de ter sua credibilidade e sociabilidade posta em xeque. De outro modo, sua existência será questionada mesmo que tenha sido elevado à categoria de patrimônio, pelo viés da patrimonialização.

Por isso, considerar a “ressonância dos espaços cemiteriais” significa ponderar sobre quem os reconhece e os apropria como patrimônio e os desejam preservados, conservados e comunicados. Nesse momento, pode-se falar novamente numa “alma dos cemitérios”.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou trazer alguns apontamentos sobre os novos usos dos espaços cemiteriais e reflexões sobre as novas possibilidades de enxergar o patrimônio na atualidade. A possibilidade de compreender os bens patrimoniais muito além de sua materialidade, como detentores de uma alma que se concretiza efetivamente na

ressonância junto às pessoas. Uma vez que os cemitérios assim como os demais bens culturais são criados pelos sujeitos e para os sujeitos. Pelos vivos e para os vivos.

Diante do contraste que se percebe entre a condição atual dos dois cemitérios exemplificados é preciso observar que o tombamento, a divulgação, a visibilidade proporcionada e a movimentação de público em torno do bem patrimonializado não garantem qualidade, e muito menos reconhecimento efetivo. É indicativo, apenas, que possa haver tido reconhecimento governamental e uma possível ressonância do público visitante, no caso, em relação ao espaço. Essa é a situação do Cemitério dos Ingleses de Salvador.

Com relação ao Cemitério dos Ingleses do Recife, o fato de estar “como que abandonado”, apesar de tombado, não é garantia que ele não possa ter reconhecimento junto ao público, uma vez que os agentes responsáveis pela sua conservação não estão a agir adequadamente para com ele. Como posto por Roca (2008), mencionada em momento anterior deste texto, não se pode amar algo que não se conhece. Ou seja, muitas vezes o público pode se interessar ou se identificar pelo espaço, mas a falta do trabalho de e pela memória do mesmo, do desenvolvimento de ações comunicativas, constituem-se em inimigos da aproximação entre patrimônio e sociedade.

Pesquisa criteriosa e de maior abrangência se faz necessária para a passagem de colocações indiciais a constatações definitivas. O que é plausível dizer, diante dessas considerações apresentadas a partir de pesquisa exploratória nos dois cemitérios, é que os espaços cemiteriais (como já se pontuou) requerem para suas conservações e fruições, sobretudo ao serem alvos de patrimonialização, mais que projetos e políticas públicas e medidas legais. Somadas a tais ações se faz necessário o desvelamento de suas almas e a garantia de suas ressonâncias no contexto social de suas inserções.

Cemitérios ainda não são bem vistos (e talvez nunca o sejam um dia) pelas pessoas, decerto porque, entre outras memórias, remete ao fim inexorável de quem os contemplam e de seus entes diletos. Não obstante, esses espaços se modificaram significativamente no decorrer dos tempos e, como efeito, assumiram um papel muito importante no imaginário humano e nas paisagens das cidades. Inexcusável é, portanto, reconhecer, hoje, a pleora de valores e significados que podem proceder da relação comunicacional e sensorial deles com as sociedades que os produzem e os contêm.

A patrimonialização desses espaços decorre do resultado de um processo que perpassa as suas absorções pelos tecidos urbanos das grandes metrópoles, as suas inserções nas discussões que tratam sobre políticas patrimoniais e de turismo, a constituição de objeto de interesse na produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BUENO, Alexei. **Gamboa: desterro e resistência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, Ernesto Regino X. de. **Uma Necrópole Renascida: A História do Cemitério dos Ingleses da Bahia**. 2006. 194 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

CASTRO, Elisiana T. **Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)**. 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra (Org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 43-69.

_____. O Culto dos Mortos como uma Poética da Ausência, **ArtCultura**, Uberlândia, v.12, n.20, p.163-182, jan.-jun. 2010.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 8.

GREENBLATT, Stephen. *Resonance and wonder*. In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. **Exhibiting Cultures: the poetics and politics of museums display**. Washington/London: Smithsonian Books, 1991. p. 42-56.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; FILHO, Manuel Ferreira Lima (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetória e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

_____. **Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. **A Alma das Coisas: patrimônios, materialidades e ressonâncias**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. **Gestión del Patrimônio Cultural**. 3 ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.

NOGUEIRA, Renata de S. **Quando um Cemitério é Patrimônio Cultural**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRO, Xenardo. Patrimônio Cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. In: **ADRA**, n. 2, 2006. Disponível em: <http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2012

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos e Outros Ensaios Estéticos**. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROCA, Andrea. Classificar, nomear, representar; objetos e palavras para construir a nação argentina em um museu. In: CHAGAS, Mário de Souza, BEZERRA, Rafael Zamarano, BENCHETRIT, Sarah Fassa. (Orgs.). **A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero-Americanos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 105-124.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Por uma antropologia do objeto documental: entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

URBAIN, Jean-Didier. **La Société de Conservation. Etude sémiologique des cimetières d’Occident**. Paris: Payot, 1978.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

Universidad del Rosario

Bogotá, Colombia

Especialista en Gerencia y Gestión Cultural de la
Universidad del Rosario (2016)

Actualmente coordinadora del Museo de Artes
Gráficas de la Imprenta Nacional de Colombia, ha
trabajado en varios festivales musicales y eventos
culturales de la ciudad de Bogotá (2009-2015) a
nivel operativo

e-mail: dherreradimate@gmail.com

RESUMO: El Estéreo Picnic es un festival musical que se ha realizado desde el 2010 en Bogotá, Colombia posicionando a la ciudad como referente para giras musicales. Se analiza la historia, cadena de valor y factores del entorno del Festival, cómo estos influyen en el Festival, y cómo influye éste en la economía de Bogotá.

El análisis del Festival se realiza desde la perspectiva de que éste es una manifestación positiva e influyente en la industria creativa de la música en Colombia, que ha experimentado un crecimiento favorable a nivel local y mundial en años recientes.

PALAVRAS-CHAVE: Festival de música, cadena de valor, indicadores de medición, Bogotá.

ABSTRACT: The Estéreo Picnic is a music festival that has been taken place in Bogotá, Colombia since 2010, positioning the city as a reference for musical tours. In this article, the history, the value chain, and the factors surrounding the Festival are analyzed; how these influence the Festival, and how, in turn, the Festival influences the economy of Bogotá.

KEY WORDS: Music Festival, Value Chain, Measurement Indicators, Bogotá.

CORPO DO ARTIGO

En Colombia en la última década se ha evidenciado un crecimiento en la oferta musical, tanto bandas locales que se dan a conocer en el exterior como bandas internacionales que visitan frecuentemente Colombia; a comparación de la década de los noventas donde en el país se presentaban contadas agrupaciones internacionales vigentes de la época, esto se debía en gran parte a la imagen negativa de violencia que dejó el narcotráfico y el conflicto interno en general. No solo los artistas o promotores temían por su seguridad, sino que tampoco existía el capital humano ni herramientas técnicas ni tecnológicas suficientes para poder desarrollar conciertos de

alta calidad con estándares internacionales. En especial en la última década se ha notado una mejora y crecimiento en este aspecto en Colombia y en especial en la capital país. El presente artículo tiene por objetivo analizar los factores del entorno que han dado pie al crecimiento en la escena musical en Colombia, específicamente en los festivales de música, y entre festivales, el que ha presentado un acelerado crecimiento en el último lustro: el *Festival Estéreo Picnic*.

Antes de analizar los factores del entorno se revisarán las definiciones e historia de los festivales de música a escala local e internacional.

Por Festival de música se entiende un evento público, muchas veces al aire libre, que presenta más de dos artistas y puede llegar a durar varios días. En su acepción moderna incluye servicios como variedad de comidas, ferias de arte y diseño, baños, parqueadero y transporte. Se puede decir que es un evento masivo por lo general, aunque la cantidad de asistentes no define si es un festival o no; la cantidad de artistas sí. Además los festivales se financian a través de patrocinadores comerciales. Este tipo de eventos ha venido creciendo en el mundo y en Colombia, ya que el precio de la boleta incluye una cantidad de artistas (verlos por separado sería mucho más caro): todo en un mismo lugar por un mismo precio. También se han popularizado estos festivales debido al cambio de formato de ventas en el sector de la música: la venta de discos ha disminuido y para los artistas puede resultar más rentable realizar giras de conciertos que quedarse esperando las ganancias sobre las ventas de discos (incluso en formatos digitales como *iTunes* o servicios de *streaming*¹).

Los festivales de música pueden centrarse en un solo género musical (como los festivales de música clásica) o en varios. Esta caracterización es relevante en tanto define el carácter del evento, así como el tipo de público objetivo. Los festivales de música como se conocen hoy en día nacieron en la década de los sesentas y algunos persisten hasta hoy. Ejemplos de festivales memorables en el mundo (por el cartel de artistas que presentaron y por la cantidad masiva de asistentes) son: *Woodstock Music & Art Fair* (Nueva York, EEUU, 1969), *Glastonbury Festival of Contemporary Performing Arts* (Somerset, Inglaterra, 1970-presente), *Rock in Río* (Río de Janeiro, Brasil, 1985-presente) y *Coachella Valley Music and Arts Festival* (Indio, CA, EEUU, 1999-presente). Estos festivales de música combinan distintos géneros de música contemporánea como rock, indie, hip-hop, electrónica, entre otros.

En Colombia han existido dos grandes festivales que también han servido como escuelas de aprendizaje para las artes escénicas y las personas involucradas en ellas², tanto artistas como técnicos, procesos de logística y de distribución de boletería: el *Festival Iberoamericano de Teatro de Bogotá* (1988-presente) y *Rock al Parque*

1 Servicio de consumo en línea de música, videos o películas.

2 Entrevista con Luis Burgos, ingeniero de sonido de la empresa Árbol Naranja el 11/03/2015.

Árbol Naranja es una plataforma de entretenimiento que presta servicios de marketing cultural, y en especial soporte musical como estudios de grabación, alquiler de backline, equipos de producción, salas de ensayo, agencia de manejo y booking. Ver: <http://arbolnaranja.com/>

(1995-presente). La falta de experiencia y equipamientos en Bogotá se evidenciaron en la primera edición del Festival Iberoamericano de Teatro cuando la escenografía, luces y equipos de sonido de obras internacionales fueron trasladadas de Caracas a Bogotá en aviones del ejército venezolano para ahorrar costos, ya que había otro festival de teatro en Venezuela³.

Por su parte, *Rock al Parque* inició con los esfuerzos del cantante del grupo de rock colombiano *La Derecha* Mario Duarte, el empresario musical y publicista Julio Correal y la subdirectora de fomento del Instituto Distrital de Cultura y Turismo, Berta Quintero, con el objetivo de realizar un festival para promover las bandas locales de la escena del rock así como escenarios de tolerancia y convivencia. El formato de este festival es distinto al del *Festival Estéreo Picnic (FEP)*, ya que lo gestiona la Alcaldía Mayor de Bogotá, la entrada es gratuita, muchas de las bandas se escogen por concurso abierto al público y no está abierto a cualquier género musical (en tanto hay otros *Festivales al Parque*), por ende no representa competencia para el *FEP*.

El *Festival Estéreo Picnic* no fue el primer festival en realizarse en Bogotá con un formato similar al de *Coachella* o a *Glastonbury*, de hecho en el 2010 (primer año en que se realizó el *FEP*) se realizaron otros dos festivales en las afueras de Bogotá: *Nemcatocoa* y *Soma*. El último fue organizado por la misma empresa que realiza el *FEP* y tuvo buenas críticas, mientras que *Nemcatocoa* fue una experiencia financieramente fallida debido a problemas con el patrocinador principal. Sin embargo, *Estéreo Picnic* fue el festival que más ganó en cuanto a percepción de marca y recordación entre los asistentes⁴.

La primera edición del *FEP*, que se realizó en abril de 2010, fue el producto de una unión de dos empresas que, para no competir entre ellos, decidieron juntar los artistas que habían “*bookeado*”⁵ en un mismo día. Las empresas son *Absent Papa* y *T310*, ambas venían compitiendo y habían realizado eventos a menor escala en la ciudad de Bogotá, y se componen de 6 miembros fundadores e inversionistas principales hasta el día de hoy. Si se compara el cartel de artistas de la primera versión del *FEP* con el que se hará en el 2016 se evidencia un aumento considerable en cuanto a cantidad de artistas: en el primer festival hubo un total de 6 artistas (3 internacionales y 3 nacionales), mientras que en el 2016 se esperan alrededor de 53 bandas (17 nacionales apróx. el resto internacionales).

3 Charla con Anamarta de Pizarro, actual directora del Festival Iberoamericano de Teatro de Bogotá. 19/09/2015

4 Duque, R. y Granados, A. (2013). Music Festival Management in Colombia-Festival Estéreo Picnic (tesis de pregrado). Universidad de los Andes, Bogotá, Colombia.

5 Bookeado: expresión derivada del verbo en inglés to book, quiere decir cuando se ha concertado la contratación de un artista.



Imagen 1. Primer cartel de artistas del FEP (2010)⁶

Es evidente entonces que el crecimiento del FEP se refleja en el aumento de oferta musical. Sin embargo, se debe analizar de qué manera es que esta oferta de valor se genera y qué factores han influido para propiciar este crecimiento. Para hacer el ejercicio de dibujar la cadena de valor (concepto propuesto popularmente por Michael Porter -1985) se tomó como referencia la *Cadena de valor de las artes escénicas* hecha por Stephen Preece (2005).



Imagen 2. Cartel del FEP para el 2016⁷

La cadena valor es un concepto en el que se distingue el proceso de transformación de ciertos recursos en una oferta de valor para los usuarios del producto o servicio. Vale aclarar que esta oferta se presenta desde el interior de la empresa y es así pues

6 Resident Advisor. Imagen extraída de <http://www.residentadvisor.net/event.aspx?148619>

7 TuBoleta. Imagen extraída de <http://vive.tuboleta.com/baners/picnic16/lineup.jpg>

reflejo de su entorno. De este modo se distinguen dos tipos de actividades: actividades primarias y actividades de apoyo. Como su nombre lo dice, las actividades primarias son las que la empresa realiza directamente y se podría decir son clave para la operación, si una de ellas deja de funcionar la cadena de valor se rompe. Las actividades de apoyo son también importantes en la producción de valor, pero son de apoyo ya que pueden ser fácilmente tercerizadas, opción que se toma a menudo en organizaciones artísticas, ya que permite enfocarse hacia las actividades primarias. Las actividades de apoyo son cruciales y se relacionan por lo general con la distribución, ya sea de productos (como boletería) o de personas (como se hace con el transporte).



Imagen 3. Cadena de valor del FEP⁸

Las actividades primarias son codependientes, y en general el concepto de cadena significa que si un eslabón falla la cadena se rompe. Es así que no existen jerarquías más allá de las actividades primarias y las de apoyo, pero sí un orden que va de la planeación a la ejecución. Como actividad primaria se encuentra el área de **Programación** o *booking* de artistas. Esta área es la encargada de gestionar los artistas nacionales e internacionales que harán parte de la oferta musical. Esta área es la principal oferta de valor ya las personas compran las boletas porque les llama la atención algún nombre del cartel, este factor incide más en el momento previo al evento (después hay otros factores que complementan la experiencia del festival). Esta curaduría musical no se hace de un día para otro, de hecho los *bookers* viajan a distintos festivales alrededor del mundo y hacen relaciones públicas para poder gestionar el cartel con un año de anticipación para las bandas internacionales. Esto también se debe a la alianza que existe entre festivales de la región latinoamericana y con los organizadores del festival *Lollapalooza* en Chicago (1991-1997, y 2003-presente), festival que se ha extendido a países de la región como Chile, Argentina y próximamente Colombia.

Esta alianza permite que entre los festivales de la región se repartan los gastos a la hora de traer tiquetes. Por ejemplo, a los organizadores del FEP les saldría excesivamente costoso traer al integrante de la banda *Oasis* Noël Gallagher, entre

⁸ Adaptado de Preece, S. (2005). The Performing Arts Value Chain. *International Journal of Arts Management*, 8 (1), 21–32. Extraído de <http://www.jstor.org/stable/41064860>

tiquetes aéreos, viáticos, entre otros costos, no sería viable ni sostenible, y esto es con un solo artista. Mientras que gracias a esta alianza se pueden gestionar más artistas internacionales, ofreciendo así una mayor variedad, lo que a su vez aumenta la posibilidad de llamar la atención de varios públicos, y de este modo se incrementa la expectativa del número de asistentes al festival.

En cuanto al área de **Personal**, se refiere al capital humano con el que cuenta la empresa. Esta área es imposible de imitar ya que cada jefe de área cuenta con experiencia en su campo: por ejemplo los *bookers* o curadores musicales se guían por su gusto (o por pensar qué bandas pueden llamar la atención) y por intuición, el director de mercadeo está a cargo de ingeniar estrategias novedosas de mercadeo. También está el director de ingeniería de sonido, quien es muy importante ya que no sirve de nada traer un gran show si la empresa contratante no se puede adaptar a las necesidades técnicas y tecnológicas del artista (esto se llama un *rider* donde se listan las necesidades de instrumentos, luces y demás que utiliza el artista; cuando no se tiene un equipo exacto al que pide el artista, se puede ofrecer uno equivalente).

En resumidas cuentas, se necesita de curadores musicales para que propongan las bandas, de ingenieros de sonidos capaces de adaptarse a las necesidades de las bandas, y un departamento de marketing que sepa promocionar estas bandas para vender la mayor cantidad de boletas posible.

Como ya se dijo, el área de **Promoción** es crucial ya que se encarga de comunicar masivamente la existencia del evento para poder vender la mayor cantidad de boletas posible. En las campañas de publicidad se contemplan estrategias como activación de marcas (ATL y BTL), manejo de redes sociales, publicidad en radio, medios impresos y *community management*, entre otros.

Un valor agregado del área de Promoción es que se ingenian en conjunto con los patrocinadores experiencias acorde a cada patrocinio, de este modo, por ejemplo, con la empresa *Caterpillar* (originalmente es una empresa fabricante de maquinaria de construcción y tiene además una línea de calzado) quienes en el 2014 en el *FEP* ofrecían la experiencia de montarse a una máquina retroexcavadora pequeña y recolectar balones de playa (de plástico)⁹.

Finalmente en actividades primarias se encuentra el área de **Producción**. Si las anteriores áreas son de planeación, esta es la de ejecución del evento. Esta área también aporta gran parte de la oferta de valor, pues hay un tipo de público que va a festivales y compra la boleta aún sin saber quién va a tocar. En producción se incluye el montaje audiovisual, la distribución del espacio: tanto locación o *venue* del festival, como el *layout* o disposición de escenarios (también flujo de personas, ubicación de servicios adicionales como comida, baños, etc.). Aquí es cuando los ingenieros de sonido e ingenieros de luces ponen en marcha el *rider* o propuesta de producción de los artistas, es decir: el sonido, pantallas que transmiten el show en vivo, la acústica (se

⁹ Para referencias visuales visitar <http://www.zoomenlinea.com/?p=25737>

debe escuchar bien desde cualquier lugar que rodee las tarimas, no se debe escuchar eco), supervisión de cada show y resolución de imprevistos respecto a éstos.

Ahora, sobre las actividades de apoyo, éstas se clasifican desde lo interno a lo externo, o desde la planeación a la ejecución. Es así que **Gobernanza** se enuncia como superior, esta área permea tanto a la empresa como al evento, ya que, según Preece, consiste en la supervisión de la organización, por lo general en forma de una junta directiva (Preece, p.23). En el caso de *Absent Papa/T310*, son 6 socios fundadores que supervisan todas las actividades de la empresa, y cada uno se centra en su especialidad (booking, finanzas, mercadeo).

El área de **Administración** se refiere a la gestión de la empresa y de los distintos departamentos en los que se divide para poder realizar el festival. Unas de las áreas son marketing y diseño, producción, logística, finanzas, *booking*, comercial y prensa.

Es claro el por qué el área de **Recaudación de fondos** es importante, pues esta área se enfoca en obtener y asegurar financiación. El *FEP* se financia en gran parte a partir de patrocinadores, de préstamos de bancos e inversión propia de los 6 socios fundadores (al principio era más grande la inversión externa que ahora). Asimismo se han realizado en el pasado convenios con embajadas de otros países donde éstas se encargan de cubrir los gastos de viaje de un artista (viáticos, tiquete aéreo) que por lo general es representativo del país al que pertenece la embajada y éste les ayuda a promover su cultura en Colombia. Como se mencionó anteriormente, la alianza con otros festivales en la región es crucial para poder gestionar y asegurar la presencia de los artistas del cartel en el festival.

En actividades de apoyo está finalmente la **Logística** del evento. Al ser un evento de asistencia masiva contempla la logística típica de un evento de este tipo, primero el de escoger un *venue* o locación ideal con acceso fácil, y segundo los demás factores de la logística de un evento masivo: baños, acceso al *venue*, salidas de emergencia, transporte para los asistentes y para los artistas. La logística de los artistas incluye gestión de visas, tiquetes aéreos, hoteles, transporte, alimentación, entrega de viáticos y prueba de sonido. Actividades complementarias que también requieren de una planeación y logística minuciosa son: la oferta de comidas y distribución en el *venue*, la feria de diseño (elección de diseñadores, ingreso de mercancía, facturación, distribución de locales en el *venue*). En logística también se incluye una sección crucial que es la de boletería: distribución y acceso a la misma, así como el recaudo del dinero. El recaudo se hace a través de la empresa encargada de la venta de boletas.

Habiendo descrito la cadena de valor del *Festival Estéreo Picnic* pasamos a reflexionar sobre los factores que han dado pie a que la escena musical en Colombia y, en especial los festivales de música, prosperen.

El primer factor identificado es el factor ciudad, o más bien Bogotá como capital musical. De acuerdo a uno de los socios fundadores del *FEP*, también *booker*, Philippe Siegenthaler “Bogotá se volvió una referencia en la región y en el continente como que se pueden hacer conciertos, son exitosos, va gente, se venden boletas, hay una

producción decente, buena, y las bandas finalmente terminan teniendo una experiencia buena”¹⁰. Según Siegenthaler, Bogotá es la quinta ciudad de Latinoamérica (junto a Río de Janeiro) para hacer conciertos (después de Santiago de Chile, Buenos Aires, Sao Paulo y México D.F.), ya que en esta ciudad se encuentra un amplio mercado, con gustos diferentes y diferentes niveles de poder adquisitivo.

Otro factor que mencionó Siegenthaler es el creciente interés del público hacia la oferta musical y en especial a los espectáculos musicales en vivo. “Es un público que en los últimos 15 años ha avanzado de no existir prácticamente”¹¹ dijo Siegenthaler, ya que, como se expuso en la introducción, no existían muchos conciertos y tampoco existía la costumbre de ir y además de pagar por conciertos (por ejemplo *Rock al Parque* es un evento gratuito). Se pasó de no tener una oferta ni una demanda sólida por conciertos a una nueva generación, actual, que tiene inculcado o ya planea para pagar y asistir a espectáculos en vivo. De este modo el crecimiento del público, o la demanda, ha aumentado considerablemente.

Un factor externo que se discutió fue la **Ley 1493 de 2011** también conocida como la *Ley del espectáculo público*. Esta ley disminuyó la cantidad de trámites necesarios para poder hacer un espectáculo público y bajaron ciertos impuestos para los ejecutores del evento gracias a esto. Sin embargo esta ley no contempla lo que se debe pagar de recaudo por derechos de autor a *Sayco-Asimpro*¹² ni el impuesto de Hacienda. En total los promotores del concierto pagan entre el 25% y el 35% del total del show, dependiendo del formato del show, la envergadura, los costos de las boletas y otros cuantos factores. De acuerdo a Siegenthaler esta ley representó una pequeña ayuda, y es válido si se compara a cómo estaba Colombia hace 10 años, sin embargo él piensa que no se debe comparar a cómo estaba el país hace 10 años sino comparar Bogotá y Colombia con los gobiernos líderes en promoción de la cultura y en beneficios tributarios para este sector. De hecho Siegenthaler mencionó que si fuera por los promotores, ellos bajarían a estándares de primer mundo la carga de impuestos a la cultura, ya que, según él, Colombia se ha ceñido por la carga de impuestos a la región, que, tanto en Latinoamérica como en España, son altos en comparación a países como Alemania, Francia, Suiza, Austria, Inglaterra, los países escandinavos, e incluso Estados Unidos. Él dice que en estos países hay un mayor entendimiento del público y del Estado de apoyar la cultura y el esparcimiento.

Un factor adicional es el de cómo las economías creativas benefician a distintos sectores de comercio y por lo tanto de la economía. Según Siegenthaler, gracias al *FEP*, uno de los sectores que más se beneficia es el del turismo, tanto nacional como

10 Entrevista directa 10/11/2015

11 IBÍD.

12 Organización (avalada por la Dirección Nacional de Derechos de Autor) encargada de realizar el recaudo de las remuneraciones provenientes de la comunicación y almacenamiento digital de obras musicales, entre otros formatos. El dinero recaudado se entrega a entidades tenedoras de los derechos de autor y conexos quienes deben distribuir estas regalías entre los artistas, intérpretes, productores y creadores. Tomado de <http://www.osa.org.co>

internacional. El festival debe recibir apropiadamente a los artistas y es por esto que gestiona hoteles, tiquetes aéreos y demás; el festival debe alimentar a los artistas y a los empleados (temporales y permanentes), se puede necesitar dar abasto hasta para 300 personas entre artistas y empleados, lo que representa un gasto considerable en alimentación y en transporte. El turismo internacional también se beneficia porque vienen personas de fuera del país y de la ciudad, lo que alimenta la circulación turística en Bogotá con todo lo que esto conlleva. Esto es un beneficio para Bogotá, que no es reconocida internacionalmente por sus atractivos culturales (monumentos o parques naturales) como sí lo es Cartagena, por ejemplo, sino por las experiencias que ofrece.

En cuanto a patrocinadores, estos también se benefician, tal vez de una forma más indirecta. De acuerdo a Siegenthaler los patrocinadores se benefician del *FEP* como lo harían de cualquier otra plataforma de promoción, en tanto se espera generar un retorno de inversión. El festival como tal no mide el impacto de cada marca o el retorno de inversión como tal; esto lo hace cada marca y es información clasificada. Por ejemplo con *Tigo* se hizo el ejercicio de que todo el plantel del *FEP* recibió una tarjeta SIM de esta empresa, y al final del evento los que quisieran podían quedarse con ese operador. Otra forma de beneficio para los patrocinadores es la activación de boletas en locaciones de ventas como *Adidas*. Entonces si el *FEP* va a una tienda de *Adidas* y regala boletas, las ventas que se registran en esa tienda aumentan en relación a otros días. En pocas palabras, el comercio también se beneficia al patrocinar este tipo de eventos. A pesar de que los impactos de cada marca no se miden desde el *FEP*, se asume que las marcas están satisfechas en tanto vuelven a patrocinar el evento.

Hablando de medición, los indicadores que se utilizan para medir el impacto y éxito del evento son relevantes, Siegenthaler compartió los que se utilizan para medir el *FEP*: el primero se trata de la venta de boletería, que no es lo mismo que la cantidad de asistentes ya que con los patrocinios se acuerdan boletas para que ellos dispongan de ellas. Además, la venta de boletas no se puede analizar aisladamente del gasto del presupuesto invertido en el festival. Es así que se mide el éxito en términos de asistentes, dependiendo de cuánto se gastó en relación a cuántas personas pagaron boleto. Por ejemplo, no es lo mismo que un festival cueste 100 pesos y vayan 10 personas, a que cueste 200 y vayan 9, en el último caso el indicador es mucho más bajo. Si cuesta más y va menos gente el indicador va a ser mucho más bajo. Se dice que hasta el *FEP* 2015 fue que se logró un punto de equilibrio respecto a este indicador (la cantidad invertida fue proporcional a la cantidad de compradores de boletas).

Otro indicador es el de cantidad de patrocinios. Es así que para el *FEP* la empresa organizadora monitorea a los patrocinadores pasados y los que podrían llegar a serlo. Se monitorea en términos de crecimiento y presencia a nivel de mercado, qué tan activos están según también estén dispuestos a dar patrocinios y recursos. Esta medición es bastante importante (pues es la modalidad de financiación del festival) y se hace constantemente, ya que se desea analizar cómo están los patrocinadores y qué experiencias desean proveer al público en el festival, qué tan creativos les permite

ser su presupuesto, y si se pueden inventar más cosas o hay que racionalizar ciertos gastos y demás.

Se preguntó sobre si existía un indicador en cuanto a curaduría musical o *booking* y se encontró que es en realidad algo intuitivo de los *bookers*, ya que la cantidad y variedad de bandas depende del presupuesto que exista. Del mismo modo, no se afirma que un artista es bueno o exitoso dependiendo de la cantidad de boletas que se vendan, ya que a veces se ha invertido lo mismo en dos artistas diferentes, y resulta uno vendiendo más boletas que el otro. Esto no le quita legitimidad al artista que vendió menos boletas. En el *FEP*, como ya se dijo, la cantidad de boletas vendidas puede estar relacionada a la variedad de bandas. Lo mismo sucede con las bandas nacionales. No hay un indicador o un factor específico que diga el ratio o cantidad de bandas locales que debe haber por bandas internacionales. Lo cierto es que el *FEP* se ha instaurado como una importante plataforma de lanzamiento para bandas nacionales (como *Bomba Estéreo* y *Monsieur Periné*), ya que si una banda aparece en el cartel despierta la curiosidad de los asistentes al evento y promueve el consumo de estas bandas.

En cuanto a derechos de autor, es de anotar que el *FEP* es una marca registrada, y asimismo el *merchandising* que se vende en el evento aporta ganancias a los organizadores del evento. Otro tipo de derechos de autor por el que deben pagar son los que se pagan a *Sayco-Asimpro* dependiendo de la cantidad de asistentes, entre otras circunstancias.

Otro factor a tener en cuenta es la oferta de valor que les otorga el *FEP* a los distintos actores que interactúan dentro de éste. El actor más importante es el público, pues es para quien se hace el evento, a éste se le otorgan tres días de libertad (la duración del festival), de olvidarse de lo cotidiano y de lo que se vive en Bogotá o de la ciudad en la que estén. Entonces desde el *FEP*, *Absent Papa/t310* sienten que le aportan un granito de arena al esparcimiento y al olvidarse y sentirse simplemente libres. En general también aportan al abrir la mente del público en cuanto a gustos musicales, en estos festivales se descubren bandas que no se llegarían a consumir por vía orgánica¹³.

A los patrocinadores se les aporta visibilidad y validación ante su público objetivo. Este tipo de eventos ayudan a que marcas se posicionen pues permite un acercamiento directo a los jóvenes, es decir, las marcas se validan ante un público y una comunidad. El *FEP* respalda de manera fuerte a esas marcas que quieren entrar, se quieren establecer, o quieren presentar un nuevo producto; al hacerlo por medio del *FEP* lo están haciendo a través de una marca sólida y bastante querida por una comunidad. Es así que el *FEP* se ha vuelto en una comunidad, donde el sentido de pertenencia es tal que las personas reclaman sobre qué artistas se han debido traer y cuáles se deben traer en el futuro.

13 Es decir que no se buscarían por internet ya que muchas no aparecen en los listados musicales ni suenan en emisoras de radio.

Las personas que trabajan en el *FEP*, ya sea habitual u ocasionalmente, aprenden que en Colombia se pueden hacer eventos culturalmente a un primer nivel internacional. Que si bien hay tradiciones y características latinas y colombianas, la gente hoy en día sale impresionada del *FEP* del nivel de trabajo y profesionalismo de muchísima gente que trabaja allá. Entonces, al convertirse en un referente internacional, es como tener una carta de validación, un referente profesional relevante, dado el grado de credibilidad que tiene el festival, nacional e internacionalmente.

A los artistas se pretende aportarles una buena experiencia del país. Además de conocer a un público local bastante entregado y bastante caluroso, y que ha comprobado que tiende a crear fanatismo y tiende a seguir consumiendo las bandas que ve en vivo. Es así que a través del *FEP* se han visto crecer bandas que antes venían a Bogotá a presentarse solas, y después de presentarse en el *FEP* agotan entradas (como *Foals* ó *Vetusta Morla*). Esta no es una regla general, pero sí hay un aporte y un empuje grande a la fanaticada de esas bandas.

Otro factor de éxito es el *venue* o locación del *FEP*. Desde el 2013 se ha realizado en el *Parque 222* que solía ser un lote para canchas de fútbol. Según Siegenthaler, la locación sería difícil de mejorar ya que está central, al lado de la vía más grande de Bogotá, alejado de zonas residenciales, y además ellos han hecho que la locación se adapte a sus necesidades. Cuando empezaron no había facilidades para hacer conciertos, ni la infraestructura, y con todas las complicaciones del mundo. Se ha ido acoplado esa infraestructura existente a las necesidades y obligaciones del *FEP* para con la gente, los proveedores, los artistas y demás.

Finalmente, como aspectos a mejorar Siegenthaler no considera que la distribución de boletería sea uno que deba hacerlo, ya que, como la locación, se ha ido adaptando a las necesidades del *FEP* y provee una plataforma de acceso internacional, el *know-how* que ha adquirido con este tipo de festivales lo sitúa como el mejor proveedor de este servicio. Esto es relevante ya que según él, la demanda cada vez es más grande y cada vez es más rápida, y los clientes nuestros quieren comprar cada vez con mayor antelación y con unos beneficios, por lo menos de velocidad, cada vez mayores. Es así que *TuBoleta*, y en general como es común de las economías creativas, afirma la teoría que el distribuidor (quien por lo general no tiene como actividad primaria una economía creativa) es el que más dinero gana por ser el final de la cadena de valor que es el de distribución.

En cuanto a impuestos, se dejó claro que todavía se puede llegar a ser como ciudades donde los gobiernos apoyan tributariamente más a espectáculos públicos.

En cuanto a mejoras internas, para los organizadores del *FEP* es supremamente importante el tema de vender una experiencia, más allá de un concierto, y en este sentido Siegenthaler afirma que el secreto de los organizadores es que creen que debe ser una experiencia más allá de lo que alguien puede ver en un escenario; tiene que ser una experiencia global 360° de lo que la gente básicamente vive desde que llega a una locación a vivir un concierto. Todo esto se refleja en la atención al detalle

que con el paso de los años han ido, primero, entendiendo y descubriendo, y después solucionando. También se afirma que a pesar de que siempre habrá algo por mejorar, en el 2015 por primera vez respiraron un poco más tranquilos en tener muy bien concebido el tema de experiencia.

Es así que se ve cómo el *FEP* se inscribe en las dimensiones de la cultura en cuanto a formación (que ofrecen a las personas que trabajan con ellos), circulación y apropiación del evento, ya que el público exige como si fuera un accionista más del evento, y durante el evento se ve que los asistentes cuidan las instalaciones y muchos se cuidan entre ellos. Es decir que existe una comunidad sólida, al punto de que compran la boleta sin saber qué artistas se van a presentar.

Del mismo modo el *FEP* representa la definición de economía creativa que propone el *Proyecto de Economías Creativas de Brasil*, donde se dice que

“...los sectores creativos son todos aquellos cuyas actividades productivas tengan como proceso principal un acto creativo generador de valor simbólico, elemento central de la formación del precio y que resulta en producción de riqueza cultural y económica.” (MINISTERIO DE CULTURA DE BRASIL, 2014, p. 32)

El valor simbólico se ve desde el amor y dedicación que transmiten los socios al *FEP* y cómo esto se traduce hasta en el más mínimo detalle, logrando que sea una experiencia única en Colombia asistir a este evento. Y finalmente, como plataforma de intercambio entre artistas nacionales e internacionales se traduce en el éxito que está teniendo la música colombiana en el exterior, por ejemplo con los últimos triunfos de los *Grammy 2015* de bandas como *Monsieur Periné* y *Bomba Estéreo*, los últimos se presentaron con el rapero Will Smith en este evento. Es así que se evidencia que Colombia ha mejorado respecto a su propio pasado en cuanto al sector musical, aunque todavía hay campo para mejorar y estar a la par de referentes internacionales.

REFERÊNCIAS

CONTRERAS, Liliana. *Conciertos de Paul McCartney, Madonna y Katy Perry han dejado \$52 mil millones a Colombia*. El Espectador, Bogotá, 18 de noviembre de 2015. Disponible en: <<http://www.elespectador.com/entretenimiento/conciertos-de-paul-mccartney-madonna-y-katy-perry-han-d-articulo-599996>> Acceso: 20 de noviembre de 2015.

DUQUE, Remy y Álvaro Granados. *Music Festival Management in Colombia – Festival Estéreo Picnic* (tesis de pregrado). Bogotá: Universidad de los Andes, 2013.

MINISTERIO DE CULTURA DE BRASIL. *Proyecto de Economías Creativas de Brasil: políticas, directivas y acciones, 2011-2014*. Brasilia: Ministerio de Cultura, 2011.

PORTAFOLIO. *La economía naranja en Colombia*. Bogotá, 22 de octubre de 2015. Disponible en: <<http://www.portafolio.co/especiales/economia-naranja-la-economia-la-cultura-y-la-creatividad>> Acceso: 6 de noviembre de 2015.

PREECE, Stephen. “The Performing Arts Value Chain”. *International Journal of Arts Management* 8.1: p. 21–32, 2005. Extraído de <<http://www.jstor.org/stable/41064860>>

REVISTA DINERO. *CCB abre camino a las industrias creativas*. Bogotá, 17 de diciembre de 2013. Disponible en: <<http://www.dinero.com/opinion/columnistas/articulo/industrias-creativas-bogota/189818>> Acceso: 23 de noviembre de 2015.

RUBBINI, M. *Ellos son los 6 mosqueteros detrás del Festival Estéreo Picnic*. Revista Shock. Bogotá, 28 de enero de 2015. Disponible en: <<http://www.shock.co/especial/festival-estereo-picnic-2015/ellos-son-los-6-mosqueteros-detras-del-festival-estereo-picnic>> Acceso: 16 de junio de 2015.

UNIVERSIA. *Preguntas frecuentes sobre la Ley 1493 del 26 de diciembre de 2011*. Bogotá, 9 de enero de 2012. Disponible en: <<http://noticias.universia.net.co/en-portada/noticia/2012/01/09/903404/preguntas-frecuentes-ley-1493-26-diciembre-2011.html>> Acceso: 23 de noviembre de 2015.

ROCK AL PARQUE. *Línea de tiempo*. Bogotá, 2015. Disponible en: <<http://www.rockalparque.gov.co/linea-de-tiempo>> Acceso: 10 de noviembre de 2015.

W RADIO. *Cámara de Comercio de Bogotá y su propuesta para apoyar industrias creativas y culturales*. Bogotá, 11 de septiembre de 2015. Disponible en: <http://www.wradio.com.co/escucha/archivo_de_audio/camara-de-comercio-de-bogota-y-su-propuesta-para-apoyar-industrias-creativas-y-culturales/20150911/oir/2928226.aspx> Acceso: 13 de noviembre de 2015.

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

PPGSA-UFPA emilsonfesou@gmail.com

RESUMO: A fronteira estudada em nossa pesquisa tem sua história ligada à frente extrativa da borracha, que emergiu no século XIX, estendeu-se ao início do século XX e ao período que envolve a 2ª Guerra Mundial, levando milhares de trabalhadores nordestinos a migrarem para a Amazônia, transformando-os em seringueiros solitários, presos pelo “inferno verde”. Com a chegada da frente pecuarista, nas décadas de 1970 e 1980, no estado do Acre, os fazendeiros forasteiros transformaram seringais nativos em fazenda de criação de gado, o que provocou deslocamento massivo dos trabalhadores da seringa para cidades acreanas e para a região fronteira de Pando, na Bolívia e Madre de Dios, no Peru. Com as mudanças políticas do estado boliviano, a partir do ano de 2006 ocorreu novo deslocamento compulsório de centenas de famílias de seringueiros brasileiros que viviam na faixa de 50 km de seu território, para cidades e para projetos de assentamento do INCRA, no Acre. O objetivo que norteia esta pesquisa é identificar efeitos sociais deste deslocamento compulsório sobre a cultura desses extrativistas, realocados em novos espaços sociais, geográficos e econômicos. Portanto, a problemática desta

pesquisa é: que efeitos sociais o deslocamento compulsório exerce sobre a cultura desses trabalhadores, realocados em novos espaços sociais, geográficos e econômicos na atualidade? Os dados coletados foram reunidos com arranjos próximos ao do método fílmico de exploração (FRANCE, 2008), em três momentos: nos anos de 2006, 2012 e 2016. Por meio desse procedimento metodológico são captadas entrevistas semiestruturadas, que permitem o acesso à visão de mundo desses sujeitos. Os resultados mostram que esses seringueiros viviam do extrativismo associado à produção camponesa da agricultura na fronteira boliviana, mas os deslocamentos compulsórios os colocaram diante de uma nova condição social, geográfica e econômica, afetando sua força de trabalho e suas relações de produção e consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Seringueiros. Fronteira. Método Fílmico.

ABSTRACT: The frontier studied in our research has its history linked to the extractive front of rubber, which emerged in the nineteenth century, extended to the beginning of the twentieth century and the period that involves World War II, leading thousands of Northeastern workers to migrate to The Amazon, turning them into solitary tappers, imprisoned by the “green hell.” With the arrival of the cattle ranch in the

1970s and 1980s in the state of Acre, foreign farmers turned native rubber ranches into a cattle ranch, causing massive displacement of syringe workers to Acre towns and to the border region of Pando, Bolivia and Madre de Dios, in Peru. With the political changes in the Bolivian state, as of 2006, there was a new compulsory displacement of hundreds of Brazilian rubber tappers' families living in the 50 km range of their territory, to cities and to INCRA settlement projects in Acre. The objective of this research is to identify the social effects of this compulsory displacement on the culture of these rubber tappers, reallocated in new social, geographic and economic spaces. Therefore, the problem of this research is: what social effects does the compulsory displacement exercise on the culture of these rubber tappers, reallocated in new social, geographic and economic spaces today? The collected data were grouped with arrangements close to the exploratory film method (FRANCE, 2008), in three moments: in the years of 2006, 2012 and 2016. Through this methodological procedure semi-structured interviews are captured, which allow access to the vision of World. The results show that these rubber tappers lived from the extractivism associated with the peasant production of agriculture in the Bolivian border, but the compulsory displacements placed them before a new social, geographical and economic condition, affecting their work force and their relations of production and consumption.

KEYWORDS: Tappers. Border. Film Method.

INTRODUÇÃO

O interesse pelos seringueiros como objeto de investigação surgiu quando conclui a formação em cinema pela UNESA/RJ, no ano de 2004. Um pouco antes, assisti a uma entrevista do governador do estado do Acre para a TV Brasil, na qual ele descreveu um pouco da saga dos seringueiros na amazônia e do episódio conhecido como *Revolução acreana*. Recem formado, fui ao encontro desses seringueiros: iniciei uma pesquisa de terreno de forma continuada e demorada, ao longo de oito anos experenciei o cotidiano cultural e a tessitura da vida social desses sujeitos em diferentes situações. Em Rio Branco consegui trabalho como docente em um faculdade local e passei a produzir e dirigir, como produtor independente da TV Aldeia (TV Educativa – AC), Interprogramas (espécie de mine documentários), voltados para história, cultura e legado dos seringueiros.

O estado do Acre é composto por pouco mais de vinte cidades e todas emergiram em alguma medida de relações com seringais, o que torna a memória da borracha muito viva, dominando o imaginário desse povo, que em sua maioria são ex-seringueiros ou seus descendentes.

Em busca de entender o tecido social desse espaço fiz incursões através da observação participante (COSTA, 2012), o que me possibilitou uma série de novas relações sociais. Pude observar objetos e símbolos, observei pessoas, atividades, comportamentos, interações verbais, maneiras de fazer, de estar e de dizer; observei situações, ritmos, acontecimentos, arranjei “informantes privilegiados” (COSTA, 2012);

procurei conhecer os artistas locais e suas obras., busquei privilegiar a informalidade nas mais variadas situações rotineiras do cotidiano. Mas foi a partir da produção do filme etnográfico “*Lá Rota Del Pacífico: culturas de fronteira*” (2006), que direceionei meu foco investigativo para os seringueiros brasileiros que viviam na faixa de 50 km da fronteira Amazônica boliviana com o estado do Acre. Durante o mestrado em Linguagem e Identidade no PPGL/UFAC, que desenvolvi junto com a produção do documentário “*Amazônia Viva*” (2012), ganhamos corpo meus dados como objeto de pesquisa científica, através do uso parcial dos arranjos do “método fílmico de exploração”, proposto por France (1998).

O método fílmico de exploração, em linhas bem gerais, tem como princípio a ida a campo, com aparelhos audiovisuais, situação em que o pesquisador opera uma câmera, capta o som direto e coleta a maior parte das informações na forma de esboços fílmicos, “procurando descrever o mais detalhadamente possível o objeto de estudo” (MATSUMOTO, 2009, p.224). Para análise dos dados é necessário fazer a “obeservação diferida” (FREIRE; LOURDOU, 2009), que consiste em rever os esboços fílmicos varias vezes.

Adoto a perspectiva de deslocamento compulsório a partir de Maganhaes (2007), que o define como:

O processo pelo qual determinados grupos sociais, em circunstâncias sobre as quais não dispõem de poder de deliberação, são obrigados a deixar ou a transferir-se de suas casas e/ou de suas terras. Há, portanto, um conteúdo de cerceamento do poder decisório no interior do próprio grupo social, advindo de uma intervenção externa.

A problemática que norteia a pesquisa é: que efeitos sociais este deslocamento compulsório confere à cultura desses seringueiros, realocados em novos espaços sociais, geográficos e econômicos. O aporte teórico se volta para a antropologia simbólica, de Geertz (1989), que consiste em ver a cultura como um conjunto de textos ao qual cabe ao pesquisador decifrar.

O trabalho organiza-se em três itens. No primeiro, exponho aspectos históricos da constituição dos trabalhadores seringueiros no Acre; em seguida, discorro sobre os procedimentos metodológicos do trabalho de campo; e na sequência apresento a descrição e análise dos dados.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Até início do sec. XIX (RIBEIRO, 1995), a população amazônica concentrava-se

1 Na ocasião, ganhei um prêmio pelo projeto DOCTV 3 – programa de fomento à produção e teledifusão do documentário brasileiro, promovido pela Secretaria do audiovisual do Ministério da Cultura, Fundação Padre Anchieta/ TV Cultura e Associação Brasileira das Emissoras Públicas.

2 Filme realizado pela Lei Rouanet de incentivo a cultura, com patrocínio da Eletrobrás.

nas bordas dos rios Amazonas e Solimões, mas com o incremento da indústria europeia e norte-americana de automotores demuda a borracha dos seringais amazonenses em matéria prima industrial de enorme busca. Esta demanda incitou o fluxo humano de emigração de em torno meio milhão de nordestinos para explorar os seringais nativos, aprovendo a necessária mão-de-obra à economia da borracha; espalharam pelo vale inteiro, ascendendo os altos cursos dos rios, até então inatingidos, à caça das concentrações de seringueiras nativas e das outras plantas gomíferas da floresta. Assim, depois de eliminar um quantitativo imenso da população indígena do vale, o extrativismo vegetal consumiu também enormes contingentes nordestinos, sobretudo sertanejos. A economia extrativista criou os portos de exportação de borracha da Amazônia e seu aguadeiro de vilas e cidades auxiliares. Belém, no delta, e Manaus, no curso médio do rio Amazonas, tornam-se grandes centros metropolitanos (RIBEIRO, 1995).

O espaço conhecido hoje como estado do Acre foi ocupado no sec. XIX por grandes levadas desses trabalhadores nordestinos a procura da *hevea brasiliensis*, para exploração da borracha. Até então somente populações indígenas viviam por ali, e também algumas centenas de peruanos que exploravam a extração do caucho, no vale do Alto Purus e alguns bolivianos no vale do Rio Acre, que começaram a explorar as gomas naturais (PAULA, 1991). Os nordestinos se espargiram ao gosto da peripécia, da audácia em empreender espaços não sabidos, cheios de ameaças de vida: enfermidades, assaltos de índios e de animais (TOCANTINS, 2003).

Esses sujeitos receberam várias denominações (PAULA, 1991) ao longo de sua estada no Acre. Passaram a ser tratados primeiro como “brabos”, quando migraram do Nordeste para Amazônia, depois, quando apreenderam o ofício do seringal, receberam o nome de “mansos”. Durante a Segunda Guerra, período que novamente nordestinos migraram para Amazônia, foram chamados de “arigós”. Quando começaram a serem expulsos dos seringais, nos anos de 1970, pelos “paulistas”, receberam a denominação de “acreanos” (PAULA, 1991).

O cômodo amazônico do engenho açucareiro, da grande lavoura comercial ou da fazenda de criação de gado das áreas pastoris é um empreendimento extrativista florestal, incipientemente capitalista: o seringal (RIBEIRO, 1995). Para formação de um seringal, os seringalistas junto com os seringueiros subiam os rios à procura de áreas com maior concentração de árvores de seringa, ao encontrar a área que mais lhes convinha, davam início à organização do seringal para montar a empresa extrativista. A presença do seringalista e o conjunto de regras que estabelecia para o funcionamento da empresa extrativista faziam com que fosse reconhecido pelos seringueiros como o “patrão”, a autoridade suprema naquela faixa da floresta (PAULA, 1991). As regras impostas pelo sistema seringal irrompem, mesmo que temporariamente, com o padrão de reprodução familiar, levando a um processo por eles comentado como “desumanização”. A falta de mulheres nos seringais ou a “proibição” da vinda das famílias eram contrabalançadas pela prática de sexo com animais; pela caça

às mulheres indígenas, pelos delitos violentos na contenda pelas poucas mulheres existentes; pelos estupros; e pelo incesto entre irmãos (ESTEVES, 2010).

Empresários, donos de Casas Aviadoras, das cidades de Manaus e Belém, através do capital internacional e nacional, financiavam as atividades extrativistas na floresta acriana. Os trabalhadores nordestinos foram atraídos para a floresta, fugindo da seca e, com a promessa de enriquecimento, foram convertidos em seringueiros solitários, presos pelo “inferno verde”. Estes sujeitos foram inseridos no “centro” do sistema produtivo do seringal.

O seringal era organizado da seguinte forma: o dono do seringal era o seringalista e ficava na “margem”; residia geralmente nas beiras dos rios, onde havia um pequeno porto, com casas para o seringalista ou seu gerente e funcionários envolvidos em afazeres diversos, como os carregadores, caixeiros, guarda-livros, gerentes. Junto com essas casas ficava também o “barracão”, local onde armazenavam as mercadorias e produtos para os seringueiros e estocavam a borracha por eles produzida (PAULA, 1991). Depois essa produção era escoada pelos navios-gaiolas até Manaus e Belém do Pará. No barracão também se fazia toda a contabilidade da empresa; lá ficavam os livros de registro e a conta corrente do seringal. Os seringueiros residiam em pequenas palhoças, em colocações espalhadas pelos seringais. Eles faziam limpeza das estradas de seringas (traçado geométrico que liga um determinado número de seringueiras), corte, faziam a colheita e a defumação da borracha. A empresa extrativista também era composta por mateiros, toqueiros, fiscais de corte, noteiro e comboeiro (ESTEVES, 2010).

O nordestino, transformado em seringueiro inominado nas florestas do Acre (HARDMAN, 2009), chegava com uma dívida pelo transporte até a floresta. Lá, recebia os utensílios para fazer o corte da seringa, recebia também os alimentos para sua manutenção. Em troca, toda sua produção de borracha era entregue no barracão, onde ficava o patrão, para pagar sua dívida.

Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente (CUNHA, 1976, p. 132).

Esse sistema de produção, de aviamento, foi cruel para com aqueles trabalhadores, pois, a cada ano, suas dívidas só aumentavam. Os preços dos gêneros alimentícios eram abusivos; a pesagem da borracha era quase sempre errada, roubada. Muitos desses seringueiros morreram na floresta. Alguns poucos conseguiram voltar para o Nordeste.

O seringueiro é quase sempre um escravo das suas dívidas. Frequentemente se revolta e foge. Assisti a chegada de uma dúzia deles em Cruzeiro do Sul e fizeram uma detalhada exposição ao Prefeito. Um disse ter trabalhado para um mesmo patrão durante 12 anos, sem interrupção e ao invés de ver amortizada a sua dívida, no fim desse período, estava devendo-lhe ainda 8 contos de réis. Outros

se queixavam dos preços exagerados dos gêneros que lhes eram vendidos: um 'paneiro' (cesto) de milho que compravam por 60 mil réis, quando em Cruzeiro custava 12 (BARROS, 1993, p. 142).

Por outro lado, os seringalistas e seus financiadores, ficavam cada vez mais ricos, e incentivavam a busca de mais terras, para abrirem mais estradas de seringas, o que fez surgirem colocações de seringueiros por todos os rios acreanos. A única forma de comunicação com o resto do Brasil e o mundo era estabelecida via rios e se dava somente no período das chuvas, quando o volume das águas dos rios aumentava, permitindo a navegação dos navios, que traziam gêneros alimentícios, bebidas, tecidos etc. e escoavam a borracha até as cidades de Belém e Manaus e de lá era distribuída para os principais centros industrializados do mundo.

“O seringueiro é, obrigatoriamente, profissionalmente, um solitário” (CUNHA, 1976, p 150). Estes trabalhadores isolados nos rincões da floresta, diante de uma natureza desconhecida, sem a presença da igreja, de médicos, recorriam aos índios para tratarem suas doenças com ervas, plantas medicinais e rezas, e também para obterem auxílio espiritual. Esses trabalhadores aprenderam com os caboclos e indígenas a sobreviverem na floresta e incorporaram à base de sua alimentação produtos da flora e fauna amazônica, bem como modos, costumes e crenças indígenas locais (RIBEIRO, 1995). A relação dos seringueiros com os nativos foi antagonica, como afirma Pantoja:

A abertura dos seringais e as correrias representam, sem dúvida, uma oposição entre grupos chegantes e os nativos, tendo estes últimos sido alvos de um verdadeiro genocídio e, em especial no caso do sexo feminino, de uma incorporação forçada à sociedade de seringal mediante o casamento com seringueiros nordestinos. Foi visto que entre os índios bravos as diferenças eram grandes, inclusive difíceis de serem mapeadas, e que mantinham relações de troca e bélicas entre si. Mas, de um ponto de vista mais estrutural, essas diferenças tenderiam a subsumir sob um processo violento e esmagador de dominação (...). O acervo de técnicas e conhecimento sobre a natureza hoje manipulado pelos seringueiros deve muito aos homens e mulheres indígenas incorporados à sociedade de seringal. Houve tragédia, mas houve também reconstituição da vida. (PANTOJA, 2008, pp. 156, 365)

O tempo áureo da borracha (SOUZA, 2001), para o Brasil, começou a findar por volta de 1912, após empresários ingleses e holandeses contrabandear sementes das seringueiras brasileiras e fazerem plantio na Ásia, nos países: Ceilão, Indonésia e maciçamente na Malásia, com novas tecnologias e eficiência aumentando sua produtividade. Começaram a colocar essa produção no mercado mundial, o que fez o preço da borracha cair, fazendo o extrativismo amazônico entrar em uma forte crise, pois o sistema produtivo que se estabeleceu nessa região era desprovido de avanço tecnológico e de baixa produtividade (SOUZA, 2001).

O impacto que se fez na região gerou certa desarticulação no sistema de aviação. A dificuldade em abastecer os “barracões” fez os seringalistas incentivar os seringueiros a perpetrar uma agricultura de subsistência, dessa forma, muitos seringueiros se deslocaram para as margens dos rios (PAULA, 1991).

Entre o período de 1920 a 1940, auge da crise da borracha, houve significativas mudanças para os seringueiros: os “barracos” deixaram de ser o único local de comércio e passaram a comercializar também com os regatões (espécie de comerciante ambulante, que desenvolvia seus negócios através de barcos por rios e igarapés amazônicos). Os seringueiros intensificaram a caça de animais silvestres, com o intuito de extrair a carne para sua alimentação e extração de peles, visando o comércio externo, pois o produto alcançava bons preços. A castanha amazônica também passou a ser coletada e exportada com bons preços no mercado internacional (SOUZA, 2001).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), os japoneses, aliados à Alemanha e à Itália, conquistaram o sudeste asiático, área produtora de borracha para os países aliados: Inglaterra, França e Estados Unidos. O governo Brasileiro assinou acordo com os Estados Unidos através do “tratado de Washington” para reativar os seringais nativos amazônicos e fornecer borracha para esse eixo, o que fez o Acre receber um novo alento de pessoas vindas do nordeste brasileiro, fazendo novamente aquecer a economia da borracha. Estima-se que essa nova migração tenha envolvido de 30 a 50 mil trabalhadores (RIBEIRO, 1995). Esses trabalhadores passaram a ser denominados de soldados da borracha, pois foram alistados como “voluntários” de guerra para extração da borracha amazônica. Foram recrutados trabalhadores urbanos que trabalhavam em construção civil, na indústria têxtil entre outros setores e pequenos proprietários de terras. Muitos deles eram alfabetizados e tinham experiência em movimento sindical (MARTINELLO, 1986).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 1940, os seringais asiáticos foram retomados do Japão. Depois veio a borracha sintética, produzida a partir de restos do petróleo, o que levou novamente os seringais nativos amazônicos a entrarem em colapso, pois o mercado interno brasileiro não conseguia absorver toda sua produção (RIBEIRO, 1995).

Nas décadas de 1970 e 1980, a região amazônica foi alvo de uma política de expansão e ocupação territorial pelo Governo Militar, que incentivou a migração massiva de pessoas do centro Sul e Nordeste do Brasil para a Amazônia, facilitando a compra de terras na região da floresta, para formarem fazendas de gado. Essa política desenvolvimentista trouxe sérios problemas para a região. Com a transformação da floresta em fazendas, iniciou-se a devastação e milhares de quilômetros de mata deram lugar a pastos. Não se pensou nos homens e suas famílias que moravam na mata: seringueiros sobreviventes dos ciclos da borracha e que permaneceram na floresta, com uma cultura extrativista e de subsistência. Centenas de famílias foram deslocadas por estes “paulistas”, como ficaram conhecidos os forasteiros. Nesta fase, estes sujeitos foram divididos em quatro grupos, o primeiro foi viver nas periferias das cidades e acabou ocupando subempregos, o segundo grupo ficou trabalhando nas fazendas de criação de gado, o terceiro grupo, organizados por sindicato, tendo como líder, Wilson Pinheiro, Chico Mendes, resistiu e inauguraram as reservas extrativistas,

o quarto grupo foi viver na área de fronteira do território peruano e boliviano.

Com a política nacionalista do governo de Evo Morales, amparado na constituição boliviana, que não permite que estrangeiros tenham terras na faixa de 50 km da fronteira de seu território, houve um deslocamento compulsório. A partir do ano de 2006, centenas de famílias de seringueiros que ali viviam foram deslocados compulsoriamente para cidades, “matas” e projetos de assentamentos do INCRA no estado do Acre.

Para o entendimento dos efeitos desse deslocamento na vida dos seringueiros da região em análise mobilizei certos procedimentos metodológicos que auxiliaram na coleta de dados, conforme exponho a seguir.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS DO TRABALHO DE CAMPO

O método usado na coleta de dados foi de natureza qualitativa, com procedimentos parciais de uso do “método fílmico de exploração”, “observação diferida” (FRANCE, 2008), e entrevistas semiestruturada.

O método fílmico de exploração tem como princípio, como dito anteriormente, a ida a campo com aparelhos audiovisuais, situação em que o pesquisador opera uma câmera, capta o som direto e coleta a maior parte das informações, na forma de esboços fílmicos, “procurando descrever o mais detalhadamente possível o objeto de estudo” (MATSUMOTO, 2009, p. 224).

A observação diferida consiste em observar várias vezes os esboços fílmicos, para análise dos dados do filme, como também elaboração de novos esboços fílmicos para posterior elaboração do texto escrito.

a observação diferida é feita posteriormente à efetiva ocorrência do fenômeno, graças a dispositivos como os de que trata o texto. (...) dessa forma, penetra-se no laboratório de pesquisa, uma vez que as imagens fílmicas recolhidas, mesmo que imperfeitas – mas que permitem corrigir as falhas da memória, bem como os inevitáveis atalhos das anotações escritas - , constituem, para o pesquisador – cineasta, um segundo trabalho de campo. (FREIRE e LOURDOU, 2009, p. 19).

No dizer de France (1988):

Das informações obtidas durante as entrevistas feitas a partir da visão repetida das imagens surge o material para um texto escrito apoiado no observado filmado. O texto não possui a dupla função de fixar e de estabelecer os fatos móveis e irreversíveis, mas permite que o pesquisador/cineasta proceda ao estabelecimento e à análise fina destes fatos, cujas manifestações a imagem capta e retém, e explicita, sob uma forma mais ou menos coesa, segundo as necessidades, as relações que lhe são subjacentes (...) O texto nada mais é do que o momento necessário deste paciente trabalho de decifração do sensível do qual participa conjuntamente com a observação diferida e a palavra. (FRANCE, 1988, PP 346-347)

O emprego dessa metodologia tem por objetivo compreender mais apuradamente aspectos que envolvem o objeto de estudo e que, por meio de outras técnicas de

observação, não seria possível captá-los, como ruídos, gestos, expressões faciais etc. Neste caso, buscamos observar mais detalhadamente efeitos/impactos sociais provocados pelo deslocamento compulsório sobre os modos de vida dos extrativistas que viviam na faixa de 50 km da fronteira Amazônica boliviana; interesse-me compreender o ponto de vista desses ex-seringueiros, perceber a sua visão de mundo, encontrar seus modos típicos de pensar e sentir, correspondentes às instituições e sua cultura, a sua relação com a vida, (MALINOVSKI, 1997), em seus novos espaços sociais, geográficos e econômicos.

Para o campo realizado em 2006, compus minha equipe com um guia, ex-seringueiro, que residia na faixa fronteira de 50 km do lado boliviano e um técnico de som; a coleta de dados aconteceu em dois momentos. A ocasião era delicada, pois estavam acontecendo as primeiras invasões organizadas por sindicatos de trabalhadores rurais bolivianos nas colocações que residiam os brasileiros. O governo de Evo Morales começara a colocar o exército na região para fazer pressão aos seringueiros brasileiros deixarem suas moradias. Diante dessa situação nosso guia nos aconselhou que seguissemos a pé, sem cavalos e, assim, comboiamos pelos Varadouros da floresta boliviana. Foi uma viagem difícil, andamos por volta de 80 km, carregando equipamentos, roupas; alimentávamos com o que as famílias de extrativistas nos ofereciam; fizemos um campo de quatro dias, captando imagens que achávamos interessantes para a pesquisa, realizando entrevistas com os moradores, questionando-os acerca do modo de vida daquela região, dos conflitos existentes. A segunda parte do campo de 2006 foi feita em dois dias; captamos imagens e entrevistas com os seringueiros no escoar da produção de borracha pela região do Rio Chipamano.

Em novembro de 2012, após o exame de qualificação do meu mestrado, segui para mais uma etapa do campo, fui ao reencontro dos extrativistas interlocutores do campo de 2006, na faixa de 50 km da fronteira Amazônica boliviana e, em cidades acreanas, reentrevistei 13 trabalhadores brasileiros.

Em 2016, após cumprir os créditos de disciplinas do doutorado/PPGSA-UFPA, voltei ao estado do Acre para realizar mais uma etapa do trabalho de campo. Localizei meus interlocutores na cidade de Rio Branco e no PDS (projeto de desenvolvimento sustentável) Nova Promissão.

No item seguinte apresento um recorte dos dados coletados em 2006 e 2012. Em relação aos dados coletados em 2016, não foi possível apresentar discussões em virtude do espaço de tempo da coleta de dados e a confecção deste trabalho.

TRAJETORIA DE FAMÍLIAS DE SERINGUEIROS DESLOCADAS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA- A DESCRIÇÃO DENSA

Em nosso primeiro contato com as famílias de seringueiros brasileiros que viviam na faixa de cinquenta quilômetros da fronteira boliviana com o estado do Acre, em 2006,

verifiquei que esses sujeitos viviam do extrativismo, da agricultura de subsistência, da criação de pequenos animais e alguns eram pecuaristas de pequeno porte.

As áreas ocupadas pelas populações tradicionais de seringueiros são os espaços onde se localizam as casas, roças, e aqueles utilizados para caça, pesca (feita em rios, igarapés e lagos) e as atividades de extrativismo vegetal. Logo, a noção de área ocupada corresponde às terras usadas por estes sujeitos, para garantir sua reprodução de modo de vida (BENATTI, 1999).

Para a prática da agricultura, esses sujeitos derrubavam uma porção da “mata”³, que variava de um a três hectares, botavam fogo e plantavam seu “legume” (milho, arroz, feijão) e sua “roça”(macaxeira). No intervalo de um ciclo das chuvas para o outro, deixavam a terra descansar, período que nascia uma vegetação rala e arvores de “algodoeiros” e “mulateiros” que são fáceis de derrubar, em que os extrativistas denominam de “capoeira”, mas na medida em que se cultivava nesta terra, em que se preparava o terreno botando fogo, este solo ia “enfraquecendo”, o que os obrigava a fazerem novas derrubadas para cultivarem seus novos roçados. O período de utilização de uma terra desta girava em torno de três anos, depois eles abandonavam este terreno para a floresta se regenerar, uma prática de exploração racional da terra, possibilitando que as futuras gerações possam contar com alimentos e terras férteis suficientes para sua permanência e ao mesmo tempo desfrutar de um espaço sano e ecologicamente equilibrado (BENATTI, 1999). Contudo, aqueles que praticavam a pecuária aproveitavam esta terra usada e plantavam capim aumentando assim a área de pastoril de seus gados.

Esses extrativistas desenvolviam uma agricultura mais próxima do que muitos teóricos denominam de “agricultura de camponês” e “não agricultura família”. Segundo esses estudiosos, o agricultor familiar faz parte de um grupo totalmente integrado ao mercado capitalista, que utiliza os recursos técnicos (trator, adubo, defensível agrícola, acompanhamento técnico etc.) bem como têm acesso às políticas públicas para o campo. No entanto, o camponês insere-se em outro grupo, que pratica relações não capitalistas e busca estresir sua família e seu modo de vida; esse grupo tem resistido ao longo do tempo aos ditames do capital, abrolhando praticamente uma agricultura de subsistência, com técnicas próximas a dos indígenas nativos. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês (FERNANDES, 2001; SAMPAIO, s/d).

A base diária da alimentação desses sujeitos é o arroz com feijão e farinha de mandioca, acompanhada de carne de animais que criavam, como porco, galinha, vaca; peixes pescados nos rios e igarapés da região, porém, a maior fonte de proteínas consumida era a carne de caça (veado, paca, jabuti,...), com preferência para o

3 Mata: espaço físico onde se encontram as árvores silvestres, a floresta, a fauna. Na mata se desenvolvem as atividades extrativistas, como a coleta de frutas, castanhas, cipós, madeiras e a exploração do látex. Na mata se pratica a caça de subsistência (BENATTI, 1999).

macaco capelão. Da macaxeira eles derivavam a farinha e a “goma” (polvilho) para preparos das tapiocas; e a consumiam também cozida no café da manhã ou na “hora da merenda” e, preparavam com ela receitas variadas de bolos, o do tipo assado na folha da bananeira se sobressaía nas mesas dessas famílias. A conhecida castanha do Pará era de destaque na alimentação desses atores, quando criança na falta do leite materno substituía-se pelo leite da castanha; ela era usada também no “tempero” dos pratos feitos com carne de caça, com destaque para o “jabuti no leite da Castanha”, nos recheios das tapiocas, bolos, etc. O milho quando o colhiam verde preparavam pamonhas, canjicas e uma série de outros pratos salgados (milho com arroz, milho com galinha caipira, etc.); já quando ele era consumido seco eles faziam um prato denominado de “pão de milho”, o conhecido cuscuz em algumas regiões do Brasil, também produziam o fubá para produção de bolo; o “curaí” (conhecido como canjica no centro sul do Brasil e mungunzá em algumas partes do nordeste do país) com leite de castanha. O milho também era usado como principal ração para os animais que criavam.

Da argentária floresta em que viviam extraíam para o consumo, além da carne de animais silvestres e da castanha, uma abissal variedade de frutos. Seus alimentos eram preparados em fogão a lenha ou no fogareiro a base de carvão vegetal de produção própria. Das cidades compravam/consumiam somente o que não conseguiam produzir ou retirarem da mata, como o sal, o sabão, o trigo, etc.

Após três dias de caminhada pelos varadouros⁴ da floresta boliviana, visitamos mais uma colocação. Dessa vez, foi a do Sr. Adaildo, o qual se encontrava preparando (derrubada de árvores seguida de fogo) uma capoeira para fazer o plantio do seu “legume”, para depois poder “botar sua roça”. Ele estava vestido de boné, camisa de manga comprida para se proteger do sol, calça jeans e uma bota de borracha para proteção de picada de cobras.

Ele estava preparando a terra para plantar o arroz, depois o milho, seguido do feijão e da mandioca, “não trabalho com agricultura pra venda, ela é somente para meu consumo”.

Adaíldo nasceu na Bolívia, mas foi registrado no Brasil, quando criança seus pais levaram-no para a cidade de Rio Branco - AC, morou lá por quatro anos, depois voltou para a região fronteira da Bolívia e de lá permanecia até aqueles dias. Ele era casado e tinha uma filha, que nasceu na Bolívia, mas assim como ele foi registrada no Brasil. Perguntado por que ele não registrou sua filha na Bolívia, ele respondeu “sou brasileiro e não tenho a intenção de registrar um filho como boliviano”. Para Valcuende (2009, p.199-200), de modo algum a nacionalidade entre os moradores da fronteira se dá de maneira subentendida, porém é uma ideia de nação “frágil”, a qual eles constituem observando o próprio país, muito mais que apreciando o país vizinho,

4 Caminho estreito pelo qual se fazem as travessias a pé por dentro da floresta. Em Cunha (1976, p. 167). “Varadouro – legado da atividade heroica dos paulistas compartilhado hoje pelo amazonense, pelo boliviano e pelo peruano – é a vereda atalhadora que vai por terra de uma vertente fluvial à outra”.

estrangeiro. Assim, a noção de nacionalidade se faz entre esses homens e mulheres mais em função de uma fronteira interna, subjetiva que em relação a uma fronteira internacional.

Ele dizia que era feliz morando naquela localidade, pois tinha sossego e podia criar seus animais, mas faltavam escola e posto de saúde na região. E finalizou dizendo que “a gente pensa que a vida na cidade é boa, mas tem direito de viver nela alguns, outros não, eu tenho pouca leitura, então tenho que ficar por aqui mesmo”. O período em que este homem morou na cidade de Rio Branco deixou marcas em sua memória em relação como era viver na zona urbana, ter acesso a serviços como escola e saúde, mas como não se sentia qualificado para o trabalho urbano, ele não tinha “direito” de viver nela, assim, ele era resignado a viver naquela fronteira.

No ano 2012, Adaildo já havia sido deslocado da fronteira boliviana, o encontrei trabalhando no canteiro de obras de uma empresa que estava se instalando no Parque Industrial da cidade de Rio Branco. A saída dele da Bolívia foi difícil, pois estava adaptado com a vida na “mata”, mas já fazia cinco anos que estava morando naquela cidade, estava habituado com a nova vida. Ele se qualificou e estava trabalhando como pedreiro, “antes eu não era nada, fazia de tudo e não tinha uma certificação de nada. Na mata a gente trabalha muito e não tem retorno de nada, aqui a gente trabalha o mês todo e tem um salário, é pouco mas dá pra viver”. Observa-se na fala do entrevistado que ele entende a institucionalização do ofício como fator de determinação de sua identidade. Em seu relato traz as vozes de um discurso empresarial, que propõe a valorização do trabalho qualificado para uma “boa” remuneração. Porém, para ele, sua alimentação era melhor na Bolívia, pois “comia alimentos mais naturais e mais variados”, isto vem de encontro ao que Geertz (1989, p. 61) observa: “nós somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura”, neste caso a cultura do homem que nasceu e viveu boa parte de sua vida imersa na floresta tropical amazônica boliviana.

Na Bolívia, Adaildo sabia ler um “pouquinho”, mas ele havia aprendido mais, pois estudava todos os dias depois do trabalho, na cidade de Rio Branco, em uma escola pública. Ele relatou que se o INCRA lhe oferecesse uma terra, ele deixaria o que estava fazendo e voltaria a morar na zona rural, pois ele estava acostumado com aquele sistema de plantar um roçado e criar uma criação. “Lá não é como aqui na cidade se a gente quer comer um bicho, uma galinha tem que comprar”. Nessa dimensão, observa-se como o novo espaço em que esse homem é posto lhe traz novas configurações de existência. Mas para a Bolívia ele não voltaria, “foi bom, mas quando arruinou foi de vez”. Foi onde ele nasceu e morou por mais de 30 anos, “eu tenho saudades, mas trabalhei muito e não tive direito a nada, perdi muito trabalho”. Este homem ao falar de suas lembranças da Bolívia se emocionou e encheu seus olhos de lágrimas. Nesse aspecto, convém citar Geertz (1989, p. 62) “nossas ideias, nossos valores, nossos atos, até mesmo nossas emoções são, como nosso sistema

nervoso, produtos culturais”. Adaildo não voltaria a morar na fronteira boliviana, mas como ele é um “artefato cultural” da floresta tropical, ganhando uma terra do INCRA ele voltaria para sua pátria, que é a “mata”.

Em 2006, em outra colocação visitada, encontramos a família do Sr. Raimundo Nonato, o qual morava na Bolívia há mais de dezenove anos, casado com D. Mirian Moura, uma brasileira que nasceu nesta região de fronteira e com ela teve três filhos nascidos em território boliviano, mas todos foram registrados em cartórios brasileiros, como se tivessem nascido no Brasil. Suas práticas econômicas eram pautadas no extrativismo com a “quebra da castanha” e o corte da seringueira; criava poucas cabeças de gado, fazia diárias como carpinteiro pelas fazendas do Brasil e praticava uma agricultura de camponês.

Diante dos rumores do Presidente boliviano Evo Morales, de deslocar compulsoriamente os seringueiros brasileiros que viviam na faixa de 50 km de seu território, o Sr. Raimundo reagiu dizendo que “não tenho vontade de sair de meu pedaço de chão”, pois o que ele sabia fazer “é cortar uma seringa, é abrir um roçado, na cidade não sei nem por onde começar”. Para ele, a volta para Brasil só poderia acontecer se fosse para a cidade, pois não dispunha de recursos para aquisição de uma terra. A declaração revela distintas identidades desses seringueiros, isto é, eles não são apenas extrativistas, são também homens do campo, que dele precisam para sobreviver. É pela terra que esses homens e mulheres conseguem fazer sua reprodução social, conseguem edificar sua identidade, pois na maioria das vezes são percebidos como nem *eles*, nem *nós*, nem cidadãos, nem estrangeiros, habitando nessa fronteira.

Em 2012 encontramos esta família na cidade acreana chamada Capixaba. Naquele dia o Sr. Raimundo não se encontrava em sua residência e quem me recebeu foi sua esposa D. Mirian Moura. O motivo de terem saído da Bolívia foi a pressão que sofreram por parte dos bolivianos, o medo deles era terem de sair sem conseguir retirar o que eles haviam conseguido conquistar naqueles anos todos de trabalho, foi então que resolveram vender seus animais e foram para o município de Capixaba. Com o dinheiro dessa venda conseguiram comprar um terreno e construíram sua casa. Na Bolívia eles haviam feito inscrição na IOM (International Organization for Migration) e conseguiram ganhar um lote de terra no projeto de assentamento do INCRA, chamado de PDS Nova Promissão. Eles se consideravam mais felizes onde estavam morando agora, pois o marido tinha mais trabalho, ela também trabalhava e seus filhos estavam estudando, “mas eu tenho saudades de onde eu nasci e vivi (Bolívia)”. Seu marido, naquele momento, era pastor presidente de uma Igreja em todo o estado do Acre (ele, quando chegou a Capixaba, começou a frequentar uma igreja e logo fez um curso, mas acabou mudando de religião, na qual é pastor presidente hoje). A igreja foi construída na frente de sua casa, os cultos acontecem três vezes por semana. “Hoje minha vida mudou completamente; cozinho no gás, mas tenho também o fogão a lenha. Lá, a gente tinha fartura de carne de caça, peixe, porco, galinha, aqui tudo tem que comprar,

sem dinheiro não temos nada”. Os novos espaços, geográfico, econômico e social fizeram mudanças nas suas formas de reproduções sociais, passaram de extratores/camponeses para agentes consumidores de alimentos com base na troca de moeda, novos valores sociais foram erguidos e outras fronteiras foram erigidas também - fica demarcada a fronteira entre a cidade e o campo.

Assim como muitos sujeitos desta pesquisa, esse casal leva-nos a perceber como as dinâmicas socioculturais do lugar e do tempo em que estão inseridos instauram-lhes novas relações culturais e, conseqüentemente, novos modos de vida. Dentro da dinâmica global, essas identidades produzem uma variedade de posições de identificação, tornando essas identidades mais plurais, mais políticas, menos fixas (HALL, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, o objetivo principal foi identificar alguns efeitos sociais forjados pelo deslocamento compulsório sobre a cultura de seringueiros que viviam na faixa de 50 km do território boliviano com o estado do Acre.

Em situação de fronteira, esses sujeitos se situam geograficamente em um espaço e, simbolicamente em outro, pois apesar de estarem em terras bolivianas vivem em dimensões culturais e simbólicas brasileiras. A cultura, nesse ambiente, pode ser pensada a partir de algo que Geertz coloca, um conjunto de hábitos que marcam as formas de vida de uma comunidade.

Entre os efeitos provocados pelo deslocamento dos sujeitos da pesquisa listamos os que seguem: a) mudanças nas relações de trabalho, com a busca de novas alternativas de renda; b) transformações na cultura alimentar, com o consumo de alimentos industrializados e não mais de cultivos próprios; c) alterações, portanto, nas formas de consumo.

É importante observar que esses sujeitos, ao serem deslocados para áreas mais urbanas, também alteram o espaço que passam a ocupar, configurando novos dimensionamentos para os conceitos de cidade.

Os resultados mostram, em síntese, que esses extrativistas viviam de modo quase autossustentável na fronteira boliviana, mas os deslocamentos compulsórios os colocaram diante de uma realidade social, geográfica e econômica bem diferente da que estavam situados, transformando suas forças de trabalho e suas relações com o consumo.

REFERÊNCIAS

BARROS, Glimes Rego. **Nos confins do extremo oeste**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

BENATTI, José Heder. **FORMAS DE ACESSO À TERRA E A PRESERVAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA**: uma análise jurídica da regularização fundiária das terras dos quilombolas e

seringueiros. In: Seminário de Consulta, Macapá – 21 a 25 de setembro de 1999.

COSTA, Antônio Firmino da. **A pesquisa de terreno em sociologia**. In metodologia das ciências sociais. 2012.

CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da, 1866-1909. **Um paraíso perdido**: reunião dos ensaios amazônicos [por] Euclides da Cunha. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1976.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “manso” ao guardião da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2010

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FRANCE, Claudine de. **Cinema e antropologia**. Campinas: Editora da UNICAMP 1998.

FREIRE, Marcius, Philippe Lourdou (org). **Descrver o visível**: cinema documentário e antropologia fílmica. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 1989.

HARDMAN, Francisco Foot. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor**: Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém : UFPA, 2007.

MALINOVSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. In Ethnologia, n.s., nº 6-8, 1997.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. In: cadernos UFAC 1. Série C, estudos e pesquisas. Rio Branco – AC, 1986.

MATSUMOTO, Roberta k. **Espaço e tempo na capoeira**: estudo de uma técnica do corpo em antropologia fílmica. In: Descrver o visível: cinema documentário e antropologia fílmica. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. **Os Milton**: cem anos de história nos seringais. Rio Branco – AC, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos**: um povo da floresta em busca da liberdade. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Letras e Ciências Sociais do curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e sentido do Brasil**. São Paulo, 1995.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. **Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea**. In: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/03.pdf> (acessando em: 04/02/2016)

TOCANTINS, Leandro, **Estado do Acre: geografia, história e sociedade**. Rio Branco: Tribunal de Justiça, 2003.

VALCUENDE, Jose Maria e outros. **História e memórias das três fronteiras**. 1 ed. São Paulo: Educ, 2009.

SOBRE O ORGANIZADOR

ALVARO DANIEL COSTA Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e também em Bacharelado em História pela UEPG. No ano de 2015 ganhou o 2º lugar no Prêmio José Marques de Melo de Estímulo a Memória da Mídia promovida pela Associação de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR).

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-077-3

